



Biblioteca do Liceu de Faro (1836-1948)

entre a história do liceu e os manuais escolares de ciências do seu
fundo documental

Anabela Brás de Oliveira Estudante

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Documentais

Área de especialização: Biblioteca e documentação

Trabalho efectuado sob a orientação de:

Prof. Doutora Alexandra Mariano

2013

Biblioteca do Liceu de Faro (1836-1948)

entre a história do liceu e os manuais escolares de ciências do seu fundo documental

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito.

Autores e trabalhos consultado estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída

Anabela Estudante

Copyright© Anabela Brás de Oliveira Estudante, 2013

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Ao fazer o balanço do trabalho realizado constato que sem o apoio de um alargado conjunto de pessoas e instituições, o mesmo não seria possível.

Em primeiro lugar o meu sincero reconhecimento à Professora Alexandra Mariano, pela liberdade concedida na escolha do tema e âmbito de estudo desta tese e pela orientação e sugestões pertinentes, sem as quais este trabalho não chegaria a bom termo nos prazos estabelecidos. Agradeço ainda a sua total disponibilidade na revisão deste trabalho, apresentando valiosas recomendações de reescrita.

Estou também muito grata à Direcção do Agrupamento João de Deus, pelas facilidades concedidas no acesso à biblioteca bem como à respectiva equipa, Dra. Maria João Seruca, D. Cláudia Carrega e D. Elizabeth Fonseca, e ainda as antigas docentes Dra. Inês Figueiredo e Dra. Rogélia Caetano.

À Dra. Gabriela Ossenbach Sauter, directora do centro de Investigação MANES da Universidad Nacional de Educación a Distancia, agradeço ter aceite a minha proposta de colaboração e o acompanhamento do trabalho realizado, conjuntamente com a Dra. Ana Badanneli.

Um reconhecimento especial aos Professores Bento Cavadas, João Barroso, Sérgio Claudino e Carlos Saraiva pela receptividade em fornecer elementos adicionais relativos às suas dissertações, indispensáveis a realização do meu trabalho bem como ao professor Mesquita Vilhena pela sua disponibilidade em discutir e elucidar aspectos da história de Faro. Um bem haja à Dra. Carla Faustino, este ano minha colega de agrupamento, pela colaboração, interesse e apoio demonstrado.

Agradeço às várias pessoas e entidades que desinteressadamente me auxiliaram na pesquisa, e em particular à Dra. Françoise LeCunff, Guiomar Rodrigues e Dr. João Sabóia. Um agradecimento especial à Dra. Rosa Castro pelo colaboração conimbricense no acesso aos anuários do liceu e pelo esclarecimento de dúvidas de catalogação.

Expresso também o meu reconhecimento aos meus colegas de mestrado Isabel Sperr, Sara Santana e António Monteiro pela amizade e apoio neste regresso académico.

Finalmente agradeço ao meu marido, João Paulo cujo apoio incondicional permitiu durante este ano lectivo compatibilizar família, trabalho e estudo, e aos meus filhos João Pedro e Miguel pela paciência demonstrada pela inúmeras horas roubadas ao seu convívio bem como pela ajuda prestada no tratamento das imagens em formato digital.

Resumo

As bibliotecas dos primeiros liceus constituem-se, na investigação em história da educação, como um recurso mas também como um objecto de pesquisa. A constatação do reduzido número de estudos biblioteconómicos sobre as bibliotecas liceais e a existência em Faro de um dos primeiros liceus do país concorreu para a formulação dos principais objectivos deste trabalho: contribuir para a construção da história da biblioteca do Liceu de Faro/ Liceu de João de Deus e divulgar os manuais escolares que fazem parte do seu património bibliográfico.

A história da biblioteca encontra-se naturalmente interligada com a história do Liceu de Faro que se encontra, também ela, escassamente estudada. Neste trabalho é assim construída em paralelo a história da biblioteca e do liceu, no período 1836-1948.

Foi possível apurar que o primeiro fundo documental da biblioteca do Liceu de Faro remonta a 1864 e é constituído por uma transferência de mais de mil obras do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos. A aquisição, em 1929, da biblioteca do reitor Teixeira Guedes constituiu um aumento significativo do fundo documental, permanecendo até hoje como um fundo autónomo na biblioteca da Escola Secundária de João de Deus.

Procedeu-se a uma revisão bibliográfica da investigação sobre os manuais escolares e uma apresentação dos projectos e bases de dados que têm como objecto o manual escolar.

Uma prospecção no fundo documental da biblioteca permitiu localizar 142 manuais do ensino liceal de Física-Química, Ciências Naturais e Geografia, e com data de edição entre 1867 e 1948, que foram registados na base de dados do projecto MANES. A comparação deste levantamento com as prospeções de manuais escolares efectuadas até ao momento permite, na nossa opinião, afirmar que a biblioteca da Escola Secundária João de Deus é detentora de um espólio de relevância nacional.

Palavras-chave:

Liceu de Faro, Biblioteca, Manual escolar, Física e Química, Ciências Naturais, Geografia

Abstract

The libraries of the first high schools are, in the area of investigation of the history of education, not only a resource but also an object of research. The fact that there aren't many studies about the high school libraries and also because the *Liceu de Faro* is one the first high schools in Portugal led to the formulation of the main objectives of this work: to make the history of *Liceu de Faro/Liceu João de Deus* Library and to unveil the high school textbooks in its collection.

The library's history is naturally connected to the history of *Liceu de Faro*, which is scarcely studied. Therefore, in this work, the history of the library is built side by side with the history of the high school, from 1836 to 1948.

We could establish that the first library collection goes back to 1864, when the high school received a transfer of more than a thousand books from the *Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos*. The acquisition, in 1929, of headmaster Teixeira Guedes personal library contributes to a significant growth of the book collection, remaining until today as a separate collection in *Escola Secundária João de Deus* Library.

A bibliographic review on the scientific research about high school textbooks was made as well as a presentation of several projects and electronic databases, which have as aim the textbook.

A research in the library's collection allowed to locate 142 textbooks of Physics and Chemistry, Natural Sciences and Geography, with edition date between 1867 and 1948. A registration form for each textbook was recorded in MANES electronic database. The comparison of this set of textbooks with the research made until now allows, in our opinion, to state that *Escola Secundária João Deus* Library has a high school textbook collection of a national significance.

Keywords

Faro High School, library, School textbook, Physics and Chemistry, Natural Sciences, Geography

Índice

Resumo.....	iv
Abstract	v
Normas, siglas e abreviaturas utilizadas.....	xiv
Introdução.....	1
Parte I – Manuais escolares	8
1.1 Revisão bibliográfica.....	8
1.2 Projectos	14
1.3 Bases de dados.....	18
1.4 Apontamentos para a história do manual escolar em Portugal	21
1.5 Contributos para o estudo da evolução terminológica do manual escolar	28
Parte II – Biblioteca liceal	34
2.1 Uma história por fazer.....	34
2.2 O quadro legislativo	37
2.2.1 A biblioteca e o relatório do reitor	46
2.2.2 A biblioteca e o Conselho Administrativo	47
2.3 História da biblioteca e do Liceu de Faro.....	48
Fundação do Liceu de Faro	51
Auto de instalação do liceu	56
O primeiro professor bibliotecário	58
Os livros do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos	59
O Visconde de Benalcanfor visita o liceu	63
O liceu no final do século XIX.....	65
Final da monarquia e instauração da República.....	66
A mudança de edifício.....	70
Elevação do liceu a Central.....	74
A biblioteca de 1911 a 1926.....	76
O ano lectivo 1926/27	85
Alfredo de Carvalho e a biblioteca do Liceu de Faro (1927-1928).....	88
A aquisição da biblioteca do reitor Teixeira Guedes	92
A década de 30 e de 40 do século XX.....	93
Ano final na Alameda.....	102
Parte III – Tratamento documental.....	109
3.1 Base MANES	109
3.2 Manuais escolares da ESJD.....	111
3.3 Aspectos biblioteconómicos.....	117
Conclusão	122
Fontes e documentação de arquivo	125
Bibliografia.....	129
Anexos.....	139

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 – Diferentes denominações para o manual escolar (compilado a partir de Choppin, 2008).	30
Tabela 1.2 – Denominações actuais para o manual escolar (compilado a partir de Choppin, 2008).	31
Tabela 2.1 – Bibliotecários, oficiais da biblioteca e reitores do Liceu de Faro (1849-1948).	105
Tabela 3.1 – Número de registos na base Manes considerando o intervalo de 1800-1948 no campo ano de edição.	114

Índice de Anexos

Anexo 1 – Localização e imagens do Liceu de Faro.....	140
Anexo 2 – Instalações da biblioteca da Escola Secundária João de Deus, Agosto 2013	144
Anexo 3 – Compilação de legislação: aprovação e adopção de manuais escolares	147
Anexo 4 – Disposições relativas à biblioteca no Decreto n.º3:091 (1917) e no Decreto n.º4:799 (1918)	150
Anexo 5 – Excertos dos relatórios do Comissário de Estudos de Faro e do Reitor do Liceu de Faro (século XIX).....	152
Anexo 6 – Índice chronologico das Portarias [...] 1846-1860, fl. 1 e 2	159
Anexo 7 – Abertura de concurso para oficial da biblioteca do Liceu de Faro publicado no Diário de Governo n.º 202 de 10 de Setembro de 1863).....	160
Anexo 8 – Registos relativos aos primeiros livros recebidos no Liceu de Faro provenientes do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.....	161
Anexo 9 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73	167
Anexo 10 –Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73: transcrição parcial do folio 1, 2 e 3.....	171
Anexo 11 – Bibliotecas da primeira circumscrição em 1881 de acordo com Visconde de Benalcanfor nos seus <i>Apontamentos de um inspector de Instrucção Secundária</i>	172
Anexo 12 – Corpo docente do Liceu de Faro no ano lectivo 1910/1911	174
Anexo 13 – Livros adquiridos para a biblioteca no ano lectivo 1910/1911.....	175
Anexo 14 – Ofício circular da Câmara Municipal de Faro, 26 de Fevereiro de 1910	179
Anexo 15 – Serviço de catalogação [191?].....	181
Anexo 16 – Exposição de Alves de Moura, Maio de 1927.....	183
Anexo 17 – Livro de requisições da biblioteca 1914-1927.....	188
Anexo 18 – Artigos sobre o reitor Teixeira Guedes.....	191
Anexo 19 – Ofícios: aquisição da Biblioteca do reitor Teixeira Guedes.....	194
Anexo 20 – Inventário da biblioteca 1928	195
Anexo 21 – Ofícios do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho e do Liceu Rodrigues de Freitas, 1930.....	196
Anexo 22 – Anuário 1931/1932: biblioteca	198
Anexo 23 – Livro de requisições 1932/33.....	202
Anexo 24 – Livros de registo da biblioteca: 1916, 1933 e 1944.....	204

Anexo 25 – Funcionários do Liceu de Faro (anos 50)	206
Anexo 26 – Excertos dos relatórios do reitor do Liceu de Faro: biblioteca.....	207
Anexo 27 – Planta do Liceu de Faro – 1947/48	215
Anexo 28 – Professores do Liceu de Faro.....	216
Anexo 29 – Interface gráfica da base da dados MANES	231
Anexo 30 – Manuais registados na base de dados MANES	233
Anexo 31 – Registo bibliográfico dos manuais inseridos no catálogo da biblioteca da ESJD	244

Índice de Figuras

Figura 1 – Postal: edifício do Liceu de Faro no Largo Sé.....	140
Figura 2 – Seminário de Faro, 2013.....	140
Figura 3 – Postal: Liceu João Deus junto à Alameda.....	141
Figura 4 – Postal: Liceu Central João de Deus.....	141
Figura 5 – Escola Secundária Tomás Cabreira, Agosto 2013.....	141
Figura 6 – Liceu João de Deus junto à Alameda.....	142
Figura 7 – Sala de ciências, sem data.....	142
Figura 8 – Sala de geografia, 1929.....	143
Figura 9 – Planta da biblioteca da ESJD, 2013.....	144
Figura 10 – Vista (2) da biblioteca: área de consulta com móveis da biblioteca inaugurada em 1948.....	145
Figura 11 – Vista (7) da biblioteca: área de consulta com móveis da biblioteca inaugurada em 1948.....	145
Figura 12 – Vista (3) da biblioteca: móvel original da biblioteca inaugurada em 1948.....	145
Figura 13 – Móvel (5) e verbetes do catálogo onomástico e didascálico.....	146
Figura 14 – Móvel (4) contendo os verbetes do catálogo ideográfico.....	146
Figura 15 – Definitivo estabelecimento do Liceu e sua colocação no edifício do Seminário, 1849.....	159
Figura 16 – Catálogo N.º 1, 1864.....	161
Figura 17 – Caderno n.º 2 “Biblioteca: livros e notas”, 1864.....	161
Figura 18 – Catálogo N.º1. Fl. 7, primeira folha preenchida: lista dos apelidos e nomes dos autores dos livros que se encontram na biblioteca em Julho de 1864.....	162
Figura 19 – Catálogo N.º1. Fl. 86: Termo de abertura do catálogo alfabético de autores, 1864.....	163
Figura 20 – Catálogo N.º1. Exemplo de um registo bibliográfico.....	164
Figura 21 – Caderno n.º 2. Fl. 2: número de livros e estantes da biblioteca, 20 de Abril de 1864.....	165
Figura 22 – Caderno n.º 2. Fl. 12: número de livros em falta.....	166
Figura 23 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, fl. 1.....	167
Figura 24 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, fl. 2.....	168
Figura 25 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, fl. 3.....	169
Figura 26 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, fl. 4.....	170
Figura 27 – Corpo docente 1910/1911.....	174
Figura 28 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911, 1-33.....	175

Figura 29 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911, 34-103.....	176
Figura 30 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911, 104-167. Ofertas.....	177
Figura 31 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911. Ofertas (continuação).....	178
Figura 32 – Serviço de catalogação. Exemplo: Estante 6.....	181
Figura 33 – Serviço de catalogação. Exemplo: Estante 1.....	182
Figura 34 – Exposição de Alves de Moura, fl.1.....	183
Figura 35 – Exposição de Alves de Moura, fl.2.....	184
Figura 36 – Exposição de Alves de Moura, fl.3.....	185
Figura 37 – Exposição de Alves de Moura, fl.4.....	186
Figura 38 – Exposição de Alves de Moura, fl.5.....	187
Figura 39 – Livro de requisições 1914-1927. Capa e lista de livros retirados para o laboratório.....	188
Figura 40 – Livro de requisições 1914-1927. Detalhe: primeira folha de requisições, fl. 2.....	188
Figura 41 – Livro de requisições 1914-1927. Detalhe: assinaturas de Fazenda e de Vilamariz na coluna “rubrica do empregado que recebeu”.....	189
Figura 42 – Livro de requisições 1914-1927. Ano lectivo 1916-1917.....	190
Figura 43 – Reitor Teixeira Guedes, 1822.....	191
Figura 44 – Reitor Teixeira Guedes, 1910.....	192
Figura 45 – Obituário Reitor Teixeira Guedes.....	193
Figura 46 – Troca de livros: ofício do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, fl.1.....	196
Figura 47 – Troca de livros: ofício do Liceu Rodrigues de Freitas, fl.1.....	197
Figura 48 – Relatório do bibliotecário, 1931/32.....	198
Figura 49 – Movimento de leitura, 1931/32.....	199
Figura 50 – Livros adquiridos I – V, 1931/32.....	200
Figura 51 – Livros adquiridos VI – IX, 1931/32.....	201
Figura 52 – Livro de requisições 1932/33. Exemplo de página da secção feminina.....	202
Figura 53 – Livro de requisições 1932/33. Exemplo de página da secção masculina.....	203
Figura 54 – Termo de abertura do livro de matricula dos livros da biblioteca, 1916.....	204
Figura 55 – Livro de matricula dos livros da biblioteca. Primeira folha preenchida, 1933.....	204

Figura 56 – Livro de registo das obras da biblioteca 1944-1959. Primeira folha preenchida, 1944.	205
Figura 57 – Funcionários do Liceu de Faro, anos 50.	206
Figura 58 – Planta com localização da biblioteca no edifício do liceu na Alameda.	215
Figura 59 – José Gonçalves Cruz Viva, professor e bibliotecário do Liceu de Faro no século XIX.	216
Figura 61 – Luís Calado Nunes, reitor do Liceu de Faro 1911-1912.	217
Figura 62 – Luís Calado Nunes na reitoria do Liceu de Faro.	217
Figura 63 – Tuna Académica do Liceu de Faro 1916/1917.	218
Figura 64 – Tuna Académica do Liceu de Faro 1916/1917: detalhe.	218
Figura 65 – Grupo de alunos, 1920-1921.	219
Figura 66 – Grupo de alunos, 1920-1921. Detalhe: Reitor Ernesto Adolfo Teixeira Guedes.	219
Figura 67 – José Guerreiro Murta, reitor do Liceu de Faro em Setembro/Outubro de 1927.	220
Figura 68 – Alfredo Tenório de Figueiredo, reitor do Liceu de Faro 1927/28.	220
Figura 69 – Professores do Liceu de Faro, ano lectivo 1928/29.	221
Figura 70 – Francisco de Brito Simões Miranda, reitor do Liceu de Faro nos anos lectivos 1929/30 e 1930/31.	221
Figura 71 – Alfredo Carvalho, professor bibliotecário no Liceu de Faro 1927/28.	222
Figura 72 – Eduardo Antonino Pestana, professor no Liceu de Faro em 1927/28.	222
Figura 73 – José Júlio Rodrigues, reitor do Liceu de Faro 1931/32.	222
Figura 74 – Reunião do grupo de escoteiros formado no Liceu de Faro, 1931-1932.	223
Figura 75 – Reunião do grupo de escoteiros formado no Liceu de Faro, 1931-1932. Detalhe: José Júlio Rodrigues, Armando Cassiano, Cruz Malpique.	223
Figura 76 – Corpo docente, 1933-1934.	224
Figura 77 – Corpo docente, 1933-1934.	225
Figura 78 – Corpo docente, 1933-1934. Detalhe: Dias Agudo e Araújo Marinho.	226
Figura 79 – Grupo de professores e alunos[s.d.].	226
Figura 80 – Vergílio António Ferreira, professor bibliotecário 1943/44.	227
Figura 81 – Manuel Viegas Guerreiro, professor bibliotecário 1944/45.	227
Figura 82 – Corpo docente do Liceu de Faro em Julho de 1945.	228
Figura 83 – Reitor Monteiro Simões.	229

Figura 84 – Corpo docente do liceu de Faro em Julho de 1945. Detalhe: Reitor Monteiro Simões?.....	229
Figura 85 – Corpo docente do Liceu de Faro 1948-1949. Detalhe: Reitor José Ascenso.....	229
Figura 86 – Corpo docente do liceu de Faro, 1948-1949.....	230
Figura 87 – Base de dados MANES: campos de pesquisa.....	231
Figura 88 – Base de dados MANES: acesso de um utilizador credenciado.....	231
Figura 89 – Base de dados MANES: exemplo de uma ficha bibliográfica.....	231
Figura 90 – Base de dados MANES: Ficha de recolha bibliográfica.....	232

Normas, siglas e abreviaturas utilizadas

Normas

NP 405-1 (1994) Norma Portuguesa para referências bibliográficas: documentos impressos. Instituto Português da Qualidade.

NP 405-4 (2002) Norma Portuguesa para referências bibliográficas: parte 4 – Documentos electrónicos. Instituto Português da Qualidade.

ISBD (2011) Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada: edição consolidada

Siglas

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AHME	Arquivo Histórico do Ministério da Educação
BAME	Bibliotecas, Museus e Arquivos da Educação (projecto)
BN	Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
CDU	Classificação Decimal Universal
CGIP	Conselho Geral de Instrução Pública
CSIP	Conselho Superior de Instrução Pública
DG	Diário do Governo
DL	Diário de Lisboa
DLEC	Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos
DR	Diário da República
eme	Estatuto, funções e história do manual escolar (projecto)
ESJD	Escola Secundária de João de Deus
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
INRP	Institut National de Recherche Pédagogique
IHE	Instituto Histórico da Educação
ISCHE	International Standing Conference for the History of Education
MANES	Manuales Escolares (centro de investigação, projecto)
MR	Ministério do Reino
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
SGME	Secretaria-Geral do Ministério da Educação
SGMEC	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência
SIBME	Sistema Integrado de Bibliotecas do Ministério da Educação
UNED	Universidad Nacional de Investigación a Distancia

Abreviaturas

art.	artigo
cx.	caixa
fl.	folha
fls.	folhas
mç.	maço
n.º	número
p.	página
pp.	páginas
proc.	processo
v.	verso
ui	unidade de instalação
vol.	volume

Introdução

No decorrer da parte curricular do mestrado em Ciências Documentais, a disciplina de Arquivística constituiu uma tomada de consciência da importância da preservação e difusão da documentação produzida por pessoas e instituições. O meu percurso académico é um pouco distinto do habitual em Portugal – licenciatura em engenharia química e agora mestrado em ciências documentais. Sendo necessário escolher um tema para a realização de um trabalho individual nesta unidade curricular, leccionada pela Dra Sara Carvalho, à época responsável pelo arquivo da Câmara Municipal de Lagos, a minha actividade profissional, enquanto professora de Ciências Físico-Químicas 3ºciclo/Secundário, fez-me escolher o arquivo escolar como objecto de estudo. A pesquisa então empreendida levou-me a descobrir o trabalho que a Secretaria-Geral do Ministério da Educação (SGME) tem desenvolvido na difusão do património arquivístico, bibliográfico e museológico da educação. A leitura de artigos da autoria de Maria João Mogarro sensibilizou-me desde logo para a necessidade da construção de uma memória educativa em que “A tarefa de recuperar, estudar e divulgar o património educativo, nomeadamente os arquivos escolares, adquire um novo sentido de urgência” (Mogarro, 2006, p. 82).

A Escola Secundária João de Deus (ESJD) é um marco na cidade de Faro. A Avenida 5 de Outubro, em cujo topo se localiza a ESJD, é ainda hoje popularmente denominada “avenida do liceu”. O liceu/ESJD é uma referência na memória dos milhares de alunos que aí estudaram ao longo dos anos e objecto de várias “romagens de saudade”. Ao longo da sua história, o Liceu de Faro percorreu três espaços distintos: ocupou parte das instalações do seminário episcopal, na Vila Adentro; um edifício construído de raiz para o efeito, junto do Jardim Vasco da Gama, actual Alameda João de Deus (ou apenas Alameda para os farenses); as actuais instalações no topo da Avenida 5 de Outubro. Um postal de Faro com um grupo de alunos no Largo da Sé é testemunho da localização das primeiras seis décadas da instituição (vide Anexo 1). A mudança para o novo edifício, nos anos anteriores à instauração da República, não constituiu uma grande melhoria de instalações devido à sua desadequada dimensão e má construção. Ao fim de quatro décadas de desconforto, obras de remediação e ampliação, o liceu muda em 1948 para as suas instalações actuais, que são sujeitas a uma profunda intervenção da Parque Escolar desde 2009. O edifício junto à Alameda é atribuído à Escola Técnica Elementar Serpa Pinto para logo em 1950 ser objecto de diversas obras de remodelação. A traça original, da autoria do arquitecto Adães Bermudes, continua a ser reconhecível no edifício da Escola Secundária Tomás Cabreira.

A ESJD é a natural depositária do património museológico, arquivístico e bibliográfico do Liceu de Faro, do qual é a sua continuação. A biblioteca localiza-se no rés-do-chão do edifício e parte do fundo documental da ESJD não está em regime de livro acesso. O espólio/biblioteca pessoal de Ernesto Adolpho Teixeira Guedes (1871-1925), reitor do liceu de 1918 a 1924, e um numeroso conjunto de monografias do século XIX e XX encontra-se numa sala de acesso condicionado, referenciada como sala Teixeira Guedes (cf. Anexo 2). O trabalho desenvolvido por professores nas décadas de 80 e 90 permitiu o registo das obras pertencentes ao reitor Teixeira Guedes. Foi utilizado o *software* Docbase e elaborado um catálogo impresso em que são apresentados os títulos organizados por data e por ordem alfabética dos autores. A comunidade escolar conseguiu que os móveis de madeira, com portadas em rede, da biblioteca inaugurada em 1948, fossem integrados no espaço actual (cf. Anexo 2). O acesso às largas dezenas de obras existentes nestes armários permanece condicionado. A professora bibliotecária, Dra. Maria João Seruca, alertou-me, numa primeira visita realizada em Junho de 2012, que um número indeterminado de monografias não estaria tratado e inserido no catálogo da biblioteca e que acolheria com muito agrado uma proposta de colaboração para o respectivo tratamento documental. A ESJD foi uma das escolas remodeladas pela Parque Escolar pelo que a sua biblioteca foi sujeita a um levantamento inserido no projecto “Bibliotecas, Museus e Arquivos da Educação” (BAME). A Dra. Maria João Seruca referiu ainda, neste primeiro contacto, que o técnico da SGME responsável pelo levantamento na ESJD, Dr. Pedro Maximino, tinha ficado muito impressionado com a variedade e quantidade de manuais escolares existentes neste fundo documental. Pessoalmente, há já alguns anos que guardava e ocasionalmente relia alguns manuais de química e de geografia pelos quais o meu pai tinha estudado na década de 40. Começou-se assim a desenhar um projecto de trabalho que consistiria no tratamento dos manuais escolares do fundo documental da ESJD e na sua difusão através de uma base de dados internacional. O Dr. Pedro Maximino teve a amabilidade de responder ao meu contacto e de me incentivar a realizar a minha dissertação sobre a biblioteca da ESJD e os seus manuais escolares.

Impunha-se então, por motivos metodológicos, enquadrar o período histórico deste estudo e definir as áreas disciplinares dos manuais a tratar. Optei por restringir o período temporal a duas datas marcantes, 1836 – ano da publicação do diploma de Passos Manuel que determina a existência de um Liceu “em cada uma das capitais dos distritos administrativos do continente do reino, e do ultramar”, e 1948 – data da inauguração do novo edifício do liceu, no topo da Avenida 5 de Outubro, e do ressurgimento do regime de livro único em Portugal.

A história da educação e as ciências documentais são campos de conhecimento que tradicionalmente são pesquisados por investigadores com formação de base nas humanidades – história, sociologia, literatura – e os trabalhos realizados reflectem essa formação. Os temas a que foi dada uma primeira atenção foram o ensino das primeiras letras, latim, literatura, história começando a surgir recentemente o interesse por outras áreas. A ambição de tratar todos os manuais existentes na ESJD com edição entre 1836 e 1948 foi afastada perante o elevado número de documentos com que me deparei durante um levantamento qualitativo preliminar das prateleiras dos reservados. Por predilecção pessoal e profissional e pelo facto de serem áreas ainda pouco estudadas, optei por eleger a Física, Química, Ciências Naturais e a Geografia como áreas disciplinares prioritárias. O contacto efectuado com a Dra Gabriela Ossenbach, coordenadora do centro de investigação interuniversitário “Manuales Escolares” (MANES), sediado em Madrid na Universidad Nacional de Investigación a Distancia (UNED), permitiu que me fosse fornecido o acesso à base de dados para lançamento dos manuais tratados de acordo com a metodologia deste projecto, sendo a Dra Ana Badanelli responsável pelo seguimento do trabalho desenvolvido.

A reduzida bibliografia existente sobre a história do Liceu de Faro fez surgir a necessidade de recorrer a fontes primárias. Tendo em conta o sombrio quadro traçado por vários autores, sobre os arquivos nas escolas e sobre os arquivos centrais do Ministério da Educação (Nóvoa, 1997; Seabra 1999; Rodrigo, 1999; Correia, 2002; Mogarro, 2006), é expectável que a realização de um estudo com base em fontes primárias será sempre parcial e dificultado pela destruição/desaparecimento de muita documentação e pela inexistência de uma organização formal definida.

Em 1997 o Ministério da Educação criou um grupo de trabalho¹, designado com frequência por “grupo de trabalho do Instituto Histórico da Educação”, que efectuou o levantamento dos arquivos históricos de 35 escolas secundárias, entre elas a ESJD. Na ficha resumo relativa à ESJD é indicado que “o acervo documental parece estar completo, embora as condições ambientais não sejam as mais adequadas – três armários envidraçados, de madeira, recebem as séries mais relevantes, do ponto de vista histórico, livros de actas, registos biográficos.” (Nóvoa, 1997, Anexo V, Ficha resumo da Escola Secundária João de Deus). O dossier 23/97 deste grupo de trabalho, actualmente no Centro de Documentação do ME na Avenida 5 de Outubro, reúne um conjunto de fotografias de fraca qualidade em que se podem apreciar as condições em que se encontrava na altura o arquivo bem como o espólio

¹ Despachos n.º 137/ME/96 de 17 de Julho e n.º 218/ME/96 de 25 de Setembro

bibliográfico e museológico da ESJD. Este levantamento foi posteriormente editado em CD e incluído na obra *Liceus de Portugal*. A informação disponibilizada é uma listagem de séries/unidades documentais identificadas pela equipa que realizou o levantamento e “não podem, contudo, ser considerados como um trabalho de descrição arquivística uma vez que lhes falta o rigor da análise e da representação próprios da metodologia arquivística de descrição” (Vieira, 2003, p. 814).

Segundo informações prestadas pelo director da ESJD, Dr. Fernando Gomes, que cessou funções em 2012, Carla Justino, mestre em História Contemporânea, de 1998 a 2000, trabalhou a tempo parcial no arquivo da ESJD, dado que se encontrava a leccionar na Escola Superior de Educação do Algarve equiparada a assistente do 2.º triénio. Os documentos encontravam-se amontoados e sem organização e o trabalho desenvolvido permitiu, segundo relatou, que grande parte do acervo arquivístico fosse reacondicionado e instalado em estantes com condições mínimas de organização e preservação. O contacto estabelecido com a Dra Carla Faustino permitiu apurar que não foi possível à altura produzir um instrumento de descrição arquivística final como resultado do trabalho.

A intervenção da Parque Escolar, iniciada em 2009, inclui uma nova inventariação ao arquivo da ESJD antes do início das obras – inventariação que se encontra disponível na base de dados do Arquivo Histórico do Ministério da Educação² (AHME). Esta nova inventariação, posterior ao trabalho realizado pela Dra Carla Faustino, é mais completa que o levantamento incluído na obra *Liceus de Portugal*. O surgimento de divergências entre a Parque Escolar e o empreiteiro conduziu a uma longa interrupção das obras. No final do ano lectivo de 2012/2013, metade do edifício ainda se encontrava inoperacional e os documentos do arquivo encontravam-se num espaço com poucas condições (uma arrecadação em tosco por baixo das bancadas do campo de jogos coberto) e sem observar a organização definida em 2000.

As actuais condições do arquivo da ESJD dificultam, para não dizer impedem, o acesso a documentos que podem fornecer informações relevantes para a construção da história da biblioteca do Liceu de Faro. No entanto uma pequena mas muito relevante parcela do espólio arquivístico encontra-se neste momento nas instalações da biblioteca da ESJD. Entre estes documentos figuram, por exemplo, os registos dos officios dirigidos à comissão de estudos do distrito de Faro (1846-1860) e os livros de termos de exames realizados a partir de 1850 que sobreviveram às precárias condições e às várias transformações ocorridas durante a vida desta

² <http://eduarquivo.sec-geral.mec.pt/>

instituição. Em duas prateleiras da sala Teixeira Guedes encontra-se portanto um espólio documental fundamental para a compreensão da história do Liceu de Faro, e cuja listagem se encontra no final do trabalho (Fontes).

No decorrer deste trabalho foram descobertos num armário da biblioteca dois documentos do século XIX relativos à actividade da biblioteca e vários livros de registo de requisições anteriores a 1950 os quais foram transferidos para a sala Teixeira Guedes. Não foi possível localizar, apesar de constar em apontamentos que a Dra. Carla Faustino gentilmente nos facultou, um conjunto de documentação relativa ao final do século XIX e início do século XX (livros de actas e relatórios do reitor). Surgiu assim a necessidade de recorrer a outros arquivos para colmatar a informação em falta no arquivo da ESJD. Tendo em conta o tempo previsto para a realização deste trabalho optou-se, ainda, por efectuar uma consulta da documentação primária referenciada por outros autores:

- João Barroso, no decorrer do trabalho de pesquisa descrito em *Os liceus: organização pedagógica e administração (1836-1960)*, descobriu na década de 90 do século passado os relatórios do reitor de Faro relativos aos anos lectivos 1932/33, 1936/37, 1938/39 e 1939/40, que se encontram actualmente nas instalações do AHME;
- Carlos Beato que faz uma recolha minuciosa dos relatórios dos comissários dos estudos existentes no fundo do Ministério do Reino, na Torre do Tombo, na sua tese de doutoramento intitulada *Os liceus e as ciências (1836-1860): um estudo sobre o processo de criação das disciplinas de ciências físicas e naturais nos liceus portugueses*;
- Ana Teresa Santa Clara que destaca o maço 3833 do Ministério do Reino como contendo os mapas dos professores públicos em 1845 e respectivo local onde decorriam as aulas em *Os caminhos para a construção da escola: sobre a implementação do Liceu de Lisboa (1836-1860)*.
- Carlos Manique da Silva que refere o maço 4066 do Ministério do Reino como contendo um ofício de Adães Bermudes relativo à construção do Liceu Nacional de Faro em *Escolas Belas ou espaços sãos: uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa, 1860-1920*.

No AHME, a Dra. Françoise LeCunff, com o seu profundo conhecimento da documentação existente, seleccionou um conjunto de referências que considerou relevantes

face à descrição dos meus objectivos: o processo de obras do liceu na década de 20 e o inventário do mobiliário e do material didáctico existente na biblioteca em 1928.

Os relatórios dos reitores constituem uma fonte inestimável para a obtenção de informações sobre os liceus e sobre as suas bibliotecas dado que estavam condicionados pela legislação referir expressamente esta instalação no relatório anual. A biblioteca da ESJD tem inscritos no seu catálogo os anuários do Liceu de Faro para os anos lectivos de 1898/1899, 1900/01, 1910/1911 e 1931/32. Infelizmente não foi possível localizar estes documentos nas suas estantes. Estes anuários são também referidos na bibliografia da tese de doutoramento de João Barroso que os consultou num depósito de documentação ainda não tratada num arquivo da SGME³. Infelizmente, na sequência de várias mudanças de instalação, estes documentos encontram-se no depósito do Arquivo Histórico do ME o qual está a ser reavaliado e presentemente inventariado, não estando portanto disponíveis, de acordo com informação que recolhemos junto da Direcção de Serviços de Documentação e Arquivo da SGME. Após múltiplas pesquisas foi possível localizar e consultar esses anuários que se encontram no fundo documental da BGUC e da BPMP. Para além destes relatórios encontram-se dez relatórios na biblioteca da ESJD e oito relatórios no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cobrindo no total catorze anos lectivos. Não foram localizados os relatórios relativos aos anos lectivos 1934/35, 1935/36 e 1945/46.

A pesquisa efectuada no portal de pesquisa do ANTT⁴, elegeu como potencialmente interessante o maço 3865 do Ministério do Reino por esta unidade de instalação estar descrita como “correspondência do liceu de Faro 1840/1870” recebida pela Direcção Geral de Instrução Pública. Esta escolha revelou vários documentos relevantes para compreender o processo de instalação do liceu.

O Professor Mesquita Vilhena na sua *História da Imprensa do Algarve* (1988) descreve pormenorizadamente os vários jornais estudantis com origem na academia fareense, a maioria de curta vida devido ao facto de serem dirigidos por alunos finalistas. Muitos dos títulos nela citados não existem nas bibliotecas regionais, mas foi possível consultar, no Arquivo Distrital de Faro, doze exemplares do quinzenário “Capas Negras” (1928) e, na biblioteca da ESJD, o número oito de “A Centelha” que constituíram uma preciosa fonte de informação sobre a biblioteca e a história do liceu. Na Biblioteca Nacional foi possível consultar o “Alma

³ Informação gentilmente cedida pelo próprio por correio electrónico em Abril de 2013.

⁴ <http://digitarq.dgarq.gov.pt/>

Académica” (1931-32) não estando disponível para consulta, devido ao seu mau estado, o jornal “A mocidade” (1911-1913).

Esta dissertação estrutura-se em três partes. Em primeiro lugar é efectuada a apresentação da investigação, revisão bibliográfica, descrição de projectos e bases de dados que têm como objecto o manual escolar, e um breve resumo da história do manual escolar em Portugal. É ainda dada atenção à terminologia empregue para designar e caracterizar as obras que comumente remetemos para essa categoria.

A segunda parte deste trabalho é dedicada ao enquadramento legislativo das bibliotecas liceais e à história da biblioteca e do Liceu de Faro. Esta vertente da investigação foi ocupando, em particular, um tempo de pesquisa cada vez maior dada a necessidade de consultar e coligir múltiplas fontes primárias, dispersas por vários fundos documentais.

Por fim os manuais escolares de Física-Química, Ciências Naturais e Geografia existentes no fundo documental da biblioteca da ESJD, editados entre 1836 e 1948, são objecto de estudo na terceira parte desta tese, sendo caracterizada a metodologia em uso para a recolha de informação bibliográfica dos manuais escolares e a sua inclusão no catálogo da base MANES. É examinado o contributo que os manuais escolares da ESJD trazem para o enriquecimento da base MANES bem como a relevância deste espólio documental a nível nacional. São ainda apresentados alguns aspectos biblioteconómicos da biblioteca do Liceu de Faro no período em apreço e a sua relação com a actual biblioteca da Escola Secundária João de Deus.

Em anexo a esta dissertação são apresentados extractos e compilações de legislação relativa à biblioteca ou aos manuais escolares no período em apreço, reproduções de fontes originais ou suas transcrições parciais que são citadas no corpo da dissertação, imagens da interface gráfica da base de dados MANES, lista de manuais registados na base MANES e registo bibliográfico dos manuais inseridos no catálogo da biblioteca ESJD. Algumas imagens do Liceu de Faro no Largo da Sé e junto à Alameda e as instalações actuais da biblioteca da ESJD são também apresentadas por se considerar permitirem contextualizar os locais referidos neste trabalho. São ainda apresentadas em anexo reproduções de fotografias, a maioria do arquivo fotográfico da ESJD, que nos permitem ficar a conhecer a imagem de algumas das pessoas relacionadas com a história do Liceu de Faro.

Todos os endereços relativos a sites ou artigos publicados na Internet que são citados neste trabalho encontravam-se disponíveis em linha em Agosto de 2013.

Parte I – Manuais escolares

1.1 Revisão bibliográfica

A imagem da escola é indissociável da imagem do livro. Na representação iconográfica de escolas na Idade Média os mestres e discípulos figuram sustendo livros abertos nas suas mãos. A aprendizagem da leitura era efectuada em livros elementares compostos por frases e períodos curtos e graduais, abecedários, orações e os estudos mais avançados em gramáticas latinas, como por exemplo a *Ars grammatica*, especialmente a secção sobre as oito partes do discurso *De octo partibus orationis* de Donato (século IV d.C.), frequentemente referenciada apenas como *Ars minor*. O livro manuscrito era um objecto caro e os estudantes recorriam a cópia de partes das obras – a *pecia* – que era alugada a professores, estudantes e copistas. O advento da imprensa no século XV confere uma maior acessibilidade ao livro, tendo os primeiros impressores efectuado edições de gramáticas latinas e outros livros escolares populares na época (McMurtrie, 1997, p.199), estando recenseadas, por exemplo, mais de trezentas edições da *Ars minor* de Donato no século XV. Coménio, na *Didatica Omnia Magna* (Amesterdão, 1657), tece várias considerações sobre as características dos livros escolares constituindo, segundo Cavadas, uma das primeiras referências escritas às obras redigidas especialmente para o ensino (Cavadas, 2008, p. 25). A generalização das obras para o ensino acompanha a universalização da alfabetização e da escolarização na Europa e constitui “mais um instrumento na organização do sistema de instrução pública” e “a sua expansão está relacionada com a implantação de modelos de ensino simultâneo ou colectivo” (Monteiro, 2010, p. 345). No acto legislativo de 1936, que marca a fundação dos liceus em Portugal, os manuais escolares são expressamente referidos dado que “o exame, a escolha, e a composição dos Compêndios” é uma das atribuições do “Conselho do Lyceo” devendo fazer sobre isso “uma proposta á Direcção geral dos Estudos, que proporá ao Governo uma recompensa adequada para os Auctores dos melhores livros elementares”. Monteiro (2010, p. 345) sintetiza a ligação contemporânea entre a escola e o manual escolar:

Os manuais escolares constituem-se, a partir da segunda metade do século XIX, como um produto editorial específico: instrumentos para configurar o currículo e organizar a prática escolar. Em suma: o desenvolvimento da instrução, a melhoria das técnicas de impressão e o triunfo do ensino simultâneo vão favorecer a proliferação dos livros como utensílios pedagógicos de uso geral.

Apesar da sua importância no processo de ensino-aprendizagem vários investigadores salientam que o manual escolar foi durante muitos anos considerado um livro menor por bibliófilos, bibliotecários e arquivistas.

No início do século XX o norte-americano Clifton Johnson (1904), na introdução da sua obra *Old time Schools and Schoolbooks*, já lastimava a efemeridade do manual escolar:

But the pleasure of seeing the books of our schooldays is seldom experience; for, once their work was done, they received cant care, and most of the multitude that were printed have perished utterly. The wear and tear of use and the accidents and exigencies of time have made way with them, and to-day one could hardly find the books he studied as a child save by long and patient search, and perhaps some of them not at all.

Ao longo do século XX o testemunho de Johnson não perdeu actualidade e vários investigadores enumeram os motivos que justificam a transitoriedade do manual escolar (Choppin, 1980 e 1992; Ferrer, 1999; Benito, 2001; Magalhães, 2011).

Nas bibliotecas escolares o manual é valorizado apenas enquanto estiver de acordo com o programa em vigor. Objecto de consumo, barato, estruturalmente frágil não resiste muitos anos ao manuseamento intensivo dos estudantes, ainda que por vezes, sobrevivm alguns exemplares, nas bibliotecas familiares, conservados por razões afectivas. O manual escolar, produto de massa sujeito a numerosas edições, é vítima da sua própria abundância e banalização. Hoje em dia e paradoxalmente, os manuais escolares são difíceis de localizar, com alguns exemplares esquecidos e por vezes em mau estado nos fundos documentais das bibliotecas. Frequentemente não estão catalogados tornando-se inacessíveis aos investigadores, nomeadamente na área da história da educação mas não só, cujo interesse por esta fonte de informação tem vindo a aumentar.

Desde os anos oitenta do século XX que se tem vindo a verificar uma evolução nas linhas de investigação em história da educação. Grande parte da investigação estava focada na história das ideias e da política educativa, a escolarização, os movimentos sociais, as grandes opções pedagógicas. Pouco a pouco começam a aparecer trabalhos que se centram na vida escolar, nos métodos e práticas escolares, na didáctica das disciplinas, na escola como um veículo de transmissão mais ou menos explícita de valores morais, religiosos e políticos. Surge ainda um renovado interesse pela preservação da memória da escola, na musealização do espaço escolar, procurando-se reunir colecções de objectos (móveis, quadros parietais, equipamento de laboratório) e de livros que ilustram a vida quotidiana nas escolas.

Magalhães (2011, p. 21) destaca ainda a importância do livro escolar manuseado:

“[...] relevantes para uma história crítica sobre as modalidades de utilização e apropriação são as marcas que os professores e os alunos ou outros leitores deixam gravadas nos livros, seja como registo autográfico, seja como cronograma, divisória do texto, sublinhado, acrescento, remissão, correcção. Para o estudo das modalidades de utilização e apropriação, o acesso a exemplares efectivamente usados reveste-se por consequência de significado acrescido.”

O manual escolar permite também estudar aspectos como a evolução das técnicas de impressão, da utilização da imagem, da mancha gráfica ou da implantação e difusão de uma nova ideia científica.

É neste quadro que surge a necessidade de preservar os manuais escolares e facilitar o seu acesso aos investigadores. Alain Choppin (1948-2009) é considerado pioneiro no estudo da história dos manuais escolares e na sua inventariação. A partir de 1979 desenvolveu a sua actividade no *Service d'histoire de l'éducation* no *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP) disponibilizando em 1982 os primeiros dados bibliográficos sobre manuais escolares. A sua produção científica aborda a história do livro e sua edição sob múltiplos aspectos, nomeadamente a inventariação dos manuais produzidos e a sua regulamentação. A leitura da sua obra, monografias, capítulos de monografias, artigos em revistas⁵ permite obter um panorama da investigação sobre manuais escolares, sendo citado por múltiplos investigadores. O seu trabalho conduziu à criação de uma base de dados dos manuais escolares franceses editados desde 1789, denominada EMMANUELLE, a qual inclui as instituições em que esses manuais se encontram. O estabelecimento de uma rede internacional de cooperação e pesquisa no domínio dos manuais escolares foi também uma das consequências do trabalho desenvolvido no INRP. Em Espanha surge como referência o trabalho de Agustín Escolano Benito que dirigiu a publicação da *Historia Ilustrada del Libro Escolar en España* e o trabalho desenvolvido pela equipa de investigação do projecto MANES.

Ao constituir-se como objecto epistémico o manual escolar é tema e assunto de publicações periódicas, encontros e conferências nacionais e internacionais. A definição da natureza e identidade do manual escolar constitui um dos tópicos de discussão e será referenciado no ponto 1.5 do nosso trabalho. O número especial de 1993 da revista “Histoire

⁵ O INRP mantém a sua página pessoal com as referências da sua produção científica http://www.inrp.fr/she/pages_pro/choppin.htm

de l'education" é-lhe dedicado – *Manuels scolaires, États et sociétés: XIXe-XXe siècles*. O XXII congresso da “International Standing Conference for the History of Education” (ISCHE), que decorreu em Alcalá de Henares em Setembro de 2000, teve como tema central os manuais escolares: *Books and education*. A revista “Paedagogica Historica” publicou em 2002 (Vol. XXXVII, nº1) sob o título *Books and education: 500 years of reading and learning* dezoito comunicações apresentadas no congresso da ISCHE. Algumas das apresentações deste congresso são publicadas em 2005 na monografia *Manuales Escolares en España, Portugal y América Latina (siglos XIX y XX)*.

De objecto desprezado a fonte primária privilegiada, a produção científica baseada no manual escolar aumenta e dispersa-se:

“Or les manuels scolaires, par leur complexité même, se prêtent à des investigations de nature fort différentes: didacticiens, historiens, linguistes, sociologues, pédagogues, sémioticiens... s'intéressent aux livres de classe. Mais comme tous ses chercheurs publient dans des revues de spécialistes très diverses, ils ont rarement une connaissance réciproque de leurs travaux. [...] Ce cloisonnement, de nature disciplinaire et géographique, conduit à une production scientifique certes abondante, mais trop souvent redondante, lacunaire, voire obsolète.” (Choppin, 1992, p. 211)

No âmbito do acima referido congresso ISCHE, Choppin abalança-se a efectuar um artigo sobre o desenvolvimento das principais linhas de investigação acerca de manuais escolares que intitula *L'histoire du livre et de l'édition scolaires: vers un état des lieux* (Choppin, 2002).

Em Portugal, a investigação nesta área acompanha esta tendência internacional. Em 1998, no âmbito do projecto “Estatuto, funções e história do manual Escolar” (projecto eme) realiza-se o “I Encontro Internacional sobre manuais escolares”, cujas comunicações são objecto de publicação em 1999 na monografia *Manuais escolares: estatuto, funções e história*.

A Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) organizou, a partir de uma ideia do Professor Mário Gonçalves Fernandes, em Fevereiro e Novembro de 2007, uma exposição de manuais escolares de Geografia integrando exemplares do Departamento de Geografia, do fundo primitivo da FLUP, do fundo geral da Biblioteca Central e da colecção particular do próprio Professor Mário Gonçalves Fernandes, contabilizando mais de 160 volumes desde a actualidade até 1830. Esta exposição voltou a repetir-se em Outubro de 2008 e o seu catálogo publicado (Fernandes, 2008). Igualmente em 2008, no âmbito do “VII Congresso Luso-brasileiro da Educação”, realizou-se uma

exposição bibliográfica de manuais escolares existentes no fundo da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) que, recorde-se, é uma biblioteca patrimonial, recebendo, por Depósito Legal e desde a sua criação em 1883, todas as publicações editadas no País.

O “Colóquio Internacional Manuais Escolares” organizado pela Universidade Lusófona em colaboração com o projecto MANES tem-se realizado anualmente desde 2009, relacionando os manuais escolares com a temática das dinâmicas da aprendizagem (2009), mudanças nos discursos e práticas (2010), novas práticas (2011) e contextos sociais (2012). As comunicações mais relevantes destes colóquios têm sido objecto de publicação pelas Edições Universitárias Lusófonas.

O Professor Justino Magalhães tem desenvolvido a sua actividade na área da história da educação, sendo autor de artigos e capítulos de livro/actas sobre a historiografia do manual escolar (Magalhães, 1999, 2005, 2006, 2008). Em 2011 publica a monografia *O mural do tempo: manuais escolares em Portugal*, na qual faz uma resenha da história do manual escolar, efectua um levantamento do regimento e aprovação do manual escolar em Portugal e apresenta um inventário crítico dos manuais escolares portugueses para o ensino primário publicados entre os séculos XVI e XX.

Segundo Magalhães (2011, p.19) em Portugal as abordagens mais comuns ao manual escolar são:

[...] as que procuram uma sistematicidade decorrente de catálogos e série por segmentos de ensino e as que privilegiam a perspectiva temática. De uma forma geral são estudos realizados sob a modalidade de provas académicas (mestrado ou doutoramento) e que tomam os manuais como fonte histórica. Parte destes estudos recai sobre a história das disciplinas e das práticas escolares, sendo o livro escolar ora utilizado *per se*, ora como adaptação curricular e contraponto à legislação escolares.

Em nota de rodapé Magalhães ressalta, entre outros, cinco estudos em que esta é a abordagem seguida: *Livros escolares de Leitura: uma análise longitudinal e diacrónica (séculos XVI-XX)*, tese de doutoramento de Paulo Jorge dos Santos Lopes (2001); *A Alma e o engenho do currículo. História das disciplinas de Português e de Desenho no ensino secundário do último quartel do século XIX a meados do século XX*, tese de doutoramento de Lígia Penim (2008); *Guerra Fria e Manuais Escolares – Distanciamentos e Aproximações*, tese de doutoramento de Cristina Ribeiro Maia (2010); *DA CAPO AL CODA, manualística de educação musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização*, tese de doutoramento de José Monteiro da Costa (2010).

Uma listagem da produção científica de uma determinada área, ou sobre um determinado assunto, corre sempre o risco de ser parcial. No que diz respeito à temática história da educação/manuais escolares considero que aos cinco estudos destacados por Magalhães devem ser acrescentados os trabalhos desenvolvidos por Bento Cavadas, Carlos Beato, Emília Amador, Isabel Chaves, Carlos Saraiva e Sérgio Claudino, todos eles na modalidade de prova académica e não editados comercialmente.

Bento Cavadas (2008) tem uma abordagem temporalmente alargada e centrada nos manuais escolares, intitulado-se a sua dissertação: *A evolução dos manuais escolares de Ciências Naturais do ensino secundário em Portugal: 1836-2005*. Nesta elabora-se um estudo cuidadoso sobre a evolução dos manuais de Ciências Naturais desde o Liberalismo, passando pela 1.ª República e o Estado Novo até à democracia. O enquadramento teórico não se centra apenas nos manuais escolares de Ciências Naturais optando o autor por fazer uma abordagem generalista sobre o manual escolar. O significado do termo manual escolar (evolução, conceito, tipologia) e as suas funções encontram-se pormenorizadamente apresentados sendo ainda sintetizada a sua história e explorada a sua vertente de transmissão ideológica e cultural.

Carlos Alberto da Silva Beato (2011) estuda as disciplinas de ciências nos liceus portugueses no século XIX: *Os liceus e as ciências (1836-1860): um estudo sobre o processo de criação das disciplinas de ciências físicas e naturais nos liceus*. O trabalho baseou-se fundamentalmente em documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, numa das suas vertentes, aborda o manuais de Física, Química e História natural utilizados nos primeiros vinte e cinco anos de existência daqueles estabelecimentos de ensino secundário. São enumerados os manuais escolares indicados pelos reitores nos seus relatórios anuais, tendo Beato concluído que os manuais utilizados eram quase todos de origem francesa, com características enciclopédicas.

Emília Amador realiza um estudo sobre a introdução da disciplina de Física nos liceus na sua tese *O Ensino Experimental da Física nos liceus até ao segundo quartel do século XX*. Os livros utilizados no ensino são um dos aspectos abordados nesta pesquisa, apresentando-se os compêndios utilizados no ensino de Física nos liceus, com destaque para os de Coimbra, Guarda e Viseu.

Isabel Chaves na dissertação *Trabalhos Práticos Liceais em Perspectiva Histórica: o caso dos trabalhos de Electricidade e Magnetismo* oferece uma visão do trabalho laboratorial de dois conteúdos da disciplina de Física no período compreendido entre 1855 e 1973. Os aspectos mais valorizados pela legislação na implementação do trabalho experimental de

Física são comparados com uma análise de uma amostra de oito manuais de trabalhos práticos.

Carlos Saraiva tem como objecto de investigação a análise de conteúdo dos manuais de Física entre 1855 e 1974 em *Evolução histórica da abordagem do electromagnetismo e indução electromagnética nos livros de texto para o ensino secundário*. Neste trabalho é apresentada uma extensa lista de manuais escolares utilizadas no âmbito das várias reformas do ensino liceal e são analisados quinze manuais, oito dos quais editados no século XIX. É ainda efectuada uma revisão da literatura internacional sendo os estudos classificados em dois grandes grupos: estudos que se centram nos conteúdos dos manuais escolares, que se subdividem ainda em análise semântica, análise de forma, analogias e metáforas, análise sociológica; estudos de índole pragmática que se subdividem em elaboração de grelhas para análise de manuais escolares e utilização do manual escolar por parte de professores e/ou alunos. O autor faz um breve resumo dos estudos que se centram na evolução histórica da apresentação de conteúdos de Física nos manuais escolares. É destacada a dificuldade em localizar os manuais escolares necessários para a sua investigação, deplorando o estado lastimável das bibliotecas e arquivos em Portugal.

Sérgio Claudino Loureiro Nunes estuda os compêndios publicados desde a revolução liberal à reforma curricular de 1894/95 e a imagem de Portugal nesses manuais em *Portugal através dos manuais escolares de Geografia. Século XIX. As imagens intencionais*. Nesta dissertação de doutoramento em Geografia Humana é também abordado o processo de adopção de manuais escolares, no período em referência, tendo o autor utilizado na sua análise como fontes primárias, para além da legislação, as actas do Conselho Superior de Instrução Pública.

1.2 Projectos

Os projectos tendo como objecto de estudo o manual escolar ganham maior dimensão a partir dos anos 80 do século XX. Em Portugal têm sido realizados vários estudos de história e didáctica das disciplinas em que o manual escolar constitui uma fonte privilegiada. Não cabe aqui fazer o levantamento exaustivo destas contribuições, até porque o centro MANES mantém actualizadas e disponíveis em linha, como instrumento de apoio à investigação, listas bibliográficas de artigos e monografias sobre manuais escolares⁶.

⁶ <http://www.uned.es/manesvirtual/portalmanes.html> na hiperligação BIBLIOGRAFÍA MANES e/ou Catálogo BIBLIOMANES.

Considerou-se mencionar apenas projectos relevantes pela sua proximidade com a investigação realizada e/ou actualidade: projecto eme, projectos desenvolvidos pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação (SGME), protocolo de cooperação entre a UNED e a Universidade Lusófona.

O projecto eme iniciou-se em 1995 tendo como investigador responsável Rui Costa Vieira Castro⁷. É no âmbito deste projecto que se realiza em Braga, em Novembro de 1998, o “I Encontro Internacional sobre manuais escolares”, sendo um dos conferencistas Alain Choppin. É neste encontro que Justino Magalhães apresenta uma contextualização das linhas de investigação sobre o manual escolar em Portugal. Em 2005, mas ainda no âmbito do projecto eme, Rui Vieira de Castro e Justino Magalhães descrevem um estudo de caso em que foi elaborado um inventário de todos os manuais escolares e livros didácticos auxiliares existentes na Biblioteca Pública de Braga e nas bibliotecas do Liceu Sá de Miranda (Braga) e Liceu Martins Sarmiento (Guimarães). A análise efectuada considerou as áreas curriculares de Português, História e Filosofia e os manuais foram agrupados por períodos – até 1932, de 1932 a 1960 e depois de 1960. Foram inventariados sessenta e um livros para o primeiro período, setenta para o segundo, não sendo apresentado no artigo o total de livros inventariados com data de edição posterior a 1960. Na apresentação deste estudo não é indicada qual a data de edição do manual mais antigo e as casas editoras mencionadas são todas portuguesas. O nosso trabalho apresenta algumas semelhanças com o estudo de caso referido. São escolhidas três áreas curriculares – Física-Química, Ciências Naturais, Geografia – e define-se um período – de 1836 a 1948 – efectuando-se o levantamento e tratamento documental dos manuais escolares existentes na biblioteca de uma escola secundária que sucede a um liceu nacional. Não será possível estabelecer uma comparação directa entre os levantamentos dado que as áreas curriculares são diferentes mas neste estudo de caso realizado em Braga e Guimarães temos um indicador quantitativo respeitante ao número de manuais sobreviventes em três bibliotecas, duas delas de liceus fundados no século XIX à semelhança do Liceu de Faro.

Em 1996/97, o já anteriormente referido grupo de trabalho do Instituto Histórico da Educação (IHE), diagnosticava a situação do património escolar nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica e propunha medidas para a sua preservação e valorização. É então criado o IHE, extinto em 2002 na sequência de mais uma remodelação das estruturas do Estado. À SGME, na sequência da extinção do IHE, são atribuídas competências acrescidas

⁷ Projecto PCSH/C/CED/868/95 financiado pela FCT, proposto pela Universidade do Minho e executado pelo Centro de Estudos em Educação e Psicologia entre 1995 e 1998.

na gestão do património escolar arquivístico, bibliográfico e museológico. No site da SGME existiu, entre 2002 e o primeiro trimestre de 2013, o Museu Virtual da Educação constituindo um repositório de memórias referentes ao Património Cultural da Educação em Portugal⁸. A nova orgânica do Ministério da Educação, que resultou da sua fusão com o Ministério da Ciência e Tecnologia, levou à criação de um novo site para a agora Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência (SGMEC), sem serem tomadas as medidas técnicas que possibilitassem a conservação e consulta do anterior site da SGME, estando o endereço www.sg.min-edu.pt indisponível. Os conteúdos produzidos pelos técnicos dos serviços de documentação e arquivo da SGME ainda não se encontravam disponibilizados no final de Agosto de 2013 no novo site da SGMEC. Nas várias exposições que se encontravam disponíveis em linha tinha sido dada atenção à temática do manual escolar: A B C – bordado ensino e práticas de leitura – os manuais escolares nos fundos documentais do Ministério da Educação; Ensino e Práticas de leitura 1 e 2; Rómulo de Carvalho – Vida e Obra; Seomara Costa Primo – Vida e Obra; Cem anos de Manuais Escolares de Física 1859-1958. Nestas exposições era ainda disponibilizada, para além de uma bibliografia sobre a temática, uma lista de legislação sobre as reformas e programas do ensino liceal e legislação mais directamente ligada à regulamentação do manual escolar. No site da SGME era ainda possível consultar o Repositório Digital da História da Educação divulgando conteúdos do seu acervo documental em formato electrónico, entre os quais manuais escolares de Língua Portuguesa e Gramática, Matemática, Ciência e Tecnologias, Geografia e História, Desenho, Geometria e Artes Visuais. O projecto Internet Archive através do serviço Wayback Machine arquiva periodicamente instantâneos de sites na Internet. Este projecto não procede ao arquivo integral dos sites pelo que algumas páginas de um determinado site poderão não estar disponíveis. Graças a este projecto é assim possível aceder a 131 instantâneos do site da SGME entre 24 de Novembro de 2002 e 23 de Abril de 2013, nos quais podemos consultar parcialmente os conteúdos acima referidos⁹.

A SGME, no contexto da renovação dos edifícios escolares empreendida durante o XVII Governo Constitucional, celebrou em Março de 2007 um acordo de colaboração com a Parque Escolar EPE no sentido de identificar as necessidades de intervenção nas áreas bibliográfica, arquivística e museológica nas escolas intervencionadas, organizando os respectivos inventários. Este acordo deu origem ao projecto BAME em que a Parque Escolar garantia a

⁸ <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/>.

⁹ http://web.archive.org/web/*/http://www.sg.min-edu.pt/.

operacionalidade financeira e a SGME a operacionalidade técnica. No que diz respeito ao património bibliográfico o objectivo era o estudo das colecções mais antigas existentes nas escolas, alargando o conhecimento dos fundos dispersos através da sua difusão no Sistema Integrado de Bibliotecas do Ministério da Educação (SIBME). Os indicadores bibliográficos desta intervenção encontram-se sintetizados num documento existente no site da Parque Escolar¹⁰. O projecto decorreu em três fases e neste documento síntese (elaborado antes da conclusão da fase três) a tipologia das informações disponibilizadas para a fase um e dois é diferente das apresentadas para a fase três o que dificulta uma quantificação da intervenção realizada. A leitura efectuada permite apurar: um total de 91 escolas inventariadas para um universo de 103 previstas; 348 registos bibliográficos em 14 escolas da Fase 2; 861 monografias, 52 manuais e 16 livros antigos nas 77 escolas da Fase 1 e 2. Consultando o SIBME encontramos referência a 51 escolas (47 escolas secundárias, 2 escolas básicas, 1 escola 2º e 3º ciclo e a Escola de Música do Conservatório Nacional). A consulta ao fundo bibliográfico da Escola Secundária João de Deus inserido no catálogo SIBME (pesquisar em: Cota Local ESJD) permite verificar que foram tratadas 374 monografias, com predomínio de títulos da área de Matemática¹¹.

A SGME é ainda responsável pela dinamização de um blogue – Património do Ensino Educação¹² – com o objectivo de divulgar o património histórico do ensino e da educação de natureza arquivística, bibliográfica e museológica que compõem as diferentes colecções do Ministério da Educação. O manual escolar tem sido tema de vários artigos deste blogue: Um manual para o ensino da Química no final do século XIX (4 de Janeiro de 2012); “Cartilha Colonial” – um manual para o império (31 de Janeiro de 2012); Manual escolar – património museológico (27 de Julho de 2012); Manual escolar – património arquivístico (22 de Agosto de 2012); Manual escolar – património bibliográfico (29 de Agosto de 2012); Almada Negreiros – o ilustrador (1 de Setembro de 2010). Alguns artigos deste blog divulgavam os conteúdos publicados no site da SGME, pelo que as respectivas hiperligações conduzem a uma mensagem de “server not found”.

O projecto de investigação “Instrumentos Científicos Antigos no Ensino e Divulgação da Física” tem por objectivo o levantamento e estudo de instrumentos antigos de Física e Química existentes nas escolas secundárias mais antigas (Malaquias, 2008). Este projecto tem

¹⁰ <http://www.parque-escolar.pt/docs/site/pt/empresa/parcerias-BAME-parque-escolar.pdf>, acedido em Março de 2013.

¹¹ <http://sibme.sec-geral.mec.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=esjdd&menu=search>, acedido em Agosto de 2013.

¹² <http://projectobame.blogspot.pt>, acedido em Agosto de 2013.

sido realizado por uma equipa que integra investigadores das Universidades de Aveiro e de Coimbra, nomeadamente os Professores Isabel Malaquias e Décio Martins que têm orientado várias dissertações na área da história da Física e da Química. A divulgação deste projecto é efectuada no site “Baú da Física e Química”¹³. Para cada instrumento científico apresentado procura-se incluir, sob o título “Ensino Português”, manuais escolares, da mesma época, onde os mesmos são referenciados.

Em 2009 a Unidade de Investigação e Desenvolvimento Observatório de Políticas e de Contextos Educativos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e o Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Investigação Formação da Escola Superior de Educação Almeida Garret assinaram um acordo de cooperação com o centro de investigação MANES, sendo nomeado coordenador o Professor Bento Cavadas. No âmbito desta cooperação já se realizaram quatro “Colóquios Internacionais sobre Manuais Escolares” cujos temas foram Dinâmica de Aprendizagem (19 de Setembro 2009), Mudanças nos Discursos e nas Práticas (14 e 15 de Setembro de 2010), Novas Práticas (30 de Junho e 1 de Julho de 2011), Contextos Sociais (29 e 30 de Junho de 2012). As Edições Universitárias Lusófonas publicaram três monografias com as comunicações mais significativas apresentadas nestes colóquios – *Manuais escolares e Dinâmica de Aprendizagem* (2010, Coleção Observatório de educação e contextos educativos), *Manuais escolares: mudanças nos discursos e nas práticas* (2011, Coleção Ciências da Educação) e *Os manuais escolares e os jovens: tédio ou curiosidades pelos saberes* (2012).

1.3 Bases de dados

O desenvolvimento de um projecto de estudo de manuais escolares está frequentemente associado à constituição de uma base de dados ou catálogo bibliográfico dos exemplares existentes numa determinada instituição ou conjunto de instituições. Um artigo de revisão da literatura elenca 50 projectos que disponibilizam informação em linha sobre manuais escolares dos quais constam 17 “catalogue en ligne” (Aubin e Choppin, 2007). Optou-se por destacar aqueles que estarão mais próximos do contexto português utilizando critérios de proximidade geográfica e linguística.

O programa EMMANUELLE teve início em 1979 e os primeiros dados bibliográficos foram disponibilizados em 1982. Em 1986 foram publicados os primeiros catálogos impressos. Em 1992 é possível consultar à distância a base de dados EMMANUELLE via

¹³ <http://baudafisica.web.ua.pt/>, acedido em Agosto de 2013.

minitel. A partir de 2002 esta base de dados é disponibilizada na Internet, alojada no site do INRP¹⁴. Esta base de dados inclui mais de 27 000 títulos de oito disciplinas: Grego, Latim, Inglês, Alemão, Italiano, Espanhol, História e Geografia. Actualmente está a ser desenvolvido trabalho sobre outras disciplinas sendo referido no seu site que se pretende disponibilizar cerca de mil referências da disciplina de Instrução cívica e moral.

A política de colaboração internacional do programa EMMANUELLE suscitou a criação de bases de dados similares noutros países. Paul Aubin e Alain Choppin agregaram estes recursos em duas categorias: sites bibliográficos nacionais especializados e outros sites. Na categoria outros sites incluíram os catálogos bibliográficos de diversas bibliotecas, listas de manuais em linha, sites que divulgam manuais digitalizados e ainda uma categoria denominada “outros sites especializados” que enumera instituições que editaram catálogos das suas coleções como é o caso do Georg-Eckert Institut (Aubin e Choppin, 2007). Na categoria dos sites bibliográficos nacionais especializados são enumerados projectos do Canadá, Itália, Brasil, Espanha e os projectos internacionais DIASPORA e Red PatreMANES. Esta recolha é fundamental para se obter uma panorâmica dos projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento, mas os endereços de acesso, indicados num artigo de revisão, podem com o tempo deixar de ser válidos caso o alojamento dos respectivos sites seja alterado. Optou-se por destacar as bases de dados/catálogos que, pela proximidade geográfica ou linguística, estarão mais próximos do contexto português recorrendo quer ao artigo acima referido de Aubin e Choppin, quer à consulta directa dos sites disponibilizados por estes projectos ou outros artigos em que os mesmos são mencionados.

O projecto “Banco de dados de Livros Escolares Brasileiros” (LIVRES) é desenvolvido pelo Centro de Memória da Educação Escolar da Faculdade de Educação de São Paulo e tem como coordenadora Circe Bittencourt. Trata-se de um projecto de investigação que surge em 1994 na sequência de um acordo de cooperação com o INRP. Disponibiliza pela internet o acesso à produção das diversas disciplinas escolares brasileiras desde o século XIX até à actualidade, bem como referenciais e fontes relacionados com a temática manual escolar no Brasil. No seu site é possível aceder e realizar pesquisa simples e avançadas na base de dados LIVRES combinando vários termos de busca sobre os cerca de 11000 registos existentes¹⁵. As capas digitalizadas de um grande número de obras do acervo estão disponíveis através do módulo de pesquisa “Imagens”.

¹⁴ www.inrp.fr/she/emmanuelle.htm.

¹⁵ <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/index.htm>

O projecto de investigação *edisco – banca-dati elettronica sul libro d'istruzione* tem o objectivo de construir um catálogo dos manuais escolares e de pedagogia publicados na península italiana de 1800 à actualidade. Este projecto é uma iniciativa de Giorgio Chiosso (*Dipartimento di Filosofia e Scienze dell'Educazione, Facoltà Scienze dell Formazione, Università di Torino*) e a base de dados encontra-se alojada no site *Reseducationis – risorse elettroniche per la storia dell'educazione*. De acordo com informação do site neste momento a base de dados EDISCO conta com mais de 20000 títulos¹⁶.

O projecto MANES surge no início dos anos 90 no seio do Departamento de Historia de la Educación y Educación Comparada da UNED, inspirado em grande medida no projecto EMMANUELLE, com o objectivo inicial de estudar os manuais escolares publicados em Espanha entre 1808 e 1990. Aos professores da UNED juntam-se investigadores das universidades de Valladolid, Complutense de Madrid, Múrcia, Sevilha, Málaga e Salamanca. Em 1992 é assinado um protocolo de cooperação entre a UNED e o INRP e, a partir de 1994, outras universidades espanholas aderem ao protocolo entre a UNED e o INRP. Também se associaram com carácter individual alguns professores universitários ou do ensino secundário que desenvolviam trabalho nesta área (Ferrer, 1999). A equipa de investigação MANES integra, nas universidades europeias associadas, o professor Justino Magalhães (Universidade de Lisboa) e o professor Bento Cavadas (Universidade Lusófona). A colaboração de grupos de trabalho de Portugal, América Latina, França e Bélgica ampliou o objectivo inicial. Pretende este projecto recolher informação sobre a edição de manuais escolares no século XIX e XX, construir um censo o mais completo possível dos manuais publicados nessa época, recolher e analisar a legislação sobre manuais escolares, reconstruir a história das principais casas editoras de manuais escolares, realizar o estudo bibliométrico da produção editorial de manuais, examinar as características pedagógicas políticas e ideológicas dos manuais, de acordo com determinados eixos temáticos e cronológicos (Ferrer, 1999). Em 2011 um novo site disponibiliza um vasto conjunto de conteúdos sobre a temática do manual escolar incluindo listagens de bibliografia da produção científica de vários países e bibliotecas virtuais de manuais escolares¹⁷. O projecto assenta no princípio de que é necessário disponibilizar aos investigadores informação sobre os manuais publicados e sobre as bibliotecas, públicas ou privadas, ou centros de documentação em cujos fundos documentais esses manuais se encontram. A construção de uma base de dados de manuais escolares

¹⁶ <http://www.reseducationis.it/edisco/>, acedido em Dezembro de 2012.

¹⁷ <http://www.unew.es/manesvirtual/portalmemes.html>, acedido em Julho de 2013.

constitui um dos objectivos específicos do projecto e ao qual tem sido devotada grande atenção. Entre 1992 e 2002, ano em que a base de dados foi disponibilizada na internet, foram registados cerca de 12000 títulos (Rodríguez, 2006). Esta base de dados na realidade corresponde ao conjunto de quatro bases de dados constituídas pelos registos dos manuais que se encontram em diferentes localizações geográficas: Espanha, América Latina, Portugal e Bélgica. Através do site do projecto é possível aceder à base de dados e realizar pesquisas cruzadas utilizando vários descritores¹⁸. A base Espanha é naturalmente a que apresenta um maior número de registos (17810) seguida de Portugal (8486), Bélgica (3831) e América Latina (3311). A base MANES Portugal inclui neste momento uma parte significativa do fundo da Biblioteca Nacional e do Museu João de Deus. O trabalho desenvolvido por Justino Magalhães, no período 2005-2007 ao abrigo do programa Alfa da União Europeia, consistiu na revisão da matriz de catalogação e sua tradução para português, bem como adaptação do programa informático para lançamento do fundo manualístico do Museu João de Deus (Magalhães, 2011, p. 20).

1.4 Apontamentos para a história do manual escolar em Portugal

O período temporal a que se refere o nosso trabalho é delimitado por duas datas marcantes: 1836 e 1948. A criação dos liceus, e em particular a criação do Liceu de Faro, em 1836, é simultânea à definição de regulamentação relativa à produção e adopção dos manuais escolares. A mudança do liceu para o novo edifício, em 1948, é quase coincidente com a adopção do regime do livro único e um vincado controlo dos conteúdos e orientação ideológica nos manuais escolares.

Neste período de 112 anos, os manuais escolares foram objecto de sucessivos normativos que regularam a sua produção, aprovação e adopção. O manual escolar constituiu-se como único veículo de cultura escrita para parte da população logo constituiu-se igualmente como um objecto de controlo e de censura pelo poder dominante. O quadro normativo representa pois uma fonte de informação essencial sobre o manual escolar e já foi cuidadosamente sistematizado e comentado por Justino Magalhães (2011) e por Bento Cavadas (2008) sendo também abordado por Claudino (1997 e 2002), Saraiva (2003) e Penim (2008).

Magalhães e Cavadas apresentam uma abrangente e cuidadosa análise dos sucessivos quadros legislativos, das entidades reguladoras, das funções atribuídas aos diferentes agentes – organismos centrais do estado, escolas e professores. Cavadas descreve em pormenor como,

¹⁸ <http://servidorman.es/manes/consulta.html>, acedido em Julho de 2012.

na década de cinquenta do século XIX, o Conselho Superior de Instrução Pública trabalhou diligentemente para obter o poder de aprovar os manuais escolares apresentados por autores e editores. A situação dos manuais do ensino primário e a constituição de listas de manuais para este nível de ensino (Magalhães) e dos manuais de ciências naturais e respectiva análise de conteúdo (Cavadas) são ainda contempladas nestes trabalhos. Magalhães chama a atenção para o facto de que “na história do livro escolar ficam inscritas uma diversidade e uma hierarquia de organismos e órgãos de regulação, prescrição, aprovação, censura, decisão e aconselhamento” (2011, p. 44). Contribuem ainda para obscurecer o entendimento deste quadro legislativo a atribuição de competências muito próximas, em simultâneo a diferentes organismos, e a utilização de denominações muito semelhantes: Conselho Superior de Instrução Pública (CSIP, extinto em 1859), Conselho Geral de Instrução Pública (CGIP, criado em substituição do CSIP), o qual por sua vez foi extinto em 1868 dando lugar à Conferência Escolar, Junta Consultiva de Instrução Pública, e em 1884 um novo organismo recebe novamente o nome de Conselho Superior de Instrução Pública (CSIP).

Não pretendendo reescrever o trabalho destes investigadores, não deixa de ser incontornável, numa investigação sobre manuais escolares, sintetizar alguns aspectos do quadro legislativo que regulamentou a sua edição. Em termos históricos, e no período em apreço, seis datas não podem ser ignoradas: 1836, 1844, 1860, 1905, 1936 e 1947.

No acto legislativo de 1836, que marca a fundação dos liceus em Portugal, conhecido como decreto de Passos Manuel¹⁹, os manuais escolares são expressamente referidos dado que “o exame, a escolha, e a composição dos Compêndios” é uma das atribuições do “Conselho do Lyceo” devendo fazer sobre isso “uma proposta á Direcção Geral dos Estudos, que proporá ao Governo uma recompensa adequada para os Auctores dos melhores livros elementares”.

Na reforma de Costa Cabral, em 1844²⁰, os manuais escolares são novamente objecto de regulamentação:

Art. 167.º Os Compêndios, por onde devem ler-se as disciplinas do ensino público, serão propostos pelos Professores, e aprovados pelos Conselhos das respectivas Escolas.

§ único. O Governo poderá mandar imprimir, por conta do estado, os compêndios que forem aprovados para o ensino público, guardada a disposição do artigo 3.º quanto à Instrução Primária.

¹⁹ Decreto de 17 de Novembro de 1836, DG n.º 275, de 19 de Novembro de 1836.

²⁰ Decreto de 20 de Setembro de 1854, DG n.º 220, de 23 de Setembro de 1854.

Apesar destas disposições, neste período inicial do ensino liceal, e dada a ausência de manuais escritos por autores nacionais, alguns dos manuais escolhidos pelos Conselhos Escolares eram de origem francesa (Beato, 2011). Tal facto verificou-se igualmente no Liceu de Faro onde foram adoptados manuais em língua francesa. No mapa estatístico anexo ao relatório do reitor para o ano de 1859/1860 são indicados para as disciplinas de *Principios de Physica e Chimica e Introducção à Historia Natural* os manuais “Manuel de Langlebert et Catalan” e a “Histoire Naturelle de Bouchardat”²¹. Na década de cinquenta o CSIP, no âmbito das atribuições previstas no seu regulamento²², começa a apreciar os manuais que lhe vão sendo enviados por autores nacionais. Claudino (1997 e 2002) refere que em 1854 foi publicada a primeira relação dos livros autorizados pelo CSIP. Esta é a data mais recuada que encontramos no âmbito da pesquisa bibliográfica realizada e para o período em estudo, sendo Claudino o único autor que lhe faz referência. Trata-se de uma “Collecção de livros elementares” que o CSIP, em 1 de Setembro de 1854, autoriza interinamente para uso das escolas primárias e de ensino secundário e superior. Esta lista foi consultada por Claudino²³ na fundamental *História dos Estabelecimentos Scientificos e Litterarios nos sucessivos reinados da monarchia* de José Silvestre Ribeiro (tomo VIII, p. 84-89). Publicada em originalmente em 1855 n.º “O Instituto” (Vol. 3, p. 183-184) nela são incluídos catorze manuais para o ensino secundário, mais um que na referência de José Silvestre Ribeiro dado que nesta é omitida a obra *Logares selectos dos Classicos Portugueses* por A. C. B. de Figueiredo.

Em 1857 é publicada em Diário do Governo a “collecção de livros elementares” que o CSIP autoriza interinamente para serem utilizados nas escolas de ensino secundário²⁴. A escolha final dos compêndios era da Direcção Geral dos Estudos mas esta situação é alterada em 1860, enquadrada no âmbito da reforma de Fontes Pereira de Melo. A extinção do CSIP (em 1859) dá lugar ao CGIP que, em 1860, recebe plenos poderes para seleccionar manuais ao ser publicado o “regulamento para a aprovação e adopção das obras destinadas ao ensino”²⁵. As listas dos livros aprovados passam a ser publicadas no Diário de Governo de forma regular a partir de 1861, pesem embora alguns atrasos em relação ao início do ano escolar.

²¹ ANTT PT/TT/MR/DGIP-2ªREP1869/7/2 (MR mç. 3848).

²² DG n.º 274 de 20 de Novembro de 1845.

²³ Informação gentilmente fornecida por correio electrónico pelo Professor Sérgio Claudino.

²⁴ Edital de 1 de Outubro de 1857, DG n.º 247 de 20 de Outubro de 1857.

²⁵ Diário de Lisboa n.º 50 de 2 de Março de 1860.

Até ao final de 1894 os professores, através do Conselho Escolar do liceu, continuavam a ter a última palavra sobre o manual a adoptar. Com a reforma de Jaime Moniz institui-se pela primeira vez o regime de livro único dado que o decreto n.º 2 relativo à instrução secundária²⁶ estabelece que:

Art. 26.º Os livros destinados ao ensino secundário são os mesmos em todos os lyceus, escolas, collegios e institutos d'esta instrução

Art. 27.º A adopção dos livros de que trata o artigo antecedente é decretada pelo governo, em virtude de concurso geral, de cinco em cinco annos.

Art. 28.º Os livros apresentados em concurso serão submettidos ao exame de uma comissão nomeada para este effeito, a qual proporá ao governo, em parecer fundamentado, os que devem ser adoptados. Ácerca deste parecer é indispensavel o voto affirmativo do conselho superior de instrução publica.

Existia a possibilidade de os professores passados três anos solicitarem a substituição de alguns dos livros adoptados (art. 30.º) mas estavam expressamente proibidos de obrigar os alunos à compra de livros não adoptados pelo governo ou mesmo de colocar questões nos exames sobre pontos que não estivessem contidos nos livros adoptados, incorrendo em graves penalizações em caso de incumprimento (art. 31.º). A regulamentação dos artigos 26.º a 30.º é publicada em Abril de 1895²⁷.

Em 1898, numa recomendação aos professores de instrução secundária²⁸, é indicado que a lei relativa à adopção dos compêndios de instrução secundária está a sofrer uma interpretação que faz com que:

havendo professores que, sob o pretexto de não serem pela lei obrigados a exigir dos alumnos a compra dos livros adoptados, se mostram satisfeitos com as lições dadas conforme as suas explicações, sem inquirirem quaes os livros por onde elles estudaram.

A publicação desta recomendação leva a crer que, apesar da dureza das penalizações previstas no artigo 31.º, os professores terão conseguido arranjar uma escapatória ao regime de livro único. Borges Grainha²⁹, em 1904 publica um livro intitulado *Manuais escolares*

²⁶ Decreto de 22 de Dezembro de 1894, DG n.º 292, de 24 de Dezembro de 1894.

²⁷ Decreto de 18 de Abril de 1895, DG n.º 88, de 22 de Abril de 1895.

²⁸ Direcção Geral de instrução publica, 1.ª repartição, DG n.º 67, de 28 de Março de 1898.

²⁹ Manuel Borges Grainha (1862-1925), professor liceal de línguas modernas e latim, pedagogo e político republicano, escreveu várias obras sobre o ensino em Portugal.

onde, para além de defender a sua opinião contra a obrigatoriedade do livro único, descrevia a sua fraca qualidade (Grainha p. 152 apud Matos, 1990, p. 55):

Confrontando os livros escolares estrangeiros com os portugueses, nota-se que estes são pesados, mal encadernados, pouco estéticos e, sobretudo, caríssimos; ao contrario daqueles que são leves, lindamente encadernados e impressos, e baratíssimos...

Em 1905 a reforma do regime de instrução secundária cessa o regime do livro único (art. 44.º)³⁰. É atribuída aos professores a responsabilidade de escolher os livros de ensino a partir de uma lista aprovada superiormente. O Conselho Escolar deveria registar no respectivo livro de actas as suas opções (art. 45.º). Para que os professores procedam à examinação das obras estava previsto que fossem adquiridos, para a biblioteca do liceu, dois exemplares de cada manual aprovado. Os professores, depois de escolhidos os livros, ficavam impedidos de utilizar quaisquer outros livros para textos das lições (art. 46.º).

A instauração da República não traz grandes modificações ao regime de aprovação e adopção dos manuais escolares e “por portaria de 23 de Julho de 1912 foi prorrogado o prazo de validade das obras que haviam sido aprovadas para o Ensino Secundário em 1907-1908” (Magalhães, 2011, p. 66).

Os programas da reforma liceal de 1926³¹ incluem pela primeira vez uma enumeração dos livros para o ensino de cada disciplina e apresentam algumas recomendações quanto à dimensão dos manuais e à sua ilustração. Por exemplo no caso de História é indicado que “deverão ser preferidos os livros pouco volumosos e suficientemente ilustrados, devendo as gravuras ter quanto possível um carácter documental” (p. 1779). Na disciplina de Geografia surge um argumento de ordem económica: “a colocação de numerosas gravuras, sem ter sido precedida de uma selecção criteriosa, apenas contribuirá, as mais das vezes, para aumentar o custo dos livros” (p. 1778).

A partir dos anos 30 o cerco ao manual escolar começa a apertar-se, iniciando-se o caminho para o regresso ao regime de livro único. No preâmbulo do Estatuto do Ensino Secundário é reconhecido que o regime do livro múltiplo não é o mais adequado dado que não garante a uniformidade da interpretação dos programas e que “o livro único, escolhido de entre os melhores seria a solução mais adequada a este problema; mas, quebrada há tantos anos a tradição, seria difícil, e quiçá improficuo, retomá-la desde já” (DG nº 8, de 11 janeiro de 1931, p. 90). As exigências sobre o cumprimentos dos programas e a existência de

³⁰ Decreto de 29 de Agosto de 1905, DG n.º 194, de 30 de Agosto de 1905.

³¹ Decreto n.º 12:594 de 2 de Novembro de 1926, DR nº 245, de 2 de Novembro de 1926.

conteúdos marcadamente ideológicos começam a ser cada vez maiores. Em 1936 é promulgada nova reforma do ensino liceal e determina-se que (art.º 32) “serão comuns aos liceus de todo o País os compêndios de história, de filosofia e de educação moral e cívica”³², manuais estes em “áreas imprescindíveis para a manipulação da sociedade segundo os ideais nacionalistas que começavam a vingar” (Cavadas, 2008, p. 505). Nesta reforma o tipo de manuais necessários a cada disciplina são, à semelhança de 1926, minuciosamente enumerados no final do respectivo programa. Em 1947, à imagem do que já havia acontecido onze anos antes para o ensino primário, concretiza-se o regime do livro único no ensino liceal para todas as disciplinas³³:

Art. 9.º Os compêndios escolares deverão circunscrever-se rigorosamente às matérias dos programas e só poderão ser adoptados depois de aprovação obtida em concurso pelo Ministério da educação nacional. Para o ensino de cada disciplina nos diferentes anos de um ciclo será adoptado em todos os liceus o mesmo livro, que poderá ser dividido em tomos, um para cada ano.

O capítulo XII do estatuto do ensino liceal é consagrado à regulamentação do processo de aprovação do livro único e à definição das penalizações para os infractores, sendo clara a intencionalidade de utilizar os manuais escolares como um veículo de controlo ideológico ao ser decretado que “Art. 413.º No compêndio de História de Portugal procurar-se-á salientar a singularidade e a grandeza da missão do nosso povo através dos tempos.”. Esta mesma ideia é partilhada por Rómulo de Carvalho que recorda o cariz económico atribuído ao livro único, dado que seria mais barato, seria o mesmo se os alunos mudassem de escola, poderia servir para os irmãos mais novos, mas:

O fundo da questão era, porém, de natureza política. Visava-se, com a escolha do livro único, impor as doutrinas que convinham ao estado por intermédio dos compêndios de certas disciplinas, particularmente de História, de Filosofia, de Português e de Organização Política. (Carvalho, 2010, p. 217)

No período temporal aqui em estudo assistiu-se a um processo de aprovação e adopção altamente regulamentado. Testemunho deste processo são as listas dos manuais aprovados pelo organismo responsável, e dos manuais adoptados em cada liceu publicadas em Diário de Governo e em Diário da República. Estas listas podem constituir-se hoje como uma referência

³² Decreto Lei 27:084 de 14 de Outubro de 1936, DR n.º 241, de 14 de Outubro.

³³ Decreto-lei n.º 36:507 de 17 de Setembro de 1947, e estatuto do ensino liceal Decreto n.º 36:508 de 17 de Setembro de 1947, DG n.º 216, de 17 de Setembro.

sobre a edição e circulação de manuais escolares em Portugal. Tanto quanto foi possível apurar não existe publicada uma síntese destas listagens para o período em estudo. Cavadas, Magalhães, Penim e Saraiva apoiam-se nestas listagens para atingir os objectivos a que se propuseram, não existindo uma sobreposição unívoca dos conjuntos de referências de cada um dos três autores.

A Assembleia da República disponibiliza em linha uma base de dados da legislação de 1603 a 1910 a que denominou Legislação Régia³⁴, que permite efectuar pesquisas nos índices, em texto livre e por data. Para o período em apreço a base de dados sustenta-se nos actos legislativos que constam na Coleção de Legislação e não no Diário de Lisboa ou no Diário de Governo pelo que nem todos os actos legislativos estão incluídos. A pesquisa efectuada nesta base de dados permitiu apurar decretos e portarias relativos à aprovação de livros e à sua adopção pelos liceus que não estavam referenciados nos trabalhos acima referidos. A partir dos anos vinte, a compilação das listas dos manuais aprovados torna-se mais difícil pois estas começam a ser publicadas na II Série do Diário da República (que apenas está disponível em linha mediante subscrição) e também porque a publicação da aprovação, segundo Penim, dispersa-se por muitas datas (Penim, 2008, p. 54). A publicação periódica *Liceus de Portugal: Boletim de Acção Educativa do Ensino Liceal*, logo no primeiro número, em Outubro de 1940, publica na secção Vida Oficial uma lista dos livros aprovados para o ensino liceal (pp. 63 a 70). No número 4, em Janeiro de 1941 é divulgada a lista de livros que obtiveram aprovação depois da publicação do número de Outubro, (p. 335). Serão publicadas mais quatro listas em que se faz referência a que “obtiveram aprovação mais os seguintes livros”³⁵ sem nunca serem mencionadas as referências da publicação em Diário de Governo.

Foi assim considerado pertinente sistematizar o alargado conjunto de referências a despachos/portarias publicados em Diário de Governo, construindo uma listagem que resulta da reunião da legislação apresentada pelos autores consultados e dos novos resultados apurados na pesquisa efectuada, a qual se apresenta no Anexo 3. Ao efectuar esta pesquisa apurou-se que Penim utilizou sempre como numeração de um determinado acto legislativo o respectivo o número de Diário de Governo onde o mesmo foi publicado. Por exemplo a portaria de 28 de Janeiro, não numerada, publicada no DG n.º 23 de 31 de Janeiro de 1910 é identificada como “Portaria n.º 23, de 28 de Janeiro de 1910” (p. 49). Ao ser detectada esta

³⁴ <http://legislacaoregia.parlamento.pt/>, acedido em Abril de 2013.

³⁵ Março de 1941 (n.º 6, p. 505), Abril de 1941 (n.º 7, p. 585), Novembro 1941 (n.º 11, pp. 909-910), Outubro 1944 (n.º 37, p. 67).

in correcção foi necessário proceder à verificação sistemática de todos os actos legislativos, relacionados com a adopção de manuais escolares, mencionados na sua dissertação.

1.5 Contributos para o estudo da evolução terminológica do manual escolar

A definição da natureza e identidade do objecto de estudo “manual escolar” constitui uma questão recorrente e anima periodicamente a comunidade científica, nomeadamente a comunidade dos historiadores. Um dos aspectos que frequentemente é discutido é a dicotomia utilização e intencionalidade: existem livros que tiveram uma utilização permanente e generalizada em contexto escolar mas que não foram escritos ou publicados intencionalmente para utilização nas escolas. Reflexo da complexidade de um objecto familiar e aparentemente banal é a definição de manual escolar de Marianela Cabral (Cabral, 2005, p. 39 apud Cavadas, 2008, p. 31) construída com base em quinze definições citadas na literatura internacional:

Um livro impresso, publicado, reconhecido, autorizado, dentro do âmbito de uma disciplina, área de conhecimento ou programa, com uma intencionalidade, direccionado para a sua utilização na escola, quer seja pelo aluno, quer por um utilizador não definido, apresentando uma versão estruturada/simplificada do conhecimento, para proporcionar a aquisição de conhecimentos ou auxiliar a planear e realizar o processo de ensino.

A designação “manual escolar” é preponderante na bibliografia consultada, produzida fundamentalmente por investigadores da área da história da educação ou ciências da educação, surgindo pontualmente referências ao “livro escolar”. O *Novo dicionário do livro: da escrita ao multimédia* (Faria e Pericão, 1999), obra de referência da biblioteconomia em Portugal, não apresenta a designação manual escolar (cf. a p. 388 onde em oito entradas por manual nenhuma se refere a manual escolar) em contraponto a seis entradas relativas ao livro utilizado no ensino ou por alunos (p. 382):

Livro adoptado – livro seleccionado para funcionar como manual básico no ensino de determinada matéria

Livro de ensino – livro usado nas escolas para ensinamento e aprendizagem dos alunos
||livro escolar

Livro de texto – designação atribuída a alguns livros utilizados pelos estudantes para os seus estudos, que contém os aspectos fundamentais da matéria e estudar

Livro de texto para ensino programado – texto de ensino que, em vez da exposição sequencial habitualmente usada no texto programado comum, usa a bifurcação ao longo do livro [...]

Livro escolar – obra prescrita aos alunos de qualquer grau de ensino, excepto o superior
Livro para estudante – obra barata ou de preço médio, tem tiragem em geral considerável, duração de vida longa (reedições regulares), vasto público, geograficamente delimitado e apreciável número de vendas

A terminologia usada pelos investigadores e pelos profissionais das ciências documentais é assim um pouco divergente e reveladora, na nossa opinião, do fraco relevo atribuído, durante anos, ao manual escolar na maioria das bibliotecas.

Choppin (2008) escreveu um artigo, com o objectivo de analisar os diversos aspectos do debate em torno da definição do manual escolar. O autor, apoiando-se na literatura científica internacional, reflecte sobre a identidade do manual escolar segundo quatro perspectivas diferentes mas, do seu ponto de vista complementares: lexical, semântica, tipo de suportes e modalidades de difusão, categorização e tipologia.

Do ponto de vista do tratamento documental é importante para o bibliotecário conseguir identificar, de forma expedita, uma determinada obra como livro escolar. A abordagem lexical que Choppin apresenta para vários idiomas converte-se assim num precioso auxiliar do bibliotecário para a identificação de um manual escolar.

Choppin sublinha que essa identificação nem sempre é fácil dado que o conceito do livro escolar é historicamente recente e, paradoxalmente, os livros escolares apresentaram ao longo dos anos uma grande variedade de denominações reflectindo a sua complexidade, as diferentes épocas e movimentos culturais. A grande variedade de denominações está associada à grande diversidade dos termos utilizados no título dos manuais escolares. O título escolhido pelo autor ou editor do manual estava frequentemente relacionado com a concepção da obra, nomeadamente no que diz respeito à sua organização interna (por exemplo recolha de textos), função sintética (as ideias principais de uma determinada área são apresentadas de forma abreviada), papel orientador, método de aprendizagem ou características materiais. Na tabela 1.1 apresentam-se as diversas denominações apresentadas por Choppin para a língua portuguesa, castelhana, francesa, italiana, alemã e inglesa, que consideramos como as mais prováveis num fundo documental de uma biblioteca portuguesa.

Tabela 1.1 – Diferentes denominações para o manual escolar (compilado a partir de Choppin, 2008).

Concepção da obra	Denominação
Organização interna	antologia (português) florilégio (italiano) recueil, jardin (francês)
Função sintética	compêndio (português) compendio (castelhano) précis, abrégé, tableau, sommaires, résunés (francês) ristretto (italiano)
Papel orientador	guía (castelhano) mentor (francês) hilsbuch (alemão)
Método de aprendizagem	Geral cours (francês) Method (inglês) Alternância de questões e respostas catechisme (francês) catecismo (castelhano) dialoghi (italiano) Exposição organizada do simples ao complexo rudiments (francês) nociones (castelhano) elements (inglês)
Características materiais	cartilha (português) cartilla (castelhano) horn-book, battledore (inglês) tavola (italiano) tableta (castelhano) palette (francês)

Ainda de acordo com Choppin os manuais cujo título está relacionado com o método de aprendizagem apresentavam por vezes uma caracterização positiva como, por exemplo, *facile*, *rapide*, *complete*, *nouvelle*.

A diversidade de denominações terminológicas associadas aos manuais não se resume às línguas vernáculas. Choppin enumera ainda o léxico utilizado em manuais redigidos em grego (*encheiridion*, *epitome*) e em latim (*epitome*, *compendium*, *hortulus*, *manuductio*, *tirocinium*, *excerpta*, *selecta*, *rudimenta*, *janua*, *introductio*).

Alguns dos manuais escolares apresentavam uma denominação relacionada com o nome do autor. Choppin dá como exemplos: *caton* (francês) utilizado no ensino da leitura; *barêmes* que consiste numa recolha de cálculos e de tabelas numéricas (dando origem à palavra *barème*

ainda hoje é utilizada em francês com o sentido de tabela: *un barème de salaires*). A denominação de alguns abecedários é *santacroce* (italiano), *crisscross* (inglês), *croiz-de-par-dieu* ou *croisette* (francês) pelo facto de o seu título se encontrar ornamentado com uma cruz. Um destes exemplos é referenciado em língua portuguesa no *Novo Dicionário do Livro* como “catão – primeiro livro de leitura. Livro elementar composto por frases e períodos curtos e graduais de modo que os principiantes exercitem a leitura” ((Faria e Pericão, 1999, p. 110).

Hoje em dia, inclusive para um mesmo país, continuam a existir múltiplas denominações para os manuais escolares, apresentando-se na tabela 1.2 os vocábulos referidos por Choppin.

Tabela 1.2 – Denominações actuais para o manual escolar (compilado a partir de Choppin, 2008).

Língua	Denominação
Francês	Manuels scolaires
	Livres scolaires
	Livres de classe
Italiano	Libri scolastici
	Libri per la scuola
	Libri di testo
	Manuali per la scuola
Castelhano	Libros escolares
	Libros de texto
	Textos escolares
	Manuales escolares
Português	Livros didáticos
	Manuais escolares
	Textos didáticos
Inglês	Textbook
	Schoolbook
	Scholl textbook
Alemão	Schulbuch
	Lehrbuch

Choppin refere ainda que os manuais escolares são, por vezes, acompanhados de uma indicação relativa ao nível de ensino (em francês *manuels de troisième*; em castelhano *libros de bachillerato*; em italiano *libri per la scuola elementare*). A terminologia pode ainda remeter para os conteúdos da obra (em inglês *grammar* ou *arithmetics*; alemão *schulgeschichtsbuch*; em espanhol *lecciones de cosas*). Existe ainda uma separação marcada entre a denominação atribuída aos manuais em que são apresentados conteúdos e os destinados à aprendizagem das primeiras letras - *alphabets* et *abecédaire*s (francês); *ABC-Buch* (alemão); *abecedario* (italiano); *spellers* (inglês); *silabário* (castelhano) e ainda os *livres de lectures*, *Lesebuch*, *primers* e *readers*, *libro de lectura*, livro de leitura.

Choppin apresenta, neste seu artigo, o vocabulário de vários países pelo que, como é natural, no caso específico de Portugal podem existir algumas omissões. No *Novo Dicionário do Livro* as designações livro de texto e livro escolar estão mais próximas do castelhano *libro de texto* e *libro escolar* do que livros didáticos e textos didáticos (possivelmente termos mais utilizados no Brasil). Também encontramos no *Novo Dicionário do Livro* o catecismo (p. 110), como entrada que refere especificamente uma utilização em contexto escolar, que Choppin indica apenas para o idioma castelhano.

No século XIX, as diferentes relações de livros aprovados contêm manuais escolares cujos títulos são iniciados com a denominação “tratado”, “elementos” ou “logares selectos” para além da vulgar designação “compêndio”.

No início do século XX e consultando a lista de livros adoptados para o Liceu de Faro em 1910³⁶, aparecem manuais com a identificação de “lições de physica” e de “curso de geographia”. É curioso verificar que em 1910, à semelhança de Faro, nos restantes liceus o livro escolhido para a disciplina de Alemão é de origem francesa *Cours Schweitzer et Simonnot, allemand, classe de sixième* e o mesmo manual para a *classe de cinquième*. Em liceus onde era leccionada a disciplina de Filosofia também foi adoptado um manual francês intitulado *Cours élémentaire de philosophie*. Para a disciplina de Física, 6^a e 7^a classes, dois liceus adoptaram o *Cours de Physique* de Chassagny apesar de existir um manual em português que foi escolhido pelos restantes liceus onde a disciplina era leccionada. Surgem ainda livros com denominações como “elementos de physica” ou “elementos de trigonometria” (à semelhança do *elements* inglês), e “tratado de physica elementar” mas a maioria dos manuais são intitulados “compêndio de ...”.

³⁶ DG n.º 173, de 8 de Agosto de 1910.

O *Novo Dicionário do Livro* não indica como específico para utilização em contexto escolar a antologia (p. 30), a selecta (p. 550) e a crestomatia (p. 165) mas estas designações foram utilizadas em 1926, 1931 e 1936 na lista de obras a adoptar incluídas nos programas para o ensino secundário³⁷. São ainda listados, nestes programas, como livros para ensino, o método de francês ou inglês, o caderno de sintaxe, de observações, de gramática, de vocabulário, o guia de trabalhos práticos e as tabelas de logaritmos. As gramáticas surgem com a denominação de compêndio de gramática ou de epítome de gramática, sendo ainda referenciados dicionários como livros para o ensino.

A diversidade de termos utilizados no título de obras destinadas ao ensino em Portugal no passado recente é portanto um aspecto a ter em conta caso se pretenda efectuar a prospecção do fundo documental de uma biblioteca com o objectivo de identificar manuais escolares editados há algumas décadas.

³⁷ Decreto n.º 20:369 (DG n.º 232, I Série, de 8 de Outubro de 1931, suplemento) e decreto n.º 27:085 (DG n.º 241, I Série, de 14 de Outubro de 1936).

Parte II – Biblioteca liceal

2.1 Uma história por fazer

Ao efectuar um balanço da história da educação em Portugal, Magalhães considera que:

Tema recorrente nos últimos vinte anos, os estudos sobre a escola não deixaram de se multiplicar: cultura escolar, arquitectura e espaços, rede escolar, públicos, disciplinas escolares, manuais; materiais pedagógico e didácticos, tempo escolar, representações da escola; memórias da escola; história dos públicos; história da profissão docente. (2007, p. 10)

No caso particular do ensino liceal, como já foi anteriormente referido, um grupo de trabalho, coordenado por António Nóvoa, efectuou, em 1997, o levantamento do espólio arquivístico, bibliográfico e museológico das escolas secundárias. O espólio bibliográfico da ESJD mereceu a seguinte apreciação na respectiva ficha resumo:

Património vasto e riquíssimo. Existe uma sala de reservados repleta, onde habitualmente se reúne o Conselho pedagógico. A informatização está em marcha, estando disponíveis catálogos sobre obras dos séculos XVI e XVII.

Natural continuação deste levantamento, a história de trinta e cinco liceus criados antes de 1950 foi objecto de um projecto integrado de levantamento, organização, inventariação de fundos documentais e arquivísticos e catalogação de fontes. Surge assim a obra colectiva *Liceus de Portugal*, publicada em 2003, coordenada por António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara. As monografias dos liceus foram escritas a partir de um guião constituído por três partes principais: identificação, instalações e processos. As referências à biblioteca surgem na maioria das monografias associadas apenas à enumeração das instalações existente no liceu ou à descrição do espaço físico mas alguns dos autores nem sequer as mencionaram (Chaves, Covilhã, Guarda, Lamego, Maria Amália em Lisboa, Santarém, Setúbal, Vila Real e Viseu). Em sete monografias foram incluídas fotografias da biblioteca: Aveiro em 1928 (p. 90), Bragança em 1941 (p. 150), Liceu Camões em 1940 (p. 415), D. Filipa de Lencastre nos anos 40 (p. 442), Passos Manuel em 1922 (p. 506), Pedro Nunes nos anos 40 (p. 551). As informações relativas à constituição do fundo documental e dinamização da biblioteca são ainda mais escassas. Por vezes são indicados o número de volumes comprados ou existentes num determinado período como é o caso do liceu de Aveiro (p. 83), Bragança (p. 147), Castelo Branco (p. 163), Camões (p. 421). As monografias relativas ao Liceu Infanta D.

Maria e Liceu José Falcão (Coimbra), Figueira da Foz, Leiria, Liceu D. Filipa de Lencastre e Liceu Passos Manuel e Liceu Pedro Nunes (Lisboa), Portalegre, Liceu Rainha Santa Isabel (Porto) dedicam várias linhas à biblioteca enquadrando a constituição do fundo documental, doações, número de requisições ou mesmo referindo o nome de alguns dos professores bibliotecários.

A obra *Liceus de Portugal* é um trabalho de síntese, sendo portanto natural que os diferentes autores tenham tido necessidade de optar pela não inclusão de alguma informação sobre o seu liceu. Em monografias e dissertações cujo eixo principal de investigação é a instituição liceal a a caracterização da biblioteca é, por vezes, um pouco mais desenvolvida:

- *O liceu de Lamego: a construção de uma identidade histórica* de Lucinda Monteiro da Silva (1998) estuda a biblioteca com o objectivo de conhecer melhor a assimilação de um ideário através da leitura. Reconhecendo que “não podemos realizar de forma exaustiva o estudo que a biblioteca merecia” apresenta uma breve história da biblioteca, descreve o seu espaço físico e enumera os títulos das obras adquiridas para a biblioteca utilizando como fonte os relatórios dos reitores (p. 137 a 163).
- *O liceu de Santarém no espaço local: 1848-1895* de Berta Rafael (1999) descreve a biblioteca do liceu entre 1864 e 1882 recorrendo a actas do conselho escolar (p. 96).
- *Os liceus na sociedade coimbrã: 1840-1930* de Maria Judite Carvalho Ribeiro Seabra (1999) apresenta uma minuciosa descrição da história da biblioteca e constituição do seu fundo documental recorrendo à consulta de fontes primárias do arquivo do liceu (p. 209 a 215).
- *Liceu da Horta, memória institucional* de Carlos Lobão (2004) descreve, recorrendo a fontes primárias, a constituição do fundo documental e indica o nome do primeiro professor bibliotecário e do oficial de biblioteca (p. 64).
- *O liceu nacional do Funchal: (1837-1900): subsídios para a sua história* de Hélder Teixeira (2006) faz uma breve referência à biblioteca e ao seu fundo documental (p. 106).

Foram no entanto encontrados trabalhos de relevo no estudo das instituições liceais em que os autores não mencionam de todo a biblioteca ou apenas a mencionam na descrição dos diferentes espaços do liceu como por exemplo *O Liceu de Setúbal: das origens à Escola*

Secundária de Bocage (1857-1999) de Manuel Henrique Figueira (1999), *Os caminhos da construção da escola: sobre a implementação do liceu de Lisboa 1836-1860* de Ana Teresa Santa-Clara (2002), *Récita do Liceu Rodrigues de Freitas/D Manuel II : 1932-1973* de Luís Correia (2002), *Liceu da Póvoa de Varzim: os actores, as estruturas e a instituição* de Leonor Lima Torres (2006) e ainda *Liceu Gil Vicente – um arranque invulgar* de Eduarda Dionísio (2006) que se baseia no trabalho de tratamento da documentação de arquivo realizado pelo Núcleo Museológico da Escola Secundária Gil Vicente e apresenta propostas para a sua valorização.

Uma pesquisa efectuada no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) recorrendo à expressão “biblioteca AND liceu” no campo de pesquisa “título” produziu apenas um resultado, mas muito relevante. Trata-se de uma comunicação de Maia do Amaral, enquanto Director Adjunto Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), sobre o núcleo de Livro Antigo do Liceu José Falcão depositado na BGUC (Amaral, 2006). Maia do Amaral apresenta o livro mais antigo deste fundo, uma breve cronologia da biblioteca e enumera vários títulos do fundo documental que justificam a sua importância. Refere ainda que apesar de todo o fundo estar catalogado ainda não está estudado dado que:

não sabemos que critérios presidiram à constituição do fundo, nem percebemos ainda de que forma é que ele se relacionava (ou não) com as matérias ensinadas no Liceu de Coimbra. Penso que a biblioteca do Liceu pode (e deve) ser objecto de mais estudos bibliológicos e biblioteconómicos, que eu só lamento não ter podido fazer para esta ocasião.

Mais combinações de pesquisa foram utilizadas nos diferentes campos, nomeadamente no *full-text*, tendo surgido como resultado dissertações e artigos sobre o tema biblioteca mas que se verificou incidirem sobre problemáticas relacionadas com a actual Rede de Bibliotecas Escolares.

Constitui uma excepção a dissertação, de 2007, para a obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento Local e Mudança Social, de Maria de Fátima Semedo Dias intitulada *Bibliotecas escolares: história e actualidade*. Tendo como objecto de estudo o lugar da biblioteca da Escola Secundária Mouzinho da Silveira (Portalegre) na instituição escolar e as memórias educativas que ainda hoje persistem, a autora sentiu necessidade de contextualizar o desenvolvimento das bibliotecas escolares em termos históricos. É dado um maior destaque ao panorama das bibliotecas na década de setenta e ao lançamento e desenvolvimento da Rede de Bibliotecas

escolares mas a autora, recorrendo à legislação, a artigos publicados na revista “Labor” e ao boletim do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) caracteriza a biblioteca liceal no período que vai da reforma de Passos Manuel à reforma do ensino liceal de 1947.

Como ficou exposto, apesar dos vários trabalhos centrados nos liceus em Portugal, são residuais os estudos sobre as bibliotecas liceais. Optou-se por isso, neste trabalho, por focar, em primeiro lugar, o enquadramento legislativo da biblioteca liceal no período 1836-1947 e seguidamente relatar a história da biblioteca do Liceu de Faro.

2.2 O quadro legislativo

A descrição e análise do percurso do ensino liceal em Portugal, desde a sua criação em 1836, encontra-se plasmada em três obras fundamentais e de consulta indispensável. Em 1973 surge *O estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930)* de Vasco Pulido Valente; Áurea Adão realiza um trabalho de investigação em 1973, publicado em 1982, *A criação e a instalação dos primeiros liceus portugueses: organização administrativa e pedagógica (1836-1860)* e, em 1985, Rómulo de Carvalho apresenta uma obra de conjunto que intitula *História do ensino em Portugal*. Estes trabalhos destacam diferentes aspectos da história dos liceus dando maior relevo aos relacionados com a instalação dos liceus e com os planos de estudos. As referências às bibliotecas dos liceus são pontuais. Vasco Pulido Valente dedica um capítulo às instalações e equipamento escolar (p. 149 a 159) remetendo para o decreto de Passos Manuel, de 1836, que determinava a existência de uma biblioteca nos liceus e transcrevendo parcialmente a descrição das bibliotecas dos liceus de Faro, Portalegre, Évora, Santarém e Horta efectuada pelo Visconde de Benalcanfor em 1852. Áurea Adão, ao dar atenção aos aspectos da gestão, refere a obrigação de os reitores enviarem à Direcção Geral de Instrução Pública um catálogo dos livros existentes na biblioteca e dos livros adquiridos durante o ano (Adão, 1982, p. 177). Rómulo da Carvalho apresenta brevemente a biblioteca ao descrever os edifícios dos liceus previstos no decreto de Passos Manuel (Carvalho, 1985, p. 566).

Mais recentemente duas teses de doutoramento constituem-se como referência nesta temática. João Barroso (1995) em *Os liceus: organização pedagógica e administração (1836-1960)* traça o perfil administrativo e pedagógico do reitor. É efectuada um levantamento exaustivo da legislação relativa à administração dos liceus e é feita uma distribuição por categorias funcionais das normas que definem as atribuições dos reitores, algumas das quais directamente relacionadas com a biblioteca liceal. Por sua vez Jorge Ramos do Ó (2003), na

sua tese de doutoramento publicada com o título *O Governo de si mesmo*, cita também o Visconde de Benalcanfor para descrever os edifícios e instalações liceais, transcrevendo parcialmente a descrição da biblioteca do liceu de Portalegre (p. 217). O balanço do papel dos reitores é baseado na legislação que enquadrava os relatórios dos reitores e a obrigação de estes incluírem informações sobre a biblioteca (pp. 343 e 346). Os anexos são apresentados em suporte digital e incluem um levantamento das aquisições de livros e revistas para todos os liceus cujos relatórios dos reitores existem no Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Por último refira-se novamente a dissertação de Maria de Fátima Semedo Dias (2007), que apresenta aspectos legislativos da biblioteca liceal no período 1844-1947.

Tomando como base de trabalho as monografias acima indicadas efectuou-se um levantamento da legislação relativa ao ensino publicada entre 1836 e 1947. A partir da listagem obtida procedeu-se à leitura de todas as peças legislativas na publicação original existente no Arquivo Distrital de Faro (século XIX e início do século XX), na Legislação Régia do site da Assembleia da República e no Diário da República Electrónico (I série a partir de 5 de Outubro de 1910 disponível em acesso livre). Foram assim identificadas as disposições relativas à biblioteca liceal e agrupadas em três grandes temas, a saber: prescrições relativas à existência e funcionamento da biblioteca, relatórios dos reitores e conselho administrativo. A análise efectuada tem um duplo objectivo: mostrar a importância da biblioteca no quadro legislativo que regulamenta a instituição escolar e ainda elencar a tipologia documental que poderá conter informações sobre o funcionamento da biblioteca. A legislação encontra-se identificada através do número e data de publicação em Diário de Lisboa (DL), Diário de Governo (DG) ou Diário da República (DR).

A primeira peça do quadro legislativo no período a que se reporta este estudo é o decreto assinado por Passos Manuel que em 17 de Novembro de 1836 cria os liceus (DL n.º 275, de 19 Novembro de 1836). Esta ambiciosa reforma prevê que os liceus estejam equipados com uma biblioteca sob a responsabilidade de um professor bibliotecário:

Art. 40.º Em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado lyceo Nacional de... o local aonde for estabelecido.

Art. 56.º Os lyceos serão estabelecido em Edificios públicos, bem situados e saudáveis, e quando poder ser apropriados á boa orden, e economia das Aulas.

§. 1.º Em cada uma das capitães dos Districtos Administrativos será destinado, e preparado para aquelle fim o Edificio publico que for conveniente.

Art. 67.º Haverá em cada um dos Lyceos uma Biblioteca, que servirá também para uso dos Professores, e Alumnos. Um dos Professores nomeado pelo Conselho será o Bibliotecário, e terá um Official ás suas ordens. O Bibliotecario terá de gratificação 50\$000 réis, e o Official 100\$000 réis de ordenado.

A instável situação política e económica do país não propicia a instalação dos liceus idealizados por Passos Manuel. A reforma de Costa Cabral de 20 de Setembro de 1844 (DL n.º 220, de 28 de Setembro de 1844) determina novamente a existência de um liceu em cada capital de distrito mas nada é referido quanto à necessidade de existência de uma biblioteca:

Art. 46.º Haverá um Lycêo em cada uma das Capitães dos Districtos Administrativos, e Dioceses do Reino. [...]

Art. 54.º As aulas dos Lycêos serão collocadas em edificios públicos, devidamente apropriados,

Art. 55.º Nas cidades ou Villas, em que houver Seminários Ecclesiasticos, poderá o Governo estabelecer as Aulas dos Lycêos nos edificios dos mesmos Seminários.

No artigo 48.º discriminava-se, para além das disciplinas e cadeiras que deveriam existir em todos os liceus, algumas próprias segundo o estabelecimento de ensino, sendo que ao Liceu de Faro era atribuída uma disciplina de “Economia Industrial e Escripuração”.

O Decreto-Lei de 10 de Abril de 1860, assinado por Fontes Pereira de Melo (DL nº133, de 12 de Junho de 1860) estabelece o Regulamento para os “Lyceus Nacionaes” e reafirma no Capítulo X, “Dos Estabelecimentos Auxiliares do Ensino”, a importância da biblioteca, referenciando o artigo 67.º da reforma de Passos Manuel:

Art. 74. Haverá nos cinco lyceus de primeira classe uma bibliotheca, um gabinete de physica, um laboratorio chimico e uma collecção de objectos de historia natural e instrumentos de planimetria. (Decreto de 17 de novembro de 1836, art. 67 e 68).

Art. 75. A bibliotheca será formada pelos livros que os conselhos dos liceus escolherem, comprehendendo as obras litterárias ou scientificas, approvadas pelo conselho geral de instrucção pública. Das obras que forem necessárias para o serviço das aulas poderá na bibliotheca haver dois ou mais exemplares.

Art. 76. A bibliotheca terá os livros methodicamente classificados; devendo e d’este se fará um catálogo para serviço da bibliotheca e outro será remetido á direcção geral de instrucção pública.

§ *unico*. No fim de cada ano lectivo o reitor do lyceu enviará á mesma direcção geral uma relação dos livros adquiridos de novo pela respectiva bibliotheca.

Art. 77. Nenhum livro poderá sair da bibliotheca senão para serviço das aulas e dos exames, sob responsabilidade dos professores, que os requisitarem, e deverá ser restituído á bibliotheca logo que termine o serviço diario.

Art. 78. A bibliotheca estará aberta de manhã e de tarde, nos dias lectivos, e nos outros que o conselho determinar.

Art. 79. Um dos professores, nomeado pelo governo será o bibliothecário , que terá a seu cargo vigiar pela conservação e sucessivo augmento da livraria, e pela execução de tudo o que fica determinado nos artigos precedentes.

§*unico*. Um official nomeado pelo governo fará o serviço da bibliotheca, sob a direcção do bibliothecario. (Decreto citado, art.67, §1).

[...]

Art 83. Nos lyceus de 2ª classe, estes estabelecimentos auxiliares do ensino serão creados á medida que se for reconhecendo a sua necessidade e que fundos destinados para a instrucção secundária o permittirem.

Sendo considerados apenas como liceus de primeira classe os de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Évora, a biblioteca do Liceu de Faro estaria contemplada neste artigo 83, não sendo portanto a sua constituição eleita como prioridade em 1860.

Entre 1860 e 1895 ocorrem seis reformas que surgem na história da educação referenciadas pelos nomes dos seus mentores: Anselmo Braancamp (DL, n.º 204 de 12 de Setembro de 1863), Alves Martins Bispo de Viseu (DG n.º 11 de 15 de Janeiro de 1869), Rodrigues Sampaio (DG n.º 217 de 26 de Setembro de 1872 e n.º 77 de 5 de Abril de 1873, Luciano de Castro (DG n.º 138 de 21 de Junho de 1880, DG n.º 195 de 30 de Agosto de 1886, DG n.º 242 de 22 de Outubro de 1888), João Franco e Jaime Moniz (DG n.º 292 de 24 de Dezembro, DG n.º 183 de 17 de Agosto de 1895). As prescrições relativas às bibliotecas não conhecem alterações legislativas significativas em relação ao estabelecido na Reforma Fontes Pereira de Melo. Apenas uma das disposições governamentais deste período – o regulamento dos liceus nacionais publicado a 5 de Abril de 1873 – reflecte dificuldade financeiras impeditivas do estabelecimento de bibliotecas ao ser indicado no artigo 76.º que “o governo irá organizando estes estabelecimentos ao passo que as forças do thesouro e as condições particulares de cada lyceu o permitirem”.

Na fase final da Monarquia o preâmbulo da reforma de Eduardo José Coelho (DG n.º 194 de 30 Agosto de 1905) atesta as graves dificuldades que continuam a afectar o ensino liceal:

Ninguém põe em dúvida que a educação da mocidade só pode ser bem feita em bons edificios escolares, com bom material didáctico e mobiliário escolar [...]. Mas o estado

dos nossos edificios lyceaes é tal, o material tão pobre, e o mobiliario tão antigo que bem pode dizer-se que, neste importantissimo capitulo da administração escolar, pouco temos progredido. [...] Construir edificios para lyceus, fornecê-los de mobiliario moderno e de material adequado, dotá-los de bibliotecas, museus, gabinetes de physica e laboratorios de chimica, e consignar-lhes verbas suficientes para a conservação, funcionamento e melhoria de todos estes meios de ensino – são providencias que se impõem, tão indiscutíveis que seria superfluo fundamentá-las.

Após a instauração da República as reformas no sector do ensino começaram pela instrução primária (Carvalho, 1987, p. 663). A reforma do ensino liceal ocorreu apenas em 1918, seis anos depois das reforma do ensino primário e universitário. Neste intervalo de tempo ocorreu ainda, em 1913, a criação do Ministério de Instrução Pública que juntou num só organismo as competências relativas ao ensino que se encontravam dispersas por vários ministérios.

Numa breve contextualização da época, recorde-se que em Julho de 1914 teve início a I Guerra Mundial que se estenderá até Novembro de 1918. Em 1917 as primeiras tropas portuguesas seguem para a guerra na Europa e em Dezembro de 1917 Sidónio Pais, à frente de uma junta militar destitui o Presidente Bernardino Machado. Sidónio Pais, eleito por sufrágio directo em Abril de 1918, assume a Presidência da República sendo morto a tiro em Dezembro de 1918.

É nesta época pouco tranquila que o ensino liceal é objecto de regulamentação em dois decretos separados por pouco mais de um ano. Em 1917 por proposta dos Ministros do Interior e da Instrução Pública e, em 1918, pelo Secretariou de Estado da Instrucção Pública. São eles o decreto n.º3:091 (DG n.º 60, I Série, de 17 de Abril de 1917) e o Decreto n.º 4:799 (DG n.º 198, I Série, de 12 de Setembro de 1918), o qual é ainda antecedido pela reforma dos Serviços de Instrucção Secundária (Decreto n.º 4:650, DG n.º 157, I Série, 2.º Suplemento, de 14 de Julho de 1918). Apresentam-se transcritas no Anexo 4 as disposições que nestes dois decretos regulamentam a existência da biblioteca.

O regulamento da instrução secundária de 1918 apresenta disposições para as bibliotecas escolares quase idênticas às do fugaz decreto n.º 3:091 de 1917. Em ambos é estabelecida a denominação de Liceu Nacional para os institutos existentes nas capitais de distrito em oposição aos liceus nacionais centrais de Lisboa, Porto e Coimbra. Prevê-se a afectação de um professor para a direcção da biblioteca e um número variável de directores de instalações e de empregados dependendo da categoria do estabelecimento de ensino e de acordo com o

número de alunos. O professor bibliotecário recebe uma gratificação correspondente a duas horas de lição semanal. O bibliotecário e o empregado da biblioteca eram nomeados pelo Governo, sob proposta do Conselho Escolar. A leitura das actas deste órgão, se preservadas no arquivo liceal, poderá portanto fornecer informações sobre os responsáveis pelo funcionamento da biblioteca.

Na legislação de 1918 determina-se ainda a constituição dos gabinetes de geografia, ciências biológicas, mineralogia e geologia, química e física e prevê-se que os directores destas instalações e laboratórios possam organizar bibliotecas privativas e requisitar à biblioteca quaisquer obras para serviço deles. Na biblioteca da ESJD constam vários manuais com o carimbo “Gabinete de Geologia e Biologia” que nos indicam que estas bibliotecas privativas não existiram apenas nas intenções do legislador.

O artigo do regulamento de 1918 em que se determina que em todos os liceus deve haver uma biblioteca termina com “Os liceus terão ginásios, balneários e piscinas de natação”. Esta determinação, que o passar dos anos provou irrealista, reforça a convicção de que o estudo do quadro legislativo pode indicar as intenções políticas e ideais pedagógicos de uma determinada altura mas que não poderá ser considerado isoladamente para descrever a realidade do funcionamento das escolas nessa mesma época.

Em 1920 surgem novas alterações ao regulamento da instrução secundária (Decreto n.º 6:675, DG n.º 121, I Série, de 12 de Junho de 1920) o mesmo acontecendo em 1921 (Decreto n.º 7:558, DG n.º 123, I Série, de 18 de Junho de 1921) mas as disposições relativas às bibliotecas, enunciadas no Decreto n.º 4:799 de 1918, não sofrem alterações, nomeadamente quanto à gratificação atribuída ao professor bibliotecário.

O pronunciamento militar em Braga chefiado por Gomes da Costa dá início, em 28 de Maio de 1926, à ditadura militar que termina oficialmente com a aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1933 que institui o Estado Novo. Neste período, a 2 de Outubro de 1926, o Ministro da Instrução Pública, Artur Ricardo Jorge, promulga um novo Estatuto da Instrução Secundária (Decreto n.º 12:425, DG n.º 220, I Série, de 2 de Outubro de 1926) em que é eliminada a distinção entre liceu nacional central e liceu nacional, passando apenas a existir a designação de liceu. A biblioteca liceal é apenas referida como um dos pontos a incluir na proposta de distribuição da dotação liceal (o artigo 4.º relativo às instalações não menciona a biblioteca).

Em 1927 são efectuadas pequenas alterações a este Estatuto da Instrução Secundária mas novamente nada se altera nas disposições relativas às bibliotecas (Decreto n.º 13:056, DG n.º 18, I Série, de 22 de Janeiro de 1927).

Em 1928 a publicação da Portaria n.º 5:589 (DG n.º 209, I Série, de 11 de Setembro de 1928), mostra que as reais condições de funcionamento das bibliotecas nos liceus serão muito diferentes do previsto na legislação. Pela importância daquilo que é prescrito transcreve-se a quase totalidade da portaria:

[...] Considerando que muitas vezes os alunos têm grandes dificuldades em obter os livros que precisam de ler, sendo por isso da maior conveniência que nos liceus encontrem nesse ponto as maiores facilidades;

Considerando que esse serviço de leitura se não encontra ainda devidamente organizado em todos os liceus:

Manda o governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução pública, que em todos os liceus os bibliotecários, de acordo com o respectivo reitor, organizem os serviços da biblioteca de forma que, dentro das horas regulamentares, os alunos, nos intervalos das aulas e mesmo depois delas, possam fazer as suas leituras.

Deverão também em cada turma os professores de português dos cinco primeiros anos do curso dos liceus, de acordo com o respectivo director de classe, organizar pequenas bibliotecas volantes com os livros mais próprios para os seus alunos, livros destinados à leitura em casa, e que serão obtidos com o auxílio de uma verba anual do orçamento do liceu e também por contribuição voluntária dos alunos ou de outras pessoas.

Poderão também as bibliotecas dos liceus organizar em favor dos alunos um serviço de empréstimo dos livros mais necessários à sua cultura, mediante a caução que o bibliotecário julgar suficiente, e que será restituída no acto da entrega do livro emprestado, a não ser que êste tenha sido muito deteriorado pelo aluno. Desse serviço de empréstimos ficam excluídos todos os livros que, por serem simplesmente de consulta, ou por serem raros ou por qualquer outro motivo, o bibliotecário entender que não devem ser emprestados aos alunos.

Paços do Governo da República, 10 de Setembro de 1928. – O Ministro da Instrução Pública, Duarte Pacheco.

Em 1860, na Reforma Fontes Pereira de Melo, era já avançada indicação sobre o horário da biblioteca, que deveria estar aberta de manhã e de tarde. O regulamento da instrução secundária de 1918 ao impor que a biblioteca deve ter um empregado destinado especialmente ao seu serviço leva-nos a crer que seria intenção do legislador que a biblioteca do liceu estivesse aberta durante grande parte do período lectivo. No entanto estes empregados não estavam isentos da prestação de outros serviços próprios da sua categoria. Um reitor com dificuldades de gestão de pessoal tinha aqui justificação legal para manter a

biblioteca encerrada e desviar o funcionário para outras funções. Ao bibliotecário estavam atribuídas apenas duas horas semanais para desenvolver a sua actividade, pelo que não poderia garantir a abertura da biblioteca durante todo o período lectivo. O Ministro da Instrução Pública, o jovem algarvio Duarte Pacheco (com apenas 29 anos, exerce o cargo de Abril a Novembro), ao invocar a necessidade e assegurado um serviço de empréstimos permite inferir que o empréstimo domiciliário não deveria ser uma prática em muitos dos liceus.

No mesmo Diário de Governo é restabelecida a classificação dos liceus em nacionais centrais e nacionais (Decreto n.º 15:939, DG n.º 209, I Série, de 11 de Setembro de 1928) sendo o Liceu de João de Deus em Faro classificado como Liceu Nacional Central, era então Presidente António Carmona e Oliveira Salazar já integrava o executivo.

Um novo estatuto do ensino secundário é aprovado a 18 de Dezembro de 1931 por Gustavo Cordeiro Ramos, Ministro da Instrução Pública, na sequência da demissão de Duarte Pacheco (Decreto n.º 20:741, DG n.º 8, I Série, de 11 de Janeiro de 1932), com o objectivo de codificar toda a legislação dispersa. No preâmbulo traçam-se os grandes objectivos:

Muito de desejar seria que se melhorassem as condições do funcionamento das bibliotecas, laboratórios e demais instalações, a começar pela situação dos seus directores, certo, como é, que na execução destes serviços assenta o progresso dos estudos no sentido objectivo.

Mas logo no mesmo preâmbulo, é indicado que se irá apenas melhorar as condições de recrutamento do pessoal auxiliar e tornar menos precária a nomeação dos directores (p. 90). No Capítulo XII, “Da biblioteca, laboratórios e outras instalações”, surge uma diferença processual na escolha do bibliotecário:

Art. 141.º As bibliotecas dos liceus deverão ser convenientemente instaladas, por forma a permitir a sua frequência por alunos e professores.

§ único. Devem possuir, além de obras destinadas à consulta dos professores, outras de carácter elementar e ainda publicações periódicas, nacionais e estrangeiras, cuja leitura interesse a professores e alunos e seja útil à educação destes.

Art. 143.º A biblioteca [...] terá um Director nomeado pelo Governo, sob proposta do reitor, de entre professores efectivos ou agregados, e um empregado auxiliar, nomeado pelo reitor, de entre os empregados.

Art. 144.º A nomeação do director é feita por um ano, a terminar sempre a 31 de Julho, e considera-se renovada, por períodos anuais, até que o Governo, sob proposta do reitor, determine o contrario. A nomeação do empregado auxiliar é feita nas mesmas

condições, e considera-se renovada, por períodos anuais, até que o reitor, sob proposta do respectivo director, determine o contrário.

§ único. A situação de auxiliar de instalação não isenta o empregado de prestar outros serviços que lhe sejam ordenados.

Art. 145.º Os directores e empregados auxiliares, a que o artigo antecedente se refere, percebem [sic] as gratificações anualmente fixadas na tabela n.º 2 que faz parte integrante deste decreto.

O bibliotecário passa, a partir de 1932, a ser nomeado pelo Ministro sob proposta do reitor e não pelo Conselho Escolar. Deixa de ser referida a “gratificação correspondente a duas horas de lição semanal” existente desde 1918 e passa a existir uma gratificação mensal de 50\$00 (como termo de comparação a gratificação mais elevada indicada neste decreto era a do reitor de liceu de 23 turmas com o valor de 400\$00).

Na pesquisa efectuada, não foram encontradas alterações ao funcionamento das bibliotecas dos liceus até 1947, altura em que é promulgada a reforma do ensino liceal e o estatuto do ensino liceal (Decreto n.º 36:507 e n.º 36:508, DG n.º 216, I Série, de 17 de Setembro de 1947). Em 1947 as alterações à legislação de 1932 são diminutas. As funções de director de instalações são agora de aceitação obrigatória e os livros e as publicações periódicas deverão ser escrupulosamente seleccionados. O reitor poderá considerar que determinadas obras, já existentes nas bibliotecas ou que lhe sejam oferecidas são prejudiciais à educação dos alunos e o Ministro, ouvido o Conselho Permanente de Educação Educativa, determinará o destino das mesmas (Capítulo V do Decreto n.º 36:508). As gratificações para os Directores de Instalações eram de 100\$00, durante dez meses do ano³⁸, pelo que é provável que tenham existido, de 1932 a 1947, actualizações do valor de 50\$00 previsto, no Decreto 20:741 de 1932, como gratificação para o director de biblioteca.

Esta reforma coincide com o limite temporal deste estudo. No seu preâmbulo, são enumerados os liceus construídos desde 1928 pela Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário, e é referido que está em vias de conclusão o Liceu de Faro, já faltando pouco para a conclusão das instalações previstas “que ficarão verdadeiramente modelares” (p. 880). Apesar do tom apologético do discurso político, o relatório do reitor do Liceu de Faro para o primeiro e segundo anos lectivos no novo edifício assinala diversos problemas de concepção e de construção, em linha com as críticas que actualmente se fazem aos projectos da Parque Escolar para as escolas secundárias.

³⁸ Tabela 5 – gratificações, Decreto n.º 36:507, DG n.º 216, de 17 de Setembro de 1947, p. 887.

2.2.1 A biblioteca e o relatório do reitor

A primeira referência encontrada aos relatórios dos reitores surge em 1860 (Reforma Fontes Pereira de Melo). O capítulo II, “Do reitor” (Decreto-Lei de 10 de Abril de 1860) comporta a obrigação anual da elaboração de um relatório:

Art. 89. O reitor é o chefe do lyceu, e como tal incumbe-lhe:

[...]

6.º Fazer annualmente um relatorio do estado litterario e economico do lyceu, o qual enviará á direcção geral de instrucção pública até ao ultimo de setembro;

Este artigo tem um carácter um pouco vago nas informações relativas à biblioteca. Poderiam ser consideradas na rubrica “estado litterario”, por exemplo existência de livros para consultas de professores e alunos, e no “estado económico” as despesas com aquisição de livros ou mobiliário.

Em 1863, no regulamento para os liceus nacionais (reforma Anselmo Braancamp) o referido relatório deverá passar a incluir um resumo das resoluções do conselho escolar:

Capitulo II do reitor

[...]

VI Fazer annualmente um relatorio do estado litterario e economico do lyceu, instruido com todos os documentos necessarios e com a synopse das resoluções do conselho no anno lectivo findo, o qual relatorio enviará á direcção geral de instrucção publica até ao fim de setembro de cada anno;

As sucessivas reformas no século XIX mantêm a obrigatoriedade de o reitor elaborar um relatório do estado literário e económico do liceu. Uma Circular da Direcção Geral de Instrucção Pública de 26 de Junho de 1902, publicada na *Collecção Official de Legislação Portuguesa* (pp. 467-468), levanta a suspeita de quem nem todos os reitores cumpriam esta obrigação. Nesta circular chama-se a atenção para “o fiel cumprimento desta disposição regulamentar” e “venho ponderar a V. S.^a a necessidade de remetter a esta Direcção Geral até ao final de dezembro de cada anno, quer publicado ou manuscrito, o relatorio referente ao anno lectivo transacto”.

Na legislação publicada em 1917/1918 ao reitor incumbe organizar e publicar sempre que lhe seja possível o anuário do liceu. Nas indicações sobre o conteúdo do anuário não é indicada expressamente a necessidade de incluir informações sobre a biblioteca. O reitor

deverá, no entanto, fornecer no anuário indicações que devam ser conhecidas e poderá, para tal, requisitar elementos a todo o pessoal do liceu, nomeadamente ao director da biblioteca.

Em 1935 uma circular aos reitores dos liceus define normas mais detalhadas para o conteúdo dos relatórios anuais (anuário) a elaborar pelos reitores (DG n.º 191, I Série, de 19 de Setembro de 1935). O relatório deverá ser ordenado dos pontos A ao D, e o ponto C deverá ser dedicado às instalações, começando pela biblioteca:

Em relação à biblioteca. – Instalações da biblioteca, mobiliário e material. Sua forma de funcionamento em si e nas suas relações com os serviços de aulas. Nomes abreviados do director e do empregado auxiliar. Aquisições feitas: em mobiliário, livros e revistas. Livros e revistas oferecidos. Livros requisitados para leitura ou estudo pelos professores e pelos alunos. Deficiências a suprir.

No final do ano lectivo de 1937/38 surgem novas orientações para a realização do relatório do reitor. Num despacho de 7 de Maio de 1938 (DG n.º 149, I Série, de 30 de Junho de 1938), assinado por António Augusto Pires de Lima, Director do ensino liceal, as instalações com director privativo devem ser descritas no ponto D, sendo especificados todos os aspectos que devem ser contemplados no relatório:

Suas instalações, mobiliário e material. Sua forma de funcionamento em si e nas suas relações com os serviços das aulas. Nomes do director e do empregado auxiliar. Aquisições e beneficiações feitas: em mobiliário, livros e revistas. Livros e revistas oferecidos. Verba gasta. Livros requisitados para leitura ou estudo pelos professores e alunos. Deficiências a suprir.

A diferença fundamental é portanto a nova obrigação de indicar no relatório o valor da verba gasta na biblioteca.

2.2.2 A biblioteca e o Conselho Administrativo

As referências ao Conselho Administrativo aparecem pela primeira vez em 1917/1918, devendo ser lavradas actas das suas reuniões. Ao Conselho Administrativo competia a elaboração de uma proposta de distribuição da dotação liceal sendo que um dos capítulos a desenvolver seria referente à biblioteca. Tinha também como função proceder ao inventário de todos os valores, móveis e imóveis, dos liceus.

No estatuto do ensino liceal de 1947 é definido, artigo 419.º (secção II do capítulo XII – livros didácticos e material escolar), a obrigatoriedade da existência de dois livros de

inventário dos objectos móveis existentes, um com a relação do mobiliário e outro com a relação do material didáctico. O livro da relação de material didáctico ser desdobrado num volume contendo o catálogo dos livros da biblioteca e outro com a relação de objectos pertencentes a cada um dos laboratórios e demais instalações. A ter existido um plano de preservação desses inventários poderia agora ser estudada a evolução do fundo documental da biblioteca liceal quer sobre aspectos quantitativos, quer qualitativos permitindo estudar por exemplo opções pedagógicas, sociológicas, ou políticas.

A análise dos sucessivos decretos que regulamentaram o ensino liceal durante este período de cem anos permite concluir que a consulta de fontes primárias como o anuário/relatório do reitor, actas do Conselho Escolar, actas do Conselho Administrativo, livros de correspondência expedida, livros de termos de posse (professores bibliotecários e funcionários) e registos biográficos ou inventários dos bens móveis poderá fornecer dados para a construção da história das bibliotecas no período em estudo. Estes documentos, ainda hoje, deveriam fazer parte do arquivo histórico das escolas secundárias que sucederam aos antigos liceus. A legislação de 1860 previa que o catálogo da biblioteca fosse remetido à direcção geral de instrução pública, o mesmo devendo ser feito com a relação dos livros adquiridos de novo e com o relatório anual do reitor. O arquivo da Direcção Geral de Instrução Pública faz parte do fundo do Ministério do Reino e encontra-se no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Uma pesquisa neste arquivo central poderá permitir a consulta de documentação que já não exista nas escolas secundárias.

2.3 História da biblioteca e do Liceu de Faro

Um dos objectivos desta dissertação é traçar a história da biblioteca do Liceu de Faro no período 1836-1948. Tal objectivo só poderá ser atingido se paralelamente se conseguir conhecer com maior detalhe a história do próprio liceu que, como se demonstra seguidamente, está por fazer. Algo aparentemente simples como a data de criação de uma instituição de ensino é, parafraseando Nóvoa, Barroso e Ó, no seu texto *O todo poderoso império do meio* (2003, p.17), com frequência uma incógnita :

A fluidez e indefinição que se vive em meados do século XIX explica, por exemplo, a dificuldade de estabelecer com rigor a data de início de funcionamento de muitos liceus (é fácil identificar o diploma legal que os criou, mas é complicado, por vezes, definir o momento exacto da sua abertura).

O Liceu de Faro não é excepção à regra. O diploma de Passos Manuel em 1936 prescreve que “Art. 40.º Em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado Lyceo Nacional de ... o local aonde for estabelecido.” No entanto o auto de instalação definitiva do Liceu de Faro ocorre quase vinte anos depois, a 21 de Janeiro de 1851.

Que informações existem sobre o que terá acontecido neste intervalo de tempo? Patrícia Amaral, numa prospecção realizada em 2002 ao núcleo bibliográfico do reitor Teixeira Guedes, considerava inexplicável que a academia civil mais prestigiada e antiga de Faro não tivesse a sua história minimamente ordenada dado que:

Não existe uma história do Liceu. Todos aqueles que interroguei a este respeito são unânimes neste ponto: a história do Liceu faz-se procurando em armários e salas esquecidas, reunindo documentos soltos e aparentemente desconexos, organizando-os, reunindo-os, classificando-os. Ela existe, mas *em bruto*, à espera que a recolham e organizem. (p. 29)

Logo no ano seguinte foi publicada a obra *Liceus de Portugal* na qual se encontra um capítulo dedicado ao Liceu de Faro, da autoria de Maria Elisa Barreiras. A autora começa por referir o decreto de Passos Manuel para seguidamente indicar que “na sequência da reorganização do ensino secundário, e depois de uma análise das necessidades locais, são atribuídas ao Liceu de Faro, as cadeiras de Economia Industrial e de Escrituração.” Trata-se, apesar de não ser indicado pela autora, da reforma de Costa Cabral de 1844 e as referidas cadeiras encontram-se designadas no artigo 48.º. Refere ainda Barreiras que “O liceu não dispunha, nesta altura de instalações próprias. Apesar disso, a sua criação oficial foi decretada pela rainha D. Maria II, em 3 de Janeiro de 1851.” e, algumas linhas abaixo, “o liceu já desempenhava funções lectivas desde, pelo menos, 1849.” A apoiar esta informação, anota um relatório datado de Agosto de 1849 em que o reitor comunica que tiveram lugar os exames finais daquele ano lectivo, sendo ainda citados os nomes dos professores que leccionavam à época no liceu. À excepção da data não são avançadas mais informações sobre este relatório. Na bibliografia, para além de outras fontes que não correspondem ao ano de 1849, podemos supor que este será o relatório referenciado por Barreiras apenas como “Relatório do Liceu de Faro. Ministério do Reino, Arquivos Nacionais Torre do Tombo” (p. 297). Uma leitura atenta desta história do Liceu de Faro permite detectar algumas inexactidões como por exemplo a atribuição de um relatório ao reitor Teixeira Guedes em 1908 (p. 207) sendo que a sua

transferência do Liceu de Santarém para o de Faro ocorreu apenas em Dezembro de 1910 (p. 292).

Vasco Pulido Valente (1973), Áurea Adão (estudo de 1973 publicado em 1982) e Rómulo de Carvalho (1985) descrevem o lento processo de instalação dos liceus em Portugal. Ficamos a saber que “o liceu de Faro funciona pela primeira vez em 1848-1849 (Adão, 1982, p. 96) e que “em 1851 já todos os Liceus do Continente e ilhas funcionavam em edifícios do Estado, à excepção dos de Aveiro e de Vila Real que só o conseguiriam mais tarde.” (Carvalho, 1985, p. 566). As informações sobre este período e sobre Faro que constam nas monografias destes três autores são portanto diminutas mas as suas referências bibliográficas indicam outras obras que, eventualmente, poderão fornecer mais pistas sobre o Liceu de Faro, como a *História dos Estabelecimentos Científicos e Litterarios nos sucessivos reinados da monarchia* por José Silvestre Ribeiro (publicada entre 1871 e 1893), a edição comemorativa do 1º Centenário do Ensino Secundário da revista “Labor” (n.º 75 de Outubro de 1936) e os Relatórios do Conselho Superior da Instrução Pública publicados n’ “O Instituto, Jornal Científico e Litterario”.

A Escola Secundária João de Deus (ESJD), sucessora do Liceu de Faro e do Liceu de João de Deus, resume em poucas linhas o seu passado. Nas comemorações do “50º Aniversário do Edifício do Antigo Liceu de Faro”, a ESJD publicou a brochura *Breves Memórias de um Longo Percorso* em que podemos ler “O Liceu de Faro foi criado por decreto de Sua Majestade a Rainha D. Maria II, em 3 de Janeiro de 1851[...]. Esteve inicialmente instalado num edifício anexo ao actual seminário. Em 1908 passa a ocupar o primeiro edifício expressamente construído para esse fim [...] mas cedo este edifício se revela pequeno para responder aos objectivos do liceu. Já no relatório do ano lectivo de 1937/38 se alude à sua exiguidade.” Nada mais nos é dito sobre os quase 100 anos de história do Liceu, o mesmo acontecendo no site do actual Agrupamento de Escolas de João de Deus, que integra a ESJD³⁹.

Uma consulta do fundo local da Biblioteca Municipal de Faro permitiu o acesso a informação, de novo escassa, sobre a história do liceu, repetindo novamente a ideia de que

o primeiro liceu chega ao Algarve à cidade de Faro, por decreto de 14/02/1851, instalando-se inicialmente num anexo do edifício do Seminário de S. José. [...] Em 1908 o liceu transfere-se para a Rua Manuel Arriaga (actual escola Tomás Cabreira). Em 1911, o liceu de Faro passou a liceu central [...]. No início de 40, o ministro das Obras Públicas,

³⁹ <http://www.aejdfaro.pt/o-agrupamento/es-joao-de-deus/sobre-a-escola>.

Duarte Pacheco (Louletano) decreta a construção do novo e actual liceu que será inaugurado em 1948. (Neto, 2012, p. 91)

e “Em meados do século XIX, é fundado o Liceu de Faro, instalado primeiramente no Paço Episcopal.”(Pinto e Veiga, p. 62), brevíssima nota na descrição do percurso que levou à criação da Universidade de Algarve, publicado no âmbito do evento “Faro: Capital da Cultura”.

Na página dos Antigos Alunos do Seminário de Faro, na rede social Facebook, encontrava-se à data da realização deste trabalho uma cópia digital da *História breve do Seminário episcopal de São José de Faro* (Cabrita, 1985) na qual é descrita a relação com o ensino laico. No final do século XVIII “[...] D. Francisco Gomes, para facilitar a manutenção do seminário, obteve a inclusão nele das aulas públicas de letras que havia na cidade.” (p. 9). De 1834 a 1851 o seminário foi obrigado a fechar portas mas, de acordo com o autor, “no edifício do Seminário continuavam as aulas públicas de latinidade, em 1848 transformadas em liceu Nacional” (p 10). Decorrente desta leitura temos portanto a assunção de que o liceu nacional terá começado a funcionar em 1848 e não 1851, que é assumida a fundação do liceu na história da actual ESJD. Numa tentativa de estabelecer com rigor a data de fundação do Liceu de Faro tornou-se imperioso proceder à consulta de fontes primárias.

Fundação do Liceu de Faro

O Instituto de Coimbra foi uma academia científica, literária e artística fundada em 1852 e que se manteve até 1982. Os relatórios do CSIP publicados, a partir de 1854, no seu jornal quinzenal, intitulado “O Instituto: Jornal Científico e Litterario”⁴⁰, constituem uma das contrapartidas à sua impressão gratuita na imprensa da Universidade, e uma parte significativa da história das políticas de instrução pública em Portugal e do seu debate está descrita nas páginas dos primeiros 10 volumes (Leonardo et al., 2009; Leonardo, 2011). O primeiro relatório do CSIP diz respeito à actividade desenvolvida no ano lectivo 1844-1845 e dá conta do atraso da instalação dos liceus:

⁴⁰ Faz parte do fundo documental da biblioteca da ESJD mas existe disponível em linha uma versão digital de todos os volumes por iniciativa da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (<http://bdigital.sib.uc.pt/institutocoimbra/IndiceInstituto.htm>); no portal Internet Archives (<http://archive.org>) encontram-se vários volumes digitalizados disponibilizados pela Harvard University, New York Public Library e Natural History Museum Library (London).

Apenas estão constituídos definitivamente os cinco principaes, de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Braga: e nas outras capitaes de districto, vão-se dispondo os elementos para elles.

Outra causa para os lyceus estarem ainda incompletos, é a falta de commissários, porque apenas se acha nomeado e em exercício o de Braga: e no entretanto, tendo d'elles, que o conselho espera informação, para saber as cadeiras que serão frequentadas, e mesmo para formar o seu regulamento económico e litterario, sem o qual mal se podem constituir, e muito menos ter andamento regular. (“O Instituto”, vol. III , n.º 8, 1854, p. 93)

O atraso na instalação dos liceus não significa, no entanto, a ausência de professores do ensino secundário nas capitais de distrito. No ANTT dois mapas de Instrução Secundária para o ano de 1945⁴¹ dizem respeito a Faro. O professor Manoel António Ferreira Tavares lecciona a “Cadeira de Philosophia Racional e Moral” em edificio público e o professor Luiz António da Piedade lecciona a “Cadeira de Grammatica e língua latina” no Seminário Episcopal.

No relatório de 1846-1847, o CSIP indica terem sido nomeados 17 commissários, incluindo o de Faro, mas não os identifica nominalmente. Os liceus de Lisboa, Porto e os de Coimbra, Braga e Évora:

estão já ordenado em estabelecimento regular com reitor e secretário [...]. Os lyceus das outras capitaes ainda não estão instalados em forma regular: nem o poderão ser tão breve; porque alem das dificuldades do thesouro para supprir o excesso de despesa, em muitas nem casa publicas ha accomodadas para aquelle fim. (“O Instituto”, vol. III, n.º 9, 1854, p. 112)

Miguel Rodrigues de Sousa Piedade (bacharel em Medicina) foi nomeado “Comissário dos Estudos do Districto de Faro” a 6 de Fevereiro de 1846⁴² (passarei a referir esta função apenas por Comissário), e envia ao Ministério do Reino (MR), com data de 22 de Setembro de 1846, duplicado do seu relatório para o ano lectivo 1845-1846 (os Comissários deviam enviar dois relatórios anuais ao CSIP e um duplicado ao MR em Setembro) dando conta do

⁴¹ ANTT PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/16/9 (Ministério do Reino, mç. 3833), relatórios do Comissário para os anos lectivos 1845-46, 1847-48, 1848-49 e 1849-50.

⁴² Biblioteca da ESJD, Livro de diplomas e alvarás 1883-1901, fl. 1; ANTT PT/TT/RGM/H/228504, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, liv. 27, fls. 171 v.-172, 1846-02-06, *Carta. Comissário dos Estudos do distrito de Faro.*

“estado da instrução no Districto” o qual “não é satisfatório”⁴³. Neste relatório é indicado que desde 1791 as aulas dos professores públicos decorriam no Seminário Episcopal. Nesse ano lectivo, e devido ao falecimento de docentes ou à sua transferência, apenas existia uma aula de Grammatica Latina “incorporada no excellente Seminário Episcopal [...]” (cf. Anexo 5).

No que diz respeito ao ano lectivo de 1847-1848 o CSIP alerta para o facto de não estar completa a organização dos liceus em todos os distritos “nem ainda se acham constituídos os de Bragança, Villa-Real, Aveiro, Guarda, Castello-Branco, Leiria, Portalegre, Beja, Faro, Ponta-Delgada, e Horta” (“O Instituto”, vol. III, n.º12, 1854, p. 149).

O Comissário, no seu relatório de 1847-48⁴⁴, espera que o liceu seja em breve constituído por se acharem já providas a 5.^a e 6.^a Cadeiras, e a concurso a 3.^a e a 4.^a e que:

Quanto ao material devo notar que a [máxima?] parte das Cadeiras d’Instrução Primaria, e secundaria se achão em exercício nas casas dos seus mesmos professores; [...]. Não acontece assim as de Grammatica e língua Latina desta Cidade, que está collocada em Edifício nobre, qual é o seminário, e decentemente provida com cadeira magistral e bancos;

As 5.^a e 6.^a cadeiras foram providas pelo professor Abílio da Cunha no final do ano lectivo de 1847-1848⁴⁵, o qual se terá apresentado e tomada posse em 1 de Outubro, pelo que em officio de 6 de Outubro de 1848 o Comissário informa que “está em exercício na ditta cadeira com alguns alunmos. [...] A aula está decentemente preparada, e nada falta por ora para o exercício das lições”⁴⁶.

No relatório anual de 1848-1849 do CSIP (“O Instituto”, vol, III, n.º 20, p. 255) encontramos a seguinte descrição da situação do Liceu de Faro:

Em quanto aos lyceus, conseguiu-se que fosse destinado, por decreto de 20 de Fevereiro de 1849, o seminário da cidade de Faro para a collocação do lyceu d’aquelle

⁴³ ANTT PT/TT/MR/1^aDIR-1^aREP/2/10, ui 10, Correspondência recebida: proc. 381-500, liv. 3 1845/1846 (Ministério do Reino, mç. 3539), relatórios respeitantes aos anos lectivos 1845-46, 1847-48, 1848-49 e 1849-1850.

⁴⁴ ibidem (Ministério do Reino, mç. 3539).

⁴⁵ Biblioteca da ESJD, Livro de diplomas e alvarás 1883-1901, fl. 2; ANTT PT/TT/RGM/H/0030/172429, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, liv. 30, fl. 104-105, 1848-07-14, *Carta. Professor vitalício da 5.^a e 6.^a cadeiras do Liceu Nacional de Faro.*

⁴⁶ ANTT PT/TT/MR/DGIP-2^aREP1869/5/12 ou PT/TT/MR/1^aDIR-1^aREP/13/9 (Ministério do Reino, mç 3865); no mesmo maço encontra-se o processo de candidatura de Abílio da Cunha, estudante do 5.^o ano da Faculdade de Direito e o seu auto de exame onde se pode apurar que era natural de Coimbra e que se candidatou também aos liceus de Beja e de Portalegre.

distrito; e acham-se expeditas as ordens necessárias as respectivas autoridades para que se verifique esta collocação.

Entre os documentos guardados na sala Teixeira Guedes encontram-se umas folhas soltas que constituem o “Índice chronologico das Portarias, [e officios] do Ministério do Reino, ou Conselho Superior de Instrução Publica (menos as que respeitão ao provimento das Cadeiras d’Instrucção primaria) dirigidos à Reitoria do Lÿceo N^{al} de Faro, ou à Comissão de Estudos, ou ambas as Repartições; seo Objecto, e resultado desde 15 de Abril de 1846” (cf. Anexo 6). Com data de 16 de Março de 1849, na folha dois, surge uma portaria do Conselho dirigida à Comissão dos estudos e Reitoria, que “remette a copia Authentica do Decreto de 14 de Fevereiro último sobre o definitivo estabelecimento do Lÿceo Nacional de Faro, e a sua collocacao no Edificio do Seminário.” O cumprimento desta portaria é objecto do seguinte officio⁴⁷ de 3 de Julho de 1849:

“Magestade

Tenho a honra de levar À Presença de Vossa Magestade, que se acha exactamente cumprida neste Lÿceo nacional de Faro a portaria expedida pelo Conselho Superior d’Instrucção Publica de 16 de Março passado que incluía o decreto de 4 de Fevereiro, pelo qual Vossa Magestade Houve por bem, que o Lÿceo Nacional de Faro fosse collocado no Edificio do Seminário desta Cidade, ajustado tudo à Economia das Aulas dos dois Estabelecimentos, ensino e disciplina Escholar dos respectivos Alumnos o que tenho cumprido em combinação com o Ex.^{mo} Bispo da Diocese.

Deos guarde A Vossa Magestade

O Commissario de Estudos de Faro

Miguel Rodrigues de Sousa Piedade

Em officio ao CSIP, igualmente de 3 de Julho de 1849, o Commissário informa que “de combinação com os actuaes professores fis cessar o exercicio das aulas no fim do mês de junho p q no dia 9 de julho comecem os exames públicos annuaes [...]”⁴⁸. Em Agosto de 1849 mandam-se afixar editais para concurso de porteiro do liceu⁴⁹.

No relatório ano lectivo de 1848-49 o Commissário propõe que é de providenciar “Prover a 3.^a e 4.^a Cadeira, a de Economia Industrial, e a das línguas francesa e inglesa, que se acham

⁴⁷ ANTT PT/TT/MR/DGIP-2^aREP1869/5/12 ou PT/TT/MR/1^aDIR-1^aREP/13/9 (Ministério do Reino, mç 3865).

⁴⁸ ibidem (Ministério do Reino, mç 3865).

⁴⁹ Biblioteca da ESJD, Registo dos officios dirigidos à comissão dos Estudos do Distrito de Faro, iniciado em 5 de Fevereiro de 1846, fl 2.

vagas no Lyceu, e cujas matérias muito se carece que sejam ali ensinadas.”. O Comissário nada informa sobre a disciplina de “Grammatica Portuguesa Latina e de Latinidades” (1ª e 2ª cadeiras) mas outras fontes documentais permitem apurar que foi dado provimento ao Professor Luís António da Piedade, em Maio/Junho de 1849⁵⁰ o qual, conjuntamente com o professor Abílio da Cunha, constitui o corpo docente do liceu, leccionando quatro cadeiras a quarenta e cinco alunos.

Segundo o relatório do CSIP para o ano lectivo de 1849-50 (“O Instituto”, vol. IV, n.º 6, p. 65) é possível apurar que a situação da instrução secundária apresenta avanços dado que todos os liceus do continente, colocados em edifícios públicos, funcionaram na íntegra ou em parte, à excepção dos de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Guarda e Vila Real. O CSIP dá conta que para Faro se acham a concurso as 3.ª e 4.ª cadeiras.

No balanço do ano lectivo 1849-1850⁵¹ o Comissário, que assina pela primeira vez como “comissário dos Estudos do Districto de Faro e Reitor do Lyceu Nacional”, informa que:

Foi o anno lectivo de 1849-1850 o 2.º em que funcionou este interessante estabelecimento; porem com mais regularidade do que no 1.º; pois que então, e no seu principio ainda não havia o exercício próprio da 1.ª e 2.ª cadeiras; e so por Decreto de 14 de Fevereiro de 1849 foi collocado no Lyceu, e no exercício próprio destas cadeiras o Professor, que antes, e de ha muito tempo ensinava a Grammatica e Língua latina em cadeira separada, como [expus] no meo Relatório antecedente a Vossa Magestade; porem neste anno houve já toda a regularidade na sua abertura, Matriculas, exercícios das lições por todo o anno, no encerramento e Exames Públicos, em que se manifestou o aproveitamento dos seus Alumnos, procedendo em tudo conforme a lei.

Ainda neste relatório e no respectivo mapa estatístico anexo é indicado que as quatro cadeiras foram frequentadas por cinquenta e quatro alunos, que existe o material necessário e em bom estado, e que o lugar de porteiro foi provido em Abril por José António de Meneses. O Comissário dá-nos a indicação de que o professor Luís Piedade desde há muito ensinava em cadeira separada. No mapa estatístico aparece a referência que este professor foi considerado habilitado em 15 de Março de 1814, ou seja havia 34 anos. Foi possível apurar

⁵⁰ Biblioteca da ESJD, Livro de diplomas e alvarás, 1883-1901, fl. 3; ANTT PT/TT/RGM/H/209384, 1849-05-18, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, liv. 29, fl. 272-273, *Carta. Professor da 1ª e 2ª Cadeira do Liceu Nacional de Faro*.

⁵¹ ANTT PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/2/10, ui 10 Correspondência recebida: proc. 381-500, liv. 3 1845/1845 (Ministério do Reino, mç. 3539).

que, apenas 5 anos depois, em carta de 27 de Fevereiro de 1855 este professor é jubilado⁵² e é condecorado Cavaleiro da Ordem de Cristo no mesmo ano⁵³. O mesmo Luís Piedade já constava no mapa de instrução secundária de 1845 com a indicação de que era professor proprietário por diploma de 29 de Abril de 1822.

Auto de instalação do liceu

A 28 de Janeiro de 1851 um ofício assinado pelo reitor do Liceu Nacional de Faro, Miguel Rodrigues de Sousa Piedade, anota que foi “assim cumprida em todas as suas partes” a portaria do CSIP de 3 de Janeiro, remetendo cópia do auto de instalação definitiva do liceu⁵⁴.

Consideramos que este conjunto de fontes documentais permite afirmar com rigor que o Liceu de Faro, segundo os parâmetros da época, entrou em funcionamento no ano lectivo 1848-1849. O ano de 1851 constitui assim o marco da constituição formal do liceu que se consubstancia no auto de instalação definitiva.

Os primeiros relatórios do reitor classificavam as instalações do liceu como boas e adequadas mas tal apreciação veio a curto prazo modificar-se. Os relatórios para os anos lectivos de 1856-57, 1858-59 e 1859-60 permitem acompanhar esta evolução.

No relatório do Comissário para o ano lectivo 1856-57⁵⁵ considera-se que o liceu está “estabelecido em lugar próprio para o uso das lições; tem as casas precisas para as diferentes aulas, mas com falta de uma para a secretaria”. O corpo docente é constituído por quatro professores: Eleutherio Collaço Mimoso, Miguel de Macedo e Brito do Ó, Abílio da Cunha (desempenha as funções de Secretário) e José Gonçalves da Cruz Viva; o lugar de porteiro continua a ser ocupado por António de Sá e Menezes. Apesar de, como indicado no enquadramento legislativo das bibliotecas liceais, estar prevista desde 1836 a existência de uma biblioteca nos liceus, para uso dos professores e alunos, bem como um bibliotecário e um oficial de biblioteca, a realidade em Faro é bem diferente decorrida uma vintena de anos: o liceu “tem também absoluta necessidade de prover-se de Livros Clássicos, pois não tem nenhuns, necessários principalmente nos exames”. É possível que neste ano se tenham

⁵² ANTT PT/TT/RGM/I/256781, 1855-02-07, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv. 5, fl. 105, *Carta. Jubilação nas cadeiras 1ª e 2ª do Liceu Nacional de Faro.*

⁵³ ANTT PT/TT/RGM/I/256782, 1855-07-11, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv. 8, fl. 12 v., *Carta. Cavaleiro da Ordem de Cristo.*

⁵⁴ ANTT PT/TT/MR/DGIP-2ªREP1869/5/12 ou PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/13/9 (Ministério do Reino, mç. 3865).

⁵⁵ ANTT PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/2/49, Proc 356 a 448, liv 14 (Ministério do Reino, mç. 3577).

iniciado diligências para a transferências de livros que se encontravam no Depósito dos Extintos Conventos (o que se veio a concretizar em 1862), dado que o reitor refere uma proposta do Conselho do Liceu para “se lhe fornecerem os Livros que se acharem possíveis nos diferentes depósitos;”.

Não tendo sido localizado no ANTT o relatório relativo a 1857-58 ficamos a saber, pelo relato do ano lectivo 1858-59⁵⁶, datado de 26 de Setembro de 1859 e assinado por Miguel Rodrigues de Sousa Piedade, que existe à altura no liceu a disciplina de “Princípios Gerais de Physica e Chymica e Introdução à Historia Natural dos 3 Reinos”. Uma das salas passa a estar ocupada com a colecção de instrumentos e objectos que foi recebida para esta disciplina. O professor é Jerónimo Augusto Bivar Gomes da Costa, bacharel formado em “Medicina e Philosophia”, natural de Faro (futuro Governador Civil, aluno do professor Luís António Piedade em 1845). Relativamente ao estado material “também carece este lyceo de Mappas, e Livros clássicos necessários principalmente nos exames”. Alguns meses depois, a 19 de Abril de 1860, o primeiro reitor do Liceu de Faro morre, sendo o seu falecimento comunicado ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios do Reino pelo Governador Civil⁵⁷.

No ano lectivo 1859-60 a aula de “grammatica latina” passou a ocupar parte de casa da escola de instrução primária, que se encontrava no pavimento baixo do edificio do liceu, pois a sala onde se encontrava instalada foi ocupada pelas aulas de “Physica” e “Chimica”. A situação assim criada tem como consequência que “a aula de latim passou a ocupar uma parte da casa da referida eschola, tornando-a acanhada”, pelo que o Conselheiro do Districto Abílio da Cunha considera que a situação deve ser alterada e que “deve passar para uma das casas do pavimento alto onde estava antes”. É ainda necessário comprar alguns móveis, esferas, cartas geográficas e uma banca para a aula de “Physica” e “Chimica”.

Em 1862 concretiza-se a desejada transferência de livros do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC) o qual geria os fundos bibliográficos dos conventos extintos em 1834. Este organismo público existiu de 1834 a 1841 tendo sido integrado na Biblioteca Nacional (BN) e o seu processo de liquidação durou até 1864. Logo em 1836 a comissão administrativa do DLEC é autorizada “entregar mediante comprovativos [sic] os livros solicitados pelas bibliotecas dos liceus existentes nas capitais dos distritos administrativos de Portugal” (Barata, 2003, p. 229). Na década de 60 ocorrem as transferências mais significativas de livros para vários liceus recebendo o Liceu de Faro 1615 volumes (Barata,

⁵⁶ ANTT PT/TT/MR/DGIP-2ªREP1869/7/2 ou PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/14/2 (Ministério do Reino, mç. 3848).

⁵⁷ ANTT PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/13/9 (Ministério do Reino, mç. 3865).

2003, p. 232). A consulta do processo existente na BN permite apurar que o recibo de entrega é assinado pelo reitor Abílio da Cunha, a 20 de Setembro de 1862. Ao contrário da documentação relativa a transferências para outros liceus, existentes nesta mesma pasta, não consta a listagem de livros enviados para o Liceu de Faro. No recibo assinado por Abílio da Cunha encontra-se uma anotação a lápis, não datada, em que se lê “A relação não está feita, e ficou de a fazer o Sr. Trindade”⁵⁸.

O primeiro professor bibliotecário

Em 1863 José Gonçalves da Cruz Viva é nomeado o primeiro professor bibliotecário⁵⁹ e aberto concurso para oficial de biblioteca.

Provido como professor de Inglês e de Francês no Liceu de Faro em 1850⁶⁰, o cónego José Gonçalves da Cruz Viva vai ser, tanto quanto as fontes documentais existentes na ESJD permitiram apurar, professor bibliotecário até pelo menos 1881. Natural do Porto, ordenou-se em Braga onde se dedicou ao ensino de latim e de francês. Foi perseguido pelas suas ideias liberais e sofreu uma tentativa de assassinato na qual pereceu o seu irmão. Tendo exercido o magistério de 1833 a 1844 em Terras do Bouro, foi coadjutor da igreja de Santo Ildefonso do Porto até 1850. Aos 46 anos de idade este presbítero secular inicia no Algarve uma nova fase da sua vida, e, em 1855, destaca-se pelos serviços prestados à comunidade por ocasião da epidemia de *cholera morbus* no Algarve. Para além da actividade docente foi ainda coadjuvante na igreja de S. Pedro e publicou artigos em jornais do Porto e de Aveiro com o pseudónimo de Abdiel, o Algarvio ou Alfaqueque. O primeiro artigo da *Algarviana* de Lyster Franco é dedicado a Abdiel, o Algarvio e a sua biografia consta no *Dicionário Bibliográfico Português* (Silva, 1998, Vol. XII, p. 349-350) bem como na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* na entrada “Cruz Viva, Padre José Gonçalves da” (reproduzindo quase integralmente, com adaptação da ortografia, a biografia do *Dicionário Bibliográfico Português*).

Em Setembro de 1863 o lugar de oficial de biblioteca do Liceu de Faro é colocado a concurso pela Direcção Geral de Instrucção tendo os candidatos de instruir o processo de candidatura com um elevado número de certidões e atestados (cf. Anexo 7). Em Fevereiro de

⁵⁸ Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, BN/AC/INC/DLEC/30/Cx. 08-02.

⁵⁹ ANTT PT/TT/RGM/J/271103, 1863-09-22, Registo Geral de Mercês de D. Luís I, liv. 5, fl. 133, *Carta. Bibliotecário da Biblioteca do Liceu Nacional de Faro*.

⁶⁰ ANTT PT/TT/RGM/H/208518, 1850-08-03, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, liv.33, fl.269-270, *Carta. Professor da Cadeira das Línguas Francesa e Inglesa do Liceu Nacional de Faro*.

1864 é nomeado oficial da biblioteca Vicente Baptista Pires Júnior⁶¹ (o qual em 1872 passa a acumular a função de oficial de biblioteca com a de professor provisório de português⁶²). O oficial de biblioteca é provavelmente filho de Vicente Baptista Pires (1812-1991), proprietário da farmácia Baptista Pires em Faro e que chegou a assumir o cargo de vice-presidente da Câmara de Faro em 1876-77⁶³.

Os livros do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos

Cruz Viva e Baptista Pires terão o encargo de conferir e catalogar os livros enviados em 1862 pelo DLEC e, catorze anos após a entrada em funcionamento do liceu, organizar a sua biblioteca. Dois documentos dessa época, que testemunham o trabalho desenvolvido, sobrevivem na biblioteca da ESJD. Um caderno verde de lombada grossa (em pele) apresenta a identificação “Catálogo N° 1” e um fino caderno A4 de capa em marmoreado azul com etiqueta “Biblioteca: livros notas” e um N° 2 reconhecível por baixo de um 4 que identificarei como caderno n° 2. O catálogo n°1 tem termo de abertura de Julho de 1864 e o caderno n° 2 de Abril de 1864 (cf. Anexo 8).

O caderno n° 2 constitui um registo das ocorrências relativas à biblioteca do liceu nacional de Faro. A terceira folha, assinada pelo professor bibliotecário e pelo oficial de biblioteca e datada de 20 de Abril de 1864, dá-nos indicações sobre as instalações da biblioteca e o número de obras. São cinco armários identificados com as letras A, B, C, D e E com um número variável de prateleiras (24, 14, 14, 18 e 10, respectivamente) contendo um total de 1755 livros. No verso da terceira folha encontra-se registada a seguinte declaração:

Os abaixo assinados, tendo concluído a limpeza, collocação e conta dos livros que se achão a seu cargo e conservação, acabão de verificar, em 10 de Maio de 1864, que em o número de livros que se achão incluídos na Relação da Bibliotheca Nacional, feita e assignada pelo Sr. Luis Carlos Rebello Trindade, em 16 de Setembro de 1862, faltão os livros que constão da relação junta.

E para declinarem de si qualquer responsabilidade, que porventura lhes possa caber de futuro, comparada a dita Relação com os livros existentes, lanção aqui este termo de declaração para os fins convenientes, e julgão dever seu levál-a, assim como a relação dos

⁶¹ ANTT PT/TT/RGM/J/194320, 1864-02-25, Registo Geral de Mercês de D. Luís I, liv. 8, fl. 200 v., *Carta. Oficial da Biblioteca do Liceu Nacional de Faro*.

⁶² Biblioteca da ESJD, Livro de diplomas e alvarás 1883-1901, fl. 25.

⁶³ Informação gentilmente fornecida por correio electrónico pelo Professor Doutor José Carlos Vilhena Mesquita.

ditos livros, que forão aqui recebidos á presença e conhecimento de quem convier. Segue-se a

Relação

Dos livros incluídos na Relação de Lisbôa, e que não forão recebidos nesta Bibliotheca.

A relação de livros não recebidos indicada neste termo de responsabilidade encontra-se lançada nas folhas quatro a doze.

Do verso da página treze até ao verso da página vinte e seis encontra-se o rol relativo aos livros que não constavam da lista da Biblioteca Nacional mas que aparecerão misturados com os que foram recebidos no Liceu de Faro. Estão separados por latinos (184 volumes a mais), hespanhoes (5 volumes a mais), francezes (5 volumes a mais), portugueses (4 volumes a mais), italianos (5 volumes a mais). Na página vinte e seis é registado um suplemento de mais quatro volumes de uma obra latina.

Um segundo suplemento, registado do verso da página vinte e seis ao verso da página vinte e nove, contabiliza mais trinta e sete volumes que não constavam no recibo do DECL.

O balanço efectuado neste Caderno 2 (fl. 26) regista um total de 244 obras a mais e 103 que faltam, o que dá um diferencial de 141 obras que não foram contabilizadas à saída do DECL.

Como já foi referido, em 1862, de acordo com os registos da BN, o Liceu de Faro recebe 1615 volumes. Se somarmos ao número indicado no recibo da BN o diferencial de 141 obras obtido a partir dos registos de Cruz Viva e Vicente Pires obtemos um total de 1756 livros. Segundo o inventário de 20 de Abril de 1864, atrás referido, existem na biblioteca 1755 livros. Poderá ter existido algum lapso de contagem que explique esta pequena discrepância. Estas informações, conjuntamente com os relatórios do reitor em que é referida a falta de livros para a realização de exames apontam para que apenas existam na biblioteca liceal os livros provenientes do DLEC.

O Catálogo N° 1 apresenta dois registos distintos dos livros do Liceu de Faro. A primeira folha preenchida é a número 7 e aí se indica:

Lista

geral e alphabetica dos appellidos e da integra dos nomes dos auctores de todos os livros que se achão nesta Bibliotheca de Faro, em Julho de -1864-; com a indicação do formato de cada um e da língua em que está scripto; e bem assim precedida da numeração

d'ordem para o catalogo seguinte, e com a designação (a lapis) do logar em que, de prompto, se acha cada um.

Todos os que levão a numeração encarnada não forão inscriptos na Relação da Bibliotheca Nacional, remetida a esta, onde se acha (encadernada) com data de 16 de Setembro de 1862.

Todos aqueles que levão - * - em vez de número, achão-se inscriptos nella, mas não apparecêrão nesta Bibliotheca.

Todos os livros anonymos vão, na mesma ordem alphabetica, indicados nesta Lista pelos primeiros nomes dos seus títulos.

Este catálogo, com data de Julho de 1864, é portanto posterior ao caderno n.º 2, em que a verificação dos livros tinha sido dada como concluída em Maio de 1864. São numerados neste registo 703 livros, dos quais 50 a vermelho. São identificados 31 livros, que apesar de constarem no recibo da BN, não foram encontrados pelo bibliotecário e pelo oficial de biblioteca. Esta listagem termina na folha setenta e nove, e as páginas seguintes, até à oitenta e cinco encontram-se numeradas mas não preenchidas. A partir da folha oitenta e seis surge um novo termo de abertura indicando “Catalogo Geral, alphabetico e remissivo da integra do nome dos autores e títulos de todas as obras que se achão nesta Bibliotheca do Lyceu nacional de Faro, com a indicação do número de volumes de cada uma e seus diferentes formatos”, datado de Janeiro de 1865. Aparentemente houve uma alteração do trabalho que se estava a realizar e em vez de se indicar apenas o nome dos autores apontam-se os nomes e os títulos das obras e ainda o seu estado de conservação. Ambas as listagens estão incompletas. Da folha oito à folha setenta e nove apenas são numerados 703 livros quando no caderno n.º 2, folha sete, são contados e arrumados 1755 livros.

Da folha oitenta e seis à quatrocentos e noventa e dois são registados os livros até à letra L, e:

Em 27 de Julho de 1867, acabei de encher este Catalogo n.º 1.º com a letra – L –, passando para o livro e catalogo n.º2. com a letra – M –.

J. G. da C. Viva

Na biblioteca da ESJD não se encontra o catálogo n.º 2 que Cruz Viva atesta ter iniciado em 1867. No catálogo n.º1 dois aspectos sobressaem: o tempo de conclusão e o rigor das descrições elaboradas. Iniciado em Janeiro de 1865 a letra L é concluída apenas em Julho de 1867, durou a sua elaboração dois anos e meio. A análise das entradas permite identificar os critérios utilizados para descrever cada livro. Para além do nome do autor e dos respectivo

título são indicados editor, ano e local de edição, qualidade do tipo e do papel, existência de dedicatórias, estado de conservação e até a identificação do anterior proprietário. Este cuidado na descrição permite apurar existirem livros em mau estado de conservação – “traçadíssimo com muito prejuízo da leitura” – o que não é surpreendente tendo em conta o conturbado processo de gestão do espólio dos extintos conventos descrito por Barata. Um levantamento provisório dos anos de edição aponta para que a maioria das obras recebidas sejam do século XVIII mas existindo ainda um número apreciável de volumes dos séculos XVI e XVII, havendo mesmo uma obra com data de edição de 1501 (registada na fl. 119). A inexistência da relação de livros no arquivo da BN impede a sua confrontação com a listagem realizada no Liceu de Faro em 1864. Sai fora do âmbito deste trabalho o levantamento de títulos deste catálogo e a avaliação do seu percurso na instituição ficando apenas colocada a questão – quantas destas obras terão sobrevivido até aos dias de hoje?

No que diz respeito à requisição de livros, o caderno n.º 2 apresenta, do verso da folha vinte e nove até à folha trinta e dois (fim do caderno), as entradas e saídas de livros tendo os responsáveis tido o cuidado de mencionar que a saída dos livros tinha sido efectuada à responsabilidade do respectivo professor para uso em sala de aula, dado que era este o procedimento previsto por lei, como foi descrito no enquadramento legislativo.

É ainda registada na página trinta uma cópia de um ofício, datado de 10 de Agosto de 1865, sem destinatário indicado, mas provavelmente dirigido à BN, solicitando o envio de mais obras dado que ainda estariam algumas por distribuir.

Conservam-se na biblioteca da ESJD quatro páginas manuscritas, não assinadas, que constituirão provavelmente o rascunho do relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73 (cf. Anexo 9). Neste documento encontra-se expresso estar a dar-se cumprimento a duas prescrições legislativas: “Por obediência ao art.º 94 n.º 8.º do Regulamento de 31 de Março último” e “em conformidade da Circular de 8 de Abril último”. Seguramente que se trata do “Regulamento para os lyceus nacionais”, de 31 de Março (publicado no DG n.º 77 de 5 de Abril) que no Capítulo II incumbe o reitor de “Fazer annualmente um relatório do estado litterario e económico do lyceu [...]” e da circular de 8 de Abril de 1873 da Direcção Geral de Instrução Publica que recomenda a “fiel execução do regulamento dos lyceus” (publicada no DG n.º 84 de 12 de Abril). Uma parte substancial do texto consiste na descrição pormenorizada das salas destinadas ao liceu no edificio do seminário as quais não têm a capacidade para o “conveniente exercício dos trabalhos escolares e muito menos para o serviço de exames e estabelecimento definitivo da biblioteca.” (vide Anexo 10). Este documento, conjuntamente com o relatório do ano lectivo 1859/1860, permite concluir que as

salas do liceu estariam localizadas maioritariamente no primeiro andar do edifício do seminário. O reduzido número de salas (pelos padrões de hoje) seria habitual na época de acordo com as descrições das instalações que são efectuadas nas diversas monografias de *Liceus de Portugal*.

Francisco Xavier d'Ataíde Oliveira, reconhecido monografista algarvio, três décadas após este relatório, refere o liceu ao descrever o edifício seminarístico:

liga-se este edifício por intermédio de duas comunicações com o Paço Episcopal; uma interna, através dos corredores que atravessam o edifício onde está actualmente o liceu nacional, a outra externa por entre o quintal do referido Paço. [...] A linha principal de 102^m tem uma secção, pouco mais ou menos de 26^m, cujas dependências estão totalmente ao serviço do liceu, correspondendo-lhe uma entrada nobre especial, como a parte destinada ao uso dos seminaristas tem a sua particular (Oliveira, 1908, p. 195 e 196)

O Visconde de Benalcanfor visita o liceu

Seria ainda no edifício do largo da Sé que os professores do Liceu de Faro recebem em 1881 a visita do inspector de instrução secundária Visconde de Benalcanfor. Ricardo Augusto Pereira de Magalhães, escritor, jornalista e político, toma posse do cargo de inspector de instrução secundária a 18 de Novembro de 1880, e solicita aos reitores, por circular de 11 de Dezembro de 1880, um relatório com informações sobre os liceus, nomeadamente no que diz respeito ao estado material dos mesmos. Não se limitou apenas a receber os relatórios pois efectuou em 1881 visitas aos liceus da “primeira circumscrição” no território continental – Lisboa, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro. Para a posteridade escreve as suas impressões pessoais destas visitas na obra *Apontamentos de um inspector de Instrução Secundária* editada em 1882. No que diz respeito aos liceus de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Funchal resume as informações que lhe chegaram dos reitores. As condições materiais das bibliotecas dos liceus são pormenorizadamente descritas, reflectindo a importância de que este equipamento escolar se revestia no discurso político da época (cf. Anexo 11 onde se resume a situação dos liceus da “primeira circumscrição” no que diz respeito à biblioteca).

O Visconde de Benalcanfor cita um discurso de Júlio Simmon que:

quando ministro da instrução publica, escreveu n'uma circular aos reitores dos lyceus estas palavras: «Assim como não ha ensino de physica sem gabinete, ou de chymica sem laboratório, ou de geographia sem mappas, do mesmo modo não ha ensino literário sem bibliotheca». (Benalcanfor, 1882, p. 15).

A data exacta da visita ao Liceu de Faro, que se abrigava numa parte do Seminário, nunca é mencionada. A avaliação da biblioteca do Liceu de Faro ocupa um parágrafo:

A bibliotheca, que está encerrada n'uma saleta inteiramente imprópria para tal serviço, conta 1:921 volumes, entre estes algumas edições de clássicos antigos, livros valiosos sob o aspecto bibliográfico, mas pela maior parte, se não na totalidade, inúteis para o ensino moderno.

O Visconde de Benalcanfor nada diz sobre a proveniência deste livros, mas este apontamento indicia que provavelmente o fundo documental seria constituído em grande parte pelos 1775 livros que, em 1864, o cónego Cruz Viva e o oficial de biblioteca Vicente Pires consideraram colocados definitivamente nos quatro armários da biblioteca. Na relação do corpo docente e dos empregados menores constam: Guilherme Assis Correia como guarda da biblioteca (provisório); Vicente Baptista Pires Júnior é agora professor da primeira cadeira; tem o cargo de reitor Abílio da Cunha; José Gonçalves da Cruz Viva é referido como professor da segunda cadeira, cónego da Sé e escritor. As fontes primárias permitem afirmar que nesta altura, e com mais de setenta anos, o Cónego José da Cruz Viva continuava a desempenhar a função de professor bibliotecário⁶⁴.

A necessidade da existência de bibliotecas nos liceus encontrava-se presente no quadro legislativo e no discurso político. A descrição dos vários liceus efectuada pelo Visconde de Benalcanfor mostra-nos, no entanto, quão díspar era a realidade das intenções políticas. A fraca qualidade do fundo documental e as condições impróprias a que os acervos estavam sujeitos não eram exclusivas do Liceu de Faro existindo liceus em pior situação (vide Anexo 11). O visconde de Benalcanfor, tendo em conta o panorama desolador traçado, e na sequência de uma exposição sobre os problemas do ensino, as más condições dos liceus e a necessidade de construir novos edificios ou realizar obras nos restantes, conclui:

Cumpre também dar impulso ás bibliothecas, que ou estão inteiramente desguarnecidas de livros úteis para o ensino scientifico moderno, ou tão pobremente dotadas, que os poucos, que possuem, são insufficientes para prover cabalmente ás necessidades da instrucção, desaccumulando-lhes as estantes dos volumes seraphicos e dos tratados theologicos que n'ellas abundam, estranhos ao quadro das disciplinas actualmente professadas nos institutos officiaes, e trocando-os por livros modernos, que possam ser versados com proveito por professores e alumnos.

⁶⁴ Biblioteca da ESJD, Mapa do pessoal do Liceu Nacional de Faro, indicando a natureza e data dos provimentos e outras circunstâncias s. d. (1882?)

O liceu no final do século XIX

Em 1883 Abílio da Cunha assina o termo de abertura do livro de juramentos e posse dos empregados do liceu no qual, a 1 de Março de 1893, Vicente Baptista Pires, que trinta anos antes tinha iniciado o seu trabalho como primeiro oficial da biblioteca, assina o seu termo de posse como reitor⁶⁵.

Em meados do século XX ainda persistem memórias sobre o liceu relativas à centúria anterior que são lembradas por Justino de Bívar Weinholtz numa conferência proferida na festa comemorativa do 48.º aniversário do Ginásio Club de Faro. A família Bívar é uma das mais ilustres da sociedade farenses nos séculos XIX e XX e Justino Bívar Weinholtz é neto de Jerónimo Augusto de Bívar Gomes da Costa (1883-1889) o primeiro professor de *Physica e Chimica* do liceu (posteriormente Governador Civil de Faro e Presidente da Câmara de Faro) e filho de Manuel de Bívar Gomes da Costa Weinholtz (1861-1901), reitor no início do século XX. Justino Bívar Weinholtz desfia memórias e factos curiosos sobre o ensino no Liceu de Faro:

O século XIX encontrou a instrução pública votada ao abandono em todo o Algarve. [...]. Mas só em 1851 ele [o liceu] abriu as suas aulas, sendo seu primeiro Reitor o Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Piedade, bacharel em Medicina, homem muito culto e inteligente, que foi médico municipal e Delegado de Saúde; o corpo docente compunha-se dos seguintes professores: Luiz António da Piedade e António Marinho da Cruz, o Padre José Gonçalves da Cruz Viva, que foi cónego da Sé, espírito muito curioso e excêntrico que, nos últimos anos do professorado, servia de gáudio aos alunos; e o secretário era o Dr. Abílio da Cunha, que depois foi Reitor quase continuamente até ao seu falecimento em 1893. (Weinholtz, 1947, p. 10)

No anuário do liceu relativo ao ano de 1898/99 mantém o cargo de reitor Vicente Baptista Pires. A 29 de Agosto de 1900 Manoel de Bivar Weinholtz toma posse como reitor⁶⁶. Este reitor exerce funções durante menos de um ano dado que, no anuário relativo ao ano 1900/1901, se regista que “faleceu em 16 de abril”. O mesmo anuário indica que é “Reitor do Lyceu” o bacharel José Diogo Frederico Crispim, que “tomou posse em 23 de julho”⁶⁷.

⁶⁵ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento dos empregados, 1883-1909, fl. 8.

⁶⁶ Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, 29 de Agosto de 1900, fl. 12.

⁶⁷ esta informação é confirmada pelo respectivo termo de posse - Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, 23 de Julho de 1901, fl. 1.

Final da monarquia e instauração da República

Os anos finais da monarquia constituem uma época politicamente conturbada que tem reflexos na vida e funcionamento das estruturas escolares. O anuário de 1910/1911 mostra profundas mudanças do corpo docente do liceu no decorrer desse ano lectivo, resultado de uma sindicância ali realizada que apurou graves problemas no seu funcionamento e que resultou na proposta de aposentação ou transferência da quase totalidade do corpo docente. O relatório desta sindicância, datado de 21 de Janeiro de 1910, ocupa quase sete páginas do Diário de Governo de 23 de Julho de 1913. O sindicante, Joaquim de Assunção Pereira e Silva, professor do Liceu Passos Manuel em Lisboa, traça um retrato devastador da qualidade do ensino, relata as péssimas relações entre os professores e como estas saltaram para as páginas dos jornais “O Algarve” e “O Heraldo”. A leitura deste conflito com base nos artigos publicados na imprensa algarvia foi objecto da atenção de Paulo Pires no seu estudo *O impacto da reforma republicana em Faro e S. Brás (1908-1914)*, publicado em 2010. Pires procede a uma atenta análise da imprensa para expor o clima de insatisfação e critica face ao funcionamento interno do Liceu de Faro, e aos conflitos entre docentes, fazendo a referência a vinte números publicados pela imprensa regional entre Agosto de 1909 e Fevereiro de 1911. O autor conclui, a partir da análise efectuada, que “[...] a razão da indignação pública era, mais do que do foro pedagógico, de natureza política [...]” (p. 223). A leitura do relatório de Joaquim Silva, no nosso entender, aponta no sentido oposto. As apreciações efectuadas às qualidades científicas e pedagógicas da maioria do corpo docente são manifestamente negativas. O registo adoptado no relatório é simultaneamente crítico, irónico e mordaz como se pode apreciar na sua descrição da competência dos reitores em exercício entre 1904 e 1910.

Segundo o sindicante, os indivíduos que desempenharam o cargo de reitor foram

ali colocados ou demitidos conforme os governos de política diferente se sucediam.

Todos gabam a perfeita disciplina no tempo das suas reitorias, o que não é de estranhar, pois o contrário seria confissão da sua incapacidade.

É possível apurar esta sucessão de diferentes reitores no livro de termos de posse dos empregados do liceu e acrescentar a avaliação do sindicante para obter uma imagem que nos arriscamos a considerar, por vezes, algo caricata da história do Liceu de Faro no período 1904-1910.

Em 4 de Julho de 1904 toma posse como reitor Pedro Manuel Nogueira⁶⁸, cónego da Sé de Faro “pareceu-me homem culto mas goza de muito má fama”. A 14 de Dezembro de 1904 é substituído por Joaquim Rodrigues Davim⁶⁹ “surdo a ponto de me ter sido difícil conversar com ele. Presumo que achasse tudo muito bem porque nada ouvia. Podiam insultá-lo que não dava por isso”. No ano de 1906, a 22 de Março, assume o cargo de reitor José António Vasco Mascarenhas⁷⁰ “é uma negação completa das qualidades precisas para reitor”. Um mês depois, a 28 de Abril, é João Rodrigues Aragão assina o termo reitoral⁷¹ por escassos dois meses e “nunca levou a bem que este [Vasco Mascarenhas] fosse reitor por várias vezes, ao passo que ele só foi uma, e por pouco tempo, no govêrno dos cinquenta e oito dias de Hintze Ribeiro.” A referência do sindicante ao exercício do cargo de reitor por Vasco Mascarenhas poderá estar relacionada com o facto de este, em 1904, ocupar interinamente o lugar na ausência ou impedimento do reitor (nos termos de posse de vários professores consta “perante José António Vasco Mascarenhas servindo de Reitor” ou “perante reitor interino”). A João Rodrigues Aragão sucede novamente José António Vasco Mascarenhas que toma posse com reitor em 27 de Junho de 1906⁷² e ocupa a reitoria até finais de 1910. Um testemunho em primeira mão deste período, pode ser encontrado nas memórias de José Guerreiro Murta⁷³, que nos relata que pouco depois de ter iniciado os estudos em Faro “foi o cónego Nogueira nomeado Reitor do liceu.” (Murta, 1970, p. 18). O professor Murta relata diversos episódios da sua vida estudantil na cidade de Faro, os exames, a celebração do primeiro de Dezembro, a implantação da república, e os professores dos quais faz a seguinte descrição:

O quadro docente do Liceu era constituído por professores provisórios quase na sua totalidade: médicos, advogados, oficiais do exército e da marinha, e cónegos da Sé. Havia, como em toda a parte, professores bons, razoáveis e medíocres, todos com o seu

⁶⁸ Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, 4 de Julho de 1904, fl. 25.

⁶⁹ Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, 14 de Dezembro de 1904, fl. 30.

⁷⁰ Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, 22 de Março de 1906, fl. 34 v..

⁷¹ Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, 28 de Abril de 1906, fl. 35.

⁷² Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, 27 de Junho de 1906, fl. 37 v..

⁷³ José Guerreiro Murta (1891-1979), natural de Loulé, colaborou na edição do quinzenário académico “A Mocidade”, assim como na revista “Alma Nova”. Publicou vários livros sobre o estudo e ensino da língua portuguesa, destacando-se como reitor do Liceu de Setúbal e do Liceu Passos Manuel, na presidência do Montepio Geral, tendo ainda participado na direcção da Casa do Algarve. Em 1993, a Câmara Municipal de Loulé agraciou-o com a Medalha Municipal de Mérito Grau Ouro.

método muito próprio; muito poucos, porém, se davam ao trabalho de explicar a matéria.
(p. 14)

Esta descrição é, quase no final do seu livro, complementada por mais dois parágrafos que reforçam a ideia de que os problemas vividos no Liceu de Faro terão sido maioritariamente do foro pedagógico:

O liceu, alguns anos antes da implantação da República, vivia num marasmo, numa sonolência doentia, quase numa inconsciência e negligência profissional que arrastou a uma quase total substituição do seu corpo docente, em grande parte professores provisórios, espíritos cultos, sem dúvida, mas que nunca pensaram em leccionar.

Num juízo crítico, desapassionado, só mereciam o nome de professores três ou quatro que se confundiam com a maioria, a qual na verdade era medíocre no aspecto pedagógico. Na cidade criou-se um ambiente pesado contra o liceu e o Governo republicano, cioso de corresponder aos anseios do povo, substituiu, quase uma dezena de mestres (velhos e novos) com pouca idoneidade, embora já com muitos anos de ensino. Foi um acontecimento que os jornais relataram, e que Faro acolheu com satisfação.” (p. 435)

Apesar da assinatura de Alexandre Franklin Soares, assumindo o cargo reitoral, não contar no respectivo livro de termos a sua eleição, é noticiado logo a 23 de Outubro de 1910 que “o conselho do lyceu de faro reuniu na passada sexta-feira e escolheu para seu reitor o sr. Padre Franklim Soares, professor do primeiro grupo,” (“O Algarve”, nº 135) e é perante ele que, em Novembro, um representante de Ernesto Teixeira Guedes se apresenta para tomar posse. O relatório da sindicância ao liceu também refere “quando ultimamente se procedeu à eleição do reitor e viu eleito professor Franklin Soares [...]” e no anuário de 1910/1911 são indicados os nomes de Alexandre Franklin Soares, bem como de José António Mascarenhas no exercício das funções de reitor até Fevereiro de 1911 (cf. Anexo 12).

O resultado desta sindicância foi célere. O sindicante foi nomeado por despacho de 18 de Novembro de 1910, o relatório é datado de 11 de Janeiro de 1911 e o corpo docente é suspenso por decreto de 9 de Fevereiro de 1911. Como já foi anotado, o relatório da sindicância recomenda a substituição de todo o corpo docente e de todos os funcionários. Nem todas as recomendações de Joaquim Pereira e Silva terão sido cumpridas dado que permanecem no quadro do liceu Ernesto Adolfo Teixeira Guedes e o empregado menor António Miguel Romeira Fazenda. A tomada de posse de Teixeira Guedes como professor é posterior ao despacho de nomeação do sindicante e, apesar da má impressão inicial

rapidamente as suas qualidades como professor foram atestadas publicamente com a publicação de uma acta do conselho do liceu de Santarém abonando a favor da sua “proficiência e competencia” (“O Algarve” nº 140 de 27 de Novembro e nº 142 de 11 de Dezembro).

O novo reitor é Luis Calado Nunes⁷⁴, que vem transferido do liceu de Ponta Delgada⁷⁵. O anuário para o ano lectivo de 1910/1911 apresenta ainda uma lista de 167 livros adquiridos e 19 ofertas desde 13 de Fevereiro para a biblioteca. Para além de um elevado número de títulos de literatura portuguesa, foram ainda adquiridos livros de psicologia, biologia, filosofia, música, história, física (a maioria em língua francesa), vários volumes da *Bibliothèque classique latine* (ainda hoje conservados na biblioteca da ESJD) bem como algumas gramáticas, dicionários e livros escolares. Nas ofertas destacam-se vários volumes oferecidos pela Biblioteca da Instrução Pública (cf. Anexo 13).

Reflexo da importância do liceu na sociedade farenses e algarvia, para além do destaque dado em primeira página nos jornais regionais aos assuntos relacionados com este estabelecimento de ensino, é também a sátira aos seus problemas neste ano lectivo de 1910/11 no cortejo carnavalesco desse ano. No jornal “O Algarve” descreve-se o segundo carro alegórico, guiado por “um carreiro vestido de *continuo do lyceu*” intitulado “Sapataria da Alameda” sem nunca se dizer directamente que se trata de um motejo ao liceu. Entre outros ornamentos encontrava-se inscrito num painel “Ensino livre e... secundário: Methodo Allemão”, à frente do carro um maxilar humano e a legenda “Queixada babosa com que foram expulsos os philistheus... d’esta sapataria”. Vasos carnavalescos (só poderemos imaginar que tipo de *vasos* se tratariam tendo em conta as festividades) um deles de maior dimensão com a inscrição “Sciências naturaes” e outros de menor calibre representando as restantes disciplinas (“O Algarve”, n.º 154, 3 de Março de 1911). O jornal “O Herald” publica um artigo mais incisivo e que apresenta algumas diferenças na sua descrição que não deixam qualquer dúvida quanto à natureza dos vasos carnavalescos e da zombaria ao liceu. No desfile “A atenção do espectador era, depois, surpreendida por um matraquear insólito, que anunciava a aproximação do carro alusivo ao lyceu de Faro, «antiga sapataria da

⁷⁴ Luís Calado Nunes é, segundo José Guerreiro Murta, o mestre “poeta da *Farinha do meu Moinho*, o pintor com telas no museu de José Relvas, em Alpiarça, o artista que também concorreu para a instalação do museu do Campo Grande.” (1970, p. 36). O segundo reitor do Liceu de Faro, após a implantação da República, terá sido então o reputado poeta e tradutor, nascido em 1866 na Aldeia Galega do Ribatejo (actual Montijo), que também se distinguiu como caricaturista e aquarelista, e que em conversa com Cruz Magalhães faz surgir a ideia da criação de um museu que homenageasse Rafael Bordalo Pinheiro. Luís Calado Nunes viria a falecer em 1918.

⁷⁵ Anuário do Liceu de Faro 1910/1911; DG nº 6, de 8 de Janeiro de 1912.

alameda» [sic]” o qual se encontrava enfeitada com “enormes vasos, cujos dísticos eram as disciplinas do curso dos lyceus” e que no seu interior se encontrava um gigantesco “*calhandro*”, onde se lia “«*sciencias naturaes e ... basalicão*» [sic]”. Na descrição dos dísticos também uma pequena diferença em relação ao artigo publicado no jornal “O Algarve”, pois num deles lia-se “«*ensino terciário, methodo alemão de... Evora*» [sic]” (“O Herald”, n.º 1491 de 5 de Março de 1911) . Estes dizeres são alusivos aos factos que originaram a sindicância e à substituição dos docentes, parodiando os conflitos entre os alunos e o professor de ciências dr. Barbosa o qual tinha completado a sua formação profissional na Alemanha com uma bolsa do estado (Fernandes, 1995 in Felgueiras e Menezes, 2004, p. 700).

A mudança de edifício

O número de alunos que frequentam o Liceu de Faro no edifício anexo ao seminário aumenta de forma substancial no início do século XX. Em 1900/1901 eram 117 alunos verificando-se um aumento linear dos alunos durante os quatro anos lectivos seguintes até que em 1905/1906 ascendem a 289, valor que permanece quase constante nos dois anos lectivos seguintes (Velloso, 1909, p. 25), o que deve ter trazido problemas na gestão do espaço disponível. Parte da reitoria e algumas aulas terão sido transferidas, era reitor Rodrigues Davim, para um prédio à esquerda do Arco da Vila, como é recordado, em 1931, por Mateus Moreno⁷⁶ no primeiro número do jornal liceal “Alma Académica”.

No período final da monarquia é decidida centralmente a construção de um edifício destinado ao liceu. O livro de actas da Câmara Municipal regista na sessão de 8 de Janeiro de 1903 que se deslocou a Faro um engenheiro encarregado das construções escolares e que “de todos [os pontos percorridos] o mais conveniente [...] era o talhão n.º 1 que fica entre a rua da Trindade e o Passeio Vasco da Gama.”⁷⁷. Nesta sessão o presidente propôs que o referido talhão fosse oferecido, o que foi aprovado por unanimidade.

Em sessão de 1 de Outubro de 1903⁷⁸ é registada em acta a leitura de um officio da Direcção Geral das Construções Escolares remetendo o projecto de construção, solicitando

⁷⁶ Mateus Moreno (1892-1970) na sua juventude presidiu à Academia do Liceu de Faro, tendo fundado, em 1911, o quinzenário académico “Mocidade”. Em finais de 1914 vai para Lisboa para frequentar o curso de Matemáticas. Fervoso regionalista foi director da revista “Alma Nova”, foi um dos organizadores do “I Congresso Regional do Algarve” e um dos fundadores da Casa do Algarve, em Lisboa, à qual presidiu até 1961, sendo a partir desta data presidente honorário (cf. Ficha Histórica de Alma Nova, <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AlmaNova/AlmaNova.htm>).

⁷⁷ Arquivo Histórico Municipal de Faro, Actas das sessões, 1900-1905 (livro n.º 40), fl. 103.

⁷⁸ Arquivo Histórico Municipal de Faro, Actas das sessões, 1900-1905 (livro n.º 40), fl. 152.

que o mesmo seja facultado aos interessados nos Paços do Concelho e que sejam afixados os respectivos editais, o que foi mandado cumprir⁷⁹.

Na sessão de 19 de Novembro⁸⁰ o Sr. Vereador Aragão (já anteriormente referido por leccionar no liceu) informa que no dia anterior se tinha marcado no Passeio Vasco da Gama o terreno para a edificação do liceu, 44 metros de frente por 30,80 de fundo, “cedido em tempo para aquelle fim por esta câmara.”.

As obras iniciam-se ainda em 1903 mas com sucessivas paragens dos trabalhos em virtude de falta de verbas (Barreiras, 2003, p. 286). Por exemplo em Novembro de 1904 o empreiteiro António Marcos Cordeiro reclama à DGIP que, apesar de ter um contrato lavrado em 2 de Novembro de 1903 para a empreitada geral da construção do novo liceu de Faro, não recebeu nos meses de Agosto e Setembro de 1904, sendo por isso forçado a suspender as obras. O architecto Adães Bermudes, enquanto Director da Direcção das Obras Escolares concorda com a reclamação do empreiteiro e sublinha a necessidade de se proceder aos pagamentos em falta e que os trabalhos de construção sejam retomados⁸¹.

Neste início de século, e apesar de todas as conflitualidades existentes, a necessidade de dotar o liceu de uma biblioteca não deverá ter sido esquecida. Ao escrever a história da Biblioteca Municipal de Faro, Pinheiro e Rosa (1969, p. 100) refere que em 1906 o reitor do Liceu Dr. José António Vasco Mascarenhas apresentou-se na Câmara de Faro, acompanhado pelos professores Aragão e Lyster Franco (pai), solicitando a transferência dos livros da biblioteca municipal para uma das salas do liceu, onde ficariam em segurança e mais acessíveis aos estudantes que os quisessem consultar. A Câmara, depois de longa discussão, deliberou não aceder ao pedido do reitor do liceu, com o fundamento de que isso seria contrariar a vontade dos oferentes dos livros, porque, a não ser assim, eles os teriam oferecido a qualquer outros estabelecimento⁸².

Referências às bibliotecas dos liceus nesta época constituem também o discurso, pronunciado na câmara dos deputados em Agosto de 1908, por Queiroz Velloso em que lembrava “a extrema, a vergonhosa penúria das bibliotecas privativas da quasi totalidade dos

⁷⁹ No Arquivo Histórico Municipal de Faro não consta este edital na série B/A.6 Editais (V.K./6.7), 1870-1975.

⁸⁰ Arquivo Histórico Municipal de Faro, Actas das sessões, 1900-1905 (livro n.º 40), fl. 158 v..

⁸¹ ANTT PT/TT/MR/DGIP-3ªREP1901/01 (maço 4066), *Ofício de Adães Bermudes ao Director Geral da Instrução Pública, registo de entrada Livro 62, n.º 325 a 23/11/1904.*

⁸² Apesar de não ter sido indicado por Pinheiro e Rosa, a consulta do livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Faro (n.º 41, 1905-1910) permitiu apurar ter sido este pedido registado em acta da sessão de 11 de Outubro de 1906 (fl. 39 v.) e a deliberação em acta da sessão de 25 de Outubro de 1906 (fl. 41).

nossos lyceus” (Velloso, 1909, p. 28), e um texto de António Ferrão, relembrando a sua experiência enquanto chefe de repartição do Ministério da Instrução Pública, em que considera que “todos os liceus têm as suas bibliotecas privativas mais ou menos bem sortidas”; faz a distinção entre os novos liceus (Passos Manuel, Pedro Nunes e Camões) e os outros em que as bibliotecas “teem os seus recheios constituídos, principalmente, por obras dos séculos XVII e XVIII, de teologia, história e literatura, - restos das livrarias conventuais” (Ferrão, 1920, p. 241).

No início de Outubro de 1908 o reitor ainda não tem autorização para mudar para o novo edifício. Na troca de correspondência com a DGIP o reitor informa da necessidade de desdobrar turmas em virtude do elevado número de alunos e, em resposta a um telegrama informa que:

A superfície das salas é a seguinte: N.1 – 20^{m2} = N.º 2-39^{m2} = N.º 3-60^{m2} = N.º 4-28^{m2} = N.º 5-57.8^{m2} = N.º 6-21^{m2} = N.º 7-21^{m2} devendo ainda descontar à sala N.º 4 3^{m2} ocupados por estantes que não podem estar n’outro lugar.⁸³

É esta imagem de um liceu sobrelotado que Justino Bivar recorda no decorrer de uma reunião dos antigos alunos do liceu realizada a 1 de Dezembro de 1945⁸⁴:

Com o andar dos tempos e como reflexo do aumento de nível da sociedade portuguesa, o número de alunos foi crescendo de tal maneira que [sic] lá não podiam as aulas funcionar nas seis ou sete pequenas salas do antigo liceu ; aquela dependencia do Seminário que até então comportava uma centena de rapazes que tantos seriam os estudantes que o frequentavam [sic] e a dèzena de professores com os seus corredores e pateos escuros e húmidos, as suas salas acanhadas, das quais apenas duas : a de latim, presidida pelo retrato do Rei D. Luiz, da autoria dum professor de desenho muito hábil João Pires Gomes, que leccionou no liceu entre 1860 e 1866 – e a de desenho – eram suficientemente amplas – aquela dependência do Seminário dizíamos, já não satisfiziam às exigências do ensino e ao número de alunos: constroe-se então o liceu junto à Alameda e em fins de 1908 para ali se transfere o ensino.

Em 13 Outubro de 1908 é finalmente comunicado ao reitor do Liceu de Faro que o Director das Obras públicas foi autorizado a fazer a entrega do novo edifício para nele se instalar o serviço escolar⁸⁵. O jornal “O Algarve” noticia a 18 de Outubro a entrega do novo

⁸³ ANTT Ministério da Instrução Pública, Cx. 13 Processo 20.

⁸⁴ “O Algarve” n.º 1969 de 23 de Dezembro de 1945.

⁸⁵ ANTT Ministério da Instrução Pública, Cx. 1 Processo 7.

edifício prevendo a abertura para dia 28, dada a necessidade de adquirir mobiliário. O mesmo jornal na sua edição de 25 de Outubro informa que “vae proceder-se á inauguração do novo edifício do ensino secundário oficial d’esta cidade” mas nas edições seguintes nada refere sobre a forma como decorreu a referida inauguração. No ANTT existe um conjunto folhas de despesa que documentam os gastos efectuados no mês de Outubro e Novembro de 1908 relacionados com a abertura do novo Liceu – limpeza e asseio do novo liceu, compra de 120 carteiras, ardósias, estantes, estrados para mesa dos professores, limpeza e vários serviços no gabinete de física, entre outros (ANTT Ministério Instrução Pública, Cx 1 processo 7).

O facto de o projecto do edifício ser de Adães Bermudes é objecto de referência no *Guia de Portugal* da BN (um muito manuseado exemplar de 1927 resiste na biblioteca da ESJD):

A sequência das ruas do Bocage, de Brites de Almeida, largo do pé da Cruz (Pl.D 3-2), com a igreja do mesmo nome, ruas da Trindade e de Manuel de Arriaga (onde se acha o Liceu de João de Deus, arquitecto Adães Bermudes) leva à linda Alameda, um dos sítios mais aprazíveis da cidade [...].

Apesar do projecto do liceu ser do reputado arquitecto, a falta de verbas terá sido responsável, para além das demoras na conclusão do edifício, pela fraca qualidade da construção. A 19 de Maio de 1909, escassos meses após a mudança, o reitor envia um ofício⁸⁶ ao Ministério da Instrução Pública comunicando que “no edifício do lyceu, em vários lugares os telhados deixam passar aguas das chuvas em grande quantidade” e que nos telhados do liceu a telha empregue é de péssima qualidade. Cerca de dez meses depois, um novo ofício, datado de 5 de Julho, chama a atenção para a urgência de ampliar o edifício, sendo necessário construir pelo menos mais quatro salas. A sala maior do edifício (projectada como um auditório⁸⁷), terá sido utilizada, ainda segundo o mesmo ofício, “para dar aulas apesar de que só devia servir para as aulas de desenho e sessões solenes”. Também no já referido relatório da sindicância ao liceu, e um ano depois, as instalações são objecto de apreciação negativa:

O liceu está instalado em edifício propositadamente construído para êsse fim, mas tam acanhado que tem apenas cinco aulas, fora a de desenho, isto é, uma para cada classe. Com um pouco mais de dispêndio, porque dispunham de terreno, podiam ter construído um edifício muito maior.

⁸⁶ ANTT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 100, Proc. 9.

⁸⁷ ANTT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 100, Proc. 9, plantas de projecto de liceu da autoria de Adães Bermudes.

Elevação do liceu a Central

A elevação do Liceu a Central era uma aspiração de longa data⁸⁸ que se veio a concretizar em Junho de 1911. As actas das sessões da Câmara Municipal de Faro espelham as diligências que os responsáveis farenses encetaram no sentido de conseguir a elevação do liceu a central. Em 1910, na sessão de 24 de Fevereiro, é fundamentada em acta a necessidade de alcançar esta elevação. Um dos motivos invocados é de ordem puramente económica:

são muitas dezenas de contos de reis que hoje ficam em Faro com os seus 280 alumnos. A elevação a Central traz-nos mais 150 alumnos ou seja 130 alumnos o que advirá em benefício d'esta cidade por esse melhoramento é importantíssimo para Faro sendo também de um grande benefício para toda a província.

Nesta mesma sessão é deliberado enviar um officio circular às restantes câmaras algarvias no sentido de se quotizarem para suportar as despesas adicionais que tal alteração acarretava⁸⁹. No copião n.º 36 da autarquia fareNSE encontra-se cópia manuscrita deste officio⁹⁰, que recebeu número 51, e que é curiosamente reproduzido num documento dactilografado no final do livro (cf. Anexo 14). Na sessão de 31 de Março são registados os officios da Câmara Municipal de Tavira, Aljezur, Monchique e Olhão aderindo ao convite do município fareNSE para o liceu ser elevado a central. Nesta sessão é ainda registado o compromisso de a Câmara de Faro “assumir a responsabilidade do pagamento das quotas d'aquellas Camaras Municipaes que não aderiram ao mencionado convite.”⁹¹. Na sessão de 7 de Abril regista-se que aderiram ao convite as câmaras de Vila do Bispo, Portimão, Castro Marim e Alcoutim⁹². No crítico relatório da sindicância realizada no final do ano civil de 1910 é referido em contraponto que “Os Directores Gerais de Instrução Pública sempre fizeram opposição a que o Liceu de Faro fosse elevado a central, provavelmente porque tinham conhecimento do estado caótico em que estava e opunham-se para que os alunos passassem

⁸⁸ Na edição de 13 de Março de 1910 o jornal “O Algarve” (n.º 103) num artigo sobre o movimento dos estudantes para a elevação do liceu a central é recordado que em 19 de Julho 1908 o jornal tinha noticiado a iniciativa que Macedo Ortigão teve na câmara dos deputados sobre esse assunto.

⁸⁹ Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Câmara Municipal, Secção B/Orgãos do Município, subsecção B/A: Série B/A.1 Actas das sessões, 1863-1960, n.º 41, 1910-1912, fls 198-198 v. e Série C/A.5, livro n.º 36 1909-1910, fls. 353-357.

⁹⁰ Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Câmara Municipal, Secção C/Serviços Administrativos, subsecção C/A Expedientes: Série C/A.5, Correspondência expedida (copiadores), 1834-1969, N.º 36, 1909-1910, fls. 353-357.

⁹¹ Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Câmara Municipal, Secção B/Orgãos do Município, subsecção B/A, Série B/A.1 Actas das sessões, 1863-1960, n.º 42, 1910-1912, fl. 5.

⁹² Idem, fl. 6 vs..

por outro liceu antes de entrarem nas escolas superiores”(p. 2742) e mais à frente retoma esta ideia escrevendo “Há muitos anos a esta parte que o ensino é uma burla.” e ainda que:

Os alunos depois de obter aprovação na 5.^a classe, quando não se contentavam com essa habilitação legal e iam para um Liceu Central frequentar o curso complementar, viam-se com sérias dificuldades, quando mais não fosse para estudar as lições das matérias cujos livros adoptados fôsem escritos em francês, como por exemplo, física e filosofia. (p. 2745)

O sindicante Joaquim Silva, nas recomendações finais do seu relatório considera:

ser conveniente deixar para mais tarde a tam pedida elevação a central, pois só quando estiverem radicadas as reformas que proponho, será conveniente fazê-lo, e a actual geração que o frequenta, mal habilitada, deve em meu entender, passar pela fieira do 6.º e 7.º ano, num outro liceu. (p. 2747)

No final desse conturbado ano lectivo, o município farensê, em sessão de 13 de Junho, deliberava enviar um telegrama ao Ministro do Interior exigindo a publicação imediata do decreto elevando a central o Liceu⁹³. A 21 de Junho de 1911, a publicação em DG do decreto de 17 de Junho, assinado pelo Ministro do Interior António José de Almeida, elevando o liceu a central foi o concretizar de uma aspiração de todo o distrito. A elevação do liceu a central conduziu a um aumento do número de alunos do liceu, já a braços com instalações problemáticas. Foi assim necessário recorrer a umas instalações provisórias, tendo sido criadas cinco salas de aulas em três armazéns anexos à fábrica de tecelagem do empresário Modesto Gomes Reys⁹⁴.

Os problemas relacionados com a instalação do internato liceal também são objecto de apreciados em várias sessões camarárias, tendo, de acordo com o teor das respectivas actas, no ano lectivo 1911/1912 funcionado com 21 alunos, no edifício anteriormente ocupado pelo seminário⁹⁵.

⁹³ idem, fl. 83 v..

⁹⁴ Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Câmara Municipal, Secção B/Orgãos do Município, subsecção B/A, Série B/A.1 Actas das sessões, 1863-1960, n.º 42, 1910-1912, sessão de 19 de Outubro de 1911, fl. 110 v. e sessão de 26 de Outubro de 1911, fl. 112.

⁹⁵ Cf. Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Câmara Municipal, Secção B/Orgãos do Município, subsecção B/A, Série B/A.1 Actas das sessões, 1863-1960, n.º 42, 1910-1912, fl 100 v., 102, 104, 105, 106 v., 110, 110 v., 112, 112 v., 165 v., 169 e 169 v..

A biblioteca de 1911 a 1926

António Miguel Romeira Fazenda, por decreto de 20 de Janeiro de 1911⁹⁶, é provido definitivamente no “logar de guarda interino da biblioteca e porteiro do Lyceu nacional de faro” (DG n.º 19 de 24 de Janeiro de 1911). Augusto Vallador, por despacho de 15 de Março de 1911, é nomeado provisoriamente guarda de biblioteca e porteiro⁹⁷.

A 16 de Maio de 1912, o reitor terá solicitado, a cedência à biblioteca daquele estabelecimento de ensino, os volumes em duplicado existentes na Biblioteca Municipal considerados inúteis, tendo tal pedido sido indeferido (Pinheiro e Rosa, 1969, p. 105).

O livro de actas do Conselho Escolar para os anos 1912-1922, aberto a 10 de Setembro de 1912 pelo reitor Luís Calado Nunes, fornece algumas indicações sobre a biblioteca liceal.

Recorde-se que, no período abarcado por este livro de actas, Portugal participou na Grande Guerra, sendo marcantes duas datas: em Março de 1916 o apresamento dos navios germânicos e, em 1917, o envio das primeiras tropas, o Corpo Expedicionário Português, para França. Os custos económicos e sociais foram elevadíssimos. Quase 200 mil homens chegaram a estar mobilizados. Nas actas do Conselho Escolar as referências a este conflito prendem-se precisamente a mobilização de tropas. A 19 de Fevereiro de 1918 o Conselho Escolar a sua preocupação com a eventual mobilização militar dos professores efectivos do liceu⁹⁸. Os professores de geografia e de inglês foram mobilizados e os alunos não têm aulas dado que foram abertos três concursos para professores provisórios tendo todos eles ficado desertos. O Conselho Escolar indica o nome de oito professores que estão em vias de ser chamados e que são absolutamente insubstituíveis. Este registo em acta prende-se com a publicação, três dias antes, do Decreto 3:836 (DG n.º 28 de 15 de Fevereiro de 1918) em que se prevê, no artigo 3.º, a dispensa de apresentação imediata dos professores subordinados ao Ministério da Instrução Pública “julgados *insubstituíveis* sob proposta fundamentada dos Conselhos Escolares”. Ainda nesta ocasião, o Conselho Escolar debate a hipótese de contratar um empregado provisório em virtude de António Romeira Fazenda se encontrar mobilizado. A acta da sessão de 13 de Maio tem uma marcada carga emocional. O professor Rocha Peixoto apresenta uma moção em homenagem aos “bravos portugueses que nos campos de batalha de França erguem bem alto o nome da Pátria querida” que termina com uma referência a Bernardino Barbosa, professor efectivo do liceu, e do qual não há notícias após a

⁹⁶ Biblioteca ESJD, Livro do cadastro do pessoal docente e menor 1913-1929, fl. 14.

⁹⁷ Biblioteca ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1909-1924, fl. 6 v..

⁹⁸ Biblioteca da ESJD, Livro de actas do Conselho Escolar, 1912-1922, fls. 99 v.-100.

última ofensiva alemã⁹⁹, referindo-se certamente à ofensiva alemã de Abril de 1918 que ficou conhecida por Batalha de La Lys em que as tropas portuguesas perderam cerca de 7500 homens entre mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros.

Bernardino Barbosa tomou posse como professor no Liceu de Faro em 1912¹⁰⁰, cujo corpo docente conta com outros professores já seus conhecidos: Germano da Costa Rocha, de quem tinha sido colega de estudos na Escola Politécnica¹⁰¹; Fidelino de Figueiredo¹⁰² que, em finais de 1910, tal como Bernardino Barbosa e Germano Rocha, foi nomeado professor provisório do Liceu da Lapa¹⁰³; em Dezembro de 1911 é nomeado Fidelino de Figueiredo é também nomeado professor provisório, agora no Liceu Pedro Nunes conjuntamente com Bernardino Barbosa¹⁰⁴. Os seus nomes aparecem referidos várias vezes no livro de actas do Conselho Escolar, ligados à biblioteca, como veremos seguidamente no levantamento efectuado nesta fonte.

A 5 de Novembro de 1912 o Conselho Escolar aprova a compra de livros de dois livros Matemática e dois de Física, sob proposta do professor [Germano da Costa] Rocha, e o reitor Basílio Vasconcelos irá “escolher 3 ou 4 revistas cuja assinatura convenha a este liceu”¹⁰⁵. Na sessão seguinte o reitor Vasconcelos informa que “já tinha mandado vir os livros sugeridos pelo Senhor Professor Rocha”¹⁰⁶. Na afectação da verba para o ano escolar de 1913-1914 (sessão extraordinária de 11 de Dezembro de 1913, presidida pelo reitor João Ribeiro Baptista Caldeira), num total de 1000\$00, são destinados 100\$00 para a biblioteca e assinatura de revistas¹⁰⁷.

A 2 de Março de 1914 o Conselho Escolar debate os problemas materiais e organizativos do liceu bem como a eleição em 24 de Janeiro, contra a sua vontade, de José Joaquim Ferreira

⁹⁹ Biblioteca da ESJD, Livro de actas do Conselho Escolar, 1912-1922, fls. 102 v.-103.

¹⁰⁰ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse, 1909-1924, fls. 11 v.-12; DG n.º 191, de 15 de Agosto de 1912.

¹⁰¹ DG n.º 41, de 22 de Novembro de 1910.

¹⁰² Fidelino de Sousa Figueiredo (1888-1967), destacou-se, nomeadamente nas décadas 10 e 20 do século XX, pelos seus trabalhos dedicados à crítica literária e à História da Literatura Portuguesa. Leccionando em Faro de 1912 a 1914, nestes dois anos desenvolveu intensa atividade dado que as notas biográficas apontam que neste biénio colaborou com a “Revista de História”, periódico da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos de que foi um dos fundadores e secretário; foi diretor literário do jornal algarvio “O Sul”; publicou em 1913 *A História da Literatura romântica*; em 1913 ingressava no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁰³ DG n.º 4, de 6 de janeiro de 1911.

¹⁰⁴ DG n.º 225, de 19 de Dezembro de 1911.

¹⁰⁵ Biblioteca da ESJD, Livro de actas do Conselho Escolar, 1912-1922, fl. 9.

¹⁰⁶ *ibidem*, fl. 10.

¹⁰⁷ *ibidem*, fl. 34.

como reitor¹⁰⁸. É também registado na acta que “os Srs professores [Bernardino José] Barbosa e [Germano da Costa] Rocha ofereceram-se para pôr em ordem tudo quanto no liceu houver relativo ao ensino de física e de desenho e para organizar a biblioteca.” No seguimento da informação veiculada por esta acta, pode-se concluir, a meu ver, que a biblioteca existe (embora não se saiba onde se encontra instalada) mas que está desorganizada e que não se encontra nomeado professor bibliotecário (é necessária a oferta de dois professores para que tal tarefa seja realizada). Os agradecimentos ao professor Barbosa pela “solicitude com que se tem encarregue de pôr em ordem os livros e o material didáctico de física e de desenho” surgem na acta de 2 de Abril de 1914, bem como a conveniência de o reitor José Joaquim Ferreira se deslocar a Lisboa para expor ao Ministro “as péssimas condições materiais em que se encontra o edifício do Liceu”¹⁰⁹.

Em 16 de Maio do mesmo ano o Conselho lança dois votos: um de agradecimento às pessoas que têm oferecido livros à biblioteca do liceu e um de louvor ao professor Fidelino de Figueiredo por ter conseguido o oferecimento de bastantes destes livros¹¹⁰. O reitor José Joaquim Ferreira informa, a 9 de Abril de 1915, que obteve do Ministro da Instrução Pública a promessa de auxílio para a realização das obras indispensáveis, não podendo, porém, disponibilizar qualquer verba¹¹¹.

O Conselho Escolar, a 4 de Outubro de 1915¹¹², elege o professor [Carlos da Conceição Aquino] Vilamariz para professor bibliotecário (a 12 de Outubro de 1916 procede à sua reeleição¹¹³). No final do ano de 1915, em reunião de 18 de Dezembro, o reitor informa terem sido concedidos 500\$00 para as obras mais indispensáveis¹¹⁴. A 1 de Novembro de 1916 o reitor solicita que seja exarado em acta que “a biblioteca foi acrescentada, com alguns custos, de volumes que gratuitamente conseguiu e ainda está para ser recebida uma importante remessa de edições da Imprensa Nacional concedida para êste liceu pelo Ex^{mo} Ministro do Interior”¹¹⁵.

O professor Vilamariz propôs um voto de louvor ao professor Rocha Peixoto pela oferta de quatro livros à biblioteca, registado em acta do Conselho Escolar de 10 de Janeiro de

¹⁰⁸ ibidem, fl. 37 v..

¹⁰⁹ ibidem, fl. 38 v..

¹¹⁰ ibidem, fl. 43 v..

¹¹¹ ibidem, fl. 58.

¹¹² ibidem, fl. 69.

¹¹³ ibidem, fl. 82 v..

¹¹⁴ ibidem, fl. 71.

¹¹⁵ ibidem, fl. 84.

1917¹¹⁶, sendo reitor Henrique Rodrigues de Oliveira e Sá. Em Novembro de 1917¹¹⁷, Teixeira Guedes é eleito reitor e a partir desta data o registo das actas das reuniões do Conselho Escolar é menos frequente. A decisão de assinar e comprar a colecção já publicada da revista da Universidade de Coimbra, que ainda hoje faz parte do fundo documental da biblioteca da ESJD, foi tomada a 13 de Maio de 1918¹¹⁸. O Conselho Escolar continua a registar as más condições físicas do liceu pois é “indispensável a construção de salas no caso de haver absoluta impossibilidade de construir novo edificio nas devidas condições”. Na mesma ocasião é aprovado um voto de agradecimento à “Academia de Ciências de Lisboa” pela oferta de 164 volumes. A 5 de Julho de 1918 são registados “agradecimentos aos Srs. professores Fidelino de Figueiredo e José Joaquim Ferreira, por ter conseguido o primeiro uma importante remessa de livros da academia de ciências e o segundo 1000\$00 da secretaria de estado da Instrucção para melhoramentos no liceu”¹¹⁹. O professor [José António] Dentinho Júnior é eleito professor bibliotecário em reunião de 1 de Julho de 1918 (aprovada em Outubro)¹²⁰. A apólice do seguro, efectuada em 1918 pelo reitor Teixeira Guedes, cobre “o edificio onde se acha instalado o Liceu Central de João de Deus e o respectivo recheio” no qual se inclui os “livros da biblioteca (dez estantes cheias)”.

Até ao final do livro de actas não se volta a indicar a eleição de um professor para o cargo de bibliotecário e o número de actas diminui significativamente, contando apenas seis actas entre Julho de 1918 e 10 de Novembro de 1922 (última acta registada no verso da folha 108 deste livro de 200 folhas rubricadas).

A eleição do professor Carlos da Conceição Aquino Vilamariz para professor bibliotecário pelo Conselho Escolar é oficializada por despacho de 21 de Outubro de 1915 (DG n.º 293, 2ª série). Este professor, à semelhança de outros, depois de leccionar por um curto espaço de tempo em Faro, obtém transferência para outra localidade e é recordado como um “mestre moderno de Geografia, sempre bem disposto e descontraído.” (Murta, 1970, p. 36) e, num dos poucos documentos iconográficos desta época que sobrevivem no Liceu de Faro, podemos identifica-lo numa fotografia de 1916/1917 rodeado pelos elementos da tuna académica (cf. Anexo 28). É possível seguir o seu percurso por se ter destacado como autor de manuais escolares e pela sua acção na gestão escolar. Carlos Vilamariz é transferido para o

¹¹⁶ ibidem, fl. 89.

¹¹⁷ ibidem, fl. 96 v..

¹¹⁸ ibidem, fl. 102.

¹¹⁹ ibidem, fl 103 v..

¹²⁰ ibidem, fl 106 v..

Porto em 1918¹²¹ tendo ocupado o lugar de vice-reitor do Liceu Rodrigues de Freitas no ano lectivo 1930/31 (Correia, 2003, p. 666). Na biblioteca da ESJD existem diversos manuais de ciências escritos pelo professor Vilamariz em colaboração com o prestigiado professor Augusto Soeiro. Nestes manuais, editados pela Maranus, casa editora portuense, ambos aparecem identificados como professores precisamente do Liceu Rodrigues de Freitas.

O guarda da biblioteca António Fazenda e o professor Vilamariz foram, simultaneamente e durante dois anos, responsáveis pela biblioteca. Testemunho desse trabalho é um livro de requisições, com termo de abertura de 14 de Março de 1914, do reitor José Joaquim Ferreira e com registos até 1927. Neste livro apenas aparecem como requisitantes os professores do liceu. Não é possível saber se existiria um livro de requisições apenas para alunos mas, como referido no enquadramento legislativo, a portaria de Duarte Pacheco de 1928 levanta a suspeita de que em muitos liceus os alunos não poderiam requisitar livros. Avançamos algumas informações do final do ano lectivo 1926/27 que consideramos relevantes por constituírem mais um indício da interdição da biblioteca aos alunos. O professor Alves de Moura¹²² dirige uma exposição ao Presidente do Conselho Escolar, em que lamenta a falta de condições do gabinete de Geografia, aponta diversas falhas ao Conselho Escolar e propõe a realização de uma mostra de trabalhos escritos, manuais e de desenho no final do ano lectivo (cf. Anexo 16). Uma das suas reclamações é que “é preciso que lhes seja [aos alunos] facultada a Biblioteca que de forma alguma deve continuar a ser monopólio dos professores; é preciso proceder imediatamente à aquisição dos livros indispensáveis e úteis para esse fim.”. Propõem a realização de uma mostra de trabalhos na sala da biblioteca “não só por ser a mais espaçosa como também por ser a que pela sua situação, se presta mais a estes assuntos”. Não é indicada a localização da biblioteca apenas se observa que é “a mais espaçosa”. Não é possível garantir que a biblioteca não tenha mudado de local ao longo dos anos mas tendo em conta esta descrição provavelmente já nesta altura estaria na mesma sala que o reitor, nos anos 40, virá a indicar.

A primeira página do livro de requisições (cf. Anexo 17) apresenta registos com datas interpoladas, existindo vários pedidos efectuadas por Carlos Vilamariz com data de Janeiro de

¹²¹ Biblioteca ESJD, Livro de cadastro do pessoal docente e menor, 1913-1929, fl 8.

¹²² Eduardo Marinho Alves de Moura (1895-1991), discípulo de Silva Teles (introdutor do ensino da geografia em Portugal) é adepto do ensino experimental e notabiliza-se pelos trabalhos práticos de Geografia que desenvolve no Liceu de Faro. Em 1930 é o primeiro professor metodólogo do Liceu Normal de Lisboa. Defensor do papel dos compêndios e da sobriedade dos mesmos é um dos fundadores, em 1944 da Livraria Didáctica, em 1970 da Editorial O Livro e em 1972 da Plátano Editora (adaptado de Claudino, 2005, p. 10).

1914, anterior portanto à data do termo de abertura do próprio livro de requisições. O professor Teixeira Guedes requisita *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos, que ainda hoje existe no fundo documental da biblioteca da ESJD. Na primeira folha do livro de requisições aparece, por duas vezes, uma assinatura na coluna “rubrica do empregado que recebeu” que não foi possível identificar, sendo as restantes claramente de António Fazenda. Ao longo das páginas deste livro essa assinatura vai aparecendo esporadicamente, sendo António Fazenda o maior responsável pela recepção dos livros e, a partir de 1915, observamos também a assinatura do professor Vilamariz a registar a recepção dos livros. Transferido para o Porto em 1918 apenas podemos afirmar, com os dados de que dispomos, que exerceu as funções de professor bibliotecário nos anos lectivos 1915/1916 e 1916/1917. Até Agosto de 1916 as assinaturas são de Fazenda e de Vilamariz. O livro de requisições que até Agosto de 1916 evidencia sólida organização denota nos meses seguintes um aspecto desleixado e com múltiplas rasuras com a indicação 1916-1917 (folhas sete e oito). Podemos conjecturar que esta desorganização está relacionada com o facto um outro empregado estar a desempenhar as funções de guarda da biblioteca dado que António Fazenda foi, também ele, mobilizado¹²³. A folha nove está em branco e da folha dez à dezanove estão anotadas as requisições efectuadas entre 11 de Setembro de 1922 e Dezembro de 1927. Existe portanto um considerável intervalo neste livro de requisições. Tal facto não significará necessariamente que a biblioteca não estaria a funcionar dado que, nas páginas deste livro, se encontra uma folha de requisição datada de 22 de Fevereiro de 1919. Na folha dez surge uma nova rubrica que poderá corresponder à de Joaquim António Cartaxo dadas as semelhanças com a assinatura do seu termo de juramento e posse como guarda do liceu¹²⁴. Por outro lado é possível reconhecer pela primeira vez, na penúltima linha da folha dez, correspondendo a Novembro ou Dezembro de 1922, a rubrica de Ambrósio António Inácio que vai aparecendo esporadicamente, testemunhando que desempenharia, ocasionalmente, funções na biblioteca, e aumentando de frequência em 1926, apesar de a sua nomeação para o serviço da biblioteca apenas ser oficializada por despacho de 22 de Março de 1927¹²⁵. A partir da folha dezanove e precisamente a partir de Março de 1927, a rubrica passa a ser exclusivamente a de Ambrósio Inácio.

¹²³ Biblioteca da ESJD, Livro de actas do Conselho Escolar, 1912-1922, fl. 100 v..

¹²⁴ Biblioteca ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl 11 e DG n.º 77, de 8 de Abril de 1927.

¹²⁵ Biblioteca ESJD, Livro do Cadastro do pessoal docente e menor, fl.32.

É interessante observar que algumas das requisições têm a indicação de “gabinete de geografia” (Fevereiro 1925, no verso da folha dezoito) e uma folha solta indica os “números dos livros que foram retirados da estante N.º 3 para o laboratório em 15 de janeiro de 1924.”. Estas anotações apontam, mais uma vez, para a existência no liceu de gabinetes com uma biblioteca privativa tal como estava previsto desde 1918 no regulamento de instrução secundária, já referido no enquadramento legislativo.

As condições do edifício do liceu sempre foram objecto de crítica. Desde a inauguração do edifício, os professores debateram-se com o problema da gestão do espaço devido ao reduzido número de salas e da fraca qualidade dos materiais empregues na construção do imóvel. Como já foi referido a elevação do liceu a central obrigou à adaptação de uns armazéns a sala de aulas. Ao projecto primitivo, e por administração directa do liceu, foram acrescentadas seis salas, ficando a respectiva área do edifício a ser conhecida por “ampliação Teixeira Guedes”, mas mesmo assim as instalações revelavam-se insuficientes face ao aumento do número de alunos (Barreiras, 2003, p. 287). Em 1922 face à sobrelotação do liceu, que obrigava ao funcionamento de aulas das 9 às 19 horas “Foi destinada à ampliação do edifício uma verba de 15 contos que será paga em duodécimos” (“O Correio do Sul”, n.º 120 de 9 de Julho de 1922). As obras só terão início no final de 1923, era ainda reitor Teixeira Guedes, e o processo arrastou-se por vários anos em virtude do atraso nas dotações orçamentais.

O jornal liceal “Capas Negras”, dava então destaque na primeira página ao alargamento do Liceu de Faro:

Tudo é caótico, triste e miserável, desde os tectos, feitos à pouca e ainda não terminados se desmoronam até à ridícula escada de madeira para acesso diário a centenas de alunos ao pavimento superior e que na melhor das hipóteses durará alguns meses. O pavimento exterior da galeria do primeiro andar sem escoante para as águas da chuva é obra genial que merece ser recomendado ao Conselho Superior de Obras Públicas. (n.º 2, 20 de Dezembro de 1925)

No final de 1926 o Ministério da Instrução Pública é autorizado a contrair um empréstimo no valor de 3.400.00\$00 para a realização de obras em vários liceus sendo atribuídos 60.000\$00 para a aquisição de material escolar e reparação de algumas salas no Liceu de João de Deus (Decreto n.º 12888, DG n.º 288 de 24 de Dezembro de 1926). O dossier com a documentação relativa a estas obras encontra-se no AHME e a sua consulta permitiu apurar ter-se tratado de um processo complicado, com múltiplas reformulações do projecto,

dificuldades orçamentais (vários officios neste processo indicam que as obras encontravam-se paradas por falta de verba em Novembro de 1927) e mudança da tutela das mesmas¹²⁶. A primeira modificação do edifício, que Barreiras designa por “ampliação Teixeira Guedes” é referida na memória descritiva e justificativa existente neste processo, a qual apresenta uma pequena discrepância no que diz respeito ao número de salas pois que “Ao projecto primitivo, já pelo Conselho Escolar foram acrescentadas mais umas 5 salas de 5,5x6,0 m; e só assim as aulas puderam funcionar nos últimos anos embora com prejuízo das boas normas pedagógicas.”.

O reitor Teixeira Guedes, reconhecido em vida pelo trabalho desenvolvido em prol do progresso do liceu (cf. Anexo 18) adoece gravemente no mês de Janeiro de 1925. Apesar dos esforços dos clínicos Francisco Vaz e Francisco Fernandes Lopes (reputado médico de Olhão), bem como do secretário do liceu António Saraiva, Teixeira Guedes sucumbe a uma pneumonia a 30 de Janeiro de 1925 (“O Algarve”, nº 878 de 1.02.1925; “O Correio do Sul”, nº 341 de 1.02.1925 e nº 345 de 15.02.1925).

Este reitor cuja memória perdura ainda hoje na ESJD é paradoxalmente uma figura desconhecida¹²⁷. Ao que conseguimos apurar nasceu em S. João da Pesqueira em 1871, filho de João da Silva Teixeira Guedes e de Ana Anjo de Moraes Pinto. O pai, secretário da fazenda, terá falecido jovem deixando órfãos cinco filhos. Um seu tio-avô, o Padre Paulo da Silva e Costa, natural de Minde. de onde aliás a família Teixeira Guedes é originária, e pároco ao longo da sua vida em diversas freguesias da zona de Alcanena, ao saber das dificuldades da sobrinha, tratou de os trazer para perto de si e os orientou da melhor forma (Martins, 2002). Ernesto Teixeira Guedes estudou no Seminário de Santarém e formou-se em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma. Foi professor no seminário e no liceu de Santarém onde também foi vereador e presidente da comissão executiva camarária entre 3 de Dezembro de 1908 e 4 de Outubro de 1910, tendo sido responsável por várias obras de importância e pela “cedência á câmara municipal do convento de Santa Clara” (“Correio do Ribatejo”, n.º 7 de Fevereiro de 1925). Como referido anteriormente, a sua transferência para o Liceu de Faro ocorre, a seu pedido, em Novembro de 1910. Ernesto Teixeira Guedes, apesar da sua numerosa biblioteca, ao que sabemos somente publica, em colaboração com o Cónego

¹²⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Arquivo Técnico das Construções Escolares, Cx. 273 (Liceu João de Deus. Obras Conservação), Liceu Nacional de Faro.

¹²⁷ A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira apresenta uma pequena nota biográfica (GUEDES – Padre Ernesto Adolfo Teixeira, vol XII, pp. 848-849), que não refere qualquer familiar, não indica o cargo de presidente da Câmara de Santarém e indica incorrectamente que a sua transferência para o Liceu de Faro ocorreu em 1913.

Marcelino Franco, uma edição comemorativa de *O Primeiro Centenário de D. Francisco Gomes do Avelar, Bispo do Algarve*. Do seu trabalho como professor, para além do já referido excerto da acta do Liceu de Santarém temos apenas uma evocação de Guerreiro Murta: “O P.^e Teixeira Guedes, um douto latinista de prodigiosa memória que recitava páginas da *Eneida* de Virgílio, e os *Lusíadas* em Latim.” (1970, p. 36).

Na nota necrológica do jornal “O Algarve” é referido que:

O sr. Teixeira Guedes era uma pessoa de rara ilustração e pertencia a uma dinastia de trabalhadores, Justino Guedes, João Guedes, Roque Gameiro Guedes e outros, que todos na arte e nas letras, na industria e no comercio, teem afirmado dotes de trabalho e de inteligência inconfundíveis.

Este texto aponta para que os seus familiares, à época, fossem pessoas com uma posição de relevo na sociedade portuguesa. N’ “O Correio do Sul” é indicado que “Não teve assistência familiar nos primeiros dias da doença, pois só na antevéspera do falecimento chegou o seu irmão, o sr. Paulo Guedes, conhecido industrial de Lisboa”. Uma breve pesquisa permitiu apurar as seguintes relações familiares: Justino Guedes, primo, dono da afamada *Litografia Guedes* (a que se sucedeu a Companhia Nacional Editora) casa de grande prestígio que imprimiu, entre outras obras, *O António Maria* de Bordalo; o primo Alfredo Roque Gameiro Guedes, irmão de Justino Guedes, afamado aguarelista que ilustrou a edição monumental das *Pupilas do Senhor Reitor*; Paulo Emílio Guedes, irmão do reitor, livreiro e editor de uma vasta coleção de postais ilustrados.

Nas páginas do jornal escolar “Capas Negras” no terceiro aniversário da sua morte é elogiado por Tenório de Figueiredo, seu aluno em 1910/1911, e referido que professores e alunos irão efectuar uma romagem ao mausoléu onde repousam os seus restos mortais (Série II, n.º 2, 1 de Fevereiro de 1928).

O secretário do liceu António Saraiva¹²⁸ sucede a Teixeira Guedes na reitoria (“O Algarve”, n.º 882 de 1 de Março de 1925 e “O Correio do Sul”, n.º 348 de 5 Março de 1925). Em Fevereiro de 1926 o mau ambiente entre docentes no liceu bem como a possibilidade de o reitor pedir a sua demissão chega às páginas dos jornais (“O Algarve”, n.º 934). Em Junho de

¹²⁸ Em Dezembro de 1929 a revista “Labor”, no seu nº 22, noticia a morte do Professor António Albino Gomes Saraiva. Na biografia então traçada ficamos a saber que era natural de Vila Real de Trás os Montes, bacharel formado em Teologia pela Universidade de Coimbra, reitor do liceu nacional de Chaves, onde era professor desde 31 de Janeiro de 1906, professor no Liceu de Ponta Delgada a partir de 18 de Março de 1908 tendo sido eleito reitor em 1910, transferido a seu pedido para a Guarda (6 de janeiro de 1917 e Faro (4 de Setembro de 1918). Secretário do Liceu de Faro de Janeiro de 1919 a Março de 1925. Faleceu em Coimbra a 4 de Dezembro de 1929 com 49 anos de idade.

1926 é nomeado António Lopes de Oliveira para ocupar a reitoria (“O Algarve”, n.º 952 de 4 de Julho de 1926). Os conflitos que tiveram início em 1926 vão arrastar-se ao ano lectivo seguinte.

O ano lectivo 1926/27

O ano lectivo 1926/27 terá sido marcado por alguma instabilidade ao nível da direcção do liceu. A crise então vivida foi mesmo alvo da publicação na “Revista Labor” de uma chamada de atenção ministro da Instrução Pública (n.º 6 de março de 1927). Com base no Diário do Governo é possível apurar uma lista, cuja análise das datas e dos nomeados nos permite concluir que se encontra provavelmente incompleta, relativa à nomeação ou exoneração de professores do cargo de reitor ou de reitor interino do Liceu de João de Deus. A maioria destas nomeações é publicada na II Série do Diário do Governo. No entanto, a nomeação de José Guerreiro Murta, como reitor interino, “atendendo às circunstâncias excepcionais que ocorrem no Liceu de João de Deus, em Faro” é objecto de um decreto publicado em I Série.

Um artigo no jornal “Moca”, reflecte o ambiente instável então vivido:

Foi nomeado reitor interino o Sr. Dr. Artur Marinho Alves de Moura. Oxalá que sob a sua hábil reitoria o liceu entre naquela fase de paz e harmonia indispensáveis à boa disciplina do primeiro estabelecimento do Algarve. A frequência do liceu desta cidade aumenta de ano para ano [...]. Dificilmente se poderá ministrar o ensino, devido ao edifício ser muito pequeno para tão grande frequência. Enquanto isto sucede, as obras do liceu não andam por falta de verba e ha edificios, como o antigo Paço Episcopal, que estão quasi vazios. (n.º 259, 4 de Setembro de 1927)

Alves de Moura não teve tempo para alcançar a indispensável “paz e harmonia” dado que rapidamente foi substituído por José Guerreiro Murta “atendendo às circunstâncias excepcionais que ocorrem no Liceu de João de Deus”. Guerreiro Murta desempenha as funções apenas por alguns dias dado que de acordo com a imprensa toma posse a 30 de Setembro (“O Correio do Sul”, n.º 553 de 2 de Outubro) e a posse da reitoria por Alfredo Tenório de Figueiredo realiza-se a 13 de Outubro, tendo Murta regressado a Lisboa (“O Correio do Sul”, n.º 555 de 16 de Outubro de 1927).

Tabela 2.1 – Reitores e reitores interinos do Liceu de Faro de Outubro de 1926 a Dezembro de 1927.

Por decreto de:	Acto:	Professor	Publicação
4 de Setembro de 1926	Nomeação como reitor interino	Jorge Sílvio Pelico de Oliveira Neto	DG n.º 212, II Série, de 9 de Setembro de 1926
11 de Outubro de 1926	Exonerado, a seu pedido, do cargo de reitor interino	Jorge Sílvio Pelico de Oliveira Neto	DG n.º 242, II Série, de 14 de Outubro de 1926,
11 de Outubro de 1926	nomeado reitor interino	Armando Cassiano	DG n.º 242, II Série, de 14 de Outubro de 1926
29 de Dezembro de 1926	nomeado reitor interino	Jorge Sílvio Pelico de Oliveira Neto	DG n.º 49, II Série, de 7 de Março de 1927
10 de Março de 1927	nomeado reitor	Armando Cassiano	DG n.º 86, II Série, de 22 de Abril de 1927
15 de Junho de 1927	nomeador reitor interino	José Joaquim Monteiro Simões	DG n.º 179, II Série, de 13 de Agosto de 1927
30 de Julho de 1927	nomeado reitor interino	Eduardo Marinho Alves de Moura	DG n.º 179, II Série, de 13 de Agosto de 1927
9 de Agosto de 1927	exonerado do lugar de reitor interino	José Joaquim Monteiro Simões	DG n.º 213, II Série, de 22 de Setembro de 1927
29 de Setembro de 1927	exonerado do lugar de reitor	Eduardo Marinho Alves de Moura	DG n.º 225, II Série, 6 de Outubro de 1927
30 de Setembro de 1927	nomeado reitor interino	José Guerreiro Murta	Decreto 14383 DG n.º 219, I Série, de 4 de Outubro de 1927
8 de Outubro de 1927	nomeado reitor interino	Alfredo Tenório de Figueiredo	DG n.º 271, II Série, de 2 de Dezembro de 1927
14 de Dezembro de 1927	nomeado reitor	Alfredo Tenório de Figueiredo	DG n.º 11, II Série, de 14 de Janeiro de 1928

Inicialmente colocou-se a hipótese de que as sucessivas substituições do reitor estariam relacionadas com a instabilidade política que se vivia no país, na sequência do golpe militar de Maio de 1926 que pôs termo à Primeira República Portuguesa levando à implantação da Ditadura Militar. Posteriormente um testemunho destes acontecimentos, que não permitia, no nosso entender, descartar completamente esta hipótese, apresenta informações adicionais sobre este episódio na vida do liceu. José Guerreiro Murta recorda a sua aceitação da reitoria do Liceu de Faro:

[...] cujo ambiente escolar andava bastante agitado por causa de um moço professor, indomável, alérgico a todos os actos administrativos, e a toda a harmonia docente. [...] competente para ensinar, mas incapaz de educar, dado o seu feitio e a sua relutância em colaborar com as autoridades escolares, de conviver em boa harmonia com mestres mais antigos do que ele [...]. E assim se criou no liceu de Faro um ambiente irrespirável. O

comportamento irritante daquele em causa chegou a embranquecer totalmente o Reitor e a fazer a vida negra aos colegas. (1970, p. 240)

Guerreiro Murta tece mais algumas considerações sobre o professor em causa, sem nunca referir o seu nome, indicando que aconselhou o Ministro, Dr. Alfredo de Magalhães, a transferir o “desvairado causador de tantas arrelias”, o que acabou por acontecer, dado que o transferiu para o Liceu de Santarém. Uma leitura atenta da imprensa regional da altura permitiu apurar o nome que o professor Guerreiro Murta, mais de trinta anos depois tanta relutância teve em divulgar. Trata-se de Apolinário José Leal, professor de ciências, que tantas reclamações sobre o liceu enviou ao Ministro (“O Correio do Sul”, n.º 475 de 15 de Julho de 1926) que foi instaurada uma sindicância ao liceu atribuída ao juiz Luiz da Horta e Costa (“O Correio do Sul”, n.º 441 de 11 de Março de 1926). No decorrer desta sindicância, em Março de 1926, Apolinário José Leal ter-se-á incompatibilizado de tal forma com o sindicante que, em resultado, terá sido despachada a sua suspensão (“O Algarve”, n.º 935, n.º 936 e n.º 942) tendo depois regressado ao serviço dadas as “várias influências que dispõe no ministério da instrução” (“O Algarve”, n.º 954 de 18 de Julho de 1926). Ao reitor António Lopes é concedida uma licença de 30 dias e posteriormente uma licença de 30 dias por doença (“O Algarve”, n.º 958 de 15 de Agosto e n.º 964 de 26 de Setembro) portanto poderá ser ele o reitor que “embraqueceu” segundo Guerreiro Murta. A situação terá atingido tais proporções que uma comissão de professores do liceu se deslocou, em Outubro de 1927, a Lisboa para obter a garantia da parte do Ministro da Instrução que o professor Apolinário Leal não voltaria a reger aulas em Faro (“O Algarve”, n.º 1018 de 9 de Outubro e “O Correio do Sul”, n.º 553 de 2 de Outubro). As garantias então dadas pelo ministro foram cumpridas visto que no decreto 14467 (DR n.º 235 de 24 de Outubro de 1927) e “Tendo em consideração as conveniências excepcionais do Liceu de João de Deus, em Faro” o professor Apolinário José Leal deve prestar serviço “em comissão, e sem direito a quaisquer ajudas de custo, no Liceu de Sá da Bandeira, em Santarém”, tal como tinha sido também referido pelo professor Guerreiro Murta. A leitura das notícias publicadas quer no jornal “O Algarve” quer n’ “O Correio do Sul” não indiciam a existência de qualquer questão política nas referidas sucessivas substituições do reitor mas apenas um péssimo ambiente atribuído principalmente aos actos de Apolinário José Leal.

No que diz respeito à biblioteca, por despacho de 22 de Março do Director Geral do Ensino Secundário, é nomeado seu director, para o ano lectivo 1926/27, o professor António

Albino Gomes Saraiva¹²⁹. O professor Saraiva é renomeado director da biblioteca para o ano lectivo 1927/28¹³⁰ mas esta nomeação é de curta duração pois pouco depois este cargo é atribuído a Alfredo Caetano Oliveira de Carvalho¹³¹.

Alfredo de Carvalho e a biblioteca do Liceu de Faro (1927-1928)

A investigação realizada conduziu à descoberta da sua monografia intitulada *Bibliotecas Regionais* (1941) que constitui uma fonte inesperada sobre o Liceu de Faro na década de 20 e em particular da sua biblioteca, bem como um artigo publicado na “Revista Labor” intitulado “Como dirigi a Biblioteca do Liceu de Faro no ano de 1927/28: relatório e notas” (n.º 19, Maio de 1929). O professor Alfredo Carvalho (1893-1961), formado em Direito e em Filologia Românica, lecciona nos anos trinta no liceu de Leiria e publica vários artigos na “Revista Labor”. Foi ainda leitor de Português em Bordéus (1934-37) e director da Biblioteca Erudita de Leiria (1932-1934 e 1937-1942). No final da década de 20, Alfredo Carvalho e Eduardo Antonino Pestana (1891-1963) leccionam no Liceu de Faro. Eduardo Antonino Pestana, republicano e madeirense, advogado, professor de Latim e Português, manifestara-se em 1920 a favor da concretização de um congresso regional na Madeira, entusiasmado com os resultados que considerou positivos dos congressos realizados no continente. É nomeado professor do Liceu de Faro em 1927, onde esteve em exercício até 1930 (ano em que foi nomeado para desempenhar o cargo de director dos serviços do ensino secundário). Alfredo Carvalho é também um regionalista que, como ele próprio refere, “[...] em 1928 estive à frente dos serviços da biblioteca do Liceu de Faro, e em sessão do conselho escolar propus a formação da biblioteca regional [...]” (Carvalho, 1941, p. 19). No “IV Congresso das Beiras”, realizado em Castelo Branco em 1929, Carvalho apresenta a sua tese de que a criação de bibliotecas regionais, entregues aos corpos docentes dos liceus e às inspecções escolares, constitui um dos meios mais aconselháveis e proveitosos para levar a província a descobrir-se a si mesma.

O trabalho desenvolvido no Liceu de Faro entre 1927 e 1929¹³² é descrito com algum pormenor “Em dois anos de trabalho o Liceu de Faro instalou o gabinete de ciências

¹²⁹ Biblioteca ESJD, Livro do cadastro do pessoal docente e menor 1913-1929, fl. 40 e DG n.º 77, de 8 de Abril de 1927.

¹³⁰ DG n.º 272, II Série, de 3 de Dezembro de 1927, p. 4023.

¹³¹ DG n.º 4, II Série, de 6 de Janeiro de 1928, p. 38.

biológicas, o de geografia, e enriqueceu a sua biblioteca, tanto com mobiliário como com livros.” (Carvalho, 1941, p. 8).

Aproveita ainda para divulgar o trabalho realizado em Faro pelo colega Pestana:

No ano lectivo de 1927-28 organizou-se no Liceu de Faro o primeiro núcleo bibliográfico regional, para o que muito contribuiu a acção pertinaz do professor sr. Dr. Antonino Pestana. Êste primeiro núcleo integrou-se na biblioteca daquele liceu. (idem p. 10).

aplaudindo encomiasticamente a elaboração do respectivo catálogo:

O catálogo do fundo regional da Biblioteca do Liceu de Faro que aqui se publica foi organizado por o sr. Dr. Eduardo Antonino Pestana [...]. O sr. dr. Eduardo Antonino Pestana pôs toda a sua boa vontade e grande inteligência na constituição da biblioteca regional a que o catálogo atrás publicado diz respeito, e no qual se enumeram tôdas as espécies all [sic] reunidas até 1929. Não se encontra este catálogo actualizado, mas marca todavia o primeiro grande trabalho que se empreendeu no Liceu de Faro com o fim de se conseguir uma documentação regional de valor representativo. Pertence ao sr. dr. E. Antonino Pestana a honra de tão bel obra cultural! (idem p. 81)

Este catálogo, publicado na íntegra na monografia supra referida, é particularmente importante pois constitui umas das poucas referências ao fundo documental da biblioteca do Liceu de Faro. Apresenta sete secções: direito municipal, documentos diocesanos, estudos de agricultura, geografia, etnografia e história, imprensa, literatura e escritores algarvios e por último documentos de corporações particulares. Não foi efectuado o cotejo com o actual fundo documental mas uma avaliação superficial permitiu concluir que muitas das obras referidas neste catálogo ainda existem na biblioteca da ESJD.

O relatório que publica na revista “Labor” é ainda mais pormenorizada no que diz respeito às actividades desenvolvidas. Começando por referir que dirigiu os serviços da biblioteca desde Janeiro de 1928 logo acrescenta que se propôs a atrair os alunos à sua frequência dado

¹³² Este trabalho também é objecto de destaque num artigo de José Tavares publicado no n.º 75 da revista “Labor” (Outubro de 1936, p. 85): “Em 1929-30 realizaram-se importantes trabalhos no gabinete de geografia, dirigidos pelo prof. Alves de Moura (cartas em relevo, de topografia no campo, aparelhos)”. Este artigo por outro lado dever-se-á ter baseado nos cinco artigos que o professor Alves de Moura publicou de 1929 a 1931 na referida revista (números 17, 21, 27, 30 e 38) de que se destaca o intitulado “Trabalhos práticos de Geografia no Liceu de Faro! em que são apresentadas várias fotografias dos trabalhos efectuados pelos alunos e uma fotografia do Gabinete de Geografia do Liceu de Faro. Tanto quanto conseguimos apurar nesta pesquisa apenas existe uma outra fotografia, que é apresentada no Anexo 1, de uma sala de aula do Liceu, no período em apreço.

que não havia sido estabelecida a leitura na biblioteca sendo esta apenas utilizada por professores. Esta informação vai ao encontro dos documentos de arquivo existentes na ESJD e já anteriormente mencionados (livro de requisições da biblioteca e exposição do professor Alves de Moura de 1927) bem como da portaria de Duarte Pacheco, de Setembro 1928, referida no enquadramento legislativo, que indiciam que deveria ser habitual ser apenas autorizado aos professores a requisição de livros na biblioteca. São adquiridos cerca de 500 volumes de autores portugueses e lançado um curso facultativo de leituras literárias e realizadas palestras de vulgarização científica e de literatura folclórica, pelos professores Barbosa e Pestana, respectivamente. Dado que o empregado da biblioteca acumulava funções com o contínuo de classe foi necessário interromper a leitura de meados de Março à Páscoa sendo retomada no terceiro período das 15:30 às 17:30. Foram adquiridos 1000 volumes de acordo com as listas de livros que os professores indicaram e assinadas diversas revistas literárias. No que diz respeito ao tratamento documental refere que se iniciou a catalogação por autores (catálogo onomástico) das obras existentes e das que entravam e que foi adquirido um classificador de verbetes. O professor Alfredo Carvalho termina o seu relatório com uma série de iniciativas a pôr em prática, nomeadamente completar o catálogo onomástico, fazer o catálogo ideográfico e o catálogo das revistas.

Um outro documento, para além do catálogo anteriormente referido, é relevante para um conhecimento circunstanciado da biblioteca. Trata-se do inventário que, a 31 de Agosto de 1928, em cumprimento da circular 918, o reitor Alfredo Tenório de Figueiredo¹³³ envia ao Director Geral do Ensino Secundário elencando todo o mobiliário e material de ensino pertencente ao Liceu Central de João de Deus¹³⁴. Este instrumento faz a relação do mobiliário e do material didáctico, permitindo, pela primeira vez, uma perspectiva do espaço da biblioteca dado que se indica existirem seis mesas grandes, quarenta e nove cadeiras para alunos e dezoito estantes (mais oito do que as referidas na apólice de 1918). Podemos conjecturar que a área da sala ocupada pela biblioteca deveria ser bastante ampla pois ainda existia uma cadeira para professor, secretária e um estrado. É ainda indicada a existência de um classificador cuja aquisição é referida por Alfredo Carvalho no seu relatório. Por fim

¹³³ Alfredo Tenório de Figueiredo foi aluno do Liceu de Faro em 1910 (“Capas Negras”, n.º 2, 1 de Fevereiro de 1928), transita da reitoria do Liceu Sá de Miranda (Braga) para a do Liceu de Faro (“Labor”, n.º 10, Novembro de 1927, p. 401). Nos anos 30 é um dos metodólogos do 8.º grupo do Liceu Normal de Lisboa (Pintassilgo & Teixeira, 2011, p. 13) e autor de manuais escolares de Matemática no anos 50 (Teixeira, 2010, p. 317).

¹³⁴ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal “Inventário do mobiliário dos liceus”, Ano 1928, 23/1751.

adornam a biblioteca um quadro, uma coluna, um busto de Camilo Castelo Branco e prosaicamente um escarrador, objecto ainda muito utilizado na década de vinte do século passado. No que diz respeito ao material didáctico, a lista discrimina o número de volumes existente em cada uma das dezoito estantes, segundo uma lógica temática existindo um total de 5122 volumes (cf. Anexo 20).

Uma outra fonte retrata a vida do liceu, e em particular da sua biblioteca, corroborando as descrições de Alfredo Carvalho, nesse ano lectivo de 1927/28: o periódico dos estudantes do Liceu de João de Deus intitulado “Capas Negras”. Nas páginas dos seus doze números, de Janeiro a Setembro de 1928, são várias as referências aos professores Antonino Pestana, Alfredo Carvalho e António Barbosa¹³⁵, nomeadamente às conferências que proferiram.

A biblioteca é por diversas vezes notícia, especialmente na coluna “Noticias do Liceu”:

Esta aberta aos alunos, desde os primeiros dias do segundo período, sob a direcção do Exmo Sr. Professor Alfredo de Carvalho, a Biblioteca do Liceu, ultimamente enriquecida com grande quantidade de livros dos melhores autores modernos e contemporâneos. O número de requisições tem excedido as expectativas, estando durante as horas em que se acha aberta a Biblioteca, as mesas de leituras totalmente ocupadas. (n.º 2, 1 de Fevereiro)

No número seguinte logo se acrescenta que “Continua a ter grande frequência a Biblioteca e a ser enriquecida, com obras de vários autores contemporâneos.” (n.º 3, 15 de Fevereiro). O tratamento documental também merece a pequena nota “Já está concluída a catalogação dos livros da biblioteca que, como temos dito, foi ultimamente enriquecida com grandes quantidades de livros.” (n.º 7, 15 de Abril). As dificuldades não são mencionadas, mas nesta coluna é ainda referido, indo ao encontro do relatório publicado na revista “Labor” que “Está aberta aos alunos das 15 e 30 horas às 17,30 horas, a Biblioteca que se encontrava ultimamente fechada por falta de empregado.” (n.º 8, 1 de Maio). A última referência à

¹³⁵ Tratar-se-á do mesmo professor António Barbosa que é referido várias vezes na relatório da sindicância ao Liceu de Faro, tendo sido substituído aquando da renovação do quadro docente do liceu. No n.º 5 do “Capas Negras”, e a propósito da festa de comemoração do aniversário natalício de João de Deus, é registado o testemunho deste professor: “Do actual professorado efectivo do Liceu de Faro, eu sou o único professor que pode comparar esta festa de hoje com uma festa de há vinte anos. É assombrosa a diferença para melhor. A festa de há vinte anos terminou por um discurso do aluno M. T. que fechou com um viva à revolução social. A festa deste ano foi uma bela festa, que não envergonha este liceu e não envergonharia qualquer liceu do Paiz.” António dos Reis Silva Barbosa viria ainda a ocupar a reitoria do Liceu de Faro no ano lectivo 1928/29, sucedendo a Tenório de Figueiredo, causando grande agitação na sociedade algarvia devido a afirmações proferidas nas tradicionais cerimónias de homenagem a João de Deus (“O Algarve”, n.º 1093, 17 de Março de 1929).

biblioteca neste órgão da academia é um apelo à imprensa algarvia, na última página do n.º 10 de 1 de Junho, no sentido de colaborar na constituição de uma hemeroteca no liceu.

Neste ano lectivo o jornal “O Correio do Sul” noticiava com frequência as actividades do liceu que demonstram a ultrapassagem da crise anterior e a melhoria do ensino. De entre as várias notícias publicadas destacamos que decorreu na dala da biblioteca a abertura solene do ano lectivo (n.º 556 de 20 de Outubro) um baile no âmbito das comemorações do 1º Dezembro (n.º 562 de 27 de Novembro e n.º 563 de 4 de Dezembro) bem como a recepção de um grupo de estudantes de Huelva (n.º 565 de 18 de Dezembro) mostrando que, tal como hoje na ESJD, a biblioteca se constituía como o espaço nobre do edifício escolar para acolher actos solenes e visitantes.

A aquisição da biblioteca do reitor Teixeira Guedes

Ao descrever os trabalhos realizados no Liceu de Faro no período 1927-1929 Alfredo Carvalho refere que:

Neste último gabinete [biblioteca] entraram em dois anos alguns milhares de volumes, entre os quais toda a biblioteca do falecido reitor dr. Adolfo Teixeira Guedes, notável pela sua colecção de clássicos portugueses (alguns em primeiras edições ou edições de preço). (Carvalho, 1941, p. 8)

Refere também que, igualmente em 1929, “um professor do Liceu de Faro, como delegado do Conselho Escolar negociou a aquisição da biblioteca do falecido reitor daquele liceu” (p. 19).

No relatório em que descreve a sua actuação à frente da biblioteca, Alfredo Carvalho apresenta uma descrição mais detalhada:

Numa das últimas sessões do Conselho Escolar havidas no ano lectivo de 1927-28 (em Julho), propus que se adquirisse de qualquer forma a biblioteca do falecido reitor do Liceu de Faro, dr. Adolfo Teixeira Guedes; e, aprovada a minha proposta, ficou assente que o director da biblioteca, auxiliado pelo professor dr. António Saraiva, procedesse às necessárias diligências. Alguma coisa se fez nas férias grandes junto dos herdeiros do falecido dr. Guedes; mas só em Janeiro do ano corrente, pela intervenção do ex-reitor Tenório de Figueiredo, se conseguiu arrumar definitivamente o problema da aquisição da referida biblioteca. (“Labor”, n.º 19, Maio de 1929, p. 241)

Com base nas notas da Dra. Carla Faustino, relativas ao trabalho no arquivo da ESJD em 1998-2000, nos livros copiadores do Arquivo da ESJD encontra-se registado um ofício de Agosto de 1928 em que é referido que os herdeiros concordam com a venda da biblioteca pela quantia de 10.500\$00 com a condição de dar à Biblioteca o nome de Dr. Teixeira Guedes, e um outro ofício relativo ao pagamento de uma terceira prestação, em Março de 1929, no valor de 3.000\$00 (cf. Anexo 19). Estes dados contrariam a noção de que o reitor teria doado a sua biblioteca ao Liceu de Faro, noção partilhada por muitos professores que contactámos ao longo deste trabalho, e que se encontra igualmente expressa no capítulo dedicado ao Liceu de Faro na obra *Liceus de Portugal* (Barreiras, 2003, p. 294).

A década de 30 e de 40 do século XX

Dois ofícios expedidos do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa)¹³⁶ e do Liceu Rodrigues de Freitas (Porto)¹³⁷ que atestam a possível relevância das doações como forma privilegiada de enriquecimento do catálogo nos anos 30. Nestes ofícios é comunicada a relação de livros em duplicado existentes nestes liceus e que poderão trocar com o Liceu de Faro (cf. Anexo 21). Não foi possível apurar se as trocas tiveram efectivamente lugar. Estes ofícios não especificam o nome do reitor do Liceu de Faro mas deverá ter sido o professor Francisco de Brito Simões Miranda (1899-1933), dado que, na secção de necrologia da revista “Labor” (n.º 55, p. 518) é indicado que foi reitor de Liceu de Faro de 1929 a Outubro de 1931. A exoneração do cargo de reitor “que exerceu com incedível zelo, competência e lealdade” ocorre a seu pedido e é seguida da nomeação de José Júlio de Bettencourt Rodrigues¹³⁸ (DG n.º 254, II Série, de 2 de Novembro de 1931, p. 3905).

No anuário para o ano lectivo de 1931/32, elaborado por José Júlio Rodrigues, é mais uma vez sublinhada a falta de condições do edifício:

Encontrei-me, pela minha nomeação de Reitor, (em comêços de Novembro de 1931),
à testa de um Liceu com as maiores deficiências de acomodação, instalado em edifício

¹³⁶ Biblioteca da ESJD, ofício do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, L.º 8, N.º 42, 7 de Julho de 1930.

¹³⁷ Biblioteca da ESJD, ofício do Liceu de Rodrigues de Freitas n.º 660, 18 de Junho de 1930.

¹³⁸ José Júlio Bettencourt Rodrigues (1876-1948), filho do ilustre professor de química na Escola Politécnica José Júlio Bettencourt Rodrigues (1843-1893), licenciado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra teve uma vida profissional e pessoal atribulada, vivida entre Portugal e o Brasil. Enquanto professor no Liceu de Faro participa em duas sessões do Congresso Internacional do Ensino Secundário (Bruxelas, 1930, e Paris 1931) sendo o respectivo relatório da sua participação aa sessão realizada em Paris publicado na revista “Labor” (n.º 35-36 de Outubro de 1931).

mesquinho, jovem ruina aleijada de nascença. Desastre escolar e arquitectural, que, embora ainda de tenra idade, nenhuma condições possui para o fim que o destinaram.

O reitor refere, entre os vários melhoramentos efectuados, que “mandei juntar todas as estantes de livros da livraria legada ao Liceu pelo antigo Reitor Padre Teixeira Guedes, na sala da Biblioteca, que é uma das mais ricas dos Liceus do país”. Ora como vimos anteriormente a biblioteca do reitor Teixeira Guedes não foi *legada* mas sim *adquirida*. No equívoco de José Júlio Rodrigues poderá estar a origem da falsa percepção de que o reitor doou a sua biblioteca ao Liceu de Faro.

O elevado número de alunos face às dimensões do edifício, mesmo depois das ampliações realizadas, obrigam a adaptações que sacrificam o acesso à biblioteca:

Basta afirmar, para se fazer uma idéia de tal deficiência, que as aulas da 6.^a A de Ciências, funcionaram todo o 1.^o período na Biblioteca do liceu, impedindo assim, especialmente aos alunos dos cursos complementares, de consultarem livros, de fazerem estudos e portanto de desenvolverem a cultural intelectual recebida nas aulas

Felizmente o nosso Reitor, Ex.^{mo} sr. Dr. José Júlio Rodrigues, com a cooperação do director da mesma, Ex.^{mo} sr. Dr. Jorge Silvio Pélico, determinou há dias que a Biblioteca reabrisse e a 6.^a A de Ciências, a turma nómada, anda errante, de sala em sala. (“Alma Académica” n.º 4, 15 de Janeiro de 1932)

Neste ano escolar decorrem na biblioteca várias conferências:

[...] no dia 13, na Biblioteca do liceu, a 1.^a lição do «Curso do Dr. Malpique» sob o título «O trabalho intelectual» (“Alma Académica” n.º 4, 15 de Janeiro)

Às 15 horas, na sala da biblioteca, são convidados o professorado e a academia a assistir á prelecção que sobre João de Deus fará o Sr. Dr. David Pacheco, professor efectivo do 2.^o grupo. (“Alma Académica”, n.º VII, 8 de Março de 1932)

[...] também realizou uma brilhante conferencia - «A higiene escolar» - na Biblioteca do nosso liceu, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Silva Nobre, ilustre clinico e orador fluente. A Assistência foi numerosa e oxalá que frutifiquem os belos e prudentes conselhos que S. Ex.^a nos deu. (“Alma Académica” n.º VII, 8 de Março de 1932)

A comemoração pelos alunos do Liceu de Faro do aniversário natalício de João de Deus (1830-1896) remonta ao início do século XX. António Barbosa, em 1928, alude a uma comemoração “de há vinte anos” (“Capas Negras”, n.º 5, 15 de Março de 1928) e em 1909 os

alunos pediram feriado ao ministro da instrução para poderem participar nas comemorações e descerramento de uma lápide na casa do poeta em Messines (“O Algarve”, n.º 30, 7 de Março de 1909). Na imprensa regional as comemorações realizadas por iniciativa dos professores e alunos do Liceu de Faro são notícia ao longo dos anos e ainda hoje esta data é assinalada por uma cerimónia na biblioteca, à semelhança de 1932:

No número anterior demos um extrato, assaz desenvolvido do magnífico trabalho do distinto professor dr. David Pacheco sobre João de Deus, que tivemos o prazer de ouvir na sala da Biblioteca do nosso liceu, por ocasião da passagem do aniversário natalício do seu patrono. (“Alma Académica”, n.º 9 de 7 de Maio de 1932)

No anuário de 1931/32 é apresentado um “Brevíssimo relatório da direcção da Biblioteca” da responsabilidade do Bibliotecário Cruz Malpique, que foi nomeado apenas em Março para a direcção da biblioteca, sucedendo a Jorge Sílvio Pélico de Oliveira Neto (nomeado em Outubro). O fundo documental da biblioteca é descrito como “variado e abundantíssimo” apenas sendo necessário remediar a pobreza na literatura inglesa e alemã e aumentar a escassa literatura infantil dado que “os pequenitos das primeiras classes têm a paixão da leitura” (cf. Anexo 22). Apesar de alguns reparos ao comportamento dos alunos e do modo como tratam os livros o bibliotecário indica que autorizou a saída dos livros da biblioteca, por prazos não superiores a três dias, fazendo a menção de que “É certo que, os livros, saindo se estragam. Mas isso é preferível a tê-los intactos, como em museu. O liceu existe em função dos alunos.”, procedimento que se enquadra perfeitamente nos objectivos programáticos da actual Rede de Bibliotecas Escolares. O bibliotecário considera que esta medida provocou um aumento do número de requisições, contabilizando-se um total de 1025 obras requisitadas. No decorrer do ano lectivo foram adquiridos 36 obras de pedagogia, filosofia, matemática, literatura portuguesa, história, física e química e línguas e ainda 81 volumes de literatura infantil. São referidas nove assinaturas de revistas, entre as quais a “Mercure de France” e a “Illustration” que Alfredo Carvalho menciona ter iniciado a aquisição em 1928/29. Comparando com o número de aquisições efectuado em 1929, mais de 1500 volumes, é um claro retrocesso. O bibliotecário termina o seu relatório louvando o zelo do actual empregado da Biblioteca (mas não considerando relevante registar o seu nome) e considerando tratar-se de um trabalho extenuante para o qual dois empregados não seriam demasiados. Cruz Malpique (1902-1992), licenciado em Letras pela Universidade de Lisboa, em Julho e Agosto de 1932 ano publicita no jornal “O Algarve” o lançamento em Outubro de um livro, intitulado *Introdução à vida intelectual* além de publicar diversos artigos da sua autoria. Este professor

trabalhou em diversos estabelecimentos do continente e ilhas e no período 1935-1948 leccionou no Liceu Salvador Correia em Luanda, onde foi reitor durante três anos. No seu regresso à Metrópole passa a leccionar no Liceu Alexandre Herculano no Porto, onde também desempenhou as funções de reitor e onde se manteve até se aposentar. Ao longo da sua vida desenvolveu importante actividade cultural, dirigiu e colaborou em revistas, escreveu dezenas de obras na área da pedagogia e da história literária. A actual Escola Secundária Alexandre Herculano é herdeira da sua biblioteca particular.

Neste anuário é apresentado o relatório de uma atribulada excursão a Marrocos em que um dos professores acompanhantes é o médico Francisco Fernandes Lopes. Não era a primeira vez que os estudantes do liceu de Faro se deslocavam a esse país, em 1928 um grupo de estudantes já tinha embarcado também na canhoneira Limpopo com o mesmo destino (“Capas Negras”, n.º 7 de 15 de Abril de 1928). Aliás as referências a visitas de estudo dos estudantes do Liceu de Faro, ou dos liceus de outras cidades que se deslocam ao Algarve, são frequentes na imprensa regional no período em estudo.

No ano lectivo 1932/33 é criada a secção feminina (nove turmas) do Liceu de João de Deus e permitido o funcionamento de mais seis turmas (Decreto n.º 21:678, DG n.º 222, de 21 de Setembro de 1932).

A revista “Labor”, na secção Vida Oficial, publicita a publicação no DG de 11-3-933 da exoneração de José Júlio Bettencourt Rodrigues, a seu pedido, e da nomeação, no DG de 22-3-933 de Francisco Dias Agudo¹³⁹ (n.º 45 de Abril de 1933).

No relatório do reitor Francisco Dias Agudo para o ano lectivo 1932/33, considerando apenas a vida do liceu desde Março, nada é dito sobre a biblioteca. É possível perceber que existe um mau ambiente consequência de uma sindicância ao liceu, não sendo revelados os factos que determinaram tal situação.

O primeiro ano de Dias Agudo no Liceu de Faro é também, como foi acima referido, o ano da criação da secção feminina. Sobrevive na biblioteca da ESJD um livro intitulado *1933 Identificação das obras requisitadas na biblioteca do Liceu João de Deus pelas alunas da ‘secção feminina’* mas que na realidade inclui requisições quer da secção feminina quer da masculina para o ano lectivo 1932/33. Neste livro de folhas pautadas são traçadas colunas que permitem uma sistematização dos registos dos livros requisitados (cf. Anexo 23). Chegam

¹³⁹ Francisco Dias Agudo é reitor no Liceu de Faro apenas durante dois anos, vindo posteriormente a destacar-se pelo trabalho realizado como reitor no Liceu Gil Vicente de 1934 a 1946 (Ascensão, 2003, p. 472) e no Liceu Pedro Nunes de 1956 a 1967 (Gomes, 2003, p. 538). Foi professor de Matemática, autor de manuais escolares e os traços da sua personalidade, enquanto reitor do Liceu Pedro Nunes, foram descritos por Rómulo de Carvalho (Carvalho, 2010).

assim até nós a informação relativa ao “nome do livro” requisitado, o “seu autor”, o “nome do aluno” e respectiva classe, número e turma e ainda uma estreita coluna intitulada “dia” que terá servido, no nosso entender, para registar a data da requisição. A altura coluna identificada com o cabeçalho “Obs” é invariavelmente preenchida com uma rubrica. Podemos ver repetidamente, nesta coluna, a rubrica de Maria do Céu Pontes nos registos da secção feminina. Nas requisições da secção masculina temos a assinatura de Ambrósio Inácio e, curiosamente, páginas com muito pior apresentação (letra, borrões) que as da secção feminina. No topo da folha 44 é anotado o seguinte aviso “(Nota) nenhum aluno poderá levar mais do que um livro por uma só vez” testemunhando a manutenção do empréstimo domiciliário iniciado em 1929 por Alfredo Carvalho. No topo da folha 53 uma nova anotação “Livros emprestados para estudo de exame” em que se misturam nomes de alunos e de alunas.

No ano seguinte, no anuário do ano lectivo 1933/34, o reitor Francisco Dias Agudo lamenta-se por a biblioteca não poder servir os seus propósitos:

Não se devem dar aulas na biblioteca; dão-se; eliminou-se, quási, a biblioteca” e que “[...] para a biblioteca não se fizeram novas aquisições, pelo contrário, suprimiram-se transitoriamente várias revistas. Adeantou-se bastante o catálogo.

O reitor não indica o nome do director da biblioteca mas é publicada em DG a nomeação para este cargo de José Carlos de Araújo Marinho (1904-1975) que apenas dois anos depois seria afastado do ensino por razões políticas. Natural do Porto, licenciado em Filologia Românica (1925) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto tornando-se um dos discípulos predilectos de Leonardo Coimbra e considerado como o seu herdeiro espiritual, realizou o estágio pedagógico no Liceu Pedro Nunes (1930). Em 1932 já tinha terminado “Aforismos sobre o que mais importa” e dá início a uma obra que apenas publicará em 1945 sob o título “O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra”. Em 1963 integra o Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian onde permanece até à sua morte sendo o seu espólio doado à BN e em cujo guia preliminar se indica que José Marinho “marcou decisivamente o ressurgimento da especulação metafísica em Portugal nos últimos 40 anos”¹⁴⁰.

Não foram localizados os relatórios para os anos lectivos 1934/35 e 1935/36. Com início em 1936/37 e até 1945 estes são elaborados pelo reitor José Joaquim Monteiro Simões. O relatório de Monteiro Simões, respeitante ao ano lectivo 1936/37, é uma fonte inestimável de

¹⁴⁰ http://acpc.bn.pt/espolios_autores/e06_marinho_jose.html

informação sobre a biblioteca. O reitor não poupa elogios ao trabalho desenvolvido pelo professor Baltazar Cardoso Valente¹⁴¹ que conseguiu completar a catalogação do fundo documental “obra muitas vezes começada por outros sem que nunca lograsse chegar ao fim”¹⁴². Este é o único ano, à excepção do anuário de 1931/32, em que o relatório do reitor é acompanhado dos relatórios dos diferentes directores de instalações, incluindo o do director da Biblioteca. Neste documento Baltazar Valente valoriza explicitamente a importância do catálogo numa biblioteca:

Uma Biblioteca sem um catálogo é uma cara e importante Instalação, mas sem eficiência. É um matagal por desbravar, é uma coisa [sic] notável para mostrar e ver a correr, de passagem, mas cujo valor e utilidade são nulos como instrumento de consulta ou de cultura.

Baltazar Valente lamenta que os livros comprados aos herdeiros do falecido professor Teixeira Guedes constituam uma biblioteca independente dentro da mesma sala pois “em estantes afastadas encontram-se autores e obras repetidos”. Anota que o trabalho aos sábados, domingos e feriados possibilitou a organização do cadastro e dos catálogos onomástico e didascálico, ficando por realizar a elaboração do catálogo ideográfico. Quanto às requisições o seu número alcançou as 25000, um aumento brutal face às 1025 requisições apontadas no relatório de 1931/32 e valor muito superior ao atingido em qualquer dos anos posteriores. Destaca como factor relevante o reaver de muitos dos livros que ao longo dos anos tinham sido requisitados pelos alunos e pelos professores, e que uma ineficiente organização, não promovera uma capaz devolução. A sala da biblioteca conta agora com 29 estantes, 10 mesas e cerca de oitenta cadeiras (um aumento considerável face ao inventário de 1928 referido anteriormente). Encontramos, pela primeira vez, preocupação expressa com a preservação com a referência ao funcionamento de uma oficina que permitiu encadernar mais de 600 volumes¹⁴³. Nesta altura existem na biblioteca “seis mil e tal obras” (um incremento de mais

¹⁴¹ O trabalho de Baltazar Cardoso Valente não foi apenas objecto de elogio do reitor do Liceu de Faro. Dois antigos alunos indicaram o professor Baltazar Cardoso Valente como uma referência na sua vida escolar: Prof Doutor Jorge Alves Osório, que foi seu aluno no Liceu Passos Manuel na década de 50 e Jaime Nogueira Pinto (em linha ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12881.pdf e www.publico.pt/politica/noticia/as-vidas-de-altissimo-risco-dos-nogueira-pinto-1501726 respectivamente).

¹⁴² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Cx. 5, relatório 36 A, Relatório do reitor do Liceu João de Deus 1936/37.

¹⁴³ Como curiosidade anotamos que Baltazar Cardoso Valente foi autor da obra *Como se encadernam os livros*, publicada na colecção Campanha Nacional de Educação de Adultos, primeira edição de 1956.

de mil volumes, se atentarmos, como anteriormente, ao inventário de 1928). No entanto não satisfazem as “necessidades do liceu e muito menos do moderno movimento científico, literário e artístico” tendo sido possível, apesar da pequena dotação “adquirir obras de alguns autores modernos consagrados”.

No relatório do reitor são incluídas informações detalhadas sobre o pessoal não docente: Maria do Céu Pontes, servente assalariada, com 31 anos e exame do 2º grau; Ambrósio António Inácio, pessoal menor, 46 anos e exame de 2º grau. Quer no relatório do reitor, quer no do professor bibliotecário, estes dois funcionários são elogiados pela forma como desempenharam as suas funções. Ambrósio Inácio já estava na biblioteca do liceu desde pelo menos 1922, ou seja, nesta altura já teria, no mínimo, catorze anos de casa. É raro o mesmo professor desempenhar o cargo de director da biblioteca por mais de um ano mas Ambrósio Inácio e Maria do Céu Pontes permanecem no seu posto durante décadas. Lina Vedes, jovem aluna do liceu nos anos 50, em troca de mensagens por correio electrónico, deixou-nos o seu testemunho sobre essa época. Identifica D. Maria do Céu numa fotografia dos funcionários (cf. Anexo 25) e descreve, do seguinte modo, o funcionamento da biblioteca:

Quando entrei no Liceu Nacional de Faro o sr. Ambrósio ainda trabalhava. Reformou-se pouco depois. Não me lembro do sr. Ambrósio na biblioteca mas sim nesse corredor, na ala destinada aos rapazes. Requisitávamos os livros e líamos na biblioteca durante os intervalos ou quando o professor faltava. Podíamos trazer para casa. Toda a gente respeitava as regras estabelecidas e a D. M^a do Céu, muito magrinha e frágil, conseguia manter a ordem e sabia localizar qualquer um dos livros que lhe fosse solicitado. Era fazer o pedido e ela a avançar de imediato para o local...às vezes recorrendo a uma escada de madeira para alcançar os mais altos. Os livros eram requisitados através de um papel que preenchíamos indicando o nome, ano e turma. Só a D. M^a do Céu tinha acesso aos livros. Os armários estavam fechados.

As normas de funcionamento da biblioteca nos anos 50, descritas por Lina Vedes, não devia ser muito diferentes das seguidas nos anos 30 e 40.

Ao longo de duas décadas o relatório do reitor é muito sucinto nas informações respeitantes à biblioteca. Na grande maioria dos relatórios, é apenas indicado o nome do professor bibliotecário e dos respectivos auxiliares, o número de livros adquiridos e requisitados, a verba despendida e o horário de funcionamento (cf. Anexo 26). Não é avançado qualquer dado sobre aspectos técnicos de gestão da biblioteca, número total de livros do seu fundo documental, títulos das obras adquiridas ou actividades dinamizadas.

Apenas em duas ocasiões o cargo de professor bibliotecário é assumido pelo mesmo docente. No ano lectivo 1937/38, altura em que o professor Joaquim de Magalhães foi bibliotecário, o reitor, excepcionalmente, destaca o trabalho realizado sublinhando o “carinho muito especial” que este dedicou à biblioteca. Joaquim da Rocha Peixoto Magalhães (1909-1999) nas suas palavras “um algarvio natural do Porto” obteve colocação como professor agregado no Liceu de Faro no ano lectivo de 1933/34, no ano seguinte leccionou no Liceu Jaime Moniz no Funchal, para regressar ao Liceu de Faro em 1935 como professor efectivo até à sua aposentação em 1974. Desempenhou as funções de Vice-Reitor e de Reitor entre 1968 e 1974 bem como a do primeiro Presidente do Conselho Directivo no pós-25 de Abril. Ao longo da sua carreira demonstrou uma particular atenção às actividades circum-escolares: récitas, jogos florais, jornal escolar, conferências e palestras. Exerceu vários cargos em organizações culturais e de assistência social. Publicou várias obras de poesia e o seu nome ficará para sempre associado ao de António Aleixo, para quem compilou os versos para o primeiro livro. Figura de destaque na cultural algarvia, recebeu múltiplas homenagens em vida entre as quais as Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, o seu acervo documental encontra-se à guarda da Biblioteca da Universidade do Algarve (campus de Gambelas).

Não será pois de estranhar que o número de requisições no ano em que Joaquim de Magalhães e em que Baltazar Valente estiveram à frente da biblioteca, seja muito superior ao dos restantes anos. A oficina de encadernação iniciada por Baltazar Valente vai continuando a laborar, havendo disso testemunho visível em alguns dos livros existentes na biblioteca da ESJD com datas de edição anteriores a essa época.

No ano lectivo 1939/40 é professor bibliotecário António Martins Afonso (1902-1989). Licenciado em Ciências Histórico-geográficas (1927) e Direito (1929) pela Universidade de Lisboa obteve em 1930 o diploma habilitação para o magistério liceal na Escola Normal Superior. Lecciona no liceu de Faro entre 1932 e 1941, sendo seu vice-reitor no ano lectivo 1940/41. É autor de manuais escolares dos quais se destaca o compêndio *Princípios fundamentais de organização política e administração da Nação*, que teve sucessivas reedições e que acompanha durante décadas os estudantes liceais de todo o país. A 10 de Abril de 1974 António Martins Afonso, que também desempenhou as funções de reitor do Liceu de Castelo Branco (1941/42) e de inspector do ensino liceal, foi agraciado com o ordem de Mérito da Instrução Pública, grau Comendador.

No relatório respeitante ao ano lectivo 1940/41 é indicado como bibliotecário o professor Domingos Romão Pechincha que, anos mais tarde, na década de 50, é responsável pela didáctica de português no Liceu Normal de D. João III, em Coimbra, e co-autor das selectas

literárias *Alma portuguesa e Alma pátria – Pátria alma* (Penim, 2008, p. 86). A pesquisa efectuada revela, mais uma vez, que existe uma história à espera de ser feita sobre as figuras que se cruzaram com o Liceu de Faro e que, de algum modo, se destacaram no plano nacional. João Bigotte Chorão, actual presidente da Academia de Ciências de Lisboa, na sessão de abertura da conferência “A sociedade civil no plano de acção de Brasília”¹⁴⁴, recorda o seu professor:

Ouçõ ainda a do meu professor de Português, Dr. Domingos Romão Pechincha, que transmitia aos alunos o amor da língua e da literatura. Na sua voz (era também diplomado pelo Conservatório Nacional e chegou a pisar esporadicamente o palco), na sua voz os textos ganhavam outro sabor e outra música. E mestre ainda (uma das maiores referências era Leite de Vasconcelos, com quem se cartou) o Dr. Domingos Romão Pechincha que, contra o distanciamento daquela época, se aproximava dos alunos e os incitava a escrever de *motu proprio* as suas impressões de um livro, um filme, uma viagem. Comentava depois o que lera e animava a prosseguir aqueles em que presentia alguma predisposição literária.

Os relatórios, a partir do ano lectivo 1941/42, transmitem a expectativa que se vivia perante a construção de um novo edifício e o constrangimento de se continuar a trabalhar em instalações com múltiplas deficiências e com um escasso orçamento para reparações.

Hortênsio Pais de Almeida Lopes é o director da biblioteca nos anos lectivos 1941/42 e 1942/43. Natural de Arcozelo, licenciado em histórico-Filosóficas pela Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, foi director da Escola do Magistério Primário de Faro entre 1945 e 1960, após o que foi nomeado em comissão de serviço para professor do Liceu D. João III em Coimbra (Sabóia, 2012, p. 275). Na sua juventude terá sido jogador de futebol e dirigente da Associação Académica de Coimbra (Leal, 2013).

Vergílio António Ferreira (1916-1996), logo após a conclusão do seu estágio no Liceu D. João III (Coimbra), é colocado no Liceu de Faro. Permanece na capital algarvia apenas dois anos, como professor provisório nos anos lectivos 1942/43 e 1943/44, ficando à frente da biblioteca no último ano de docência no Liceu de Faro. Ao longo da sua vida, para além do seu trabalho como professor de Latim, Grego e Português no ensino secundário, destaca-se como escritor, sendo autor dos romances *Manhã Submersa* e *Aparição*, entre outros. Uma visita que realiza a Faro, em 1981, impulsiona-o a registar no seu diário as recordações do início do seu “fado pedagógico” e os seus colegas do “remoto tempo liceal” – Magalhães,

¹⁴⁴ <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/uma-digressao-sobre-a-lingua-portuguesa>

Colaço, Bandeira, Dores, tenente Rita, Figueiredo Roque, Aleixo e Cassiano (Ferreira, 1983, p. 263).

Para director da biblioteca é nomeado no ano lectivo seguinte, 1944/45, Manuel Viegas Guerreiro (1912-2000), algarvio natural de Querença, e antigo aluno do Liceu de Faro. Manuel Viegas Guerreiro, enquanto estudante em Lisboa, travou amizade com Orlando Ribeiro e conhece Leite de Vasconcellos que viria a marcar o seu percurso profissional e científico. Doutorado em Etnologia (1969) viria a ser professor catedrático na Faculdade de Letras de Lisboa, onde se tinha licenciado em Filologia Clássica em 1936.

Em Novembro de 1945 Hortênsio Lopes, na qualidade de director da Escola do Magistério Primário, e atendendo às dificuldades que a escola e os alunos tinham na aquisição dos livros necessários para complemento dos seus estudos, enviou um ofício ao reitor do liceu “no sentido de serem concedidas facilidades aos alunos desta escola na consulta de obras da Biblioteca do liceu que V. Ex^a superiormente dirige”, tendo o reitor José Simões despachado favoravelmente este pedido (Sabóia, 2012, p. 276). Já existiria portanto nesta altura a noção da importância da abertura da biblioteca à comunidade. Esta estreita colaboração poderá, eventualmente, explicar a existência de manuais escolares com cotas e carimbos do Liceu de Faro no fundo documental da Escola do Magistério Primário, que se encontra actualmente na Biblioteca da Universidade do Algarve.

No final do ano lectivo 1945/46 a morte inesperada do reitor Monteiro Simões, deixa consternada a comunidade escolar. O periódico “Ressurgimento: Jornal do Centro Escolar N.º 1 da Mocidade Portuguesa do Liceu de Faro” dedica uma edição (n.º 20 de 8 de Junho) à memória do “bom Reitor” que a 3 de Junho sucumbiu a uma *angina pectoris* [sic]. O título de primeira página é “O Amigo” e sucedem-se os artigos laudatórios em que o rigor e a bondade do reitor são realçados. Natural de Vilar Formoso, onde nasceu em 1891, o professor José Joaquim Monteiro Simões leccionava no Liceu de Faro desde 1921 e terá sido reitor do mesmo de 1934 a 1946¹⁴⁵.

Ano final na Alameda

O ano lectivo 1947/48, já com José Ascenso a ocupar o lugar de reitor, no qual permaneceu durante duas décadas, foi o último da instituição na Rua Manuel Arriaga. O novo edifício foi oficialmente inaugurado a 28 de Abril de 1948 mas a mudança terá ocorrido apenas no final do ano lectivo 1947/48 ou início de 1948/49. É também no relatório deste

¹⁴⁵ Segundo artigo publicado no jornal “O Algarve”, n.º 1993 de 9 de Junho de 1946.

último ano lectivo que encontramos, pela primeira vez, na planta manuscrita a localização da biblioteca (cf. Anexo 27). Uma sala em frente ao átrio está identificada como “biblioteca”, em consonância com as descrições da localização deste espaço nos relatórios dos anos lectivos anteriores. A localização desta sala corresponde ao espaço que estaria destinado a um anfiteatro no projecto inicial de Adães Bermudes.

As informações dos vários relatórios permitem-nos conjecturar a seguinte descrição física da biblioteca no década de 40:

Encontra-se instalada na sala principal do edifício, no rés do chão em comunicação com o átrio do Liceu. Compõe-se de 29 estantes e 10 mesas que comportam 80 leitores, suficientes para a capacidade da sala, e um balcão de madeira com rede de metal. Precisa de estantes para livros, existindo mais de 6000 volumes, mas a sala não pode comportar mais. Em estante separada encontram-se os livros aconselhados aos filiados da M.P. Todo o aluno tem direito a requisitar pelo espaço de 24 horas um livro para casa. Os alunos preenchem um pedido que entregam ao Sr. Ambrósio Inácio (desde 1927 oficial de biblioteca) ou à Menina Maria do Céu Pontes (desde 1936 a exercer estas funções) que se encarregam de ir às estantes fechadas buscar o título desejado e efectuar o seu registo no livro de requisições. Dentro da mesma sala, mas funcionando como uma biblioteca independente, encontram-se os livros do reitor Teixeira Guedes. Em 1928 foi efectuado o catálogo onomástico e didascálico e em data posterior o catálogo ideográfico. Funciona de manhã e de tarde, com o intervalo para o almoço.

A fechar este capítulo podemos afirmar que o objectivo inicial – traçar a história da biblioteca – foi reformulado pelo facto de se ter compreendido que o liceu carecia de um estudo histórico circunstanciado e solidamente fundamentado, nomeadamente no que diz respeito aos seus anos iniciais. O alargado conjunto de fontes que consultámos permitiram de forma inequívoca, a nosso ver, a construção da memória das duas instituições, liceu e biblioteca, não esquecendo os professores e funcionários que nelas intervieram. No decorrer da pesquisa efectuada percebemos que a lista de reitores do Liceu de Faro apresentada em *Liceus de Portugal* é omissa em relação a algumas das figuras destes representantes e incorrecta em determinadas datas, nomeadamente no que diz respeito ao período 1912-1946. A documentação consultada permitiu estabelecer uma cronologia mais rigorosa, elencando os vários reitores do liceu e respectivo período em que exerceram tal cargo. Foi ainda possível dar a conhecer alguns dos bibliotecários e oficiais de biblioteca. Apresentam-se reproduções de registos fotográficos de alguns dos reitores e professores bibliotecários (cf. Anexo 28).

Segue-se, a fechar este capítulo a tabela onde apresentamos a súmula do levantamento efectuado e que abarca mais de um século de existência do liceu. Referenciam-se novamente, no final deste capítulo, para uma mais fácil consulta, as fontes que sustentam a informação apresentada. A partir do ano lectivo 1936/37 todos os dados foram obtidos compulsando o respectivo relatório do reitor. Importa esclarecer que elaboração desta tabela obedeceu a dois critérios: apenas seriam indicados os nomes dos reitores efectivos, e só seriam incluídas as datas para as quais obtivemos confirmação do desempenho dos vários cargos tendo por base as fontes consultadas.

Tabela 2.1 – Bibliotecários, oficiais da biblioteca e reitores do Liceu de Faro (1849-1948).

Ano	Professor bibliotecário	Oficial de Biblioteca	Reitor
1849 a 1857			Miguel Rodrigues de Sousa Piedade ¹
1861			Abílio da Cunha ²
1863	José Gonçalves da Cruz Viva ³	Vicente Baptista Pires Jr ⁴	
1868/69	José Gonçalves da Cruz Viva ⁵	Vicente Baptista Pires Jr ⁶	Abilio da Cunha ⁷
1872		Vicente Baptista Pires Jr ⁸	
1873			Abilio da Cunha ⁹
1874/75	José Gonçalves da Cruz Viva ¹⁰	Vicente Baptista Pires Jr ¹¹	Abilio da Cunha
ca 1881	José Gonçalves da Cruz Viva ¹²	Guilherme Correa ¹³	
1883			Abílio da Cunha ¹⁴
1893			Vicente Baptista Pires ¹⁵
1898/99			Vicente Baptista Pires ¹⁶
1900			Manuel de Bívar Weinholtz ¹⁷ José Diogo Frederico Crispim ¹⁸
1904			Pedro Manuel Nogueira ¹⁹ Joaquim Rodrigues Davim ²⁰
1906			José António V. Mascarenhas ²¹ João Rodrigues Aragão ²² José António V. Mascarenhas ²³
1910			José António V. Mascarenhas ²⁴ Alexandre Franklin Soares ²⁵
1911		António Miguel Romeira Fazenda ²⁶	Luís Eloi Calado Nunes ²⁷
1912			Basílio Ribeiro Leite de Vasconcelos ²⁸
1913			João Ribeiro Baptista Caldeira ²⁹
1914			José Joaquim Ferreira ³⁰
1915/16	Carlos da Conceição Vilamariz ³¹	António Miguel Romeira Fazenda ³²	José Joaquim Ferreira ³³
1916/17	Carlos da Conceição Vilamariz ³⁴	António Miguel Romeira Fazenda ³⁵	Henrique Rodrigues de Oliveira e Sá ³⁶ Carlos da Conceição Vilamariz ³⁷
1918	José António Dentinho Júnior ³⁸		Ernesto Adolpho Teixeira Guedes ³⁹
1919			António Albino Gomes Saraiva ⁴⁰
1920			Ernesto Adolpho Teixeira Guedes ⁴¹
1924			Ernesto Adolpho Teixeira Guedes ⁴²

Ano	Professor bibliotecário	Oficial de Biblioteca	Reitor
1924/1925			Ernesto Adolpho Teixeira Guedes António Albino Gomes Saraiva ⁴³
1925/1926			António Albino Gomes Saraiva ⁴⁴ António Lopes de Oliveira ⁴⁵
1926/27	António Albino Gomes Saraiva ⁴⁶	Ambrósio António Inácio ⁴⁷	
1927/28	António Albino Gomes Saraiva ⁴⁸ Alfredo Carvalho ⁴⁹	Ambrósio António Inácio ⁵⁰	Alfredo Tenório de Figueiredo ⁵¹
1928/29			António dos Reis Silva Barbosa ⁵²
1929/30			Francisco de Brito Simões Miranda ⁵³
1930/31			Francisco de Brito Simões Miranda ⁵⁴
1931/32	Jorge Sílvio Pelico ⁵⁵ Manuel da Cruz Malpique ⁵⁶		José Júlio de Bettencourt Rodrigues ⁵⁷
1932/33			José Júlio Rodrigues ⁵⁸ Francisco Dias Agudo ⁵⁹
1933/34	José Carlos de Araújo Marinho ⁶⁰		Francisco Dias Agudo ⁶¹
1935/36			José Joaquim Monteiro Simões ⁶²
1936/37	Baltazar Valente	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1937/38	Joaquim de Magalhães	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1938/39	António Gonçalves	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1939/40	António Martins Afonso	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1940/41	Domingos Romão Pechincha	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1941/42	Hortêncio Pais de Almeida Lopes	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1942/43	Hortêncio Pais de Almeida Lopes	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1943/44	Vergílio António Ferreira	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1944/45	Manuel Viegas Guerreiro	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Joaquim Monteiro Simões
1945/46			José Joaquim Monteiro Simões
1946/47	João Rodrigues Gaspar da Costa	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Ascenso
1947/48	João Rodrigues Gaspar da Costa	Maria do Céu Pontes Ambrósio Inácio	José Ascenso

-
- ¹ Biblioteca ESJD, Livro de termos dos Exames d'Instrução Primária, termo de abertura 1 de Julho de 1849; ANTT PT/TT/MR/1ª DIR-1ª REP/2/49, Proc. 356 a 448 liv. 14, Relatório literário 1856/1857.
- ² ANTT, PT/TT/RGM/I/220651, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv. 20, fl. 235v., 1861-01-16
- ³ Decreto de 22 de Setembro de 1863.
- ⁴ ANTT PT/TT/RGM/J/194320, 1864-02-25, Registo Geral de Mercês de D. Luís I, liv. 8, fl. 200 v., *Carta. Oficial da Biblioteca do Liceu Nacional de Faro.*
- ⁵ Biblioteca da ESJD, Mapa de pessoal Liceu Nacional de Faro 1868-1869.
- ⁶ Biblioteca da ESJD, Mapa de pessoal Liceu Nacional de Faro 1868-1869.
- ⁷ Biblioteca da ESJD, Mapa de pessoal Liceu Nacional de Faro 1868-1869.
- ⁸ Biblioteca da ESJD, Livro de diplomas e alvarás, 1883-1901, fl. 25.
- ⁹ Biblioteca da ESJD, Livro de exames de alunos internos e externos, 1850-1886.
- ¹⁰ Biblioteca da ESJD, Mapa de pessoal do Liceu Nacional de Faro 1874/75.
- ¹¹ Biblioteca da ESJD, Mapa de pessoal do Liceu Nacional de Faro 1874/75.
- ¹² Biblioteca da ESJD, Mapa do pessoal do Liceu Nacional de Faro, indicando a natureza e data dos provimentos e outras circunstâncias s. d. [1882?].
- ¹³ Biblioteca da ESJD, Mapa do pessoal do Liceu Nacional de Faro, indicando a natureza e data dos provimentos e outras circunstâncias s. d. [1882?].
- ¹⁴ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados 1883-1909, termo de abertura, Julho 1883.
- ¹⁵ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl. 8, 1 Março 1893.
- ¹⁶ Anuário do Liceu de Faro 1898/99.
- ¹⁷ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl. 12, 29 Agosto 1900.
- ¹⁸ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl. 13, 23 de Julho de 1901.
- ¹⁹ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl. 25, 4 de Julho de 1904
- ²⁰ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl. 30, 4 Dezembro 1904.
- ²¹ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados 1883-1909, fl. 34 v., 22 de Março 1906.
- ²² Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl. 35, 28 de Abril de 1906.
- ²³ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados, 1883-1909, fl. 37 v., 27 de Junho de 1906.
- ²⁴ Anuário do Liceu de Faro 1910/1911.
- ²⁵ Anuário do Liceu de Faro 1910/1911.
- ²⁶ Decreto de 20 de Janeiro da Direcção Geral da Instrução Secundária Superior e Especial (provimento definitivo como guarda da biblioteca e porteiro), DG n.º 19 de 24 de Janeiro 1911.
- ²⁷ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados 1909-1924, fl. 4 v. e fl. 10 v., 11 de Janeiro de 1911 e 10 de Janeiro 1912; Anuário do Liceu de Faro 1910/1911; DG n.º 6 de 8 de Janeiro de 1912.
- ²⁸ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados 1909-1924, fl. 12 v., 4 de Novembro 1912.
- ²⁹ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados 1909-1924, fl. 16, 2 de Janeiro 1913.
- ³⁰ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados 1909-1924, fl. 23, 28 de Fevereiro de 1914.

- ³¹ DG n.º 293, II Série, de 21 de Outubro de 1915; Biblioteca da ESJD, Livro do cadastro do pessoal docente e menor 1913-1929, fl. 8; Biblioteca da ESJD, Livro de Actas do Conselho Escolar 1912-1922, fl. 69, *Acta conselho escolar de 4 de Outubro 1915*.
- ³² Biblioteca da ESJD, Livro de cadastro do pessoal docente e menor do liceu de Faro, 1913-1929, fl. 14.
- ³³ Biblioteca da ESJD, Livro de actas do Conselho Escolar 1912-1922, fl. 69 a fl. 83.
- ³⁴ Biblioteca da ESJD, Livro de actas do Conselho Escolar 1912-1922, fl. 82 v., *Acta do conselho escolar de 12 de Outubro 1916*.
- ³⁵ Biblioteca da ESJD, Livro de requisições dos livros da biblioteca 1914-1927.
- ³⁶ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse dos empregados 1909-1924, fl. 39 v., 19 Novembro de 1916.
- ³⁷ Biblioteca da ESJD, livro de termos de juramento e posse dos empregados 1909-1924, fl. 40 v., 15 de Março de 1917.
- ³⁸ Biblioteca da ESJD, Livro de actas do conselho escolar 1912-1922, fl. 106 v. – *Acta do conselho escolar de 1 de Julho de 1918*.
- ³⁹ Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse 1909-1924, fl. 44, 5 Janeiro de 1918.
- ⁴⁰ exoneração publicada no DG n.º 12, II Série, de 15 de Janeiro de 1920.
- ⁴¹ nomeação publicada no DG n.º 12, II Série, de 15 de Janeiro de 1920.
- ⁴² Biblioteca da ESJD, Livro de termos de juramento e posse 1909-1924, fl. 99 v., Março 1924.
- ⁴³ DG n.º 65, II Série, de 19 de Março de 1925.
- ⁴⁴ Jornal “Capas Negras”, Ano I, n.º 6, 15 de Março de 1926.
- ⁴⁵ DG n.º 151, II Série, de 30 de Junho de 1926.
- ⁴⁶ Despacho de 22 de Março da Direcção Geral do Ensino Secundário, DG n.º 77, II Série, de 8 de Abril 1927; Biblioteca da ESJD, Livro do cadastro do pessoal docente e menor 1913-1929, fl. 40.
- ⁴⁷ Despacho de 5 de Abril (nomeado empregado menor para o serviço das instalações de biblioteca e geografia), DG n.º 77, II Série, de 8 de Abril 1927; Livro do cadastro do pessoal docente e menor, fl. 32.
- ⁴⁸ DG n.º 272, II Série, de 3 de Dezembro de 1927, p. 4023.
- ⁴⁹ DG n.º 4, II Série, de 6 de Janeiro de 1928.
- ⁵⁰ DG n.º 33, II Série, de 10 de Fevereiro de 1928, p. 462.
- ⁵¹ Nomeado reitor por despacho de 14 de Dezembro de 1927 publicado no DG n.º 11, II Série, de 14 de Janeiro de 1928, p. 152; Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal “Inventário do mobiliário dos liceus”, Ano 1928, 23/1751, Ofício de 31 de Agosto de 1928 (livro C, n.º 89), assinatura do reitor.
- ⁵² Revista “Labor”, n.º 18, Março 1929, p. 115.
- ⁵³ Revista “Labor”, n.º 55, Maio 1934, p. 518; “Alma Académica”, n.º 8, 9 de Abril de 1932.
- ⁵⁴ Exoneração de reitor a seu pedido publicada no DG n.º 254, II Série, de 2 de Novembro de 1931, p. 3905.
- ⁵⁵ DG n.º 239, II Série, de 15 de Outubro de 1931.
- ⁵⁶ DG n.º 70, II Série, de 24 de Março de 1932; Anuário do Liceu Central de João de Deus 1931-32.
- ⁵⁷ Nomeação publicada no DG n.º 254, II Série, de 2 de Novembro de 1931, p. 3905.
- ⁵⁸ Estatutos da Associação Académica do Liceu Central João de Deus, 1932; exoneração publicada no DG n.º 58, de 11 de Março de 1933.
- ⁵⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Relatório 601 Cx. 64, Relatório do Reitor do Liceu João de Deus 1932/33; nomeação publicada no DG n.º 67, II Série, de 22 de Março de 1933.
- ⁶⁰ DG n.º 260, II Série, de 7 de Novembro de 1933.
- ⁶¹ Biblioteca da ESJD, Anuário do Liceu João de Deus 1933/34.
- ⁶² Revista “Labor” n.º 68, Dezembro de 1935, p. 219.

Parte III – Tratamento documental

3.1 Base MANES

Já anteriormente apresentámos sumariamente o projecto MANES no âmbito da descrição das bases de dados sobre manuais escolares (cf. Parte I). Iremos, pois, caracterizar sobretudo a metodologia em uso para a recolha de informação bibliográfica dos manuais escolares e sua inclusão no catálogo da base suprarreferida.

O projecto MANES é, desde 2005, um projecto de cooperação internacional. A ficha de registos actual resulta do consenso atingido em torno de aspectos distintos em cada contexto nacional como por exemplo as denominações históricas das disciplinas, os níveis de ensino ou o currículo.

Para os efeitos deste projecto o manual escolar é entendido como o livro destinado especificamente aos professores ou alunos e de emprego sistemático na escola, com vista à aprendizagem de matérias incluídas no currículo escolar.

A incorporação de dados bibliográficos de manuais existentes em bibliotecas públicas, colecções privadas, arquivos de instituições escolares, fundos de editoras, etc, localizadas em Espanha, América-latina, Portugal e Bélgica obrigou à resolução de aspectos técnicos complexos. Rodríguez (2007) apresenta uma pormenorizada descrição da evolução do trabalho de recolha e de difusão dos dados bibliográficos que conduziu à actual base de dados que na realidade consiste em quatro bases distintas estabelecidas tendo em conta a localização geográfica acima referida. O acesso à base de dados MANES pode ser efectuado optando por um de três idiomas (espanhol, português e francês) a partir do site do Centro de Investigación MANES¹⁴⁶.

O lançamento em linha, dos dados bibliográficos de manuais a incluir no catálogo, pode ser efectuado a partir de qualquer computador bastando para tal ter acesso à internet e que o interessado obtenha credenciais de colaborador junto dos responsáveis do projecto.

Previamente à criação de um novo registo deve proceder-se a uma verificação prévia da existência do livro a introduzir na base de dados, para evitar a duplicação. Considera-se que há repetição quando são coincidentes os campos autor, título, editora, ano de edição e número de edição.

¹⁴⁶ servidorman.es/manes/consulta.html

O projecto MANES publicou uma edição trilingue de um *Guia para a catalogação* (2007) destinado a orientar a tarefa de catalogação e a solucionar as eventuais dúvidas que possam surgir no processo de preenchimento das fichas.

A ficha de recolha de dados não é uma ficha bibliográfica convencional, dado que inclui uma série de campos que permitem recuperar informação em diferentes questões de interesses para o investigador especializado na história da cultura escolar. Um destes campos consigna a localização dos manuais escolares, informação que resulta de grande importância, tratando-se de livros que são frequentemente de difícil acesso, como já se referiu. É portanto necessário preencher vinte e um campos, sendo obrigatório inserir informação relativa à base de destino, ao país, à localização do livro, ao autor e participantes, ao ano de edição, ao lugar de edição e à editora. Existem campos em que se abre um desdobrável (*drop-down menu*) que obriga a seleccionar entre diferentes opções, não sendo permitido introduzir outros dados. Esses campos são: País, Idioma, Nível, Disciplina de ensino primário, Disciplina de ensino secundário e base de destino. No que diz respeito à localização do livro indica-se o nome completo da instituição em que se encontra a obra seguido do endereço URL e do registo topográfico do livro. O campo relativo ao autor e participantes exige uma análise particularmente cuidadosa das informações constantes no manual escolar. É compulsório o preenchimento do apelido e nome dos autores e dos participantes. Entende-se como “participante” qualquer pessoa física ou instituição que tenha alguma relação profissional com a redacção ou elaboração da obra, seja como director, ilustrador, tradutor, etc. Deve também ser indicado o título profissional dos autores e dos participantes (mestre, inspector, doutor, etc) no caso de aparecer expressamente mencionado na obra.

No campo “observações” pode incluir-se todo o tipo de dados referentes ao manual catalogado que se considerem de interesse para os investigadores, ou assinalar dúvidas que tenham surgido ao preencher os restantes campos. Este campo não exige a utilização de vocabulário controlado e a informação pode ser recuperada dado que o catálogo em linha permite efectuar a pesquisa de informação no campo Observações. No *Guia para a catalogação* sugere-se que os colaboradores inscrevam neste campo os seguintes dados: estado de conservação do livro; se contém ilustrações (a cor ou a preto e branco) e tipo de ilustrações; a inclusão de exercícios ou problemas a realizar pelos alunos; se foi objecto de censura eclesiástica; se foi objecto de autorização governamental: género textual (catecismo, enciclopédia, dicionário, antologia, cartilha, etc.); se o livro é dirigido exclusivamente a meninas ou meninos.

As pesquisas na base de dados são, a nosso entender, muito intuitivas, com recurso menus *drop-down* que facilitam ao utilizador a escolha das opções, nomeadamente na situação quando em presença de campos em que a base de dados emprega vocabulário controlado. É permitida a realização de buscas cruzadas, utilizando simultaneamente várias palavras chave e os operadores booleanos “e” (AND), “o” (OR), “no” (NOT) em: todos os campos, título, autor e participantes, editorial, lugar de edição, ano de edição, localização do livro e colecção. É também possível efectuar a pesquisa em todas as bases ou restringi-la por localização geográfica: Espanha, Portugal, América-latina ou Bélgica.

3.2 Manuais escolares da ESJD

Na introdução neste trabalho justificaram-se as razões pelas quais se optou por proceder ao registo de manuais do ensino secundário das disciplinas de Física, Química, Ciências naturais e Geografia editados entre 1836 e 1948. Estas disciplinas ao longo dos anos abarcaram diferentes conteúdos e, dependendo do contexto nacional, tiveram diferentes designações. De acordo com o *Guia para a catalogação* em cada uma destas disciplinas devem ser considerados manuais escolares se enquadrem ou tenham inscrito as seguintes designações:

- Física e química: Física, Química, Elementos de física e química, Astronomia, Cosmologia, Mineralogia;
- Ciências Naturais: Ciências naturais, Botânica, Zoologia, Biologia, História natural, Fisiologia, Higiene, Geologia, Ciências da terra e do meio ambiente;
- Geografia: Geografia, Geografia e História;

A cada manual podem ser atribuídas tantas disciplinas como as matérias abordadas. Por exemplo ao manual de 1932 de Augusto Soeiro e Carlos Vilamariz (antigo professor do Liceu de Faro), intitulado *Ciências da Natureza: cosmografia, iniciação geográfica e elementos de ciências naturais*, foi atribuída a disciplina de Física e Química, Geografia e Ciências Naturais. Assim o número de disciplinas é superior ao número de manuais registados na base MANES.

Em Portugal, nos programas actuais do ensino secundário, o conteúdo “mineralogia” é estudado na disciplina denominada “Biologia e Geologia”. No entanto, de acordo com as indicações do projecto MANES, os manuais existentes na biblioteca da ESJD com a indicação “mineralogia” foram identificados com o descritor “Física e química” no campo

“Disciplina do ensino secundário”. Esta opção do projecto MANES está em linha com classe “54 Química. Cristalografia. Mineralogia” da Classificação Decimal Universal (CDU).

No campo relativo à localização do livro determinou-se utilizar a designação da ESJD e indicar no registo topográfico o número de registo do livro: Escola Secundária João de Deus^c#.

Como já foi referido, o campo “Autor e participantes” exige uma cuidadosa análise da obra. No levantamento realizado encontrou-se frequentemente descrições pormenorizadas da categoria profissional do autor do manual, provavelmente com o objectivo de publicitar a qualidade do manual. Foram inseridos na base MANES treze manuais de química de Achilles Machado (1862-1942), professor na Escola Politécnica, um dos fundadores da *Sociedade Chimica Portuguesa*, que no decorrer da sua notável carreira académica publicou textos de apoio de nível universitário e manuais para o ensino secundário. Nestes manuais espelha-se a evolução da sua carreira militar e académica, desde capitão em 1903, passado por coronel, general, general graduado, até chegar a general de reserva em 1931 tal é o pormenor das descrições incluídas. Por exemplo na obra com número de registo ESJD 5608 o campo autor ficou assim preenchido:

Machado, Achilles. Autor, General graduado (Engenharia), prof. de Química na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, Membro efectivo do Conselho Médico-Legal de Lisboa, etc.

Um exemplo da referência ao ilustrador é o curso elementar de Física de Zamith (número de registo ESJD 1667) em que, para além do autor, é necessário indicar ainda um participante e o respectivo título profissional: Alves, Manuel. Ilustrador, desenhador da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto.

No caso dos manuais existentes na ESJD foram incluídas, no campo “observações”, informações relativas à encadernação pois muitos não apresentam a capa original na sequência das intervenções levadas a cabo por alunos nos anos 30 e 40, informação recorrente em vários relatórios dos reitores, no que diz respeito às actividades extra-curriculares. Atente-se que estas intervenções consistiram na remoção completa da encadernação original e sua substituição, o que hoje em dia é considerado o último recurso numa situação de restauro de um livro. Torna-se assim impossível estudar nestas obras a evolução das capas, por exemplo, no que diz respeito aos elementos decorativos alusivos às disciplinas.

Foi ainda considerado relevante assinalar neste campo, para além das sugestões incluídas no guia, as seguintes situações: dedicatórias dos autores ao Liceu de Faro, carimbos do

“Gabinete de ...” ou “Mocidade portuguesa”, programa da disciplina, listas de obras do autor ou publicadas pela editora, preço.

Existem diversos manuais destinados a serem utilizados nas escolas regimentais (ensino militar) no fundo documental da ESJD. No preenchimento da ficha bibliográfica destes manuais foi atribuído no campo “nível” a designação “ensino secundário” e no campo “observações” foi facultada a seguinte informação:

Manual das escolas regimentais (ensino militar). Atribuído nível como ensino secundário (ver Sousa, Pedro Marques de, As escolas regimentais do Exército e o esforço de alfabetização em Portugal nos séculos XIX e XX, Revista Militar n.º 2491, 2009, online em www.revistamilitar.pt).

Registe-se também a existência de um número apreciável de obras escritas em francês (36) e ainda, alguns exemplares em castelhano (9), inglês (5) e italiano (6). No caso concreto das obras francesas, por vezes, a descrição inscrita no manual colocava dúvidas sobre o nível de ensino a que se destinava, se secundário ou universitário. Os administradores da base MANES informaram que, nestes casos, o lançamento dos dados bibliográficos deveria contemplar o nível como “instrução secundária” mas, no campo “observações” haveria necessidade de completar a informação nomeadamente com a seguinte referência: Ensino Superior(?): "pour la préparation au Certificat d'études Physiques, Chimiques et Naturelles".

Como referido na primeira parte deste trabalho no século XIX foram adoptados manuais franceses em diversos liceus portugueses e o Liceu de Faro não constitui uma excepção. No levantamento efectuado na ESJD foram registados quatro manuais editados no século XIX, dois franceses e dois italianos.

Os manuais italianos têm o nome de Adolfo Teixeira Guedes manuscrito pelo que podem ter pertencido à sua biblioteca pessoal, não estando necessariamente relacionados com o ensino no Liceu de Faro.

Um dos manuais franceses é o *Manuel de Chimie* de Langlebert, editado em 1867. Os manuais de Langlebert foram adoptados em vários liceus no século XIX (Beato, 2011) e sabemos que, pelo menos no ano lectivo de 1859/1860, foi escolhido em Faro para a disciplina de História Natural. O *Traité élémentaire de physique* de Albert Ganot é também outro exemplo, de acordo com Beato (2011, pp. 519-520), em que um livro francês é adoptado por vários liceus nos anos lectivos 1859/1860, 1860/61 e 1861/62. A edição recenseada remonta a 1887, não tendo sido possível comprovar se este manual terá sido ou não seguido no Liceu de Faro. O recurso a manuais franceses de Física ainda se verificava no

início do século XX, como foi referido na primeira parte desta dissertação, apesar de a legislação prescrever a adopção de obras escritas em português. Estes dois autores são mencionados por Agostinho de Campos que, num artigo de 1901, ao criticar o ensino nos liceus refere “mas o honesto professor de física ou de química fez decorar durante anos aos seus pupilos o Langlebert e o Ganot e assim se julgou quite com a fazenda nacional pelas mesadas que dela recebe.” (1922, p. 169). Estes manuais são volumes extensos (404 e 1447 páginas respectivamente), impressos com um tipo de tamanho pequeno, escassamente ilustrados e cobrindo um vasto conjunto de conhecimentos pelo que, em nosso entender, devem ter colocado dificuldades adicionais à aprendizagem destas disciplinas pelos jovens estudantes liceais do século XIX.

Consideramos importante avaliar a relevância do núcleo de manuais existentes na biblioteca da ESJD. Sendo difícil avaliar a relevância qualitativa deste fundo documental – se constitui um acervo representativo do universo dos manuais escolares de cada disciplina, se se destaca pela existência de exemplares raros, se os manuais são exemplares relevantes na história do ensino ou dos seus autores – optou-se por efectuar uma análise essencialmente quantitativa.

Neste trabalho foram inseridos 142 manuais na base MANES. Estes manuais correspondem a um total de 152 disciplinas dado que existem 8 manuais que cobrem duas matérias e 1 que cobre três matérias. Uma pesquisa realizada na base MANES, prévia ao lançamento dos manuais da ESJD, permitiu obter o número de registos aos quais foram atribuídas as três disciplinas consideradas neste trabalho. Como se pode observar, o número de manuais da ESJD é muito superior aos da BN e do Museu João de Deus, e bastante relevante tendo em conta o número de resultados obtidos pesquisando na totalidade da base.

Tabela 3.1 – Número de registos na base Manes considerando o intervalo de 1800-1948 no campo ano de edição.

Disciplina	MANES Portugal			MANES	ESJD
	BN	Museu João Deus	total		
Física e Química	8	5	13	436	65
Ciências Naturais	5	6	11	546	44
Geografia	5	5	10	390	43

Na disciplina de Geografia o fundo documental da EJD pode ser comparado com o da BPMP e da FLUP que, como já foi referido, realizaram exposições de manuais escolares

portugueses desta disciplina. No que diz respeito à BPMP, a exposição dizia respeito ao período 1826-1947 e foram encontrados 28 manuais entre o seu acervo. A FLUP apresenta um catálogo com cerca de 160 volumes de 1830 até à actualidade, sendo que 75 manuais são anteriores a 1949. Esta numerosa colecção resulta de aquisições efectuadas em alfarrabistas, de exemplares da biblioteca da FLIP, do Fundo Geral da Biblioteca Central bem como dos manuais reunidos pelo Professor Mário Gonçalves Fernandes, mentor da exposição. Neste trabalho contabilizamos 28 registos de manuais portugueses de Geografia, portanto um número que consideramos muito relevante face aos da BPMP e da FLUP. Destacamos ainda: o *Curso geral de geografia: classe IV* de José Nicolau Botelho de 1898 (a FLUP contabiliza uma edição de 1905); o elevado número de manuais de Mário de Vasconcelos Sá (a FLUP contabiliza 12 na ESJD existem 18); o *Novo atlas português*, de João Lopes Soares (político e pedagogo, fundador do Colégio Moderno), que em nenhuma destas colecções se encontra representado apesar de ter sido de adopção exclusiva em todos os liceus.

No que diz respeito aos manuais portugueses exclusivamente de Física o seu número é relativamente reduzido. Os manuais de Física de Álvaro Machado, *Lições elementares de Física*, encontram-se representados pelos exemplares para a 4ª classe (1927 e 1930) e 5ª classe (1928) e existe um exemplar do *Curso elementar de Física* de Zamith (1937). Se acrescentarmos o manual de Ganot utilizado no século XIX contabilizam-se apenas 5 manuais portugueses de Física adoptados para o ensino liceal. Para o período em apreço Saraiva estudou 14 manuais de Física, não indicando a proveniência de cada um dos exemplares, mas assinala a dificuldade em aceder aos documentos e enumera 10 bibliotecas a que recorreu para localizar os manuais escolares (2003, p. 35).

Os manuais de Química portugueses encontram-se em maior número que os de Física, contabilizando um total de 18 exemplares, em que 13 são da autoria de Aquiles Machado, encontrando-se um deles por si autografado. Tendo Aquiles Machado leccionado na Universidade de Lisboa (UL) efectuou-se uma pesquisa das suas obras no sistema integrado das bibliotecas da UL (sib.ul). Foram obtidos 78 registos dos quais 26 manuais para o ensino liceal, a grande maioria com o nome de *Elementos de química* o que nos leva a crer que, também neste caso, a biblioteca da ESJD poderá ser detentora de um acervo de relevância nacional.

No caso das Ciências Naturais mais uma vez há a registar a existência de manuais cujos conteúdos não são unicamente desta disciplina e um elevado número de obras de origem francesa (13). No que diz respeito aos 26 manuais de autores portugueses aos quais foi

atribuída a disciplina de Ciências Naturais destacam-se, pelo número de exemplares, António Xavier Pereira Coutinho, Seomara da Costa Primo e Augusto Soeiro.

António Xavier Pereira Coutinho (1852-1939) destacou-se como professor de botânica da Escola Politécnica de Lisboa e foi, segundo Cavadas e Guimarães, um dos mais insignes autores de manuais dedicados ao ensino da botânica” com “um estilo de ensino assente nas aulas práticas que ia contra os padrões comuns na época” tendo-se jubilado em 1921 com 70 anos. Os seus manuais para o ensino secundário tiveram uma grande longevidade e foram adoptados massivamente nos liceus (Cavadas e Guimarães, 2011, p. 64). O manual mais antigo de António Xavier Coutinho, registado neste trabalho, é o *Elementos de botânica: primeira e segunda parte dos curso dos lyceus* de 1892. Os três volumes intitulados *Curso elementar de botânica* foram redigidos de acordo com o programa de 1895, tendo sido aprovado por unanimidade e a sua qualidade pedagógica e científica era de tal forma elevada que quase monopolizaram o ensino da Botânica (Cavadas, 2008, p. 291). Este manual foi adoptado no Liceu de Faro para todas as classes em 1908, tendo sido registado um exemplar na base MANES com ano de edição de 1905, e três exemplares, com o mesmo nome mas pós programa de 1919, com data de edição de 1921, 1925 e 1928.

Seomara da Costa Primo (1895-1986), a primeira autora de manuais de Ciências Naturais, foi professora efectiva no Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho acumulando com a posição de assistente da Faculdade de Ciências entre 1921 e 1942. Foi ainda a primeira mulher portuguesa a doutorar-se em Ciências e aceitou à cátedra de Botânica da Faculdade de Ciências em 1943. Seomara da Costa Primo era igualmente uma talentosa ilustradora científica, tendo leccionado a disciplina de Desenho Biológico na Faculdade de Ciências, e os seus manuais destacam-se, ao nível iconográfico, pelas aguarelas e carvões da sua autoria. Foram registados 5 manuais desta autora na base MANES, com datas de edição entre 1932 e 1937. No fundo documental da ESJD existem mais exemplares de manuais da sua lavra mas com datas de edição posteriores ao período temporal definido para este trabalho.

Augusto César Gomes Soeiro (1888-1967), licenciado em Ciências, exerceu funções em vários liceus, sendo de destacar no Porto o desempenho de cargos de direcção no Liceu Carolina Michaelis e no Liceu D. Manuel II. Foi um dos principais autores de manuais do seu tempo, escritos por si ou em colaboração com colegas, sucessivamente reeditados, com obras utilizadas durante quase cinquenta anos e abrangendo as todas as disciplinas do ensino liceal. Contabilizam-se neste estudo 6 manuais escolares de Augusto Soeiro com datas de edição entre 1930 e 1936, tendo que três deles em co-autoria com Carlos Aquino Vilamariz (que

como já foi referido também leccionou no Liceu de Faro e foi director da biblioteca no ano lectivo 1916/1917).

Os trabalhos de investigação centrados nos manuais escolares existentes no fundo documental de bibliotecas das escolas secundárias são reduzidos. No presente estudo, tal como referido na revisão bibliográfica, apenas foi apurado um trabalho com objectivos similares, o projecto eme de 1998, em que foi elaborado um inventário de todos os manuais escolares e livros didácticos auxiliares existentes na Biblioteca Pública de Braga e nas bibliotecas do Liceu Sá de Miranda (Braga) e Liceu Martins Sarmiento (Guimarães). Apesar de não ser possível estabelecer uma comparação directa, dado que as áreas disciplinares são diferentes, salienta-se em três bibliotecas foram inventariados 61 manuais portugueses de Português, História e Filosofia até 1932 e no presente trabalho foram localizados 62 manuais de Física-Química, Ciências Naturais, Geografia, no espólio da biblioteca da ESJD, para o mesmo período. A nossa impressão subjectiva e pessoal construída ao percorrer das estantes da biblioteca da ESJD é que o seu fundo documental possui um elevado número de manuais de outras áreas disciplinares, com especial relevo para a matemática, que se encontram por catalogar. Tendo em conta o exposto consideramos que será possível afirmar que a biblioteca do Liceu de Faro é detentora de um espólio de manuais escolares de relevância nacional.

3.3 Aspectos biblioteconómicos

A biblioteconomia é uma área do conhecimento que estuda a teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de bibliotecas, aspectos centrais na actividade de um profissional de documentação e informação.

Pudemos neste trabalho apurar alguns aspectos relacionados com a organização e administração da biblioteca do liceu de Faro. A preocupação com a constituição e aumento do do acervo documental da biblioteca encontra-se pontualmente documentado, destacando-se a listagem parcial das primeiras obras recebidas em 1864 do DLEC, a listagem dos títulos das obras adquiridas no ano escolar 1910/1911 e 1931/32, sendo de realçar neste último caso a especial preocupação do bibliotecário com a aquisição obras de literatura infantil. A partir do ano lectivo 1938/39 os anuários apresentam de forma sistematizada o número de obras e revistas adquiridas e oferecidas, que de um modo geral nunca ultrapassa os 200 volumes, bem como a importância gasta, nunca discriminando os títulos das obras ou o seu género literário.

No que diz respeito à administração da biblioteca um livro com termo de abertura de 1916 indica que “Este livro deve servir para nele ser feita a matricula dos livros da biblioteca do

liceu João de Deus”. Este livro encontra-se mutilado dado que as primeiras doze folhas foram retiradas, observando-se nas restantes páginas duas numerações, uma manuscrita e outra impressa com o que parece ser um carimbo. Na folha 1 (antiga folha 13) o primeiro registo tem a data de 14 de Outubro de 1933 terminando na folha 97 com um registo de 2 de maio de 1944. Na última página encontra-se ainda inscrita uma relação das revistas pagas em 1944. Neste livros são indicados a data de entrada, o nome do autor, o título da obra, o número de exemplares, os nomes dos livros sendo a última coluna destinada a observações. Apesar de no século XIX ter sido atribuído um número de registo, como podemos verificar na documentação da responsabilidade do bibliotecário Cruz Viva e do oficial Baptista Pires, neste livro da década de 30 e de 40 tal não é efectuado. Um segundo livro, com termo de abertura de Maio de 1944, tem na capa a indicação “Registo das Obras da Biblioteca do Liceu João de Deus// Maio de 1944 a Fevereiro de 1959”, atestando a manutenção do procedimento de registo dos livros recebidos. Muitos livros, nomeadamente alguns dos manuais escolares inseridos na base MANES, possuem inscritos dois números de registo, evidenciando que numa determinada época, terá sido iniciado um novo livro de registo renumerando todas as obras existentes na biblioteca.

Em 1928 no inventário do material da biblioteca são discriminados o número de volumes existentes em dezoito estantes identificados segundo uma lógica temática: Português (texto) séculos XI, XII, XIV e XV; Português (texto) Realismo e Escola Contemporânea; Português (crítica e didáctica) Camoniana, Vicentina e Camiliana; Latim; Francês (texto); Francês (crítica e didáctica); Estudos Algarvios; Ciências Naturais, Química e Matemática; Geográficas e Físicas; História Geral; História de Portugal; Filosofia, Pedagogia e Moral; Arte; Dicionários; Inglês (texto e didáctica); Revistas, Arquivos e Anuários; Literatura vária. Constatamos assim que, pelo menos nesta data, encontrava-se implementado na biblioteca um processo de classificação das monografias.

Em 1864 o primeiro fundo documental foi sujeito a um processo de catalogação em que as monografias foram sujeitas a uma cuidados descrição bibliográfica e o catálogo organizado pelo nome do autor. Existe um grande hiato entre este testemunho documental e a referência seguinte ao catálogo que surge apenas em 1928 em que Alfredo Carvalho refere que iniciou a catalogação por autores e que foi adquirido um classificador de verbetes. Uma das iniciativas que Alfredo Carvalho considerava necessário colocar em prática estava precisamente relacionada com a cadeia documental pois no seu relatório, publicado na revista “Labor”, indica que é necessário completar o catálogo onomástico (ou seja de autores), fazer o catálogo ideográfico (assuntos) e o catálogo das revistas. No anuário de 1933/34 é referido que

“adeantou-se bastante o catálogo”. No ano lectivo de 1936/37 o professor Baltazar Valente indica que o trabalho de catalogação já tinha sido tentado pelo menos três vezes mas que ainda não tinha sido concluído. No decorrer desse ano lectivo, de acordo com o relatório do professor bibliotecário, consegue-se completar o catálogo onomástico e o didascálico (catálogo organizado alfabeticamente pelos títulos dos documentos).

Como referido no quadro legislativo a obrigação legal do catálogo da biblioteca liceal recua 1860, devendo ser produzido dois exemplares, um para serviço da biblioteca e outro para ser remetido à Direção Geral de Instrução Pública. Não foi possível no âmbito deste trabalho proceder a uma pesquisa no ANTT no sentido de descobrir os catálogos remetidos à DGIP no século XIX. As condições em que se encontra o arquivo da ESJD também impedem uma pesquisa no sentido de descobrir se essa obrigação legal foi de facto cumprida. No arquivo da ESJD, segundo os apontamentos da Dra. Carla Faustino, deu entrada um ofício da DGIP, datado de 7 de Julho de 1911, em que são colocadas várias questões sobre o funcionamento da biblioteca e pedido o envio do respectivo catálogo no prazo de dois meses. Desconhecemos a resposta do reitor do liceu a este pedido. A legislação de 1917 e de 1918 volta a apontar a catalogação como uma das tarefas a realizar pelo professor bibliotecário, mas não inclui a obrigação do envio do catálogo para os serviços centrais. Na biblioteca da ESJD umas folhas soltas, não datadas, apresentam uma listagem de obras distribuídas por 10 estantes, em que é indicado o título da obra, autor, número de volumes, número da estante, número da prateleira. As folhas apresentam a identificação de “serviço de catalogação” apesar de que, do ponto de vista técnico não se poderem considerar um catálogo. Apenas a estante 6 apresenta uma identificação de “Coleção Science et religion” e depois vários subtítulos que foi possível apurar pertencerem a uma coleção editada em Paris pela Librairie Bloud entre 1897 e 1904. Nas restantes estantes, apesar de a respectiva listagem não ostentar qualquer título, mesmo numa breve análise é possível apurar que se encontrava implementado um sistema classificativo agrupando-se em diferentes estantes as obras de poesia, literatura, história ou religião. Apesar de esta listagem não se encontrar datada suspeitamos que seja o mais tardar de 1920 pois numa amostra de 20 livros o ano de edição mais recente é 1916 e a apólice de seguro do liceu, de 1918, indica como um dos bens a segurar “livros da biblioteca (dez estantes cheias)”.

Na biblioteca do Liceu de Faro, e em obediência ao quadro legislativo do século XIX, apenas era permitida a requisição de obras para utilização em sala de aula, estando registadas duas requisições com essa indicação datadas de Março de 1865 e de Junho de 1866. De 1914 a 1927 a biblioteca deve ter continuado a estar reservada aos professores, podendo estes

proceder à requisição de obras, situação que se altera em Janeiro de 1928, com a abertura da biblioteca aos alunos. O horário não é mencionado estando a biblioteca temporariamente fechada no final do 2º período por falta de funcionário. A partir do 3º período passa a abrir das 15h30 às 17h30. Em 1931/32 é autorizada a saída dos livros da biblioteca por prazos não superiores a três dias mas possivelmente cada aluno apenas poderia requisitar um livro de cada vez como se encontra anotado no livro de requisições para o ano lectivo 1932/33. Neste ano não é indicado o horário de funcionamento mas salienta-se que se iniciou a abertura da biblioteca à noite. No ano lectivo de 1933/34 o reitor informa da necessidade de dar aulas na biblioteca o que tem como consequência “eliminou-se quási a biblioteca”. No anuário do ano lectivo 1937/38 surge a segunda referência ao horário de funcionamento da biblioteca: das 8h30 às 16h00 com o intervalo para o almoço e a requisição limitada a um livro pelo espaço de 24 horas. Nos anos seguintes, até 1948, o horário mantém-se sensivelmente o mesmo, encontrando-se em alguns anos fechada à hora do almoço.

Em 1931/32 inicia-se o empréstimo domiciliário e são requisitadas 1025 obras. A partir do ano lectivo 1936/37 os relatórios dos reitores apresentam como indicador do funcionamento da biblioteca o número de livros requisitados. Os dois primeiros anos apresentam um número invulgarmente alto de requisições, 25000 e 27000 respectivamente o que poderá estar de algum modo relacionado com os próprios professores bibliotecários, Baltazar Valente e Joaquim Magalhães, que o reitor elogia pelo desempenho das suas funções. Nos anos seguintes o empréstimo domiciliário diminui oscilando entre os 6000 e os 15000 volumes requisitados.

A biblioteca da ESJD iniciou a informatização do seu catálogo nos anos 90 recorrendo ao programa de gestão documental DOCbase, privilegiando num primeiro momento os livros da biblioteca do reitor Teixeira Guedes. Do trabalho realizado resultou um catálogo que foi impresso e que pode ser consultado quer na biblioteca da ESJD quer na Biblioteca Municipal de Faro. Neste momento a gestão bibliográfica é efectuada recorrendo ao PORBASE 5. O PORBASE 5 usa como sistema de gestão de base de dados bibliográficos a versão mais recente para o Microsoft Windows do CDS/ISIS, programa desenvolvido pela UNESCO, sendo a Biblioteca Nacional a entidade distribuidora autorizada para Portugal. Utilizando o PACWIN, módulo de pesquisa do sistema PORBASE 5, foi possível perceber que existem grandes lapsos nas obras com número de registo inferior a 10000, ou seja, as obras mais antigas têm número de registo atribuído manualmente mas não se encontram inseridas no catálogo informatizado. A biblioteca do reitor Teixeira Guedes encontra-se totalmente inserida no catálogo informatizado e, apesar da mudança de instalações, rigorosamente

organizada dado que os livros se encontram dispostos segundo cotas topográficas, esquema de arrumação utilizado durante décadas na biblioteca e que ainda se encontra implementado nos documentos em acesso reservado (na zona em acesso livre utiliza-se a CDU para localização das obras). As prateleiras são identificadas por letras, de A a H, e à primeira estante na antiga sala do núcleo Teixeira Guedes foi atribuído o número 23. Um livro com a cota 23/B/40 estaria na estante 23, segunda prateleira e terá o número de seguimento 40. Apesar de as actuais estantes e respectivas prateleiras não corresponderem fisicamente às antigas, foram mantidas as antigas cotas e adoptada esta ordem de arrumação seguindo uma lógica sequencial ininterrupta. A atribuição de cotas topográficas foi decalcada do sistema utilizado quando o fundo documental se encontrava todo num regime de acesso condicionado e são estas as cotas que se encontram nos verbetes no antigo catálogo manual. Tendo em conta que neste momento a ordem de arrumação das monografias nas estantes em acesso condicionado não respeita a informação designada na cota e que é apresentada nos verbetes em papel, na prática desconhece-se quantos e quais os livros e onde se localizam na maioria das estantes de acesso condicionado.

Foi possível apurar através do PACWIN que cerca de 60% dos manuais inventariados neste trabalho não se encontram registados no catálogo digital da biblioteca da ESJD. Na impossibilidade de, no prazo estabelecido para a realização deste trabalho, proceder ao tratamento técnico deste grande número de monografias efectuou-se, atendendo às diretivas constantes na *Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)*, a catalogação de onze manuais (cf. Anexo 31). A ISBD especifica os requisitos para a descrição e identificação de recursos que costumam constituir as coleções das bibliotecas. Esta norma determina os elementos de dados que devem ser registados ou transcritos numa determinada sequência como base para a descrição do recurso que se está a catalogar. Os manuais foram seleccionados para a catalogação atendendo a critérios de relevância no conjunto em apreço e ao desafio que a sua catalogação colocava face aos casos estudados no âmbito da disciplina *Tratamento Documental* da componente curricular deste mestrado.

Existem portanto, na biblioteca, um conjunto de documentação de várias épocas atestando a adopção de procedimentos técnicos para a organização e administração da biblioteca. São ainda aqui conservados dois armários contendo os verbetes que constituem o catálogo onomástico, didascálico e ideográfico, presumivelmente iniciados em 1928, e que constituem o testemunho dos procedimento de catalogação antes do advento e popularização da informática na biblioteconomia.

Conclusão

O estudo que se apresenta sobre a biblioteca do Liceu de Faro ultrapassa em muito o projecto inicial. As dúvidas surgidas na leitura da escassa bibliografia sobre a história do liceu conduziram à reformulação dos objectivos, sem nunca abandonar a linha de investigação principal centrada nos manuais escolares existentes no fundo documental da biblioteca da actual ESJD e a sua divulgação através do projecto MANES.

Deparamos com uma produção legislativa abundante, um dédalo de portarias e decretos sobre os liceus, os programas e os manuais escolares, que vários autores citam ao longo dos seus trabalhos mas que poucos apresentam de forma estruturada (uma excepção constitui a listagem de legislação apresentada por Cavadas na sua dissertação de doutoramento, ordenada por tipo de acto legislativo). A lista elaborada pela SGME relativa à adopção de manuais escolares cedo se revelou incompleta. Procedeu-se assim a uma laboriosa compilação da legislação relativa às listas de manuais escolares aprovados que se apresenta estruturada por ordem cronológica, a qual consideramos ser bastante exhaustiva até aos anos 20. Foram registados 142 manuais na base MANES constituindo, para o período em apreço, uma relevante adição aos existentes neste catálogo para as disciplinas de Física-Química, Ciências Naturais e Geografia. A comparação com os levantamentos de manuais escolares efectuados até ao momento permite, na nossa opinião, afirmar que a biblioteca da Escola Secundária João de Deus é detentora de um espólio de manuais escolares de relevância nacional.

Em 1996 do relatório “Lançar a rede das bibliotecas escolares” traçou um panorama das bibliotecas desde o 1º ciclo ao secundário (Veiga, 1997). Este relatório diagnosticava o presente e propunha linhas orientadoras para o futuro que se vieram a concretizar na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE). O passado da biblioteca escolar, nomeadamente no ensino secundário, foi objecto de reduzida atenção, sendo valorizado o diagnóstico da situação das bibliotecas no final da década de 90, num quase, na nossa opinião, branqueamento do passado e da influência que a partir dos finais dos anos 20 e ao longo de décadas, as bibliotecas liceais tiveram na promoção da cultura dentro e fora da instituição escolar. A RBE, no final do século XX, veio trazer para o primeiro plano da cena educativa a biblioteca escolar, mas esta, como se mostrou neste trabalho, esteve presente na mente do legislador como elemento fundamental do processo educativo desde a fundação dos liceus em 1836.

Apesar dos vários condicionamentos espaço-institucionais a pesquisa realizada permitiu descobrir um conjunto de documentos que permitem caracterizar a origem e estabelecimento do Liceu de Faro no século XIX, de uma forma que consideramos mais rigorosa do que a dos

trabalhos existentes até ao momento, contribuindo para enriquecer o conhecimento do percurso da instituição em apreço no período em que esteve instalada, quer no seminário, quer no edifício no topo do Passeio Vasco da Gama, e descrever pela primeira vez a história da sua biblioteca, nomeadamente no que diz respeito às suas instalações, ao seu fundo documental, aos seus professores bibliotecários e auxiliares. Foi ainda possível estabelecer a data e as condições de aquisição da biblioteca do reitor Ernesto Adolfo Teixeira Guedes.

A construção da história do liceu e da sua biblioteca foi realizada recorrendo a fontes primárias existentes na biblioteca da ESJD, no ANTT, no Arquivo Histórico do Ministério da Educação e no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Faro. Os artigos publicados nos periódicos académicos e regionais e na “Labor”, publicação feita por e dirigida aos professores liceais, revelaram um liceu e uma biblioteca inseridos na sociedade farenses e algarvia, professores com as suas fraquezas e os seus extraordinários desempenhos, muito para além do que transparece no texto formal das nomeações e exonerações em publicadas em Diário do Governo. As preciosas memórias escritas do professor Guerreiro Murta permitiram ir um pouco mais além no conhecimento dos seus professores aquando jovem e dos problemas no liceu no ano lectivo 1926/27.

A história do liceu que aqui se apresenta parte da necessidade de estudar a história da biblioteca. Muitos outros caminhos de investigação poderiam ter sido seguidos: a celebração do 1º de Dezembro, as homenagens ao patrono, a Associação Académica, a tuna do liceu, as viagens de estudo, a recepção às tunas liceais e aos grupos de alunos liceais portugueses e estrangeiros e universitários, o posto meteorológico ou o laboratório de Física e de Química. Todos estes vestígios da vida do liceu foram surgindo nos documentos consultados e permitiriam a construção de outras “histórias” do Liceu de Faro. Esta é portanto uma versão da história do Liceu de Faro que pode ainda vir a ser enriquecida com a exploração e estudo do arquivo da ESJD.

Um outro aspecto que limita e coarta, de forma consciente, o nosso trabalho é o facto de a revisão bibliográfica sobre manuais escolares se centrar na produção científica europeia e latino-americana, em grande parte influenciada pelo trabalho de Alain Choppin. Gostaríamos de ter tido a possibilidade de recensear a produção científica anglo-saxónica que não é seguramente inexistente. Apenas como apontamento, sobre esta temática, podemos referir a publicação em 1904 da já citada monografia de Clifton Johnson e também nos anos 60 a edição da obra de Nietz *Old textbooks (...) from colonial days to 1900* e a *History of American Schoolbooks* de Charles Carpenter (1963), ou mais recentemente os artigos de Gerry Bohning (1986) e de David E. Vocke (1991) sobre o manual escolar *McGuffey Reader*.

No estudo efectuado contactámos com antigos alunos que frequentaram o Liceu de Faro antes de 1948. A sua extrema juventude nessa época e o passar dos anos não permitiu preservar recordações da biblioteca mas são muitas, certamente, as memórias do Liceu e de Faro, no final dos anos 40 e início dos anos 50, que urge registar.

Os registos fotográficos a que tivemos acesso foram em número muito reduzido. O espólio da afamada casa fotográfica Samorrinha, doada em 1981 ao Arquivo Nacional de Fotografia, sofreu várias mudanças de entidade custodial, encontrando-se agora na Torre do Tombo, mas ainda a aguardar tratamento. Esta documentação, que inclui milhares de documentos fotográficos ilustrando a vida rural e social algarvia encontra-se pois fora do alcance dos investigadores, apesar de constituir um património iconográfico único para a história do Algarve que seria de todo o interesse tratar e tornar acessível.

A criação de um grupo de trabalho com objectivos análogos ao do Núcleo Museológico da Escola Secundária Gil Vicente (Lisboa), que desenvolve um projecto de valorização científica e cultural do património museológico e arquivístico, permitiria a conservação e divulgação do arquivo do Liceu de Faro onde se encontra parte da memória da região algarvia.

A valorização do acervo antigo das bibliotecas liceais, e em particular a sua total inclusão no catálogo informatizado, deveria constituir-se como um dos objectivos no âmbito da Rede de Bibliotecas Escolares. A catalogação, o estudo bibliológico e biblio económico da biblioteca da ESJD e em particular da biblioteca do reitor Teixeira Guedes constituem-se assim como sugestões para futuras investigações na área das ciências documentais.

Fontes e documentação de arquivo

Biblioteca da Escola Secundária de João de Deus

Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, s.d.

Anuário do Liceu João de Deus 1933/34

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1937/38

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1940/41

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1941/42

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1942/43

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1943/44

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1944/45

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1946/47

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1947/48

Liceu Nacional de Faro: relatório geral das actividades: ano lectivo de 1948/49

Indice chronologico das Portarias, [e officios] do Ministério do Reino, ou Conselho Superior de Instrução Publica (menos as que respeitão ao provimento das Cadeiras d'Instrucção primaria) dirigidos à Reitoria do Lÿceo N^{al} de Faro, ou à Comissão de Estudos, ou ambas as Repartições; seo Objecto, e resultado desde 15 de Abril de 1846 (1846-1860)

Registo de officios dirigido da Comissão dos Estabelecimentos dos estudos do Districto de Faro, 5 de Fevereiro de 1846 – 1860

Livro de exames de alunos internos e externos, 1850-1886

Livro de termos dos Exames d'Instrucção Primária, termo de abertura 1 de Julho de 1849, 1850-1856 e 1873-1896

Catálogo N^o 1, Julho de 1864

Biblioteca: livros notas, Abril de 1864

Mapa de pessoal Liceu Nacional de Faro 1868-1869

Mapa do pessoal do Liceu Nacional de Faro 1874-1875

Relação nominal dos empregos e diplomas dos empregados do Lyceu Nacional de Faro s. d. [1881?]

Mapa do pessoal do Liceu Nacional de Faro, indicando a natureza e data dos provimentos e outras circunstâncias s. d. [1882?]

Livro de registo de diplomas e alvarás dos empregados do Lyceu Nacional de Faro, Outubro de 1883 – 1901

Livro de termos de juramento e posse 1883-1909

Livro de termos de juramento e posse 1909-1924

Livro de cadastro de pessoal docente e menor, 1913-1929

Livro de actas do conselho escolar, Setembro de 1912 – Novembro de 1922

Livro de requisições dos livros da biblioteca, 14 de Março de 1914 -1927

Apólice de seguros, 1918

Exposição do professor Alves de Moura ao Conselho Escolar, 19 de Maio de 1927

Ofício, L.º 8, N.º 42, de 7 de Julho de 1930, expedido pelo Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho.

Ofício, nº 660, de 18 de Junho de 1930, expedido pelo Liceu de Rodrigues de Freitas.

Identificação das obras requisitadas na biblioteca do Liceu João de Deus pelas alunas da 'secção feminina', 1932-1933

Livro de Matrícula dos Livros da Biblioteca, 1933-1944

Livro de Registo das Obras da Biblioteca do Liceu João de Deus, 1944-1959

Arquivo Histórico Municipal de Faro

Fundo Documental: Câmara Municipal de Faro

Secção B/órgãos do Município; subsecção B/A Câmara Municipal; série B/A.1 Actas das sessões, 1863-1960, N.º 40, 1900-1905

Secção B/órgãos do Município; subsecção B/A Câmara Municipal; série B/A.1 Actas das sessões, 1863-1960, N.º 41, 1905-1910

Secção B/órgãos do Município; subsecção B/A Câmara Municipal; série B/A.1 Actas das sessões, 1863-1960, N.º 42, 1910-1912

Secção C/Serviços Administrativos, subsecção C/A Expedientes: Série C/A.5, Correspondência expedida (copiadores), 1834-1969, N.º 36, 1909-1910

Arquivo Nacional Torre do Tombo

PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/16/9 (Ministério do Reino, mç. 3833), mapas de instrução secundária para ano de 1845 em Faro

PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/2/49, Proc. 356 a 448, liv. 14 (Ministério do Reino, mç. 3577), relatório literário do Comissário dos estudos no districto de Faro para o ano lectivo 1856/57

PT/TT/MR/DGIP-2ªREP1869/7/2 (Ministério do Reino, mç. 3848): relatório do Comissário dos estudos no districto de Faro para os ano lectivo 1858/59; relatório de 30 de Setembro de 1860 do Conselheiro do Distrito; mapa estatístico para o ano lectivo 1859-1860

PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/13/9 (Ministério do Reino, mç. 3865): ofício do Comissário de estudos do districto de Faro datada de 6 de Outubro de 1848; ofício de 3 de Julho de 1849 ao Secretario Geral do Conselho Superior de Instrução Pública; ofício de 3 de Julho de 1849 dirigido a sua Majestade comunicando a instalação do liceu no edifício do seminário; ofício de 8 de Julho de 1850 ao Secretario Geral do Conselho Superior de Instrução Pública; cópia do auto de instalação definitiva do liceu Nacional de Faro, 1851;

PT/TT/MR/1ª DIR-1ªREP/2/49, (Ministério do Reino, mç. 3577), Proc. 356 a 448, liv. 14, Relatório literário 1856/1857.

PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/2/10, ui 10, Correspondência recebida: proc. 381-500, liv. 3, 1845/1845 (Ministério do Reino, mç. 3539), relatórios respeitantes aos anos lectivos 1845-46, 1847-48, 1848-49 e 1849-1850

PT/TT/MR/DGIP-3ªREP1901/01 (Ministério do Reino, mç. 4066), *Ofício de Adães Bermudes ao Director Geral da Instrução Pública, registo de entrada Livro 62, n.º 325 a 23/11/1904.*

Ministério da Instrução Pública, Cx. 1, Proc. 7, correspondência Liceu de Faro, Outubro 1908

Ministério da Instrução pública, Cx. 13, Proc. 20, correspondência Liceu de Faro, Outubro 1908

Ministério da instrução Pública, Cx. 98, Proc. 8, ofício de 18 de Novembro de 1907

Ministério da Instrução Pública, Cx. 100, Proc. 9, ofício de 19 de Maio de 1909 e ofício de 5 de Julho de 1909

Ministério da Instrução Pública, Cx. 100, Proc. 9, plantas do projecto de liceu da autoria de Adães Bermudes

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Anuario do Lyceu Nacional de Faro, Anno lectivo de 1898 a1899

Anuario Lyceu Nacional de Faro, Anno lectivo de 1900 a 1901

Anuário do Liceu Nacional de Faro referente ao ano lectivo 1910-1911

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Anuário do Liceu de Faro referente ao ano lectivo 1931-1932

Biblioteca Nacional. Arquivo Histórico

BN/AC/INC/DLEC/30/Cx. 08-02

Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência. Arquivo Histórico do Ministério da Educação

Arquivo Técnico das Construções Escolares, Cx. 273 (Liceu João de Deus. Obras Conservação), Liceu Nacional de Faro

Arquivo Técnico das Construções Escolares, Cx. 273 (Liceu João de Deus. Obras Conservação), Liceu Nacional de Faro, ofício de 29 de Julho de 1927 (livro C, nº47)

Direcção-Geral do Ensino liceal “Inventário do mobiliário dos liceus”, Ano 1928, 23/1751, Ofício de 31 de Agosto de 1928 (livro C, n.º 89)

Caixa 5, relatório 36 A, Relatório do reitor do Liceu João de Deus 1936/37

Caixa 9, relatório 60, Relatório do reitor do Liceu João de Deus 1938/39

Caixa 10, relatório 66, Relatório do reitor do Liceu João de Deus 1939/40

Caixa 64, relatório 601, Relatório do reitor do Liceu João de Deus 1932/33

Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência. Centro de Documentação

NÓVOA, António (coord.) et al. – Instituto Histórico da Educação: Anexo I a Anexo V. Lisboa: Ministério da Educação, 1997. Vol. 2. Policopiado.

Grupo de Trabalho do Instituto Histórico da Educação. Gabinete do Ministro. Dossier 23/97: Escola Secundária João de Deus.

Periódicos

Arquivo Distrital de Faro

Capas Negras: Quinzenário Académico, N.º 1 a 6, 1 de Dezembro de 1925 a 15 de Março de 1926

Capas Negras: Quinzenário Académico, N.º 1 a 12 (2ª série), 15 de Janeiro de 1928 a 1 de Setembro de 1928

Biblioteca da Escola Secundária João de Deus

Alma Académica, número único, 8 de Março de 1822

O Correio do Sul, 15 de Fevereiro de 1920 a 29 de Janeiro 1928

Ressurgimento: Jornal do Centro Escolar N.º 1 da M. P. Do Liceu João de Deus – Faro, N.º 20, 8 de Junho 1946.

O Instituto: jornal científico e literário, 1852-1981

Labor, Janeiro 1934 – Junho 1940

Biblioteca Municipal de Faro/António Ramos Rosa

O Algarve, 1908-1960

Biblioteca Municipal de Santarém

Correio da Extremadura nº 1762, 7 de Fevereiro de 1925

Biblioteca da Universidade do Algarve/Hemeroteca Mário Lyster Franco

Moca, Ano V, nº 259, 4 de Setembro de 1927

O Heraldo, 1909-1912

Biblioteca Nacional

Alma Académica: quinzenário literário e noticioso, Ano I

Labor, Janeiro 1926 – Dezembro 1933

Hemeroteca Digital de Lisboa

O Algarve, n.º 1 (29 Mar. 1908), n.º 1290 (25 Dez. 1932)

Alma Nova, III Série, Abril 1922 a Dezembro 1925

Bibliografia

ADÃO, Áurea – **A criação e a instalação dos primeiros liceus portugueses: organização administrativa e pedagógica (1836-1860)**. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciências, 1982.

AMADOR, Maria Emília Diogo de Andrade Beirão – **O Ensino Experimental da Física nos liceus até ao segundo quartel do século XX**. Coimbra: [s.n.], 2007. Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino de Física e de Química.

Disponível em

WWW:< <http://hdl.handle.net/10316/7428>>

AMARAL, A. E. Maia do – **Relação que faz um bibliotecário de uma lição de alegre cabulice, em torno do fundo de Livro Antigo da biblioteca do Liceu José Falcão**. Coimbra: [s.n.], 2006. Comunicação nas Comemorações dos 170 anos do Liceu de Coimbra.

Disponível em

WWW:< <http://hdl.handle.net/10316/13393>>

AMARAL, Patrícia – **Uma prospeção no Núcleo Teixeira Guedes: a compaixão pelos livros**. Faro: [s.n.], 2002. Monografia apresentada à Universidade do Algarve para cumprimento dos requisitos necessários à conclusão da disciplina de Seminário do curso de licenciatura em Estudos Portugueses (ramo de formação científica).

ASCENSÃO, Alberto – Liceu Gil Vicente. In NÓVOA, António ; SANTA-CLARA, Ana Teresa (eds.) – **Liceus de Portugal**. Porto: ASA, 2003. ISBN 972-41-3173-4. p. 462 – 483.

Associação Académica do Liceu Central de João de Deus – **Estatutos da Associação Académica do Liceu Central de João de Deus**. Faro: Tipografia Cácima, 1932.

AUBIN, Paul ; CHOPPIN, Alain – Le Fonti storiche in rete : i manuali scolastici. In BANDINI, Gianfranco, BIANCHINI, Paolo (a cura di) – **Fare storia in Rete. Fonti e modelli di scrittura digitale per la storia dell'educazione, la storia moderna e la storia contemporanea**. Firenze : Carocci, 2007. ISBN , p. 53-76.

Versão francesa – Des ressources historiques sur le net : les manuels scolaires. [Em linha]. Paris: INRP.

Disponível em

WWW:<URL:http://www.inrp.fr/she/fichiers_rtf_pdf/choppin_ressources_manuels_sur_le_net.rtf>.

BARATA, Paulo J. S. – **Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. ISBN 978-97-256-5368-5.

BARREIRAS, Maria Elisa – Liceu João de Deus. In NÓVOA, António ; SANTA-, Ana Teresa (ed.) – **Liceus de Portugal**. Porto: ASA, 2003. ISBN 972-41-3173-4. p. 280 – 297.

BARROSO, João – **Os liceus: organização pedagógica e administração (1836-1960)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. ISBN 972-31-0665-5.

BEATO, Carlos Alberto da Silva – **Os liceus e as ciências (1836-1860): um estudo sobre o processo de criação das disciplinas de ciências físicas e naturais nos liceus portugueses**. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Educação (História da Educação).

Disponível em

WWW:< <http://hdl.handle.net/10451/5486>>

BENITO, José Luís Vilalaín – El proyecto MANES: una aproximación sistemática al estudio de los manuales escolares de los siglos XIX y XX. **Educacion y Pedagogia**. ISSN 0121-7593. Vol. 13, n.º 29-30, (2001) p. 85-91.

Disponível em

WWW:<<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/view/7508/6911>>

BOHNING, Gerry – The McGuffey Eclectic Readers 1836-1986. **The Reading Teacher**. ISSN 1936-2714. Vol. 40, n.º 3 (1986), p. 263-269.

CABRITA, Padre José – **História breve do Seminário episcopal de Faro**. Faro: Edição do Seminário, 1985.

CAMPOS, Agostinho de – **Educação e ensino**. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1922.

CARPENTER, Charles – History of American Schoolbooks. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1963.

CARVALHO, Frederico (coord.) – **Rómulo de Carvalho: memórias**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. ISBN 978-972-31-1362-4.

CARVALHO, Rómulo de – **História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. ISBN 972-31-0173-4.

CARVALHO, Rómulo de – Ensino liceal. In SERRÃO, Joel (dir.) – **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. Vol. 2, p. 391-392.

CAVADAS, Bento Filipe Barreiras Pinto – **A evolução dos manuais escolares de Ciências Naturais do ensino secundário em Portugal 1836-2005**. Salamanca: [s.n.], 2008. Dissertação apresentada à Universidade de Salamanca para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação.

CAVADAS, Bento ; GUIMARÃES, Fernando – Os manuais liceais de ciências da 1.ª república. In DUARTE, José (org.) – **Manuais Escolares : mudanças nos discursos e nas práticas**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011. ISBN: 978-989-8512-03-1.

CAVADAS, Bento ; GUIMARÃES, Fernando – As ilustrações dos manuais de botânica de Seomara da Costa Primo. In COLÓQUIO OS MANUAIS ESCOLARES E A DINÂMICA DA APRENDIZAGEM, Lisboa, Portugal, 2009 – **Os manuais escolares e a dinâmica da aprendizagem**. [s.l.] : [s.n.], 2009.

Disponível em

WWW:<<http://hdl.handle.net/1822/10322>>

CHAVES, Isabel Maria Barreiras de Castro – **Trabalhos práticos liceais em perspectiva histórica: o caso dos trabalhos de electricidade e magnetismo**. Aveiro: [s.n.], 2008. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino de Física.

Disponível em

WWW:< <http://hdl.handle.net/10773/2601>>

CHOPPIN, Alain – L’histoire des manuels scolaires. Une approche globale. **Histoire de l’éducation**. ISSN 0221-6280. n.º 9 (1980), p. 1- 25.

Disponível em

WWW:<URL:http://ife.ens-lyon.fr/publications/edition-electronique/histoire-education/INRP_RH009_1.pdf>

CHOPPIN, Alain – The Emmanuelle textbook Project. **Journal of Curriculum Studies**. ISSN 0022-0272. Vol. 24, n.º 4 (1992), p. 345-356.

CHOPPIN, Alain – Le manuel scolaire, une fausse évidence historique. **Histoire de l’éducation**. ISSN 0221-6280. n.º 117 (2008), p. 7-56.

Disponível em

WWW:<URL:<http://histoireeducation.revues.org/565>>

CLAUDINO, Sérgio – Ora agora censuras tu, ora agora não presto eu: reflexões em torno da selecção dos manuais escolares. **Inforggeo**. ISSN 0872-6825. n.º 12 e 13 (1999), p. 585-593.

Disponível em

WWW:<http://www.apgeo.pt/files/section44/1258915042_INFORGEO_12_13_P585a593.pdf>

CLAUDINO, Sérgio – Portugal através dos manuais escolares de Geografia. Século XIX. As imagens intencionais. Lisboa: [s.n.], 2002. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana.

CLAUDINO, Sérgio – Os compêndios escolares de geografia no Estado Novo: mitos e realidades. **Finisterra: revista portuguesa de geografia**. ISSN 0430-5027. Vol. XL, n.º79 (2005), p. 195-208.

Disponível em

WWW:<URL:http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2005-79/79_15.pdf>

CORREIA, Luís Antunes Grosso (2002). **Récita do liceu : Rodrigues de Freitas/ D. Manuel II : 1932-1973**. Porto: [s.n.], 2002. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História.

CORREIA, Luís Grosso – Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II. In NÓVOA, António, SANTA-CLARA ; Ana Teresa (eds.) – **Liceus de Portugal**. Porto: ASA, 2003. ISBN 972-41-3173-4. p. 658 – 685.

DIAS, Maria de Fátima Semedo – **Bibliotecas escolares: história e actualidade**. Porto: [s.n.], 2007. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Disponível em

WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10216/23366>>

DINIZ, Aires ; MARTINS, Luísa ; BONITO, Jorge – José Júlio de Bettencourt Rodrigues – um hombre de arte y ciência en Portugal y Brasil. **Congresso Iberoamericano de Educación “Metas 2021”**. Buenos Aires: [s. n.] , 2010.

Disponível em

http://www.adeepa.org.ar/congresos/Congreso%20IBEROAMERICANO/DOCENTES/RLE2460_Diniz.pdf>

DIONÍSIO, Eduarda – **Liceu Gil Vicente – um arranque invulgar: quando e onde**. Lisboa: Escola Secundária Gil Vicente – Núcleo Museológico, 2006.

FARIA, Maria Isabel ; PERICÃO, Maria da Graça – **Novo dicionário do livro: da escrita ao multimédia**. Lisboa: Círculo dos leitores, 1999. ISBN 972-42-1985-2

FERNANDES, Mário Gonçalves – **Manuais escolares de Geografia (1830-2008): catálogo**. 3ª ed. Porto: FLUP, 2008.

Disponível em

WWW:<URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4928.pdf>>.

FERNANDES, Rogério – Ensaio de modernização do ensino liceal e investigação pedagógica no limiar do século XX. In FELGUEIRAS, Margarida Louro ; MENEZES, Maria Cristina (org) – **Rogério Fernandes: Questionar a Sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação**. Porto: Afrontamento, 2004, ISBN 972-36-0711-5. p. 695-710.

FERRÃO, António – **Os arquivos e as bibliotecas em Portugal**. Coimbra: [s.n.], 1920.

FERREIRA, Virgílio – **Conta-corrente III: 1980-1981**. Lisboa: Bertrand Editora, 1983.

FERRER, Alejandro Tiana – La investigación histórica sobre los manuales escolares en España: el Proyecto MANES. **Clio & Associados: la historia enseñada**. ISSN 0328-820X. nº4 (1999), p. 101-109.

Disponível em

WWW:<URL: <http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8180/publicaciones/handle/1/2456>>

FIGUEIRA, Manuel Henriques – **O Liceu de Setúbal: das origens à Escola Secundária de Bocages (1857-1999)**. Setúbal: Escola Secundária de Bocage, 1999. ISBN 972-98096-0-7.

FRANCO, Mário Lyster – **Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios**. Faro: Câmara Municipal, 1982.

GODINHO, Helder ; FERREIRA, Serafim – Vergílio Ferreira: fotobiografia. Lisboa: Bertrand, 1993. ISBN 972-25-0728-1.

GOMES, Fernanda Maria Veiga – Liceu Pedro Nunes. In NÓVOA, António ; SANTA-CLARA, Ana Teresa (eds.) – **Liceus de Portugal**. Porto: ASA, 2003. ISBN 972-41-3173-4. p. 534 – 557.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa: Enciclopédia, [196?]. Vol. VIII.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa: Enciclopédia, [196?]. Vol. XII.

GRAINHA, Manuel Borges – Os livros escolares. Lisboa: Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1904 citado por MATOS, Sérgio Campos – **História, Mitologia, imaginário nacional: a história no curso dos liceus (1895-1939)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24-0786-4.

JOHNSON, Clifton – **Old-time schools and schoolbooks**. New York: Macmillan, 1904.

Disponível em

WWW: <URL:<http://archive.org/details/oldtimeschoolss00john>>

LEAL, João – Prof. Trindade, um servidor do futebol algarvio. **AF Algarve: futebol algarvio**. n.º 71 (2012/2013), p. 21.

Disponível em

WWW:<URL:http://www.afalgarve.pt/imprensa/Revista/pdf/AFALGARVE%20N71_low.pdf>

LEONARDO, António José ; MARTINS, Décio R. ; FIOLEAIS, Carlos – O Instituto de Coimbra e o Ensino Secundário em Portugal de 1836 a 1910. O caso das Ciências Físico-Químicas. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. ISSN 0870-418X. Vol. 43, n.º 2, (2009), p. 239-260.

Disponível em

WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/5570>>

LEONARDO, António José – **O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952**. Coimbra: [s.n.], 2011. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessário à obtenção do grau de Doutor em História e ensino da Física.

Disponível em

WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10316/16388>>

LOBÃO, Carlos – **Liceu da horta, memória institucional**. Horta: Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004. ISBN 972-99153-0-X.

MAGALHÃES, Justino – Um apontamento para a história do manual escolar:entre a produção e a representação. In CASTRO, Rui Vieira [et al] (org.) – **Manuais escolares: estatuto, funções, história**. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 279-285.

MAGALHÃES, Justino ; CASTRO, Rui Vieira – Entre a lei e o mercado: aspectos da existência do manual escolar em Portugal, no século XX. In GUEREÑA, Jean-Louis ; OSSENBACHO, Gabriela ; DEL POZO, María Mar (dir.) – **Manuales Escolares en España, Portugal y América Latina (siglos XIX y XX)**. Madrid: UNED Ediciones, 2005, p. 135-176.

Disponível em

WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10451/5923>>

MAGALHÃES, Justino – O manual escolar no quadro da história cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**. ISSN 1646-4990. n.º1 (2006) p. 5-14.

Disponível em

WWW:<URL: <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifopt01.pdf>>

MAGALHÃES, Justino – A História da Educação em Portugal: Temas, Discursos, Paradigmas. In PINTASSILGO, Joaquim [et al] (org.). **A História da Educação em Portugal: Balanço e perspectivas**. Porto: Edições Asa, 2007. p. 13-34.

Disponível em

WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10451/5785>>

MAGALHÃES, Justino – O Manual Escolar como Fonte Historiográfica. In COSTA, Jorge Vale ; FELGUEIRAS, Margarida Louro ; CORRREIA, Luís Grosso (coord.) – **Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto**. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2008. p.11-15.

Disponível em

WWW:<<http://hdl.handle.net/10451/5958>>

MAGALHÃES, Justino – **O mural do tempo: manuais escolares em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011. ISBN 978-989-689-159-6.

MALAQUIAS, Isabel Maria Coelho de Oliveira ; TEIXEIRA, Carlos – **Baú da Física e química: instrumentos antigos de física e químicas nas escolas secundárias em Portugal**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008. ISBN 978-972-789-254-9.

MARTINS, João Madeira – O Padre Paulo: Minde 1824-1904. Odivelas: edição do autor, 2002.

MESQUITA, José Carlos Vilhena – **História da imprensa do Algarve I**. Faro: Comissão da Coordenação da Região do Algarve, 1988.

MOGARRO, Maria João – Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**. ISSN 1646-4990. n.º 1 (2006), p. 71-84.

Disponível em

WWW:<URL:<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifopt06.pdf>>

MONTEIRO, Augusto José – A (re)valorização de outras fontes históricas: a problemática dos manuais escolares. In RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) – **Outros Combates pela História**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. ISBN 978-989-26-0041-3. p. 343-380.

MURTA, José Guerreiro – **Evocações: vida estudantil, labor didático, lides sociais, perfis do natural**. Lisboa: [s.n.], 1970.

NETO, Teodomiro – **Cidade monumental**. Faro: Aliança, 2012.

NIETZ, John A. – **Old textbooks: spelling, grammar, reading, arithmetic, geography, American history, civil government, physiology, penmanship, art, music, as taught in the common schools from colonial days to 1900**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1961.

Disponível em

WWW:<URL:<http://digital.library.pitt.edu/cgi-bin/t/text/text-idx?idno=00aep6688m;view=toc;c=nietz>>

NÓVOA, António [et al.] (coord.) – **Instituto Histórico da Educação: estudo realizado pelo grupo de trabalho criado pelos despachos n.º 137/ME796 e n.º 218/ME/96, de 25 de Setembro**. Lisboa: Ministério da Educação, 1997. ISBN 972-729-023-X.

NÓVOA, António (dir.) – **Dicionário de Educadores Portugueses**. Porto: Asa, 2003. ISBN 972-41-3611-6.

NÓVOA, António ; BARROSO João ; Ó, Jorge Ramos do – O todo poderoso império do meio. In NÓVOA, António ; SANTA-CLARA, Ana Teresa (eds.) – **Liceus de Portugal**. Porto: ASA, 2003. ISBN 972-41-3173-4. p. 17 – 73.

Ó, Jorge Ramos do – **O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)**. Lisboa: Educa, 2003. ISBN 972-8036-61-2.

OLIVEIRA, Francisco Xavier d'Ataíde – **Memórias para a história eclesiástica do Bispado do Algarve**. Porto: Tipographia Universal, 1908.

OSSENBACH, Gabriela (dir.) – **Base de dados MANES manuais escolares europeus e latinoamericanos: guia para catalogação**. Madrid: Centro de Investigación MANES (UNED), 2007. ISBN 978-84-690-4909-9.

PENIM, Lúcia – **A alma e o engenho do currículo: história das disciplinas de Português e de Desenho no ensino secundário do último quartel do século XIX a meados do século XX**. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação (História da Educação).

Disponível em

WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10451/976>>

PINTASSILGO, Joaquim ; TEIXEIRA, Anabela – A formação de professores em Portugal nos anos 30 do século XX (algumas reflexões a partir do exemplo dos professores de matemática). **Revista HISTEDBR**. ISSN 1676-2584. Vol. 11, n.º 43 (2011), p. 4-20.

Disponível em

WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10451/8342>>

PINTO, Ricardo Santos ; VEIGA, António (coord.) – **Faro: Cidade da Cultura...** Faro: Héstia Editores, 2005. ISBN 972-8741-5-4.

RIBEIRO, José Silvestre – **História dos Estabelecimentos Científicos e Litterarios nos sucessivos reinados da monarchia**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1871-1893.

RODRIGO, Azevedo [et al.] – Experiências de exploração de arquivos escolares: o caso do arquivo da Escola Secundária Sá de Miranda. In FERNANDES, Rogério ; MAGALHÃES, Justino (org.) – **Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz**. Braga: Universidade do Minho, 1999. ISBN 972-96834-7-6.

RODRÍGUEZ, Miguel Somoza – El “Proyecto MANES” y la investigación sobre manuales escolares: un balance crítico de resultados e nuevos desafios. **History of Education & Childhood Literature**. ISSN 1971-1093. Vol. I, n.º 1 (2006), p. 431-452.

Disponível em

WWW:<URL: <http://www.uned.es/manesvirtual/portalmanes.html>>

PIRES, Paulo – O impacto da reforma pedagógica republicana em Faro e S. Brás. In PIRES, Paulo – **Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro**. S. Brás de Alportel: Câmara Municipal, 2010. ISBN 978-989-96916-0-5. p. 211-268.

RAFAEL, Berta – **O liceu de Santarém no espaço local: 1848-1895**. Lisboa: [s.n.], 1999. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social Contemporânea.

ROSA, José Pinheiro e – História da Biblioteca Municipal de Faro. **Anais do Município de Faro**. n.º 1 (1969), p. 97-118.

SABÓIA, João – As escolas de formação de professores no Algarve. In PINTASSILGO, Joaquim (coord.) – **Escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória**. Lisboa: Colibri, 2012. p. 249-286. ISBN 978-989-689-267-8.

SANTA-CLARA, Ana Teresa – **Os caminhos para a construção da escola: sobre a implementação do Liceu de Lisboa (1836-1860)**. Lisboa: [s.n.], 2002. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Educação.

SARAIVA, Carlos Alberto Alexandre – **Evolução histórica da abordagem do electromagnetismo e indução electromagnética nos livros de texto para o ensino secundário**. Aveiro: [s.n.], 2003. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino de Física e Química.

SARAIVA, Carlos – O electromagnetismo nos manuais de física liceais entre 1855 e 1974. **Gazeta de Física**. ISSN 0396-3561. Vol. 30, n.º 2 (2007), p. 36-42.

Disponível em

WWW:<URL:<http://www.gazetadefisica.spf.pt/magazine/article/404/pdf>>

SEABRA, Maria Judite Carvalho Ribeiro – **Os liceus na sociedade coimbrã: 1840-1930**. Coimbra: [s.n.], 1999. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História e Filosofia da Educação.

SILVA, Carlos Manique da – **Escolas belas ou espaços são: uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa, 1860-1920**. Lisboa: [s.n.], 2000. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

SILVA, Inocêncio Francisco da – **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998,. ISBN 972-27-1013-3. vol. XII.

SILVA, Lucinda Monteiro da – **O liceu de Lamego: a construção de uma identidade histórica**. Braga: [s.n.], 1998. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea

SOARES, Elisa Gaudêncio – **Ricardo Bensaúde**. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2006. ISBN 978-989-623-022-7.

SOUSA, Pedro Marques de – As escolas regimentais do Exército e o esforço de alfabetização em Portugal nos séculos XIX e XX. **Revista Militar**. ISSN 0873-7630. Vol. 61, n.º 8/9, n.º 2491/2492 (2009), p. 981-999.

Disponível em

WWW:<URL: <http://www.revistamilitar.pt>>

http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=498>

TAVARES, José – A acção extra-escolar dos professores liceais. **Labor: revista mensal de educação e ensino e extensão cultural**. Ano XI, n.º 75 (1936), p. 78-97.

TEIXEIRA, Anabela – Os manuais escolares de matemática nos liceus portugueses (1947-1974). **Cadernos de História da Educação**, ISSN 1807-3859. Vol. 9, n.º 2, (2010), p. 309-328.

Disponível em

WWW:<URL: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11448>>

TEIXEIRA, Hélder César Spínola – **O liceu nacional do Funchal (1837-1900): subsídios para a sua história**. Funchal: [s.n.], 2006. Dissertação apresentada à Universidade da Madeira para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Madeira.

TORRES, Leonor Lima – **Liceu da Póvoa de Varzim: os actores, as estruturas e a instituição (1904-2004)**. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, 2006. ISBN 972-9146-43-8

VALENTE, Vasco Pulido – **O estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834 – 1930)**. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Economia, 1973.

VEIGA, Isabel [et al.] (coord.)– **Lançar a rede de bibliotecas escolares**. Lisboa: Ministério da Educação, 1997. ISBN 972-729-015-9.

VELLOSO, J. M. Queiroz – **O ensino secundário em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.

WEINHOLTZ, Justino de Bívar – **Faro no decorrer do século XIX: conferência realizada em 22 de Dezembro de 1946 no 48.º aniversário do Ginásio Club de Faro**. Faro: Tipografia União, 1947.

VIEIRA, João – A vertente arquivística do projecto. In NÓVOA, António ; SANTA-CLARA, Ana Teresa (eds.) – **Liceus de Portugal**. Porto: ASA, 2003. ISBN 972-41-3173-4. p. 805 - 856 .

VOCKE, David E. – An Artifact from the 19th Century Schollhouse: The McGuffey Reader. **OAH Magazine of History**. ISSN 0882-228X. Vol.5, n.º 3 (1991), p. 5-6.

Anexos

Anexo 1 – Localização e imagens do Liceu de Faro



Figura 1 – Postal: edifício do Liceu de Faro no Largo Sé.

Crédito fotográfico: Museu Municipal de Faro. Câmara Municipal de Faro



Figura 2 – Seminário de Faro, 2013.



Figura 3 – Postal: Liceu João Deus junto à Alameda.

Crédito fotográfico: Museu Municipal de Faro. Câmara Municipal de Faro.

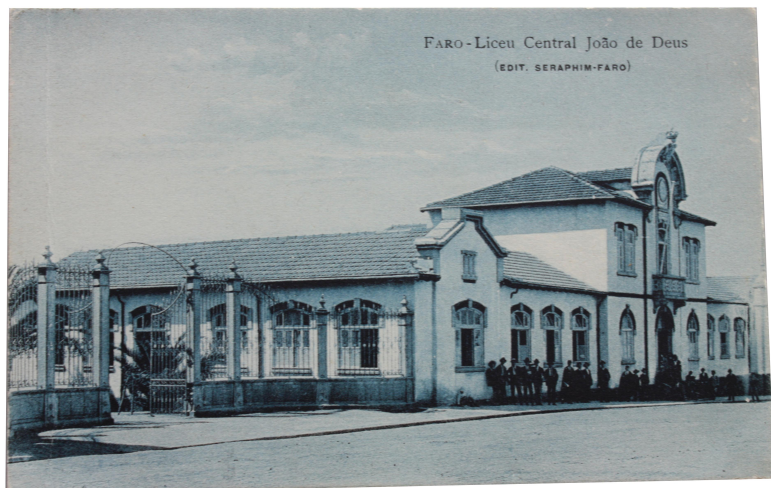


Figura 4 – Postal: Liceu Central João de Deus.

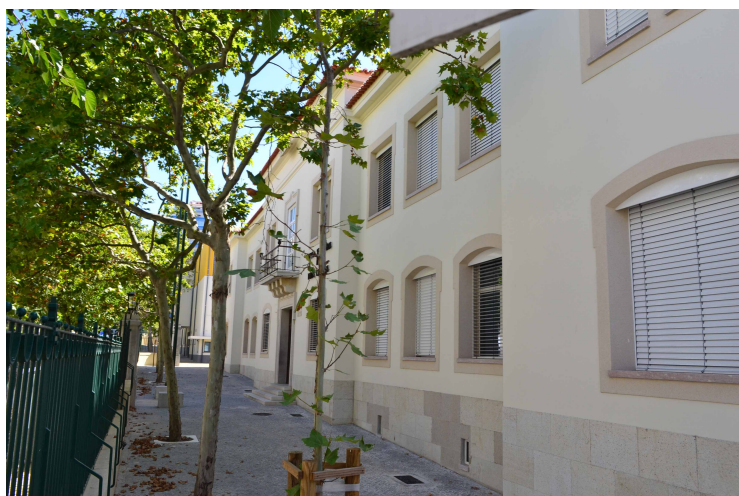


Figura 5 – Escola Secundária Tomás Cabreira, Agosto 2013.

Ainda é possível reconhecer na fachada elementos do projecto de Adães Bermudes.



Figura 6 – Liceu João de Deus junto à Alameda.



Figura 7 – Sala de ciências, sem data.

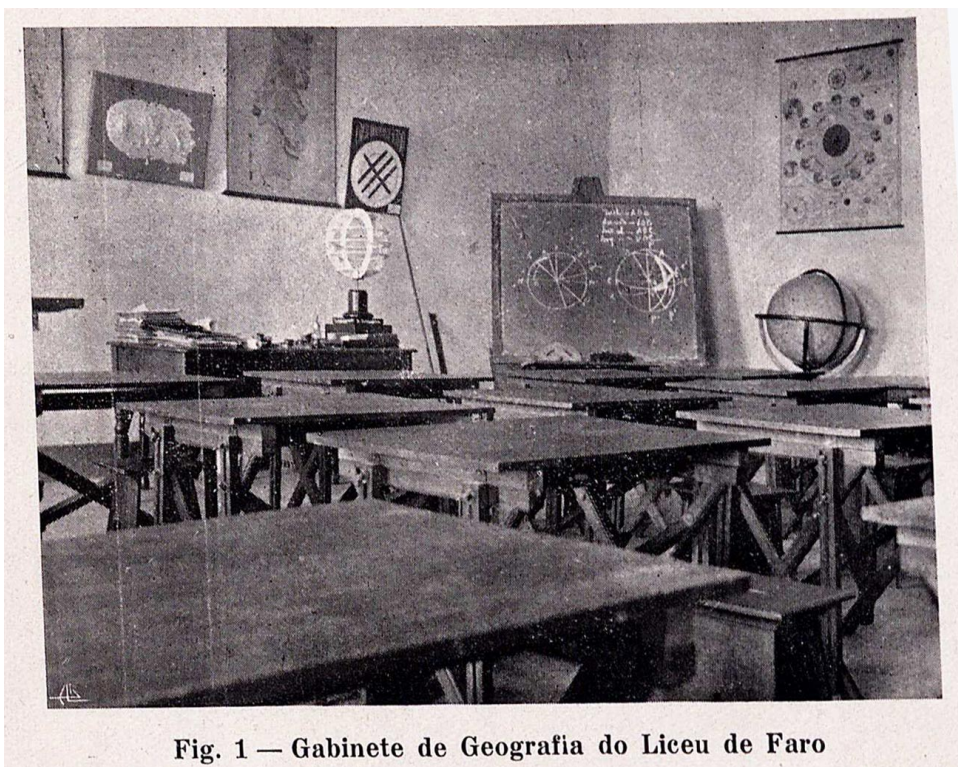


Figura 8 – Sala de geografia, 1929.

Crédito fotográfico: revista Labor, n.º 17.

Anexo 2 – Instalações da biblioteca da Escola Secundária João de Deus, Agosto 2013



Figura 9 – Planta da biblioteca da ESJD, 2013.

Legenda

- 1 – Sala Teixeira Guedes
- 2 – Estante de acesso reservado, obras de carácter pedagógico, física, química, entre outros
- 3 – Estante de acesso reservado, manuais de ciências naturais, educação física, artes visuais entre outros
- 4 – Móvel contendo os verbetes do catálogo ideográfico
- 5 – Móvel contendo os verbetes do catálogo onomástico e didascálico
- 6 – Área de consulta com mesas e cadeiras da biblioteca inaugurada em 1948



Figura 10 – Vista (2) da biblioteca: área de consulta com móveis da biblioteca inaugurada em 1948

Figura 11 – Vista (7) da biblioteca: área de consulta com móveis da biblioteca inaugurada em 1948

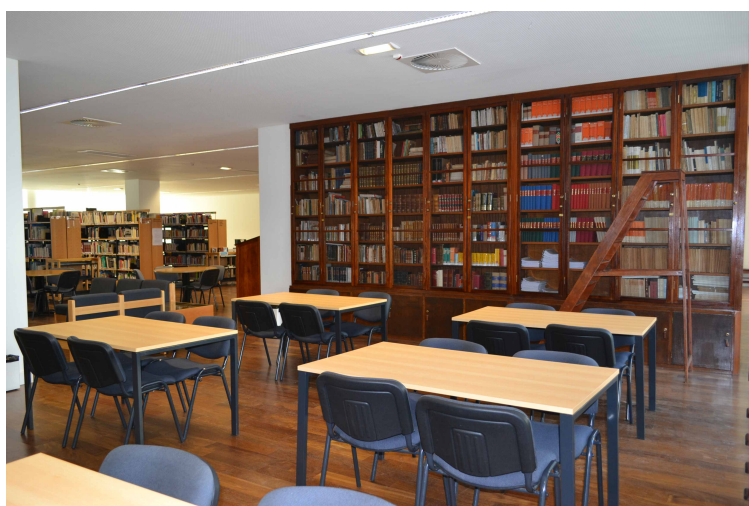


Figura 12 – Vista (3) da biblioteca: móvel original da biblioteca inaugurada em 1948



Figura 13 – Móvel (5) e verbetes do catálogo onomástico e didascálico.



Figura 14 – Móvel (4) contendo os verbetes do catálogo ideográfico.

Do lado esquerdo móvel (2) com portadas em rede da biblioteca inaugurada em 1948.

Anexo 3 – Compilação de legislação: aprovação e adopção de manuais escolares

Colecção dos livros elementares que o CSIP autoriza interinamente para uso nas escolas de ensino primário, secundário e superior	Edital de 1 de Outubro de 1857 <i>Diário do Governo</i> n.º 247, de 20 de Outubro de 1857
Relação dos livros aprovados e adoptados pelo CGIP para poderem ser lidos nas escolas públicas de instrução primária e secundária	Portaria de 28 de Setembro de 1861 <i>Diário de Lisboa</i> n.º 222, de 2 de Outubro de 1861
Relação dos livros aprovados e adoptados pelo CGIP, posteriormente à portaria de 28 de Setembro de 1861 para poderem ser lidos nas escolas públicas de instrução primária e secundária	Portaria de 11 de Agosto de 1863 <i>Diário de Lisboa</i> , n.º 188 de 25 de Agosto de 1863
Relação dos livros aprovados pelo CGIP para serem lidos nas aulas do ensino secundário	Portaria de 17 de Dezembro de 1864 <i>Diário de Lisboa</i> , n.º 290 de 23 de Dezembro de 1864
Relação dos livros aprovados pelo Governo em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrução pública, no ano de 1881	Edital de 17 de Janeiro de 1882 <i>Diário do Governo</i> n.º 16, de 20 de Janeiro de 1882
Approvadas em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrução pública obras s por José Miguel de Abreu	Despacho de 29 de Maio de 1882 <i>Diário do Governo</i> n.º 121 de 30 de Maio de 1882
Relação dos livros aprovados pelo Governo em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrução pública, no ano de 1882	Edital de 3 de Janeiro de 1883 <i>Diário do Governo</i> n.º 11 de 20 de Janeiro de 1883
Relação dos livros aprovados pelo Governo em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrução pública, no ano de 1883	Edital de 3 de Janeiro de 1884 <i>Diário do Governo</i> n.º 5 de 7 de Janeiro de 1884
Relação dos livros aprovados pelo Governo em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrução pública, no ano de 1884	Edital de 3 de Janeiro de 1885 <i>Diário do Governo</i> n.º 3 de 5 de Janeiro de 1885
Lista dos livros aprovados para servirem de texto e leituras nas aulas de instrução secundária e primária no anno lectivo de 1888-1889	Portaria de 20 de Outubro de 1888 <i>Diário do Governo</i> n.º 252, de 3 de Novembro de 1888
Remetendo lista dos livros aprovados pelo conselho superior de instrução pública em sua sessão ordinária de outubro	Ofício circular de 19 de Outubro de 1889, Colecção Oficial de Legislação, 1889, p. 443
Approvando os livros para servirem ao ensino secundário em todos os lyceus, escolas, collegios e institutos d' esta instrução	Decreto de 26 de Setembro de 1895 <i>Diário do Governo</i> n.º 218, de 27 de Setembro de 1895
Approva a tabela dos preços de venda dos livros destinados ao ensino secundário, adoptados provisoriamente, que constam da mesma Portaria	Portaria de 1 de Outubro de 1895. <i>Diário do Governo</i> n.º 222, de 2 de Outubro de 1895
Approva a tabela dos preços da venda dos livros	Portaria de 5 de Outubro de 1896.

adoptados para o ensino secundário conforme o plano do decreto de 14 de Agosto de 1895 e 28 de maio último	<i>Diário do Governo</i> n.º 225, de 6 de Outubro de 1896
Approvando os livros que hão de servir ao ensino secundário em todos os lyceus, escolas, collegios e institutos d'esta instrução, constantes das relações annexas ao mesmo decreto	Decreto de 21 de Outubro de 1897 <i>Diário do Governo</i> n.º 239, de 22 de Outubro de 1897
Nova publicação do decreto e relações dos livros que hão de servir ao ensino secundario no actual ano lectivo, publicadas no Diário n.º 239 em 21 de Outubro 1897	Decreto de 23 de outubro de 1897 <i>Diário do Governo</i> n.º 240 de 23 de Outubro de 1897
Nova publicação da relação dos livros por as anteriores terem saído com inexactidões	<i>Diário do Governo</i> n.º 242 de 26 de Outubro <i>Diário do Governo</i> n.º 243 de 27 de Outubro <i>Diário do Governo</i> n.º 245 de 29 de Outubro <i>Diário do Governo</i> n.º 247 de 2 de Novembro <i>Diário do Governo</i> n.º 252 de 8 de Novembro
Relação de livros aprovados para servirem ao ensino secundário	Decreto de 19 de Outubro de 1898 <i>Diário do Governo</i> n.º 235, de 20 de Outubro de 1898
Relação de livros aprovados para servirem ao ensino secundário	Decreto de 16 de Novembro de 1899 <i>Diário do Governo</i> n.º 261, de 17 de Novembro de 1899
Relação de livros aprovados para servirem ao ensino secundário	Decreto de 4 de Dezembro de 1900 <i>Diário do Governo</i> n.º 276, de 5 de Dezembro de 1900
Lista de livros de instrução secundária para uso das diversas classes, e respectivos preços	Decreto de 9 de Outubro de 1901 <i>Diário do Governo</i> n.º 229, de 11 de Outubro de 1901
Compêndios que provisoriamente devem ser adoptados nas aulas de língua latina	Portaria de 22 de Novembro de 1901 <i>Diário do Governo</i> n.º 274, de 4 de Dezembro de 1901
Determinando que no anno lectivo de 1902-1903 sejam uzadas nos Lyceus as obras já adoptadas nos annos anteriores	Portaria de 11 de Junho de 1902 <i>Diário do Governo</i> n.º 136, de 21 de Junho de 1902
Mandando adoptar no anno lectivo de 1903-1904 nos lyceus e estabelecimentos de ensino secundário as obras aprovadas para o anno lectivo anterior	Portaria de 10 de Agosto de 1903 <i>Diário do Governo</i> n.º 196, de 4 de Setembro de 1903
Determinando que nos lyceus e estabelecimentos de instrução secundaria sejam adoptados em 1904-1905 os livros usados nos annos lectivos anteriores	20 de Julho de 1904 <i>Diário do Governo</i> n.º 164, de 27 de Julho de 1904
Relação de livros aprovados para servirem ao ensino secundário	Decreto-Lei de 7 de Setembro de 1907 <i>Diário do Governo</i> n.º 201, de 9 de Setembro de 1907
Nova publicação, rectificada, do decreto inserto no diário n.º 201 e que approvou os livros destinados ao ensino secundário nos lyceus, escolas e colégios	<i>Diário do Governo</i> n.º 275, de 5 de Dezembro de 1907
Relação dos livros escolhidos pelos conselhos de varios liceus	Portaria de 30 de Dezembro de 1907 <i>Diário do Governo</i> n.º 296, de 31 de Dezembro de 1907
Relação dos livros escolhidos pelos conselhos de varios liceus	Portaria de 15 de Janeiro de 1908 <i>Diário do Governo</i> n.º 12, de 16 de Janeiro de 1908
Relação dos livros escolhidos pelos conselhos de varios liceus	Portaria de 24 de Abril de 1908 <i>Diário do Governo</i> n.º 94, de 28 de Abril de 1908

Lista das obras do ensino secundário aprovadas e excluídas no respectivo concurso [edital de 30 de Dezembro de 1907 publicado no DG de 31.12.1907]	Despacho de 26 de Agosto de 1909 <i>Diário do Governo</i> n.º 192, de 27 de Agosto de 1909
Relação de livros aprovados para servirem no ensino secundário	Portaria de 13 de Novembro de 1909 <i>Diário do Governo</i> n.º 260 de 16 de Novembro de 1909
Relação dos livros aprovados provisoriamente para servirem no ensino secundário	Decreto de 16 de Dezembro de 1909 <i>Diário do Governo</i> n.º 289, de 21 de Dezembro de 1909
Determinando que possa ser adoptada nos liceus para o ensino da geometria da 4ª classe a tradução francesa do livro italiano <i>Elementi di Geometria</i>	Portaria de 28 de Janeiro de 1910 <i>Diário do Governo</i> n.º 23, de 31 de Janeiro de 1910
Determinando que seja obrigatório o uso das selectas allemãs de A. Apell na 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª classes dos liceus	Portaria de 1 de Março de 1910 <i>Diário do Governo</i> n.º 47, de 2 de Março de 1910
Relação dos livros escolhidos pelos conselhos de varios liceus	Portaria de 21 de Julho 1910 <i>Diário do Governo</i> n.º 173, de 8 de Agosto de 1910
Prorroga por mais três anos o prazo de validade das obras do ensino secundário aprovadas em 1907 e 1908	Portaria de 23 de Julho de 1912 <i>Diário do Governo</i> n.º 173, de 25 de Julho de 1912
Prorroga o prazo de validade dos actuais livros de ensino secundário até à aprovação de novos compêndios	Portaria n.º 311 de 20 de Fevereiro de 1915 <i>Diário do Governo</i> n.º 33, de 20 de Fevereiro de 1915
Obras aprovadas para o ensino da primeira secção do ensino secundário	Despacho Ministerial de 6 de Maio de 1921 <i>Diário do Governo</i> n.º 106, II Série, de 11 de Maio de 1921
Relação das obras aprovadas no concurso para livros do ensino secundário, com destino à 2.ª secção e aos cursos complementares de letras e sciências	Despacho de 29 de Julho <i>Diário do Governo</i> n.º 176, II Série, de 2 de Agosto de 1921
Lista completa das obras aprovadas para o ensino das disciplinas que constituem a 1.ª secção do ensino secundário	Despacho de 21 de Setembro de 1921 <i>Diário do Governo</i> n.º 220, II Série, de 23 de Setembro de 1921
Parecer da comissão encarregada da escolha de livros para o ensino secundário, referente ao concurso aberto por aviso publicado no diário do Governo n.º 246 de 24 de Outubro de 1921	Despacho de 29 de Junho de 1922 <i>Diário do Governo</i> n.º 161, II Série, de 14 de Julho de 1922
Relação dos livros aprovados oficialmente em concurso para o ensino nos liceus	Despacho de 28 de Agosto de 1922 <i>Diário do Governo</i> n.º 200, II Série, de 31 de Agosto de 1922
O Atlas Escolar Português, de João Soares, é desde 1924 de adopção exclusiva em todos os liceus e deve ser adquirido um exemplar para cada biblioteca escolar	Despacho de 4 de Maio de 1926 <i>Diário do Governo</i> n.º 105, II Série, de 6 de Maio de 1926
Lista as obras destinadas ao ensino liceal que a secção do ensino secundário do Conselho Superior de Instrução Pública propõem para aprovação e para rejeição	<i>Diário do Governo</i> n.º 244, II Série, de 19 de Outubro de 1933

Anexo 4 – Disposições relativas à biblioteca no Decreto n.º3:091 (1917) e no Decreto n.º4:799 (1918)

Decreto n.º 3:091	Decreto n.º 4:799
Art. 2.º Todos os liceus devem ser instalados em edifícios próprios ou devidamente apropriados [...].	Art. 10.º Todos os liceus serão instalados em edifícios próprios ou apropriados[...]; em todos deve haver uma biblioteca para professores e alunos, dotada com as espécies bibliográficas e as instalações precisas; [...].
Capítulo XI, Da biblioteca	Capítulo VIII, Da biblioteca, instalações de desenho, laboratórios e trabalhos práticos individuais
Art. 127.º Em cada liceu haverá uma biblioteca devidamente organizada e convenientemente instalada, devendo o reitor promover a sua frequência pelos alunos, principalmente das classes do curso complementar.	Art. 126.º Em todos os liceus deve haver uma biblioteca para professores e alunos, dotada com as espécies bibliográficas e as instalações precisas devendo promover-se a sua frequência pelos alunos, principalmente das classes dos cursos complementares.
Artr. 128.º A biblioteca do liceu terá os livros catalogados, por autores e por assuntos, de forma a tornar fácil a sua consulta	Art. 127.º A biblioteca do liceu terá os livros catalogados, por autores e por assuntos, de forma a tornar fácil a sua consulta.
Art. 129.º A biblioteca, além das obras destinadas à consulta dos professores, terá outras, destinadas especialmente à consulta e leitura dos alunos tais como:	Art. 128.º A biblioteca, além das obras destinadas à consulta dos professores, terá publicações periódicas, nacionais e estrangeiras, que tratem de assuntos que interessem os alunos e sejam úteis à sua educação, e obras elementares, mais ou menos desenvolvidas, sobre: a) ciências matemáticas, físicas e histórico-naturais (puras e aplicadas); b) filosofia e história da filosofia; c) sociologia, instrução cívica; d) geografia, demografia, viagens; e) história, biografias; f) literatura, história da literatura, glotologia e filologia; g) arte e arqueologia; h) obras diversas: desportos, lições de cousas e outros conhecimentos úteis.
I. Obras elementares mais ou menos desenvolvidas sobre: a) Ciências matemáticas, físicas e histórico-naturais (puras e aplicadas); b) Filosofia e história da filosofia; c) Sociologia, Instrução cívica; d) Geografia, Demografia, Viagens; e) História, Biografias; f) Literatura, História da Literatura, Glotologia e Filologia; g) Arte e Arqueologia; h) Obras diversas: desportos, lições de cousas e outros conhecimentos úteis.	Art. 129.º A aquisição das obras e demais publicações, a consulta e leitura dentro do liceu, bem como o fornecimento de livros para leitura doméstica aos professores e aos alunos serão feitos segundo o regulamento da biblioteca.
II. Publicações periódicas, nacionais e estrangeiras, que tratem de assuntos que interessem os alunos e sejam úteis à sua educação	Art. 132.º A biblioteca e as instalações de geografia, ciências biológicas, mineralogia e geologia, química, física e desenho, terão professores nomeados anualmente pelo Governo, de entre os professores efectivos, sob proposta do Conselho Escolar, feita numa
Art. 130.º A consulta e a leituras devem ser feitas na biblioteca ou em gabinete anexo, podendo ser fornecidos livros para leitura doméstica aos professores e ainda aos alunos que para tal obtiverem do reitor autorização, mediante as condições que ele julgar convenientes. Os directores dos laboratórios podem requisitar quaisquer obras para serviço destes e organizar pequenas bibliotecas privativas.	

Decreto n.º 3:091

Art. 131.º nenhuma obra pode ser cedida para casa de qualquer professor ou alunos, desde que seja freqüentemente requisitada para consulta ou leitura na biblioteca e não haja mais dum exemplar. A cedencia ser sempre feita por tempo limitado e mediante recibo.

Art. 132.º O bibliotecário sera nomeado pelo Gôverno, por indicação do Conselho Escolar, de entre os professores efectivos; será auxiliado por um empregado e terá a seu cargo a catalogação e conservação das obras existents na biblioteca, a iniciativa no seu seu progressivo desenvolvimento e a superintendência e conselho em relação às leituras dos alunos que a frequentem

Art. 133.º Ao professor bibliotecário será contado, durante o ano escolar, por êste serviço, um tempo de lição semanal que será acumulável com o seu serviço ordinário ou extraordinário, ou considerado para o mínimo de serviço a que é obrigado.

Art. 134.º A escolha das obras e demais publicações que devem ser adquiridas para a biblioteca será feita por uma comissão composta do reitor, dum professor eleito pelo Conselho Escolar e do bibliotecário. A eleição deverá recair num professor dos grupos de letras ou dos de sciências, conforme bibliotecário fôr destes ou daqueles grupos.

Decreto n.º 4:799

das últimas reuniões do ano escolar.

§1.º O director da biblioteca terá a seu cargo a catalogação e conservação das obras existentes na biblioteca, a iniciativa no seu progressivo desenvolvimento e a superintendência e conselho em relação às leituras dos alunos que a frequentam; [...].

Art. 133.º A biblioteca e e as instalações de geografia, sciências biológicas, mineralogia e geologia, química, física e desenho, terão em cada um dos liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra, sete directores, cinco nos liceus centrais de frequência superior a trezentos alunos, quatro nos restantes liceus centrais e dois nos liceus nacionais.

§único. Os directores perceberão em todos os liceus e durante o ano escolar a gratificação correspondente a duas horas de lição semanal, acumulável com todos os vencimentos a que tenham direito.

Art. 134.º A biblioteca e e as instalações de geografia, sciências biológicas, mineralogia e geologia, química, física e desenho, terão empregados especialmente destinados ao seu serviço, em número de seis nos liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra, três nos liceus de mais de trezentos alunos e dois nos restantes, com excepção daqueles cuja frequência for inferior a cem alunos, nos quais haverá apenas um empregado encarregado destas instalações e da biblioteca.

§1.º Estes empregados serão nomeados pelo Governo, sob proposta do Conselho Escolar, ouvidos os directores da biblioteca, dos laboratórios e demais instalações, feita numa das últimas reuniões do ano escolar, de entre os contínuos ou guardas que revelarem maior aptidão para o lugar, e considerar-se hão reconduzidos anualmente, independentemente de qualquer diploma especial, desde que o Conselho Escolar, sob proposta dos directores da biblioteca, dos laboratórios e demais instalações, assim o julgue conveniente.

§2.º O exercício das funções a que se refere este artigo não isenta o empregado de prestar quaisquer outros serviços próprios da sua categoria de continuo ou guarda.

Anexo 5 – Excertos dos relatórios do Comissário de Estudos de Faro e do Reitor do Liceu de Faro (século XIX)

O auto de instalação definitiva do liceu de Faro ocorreu a 21 de Janeiro de 1851. Neste anexo transcrevem-se excertos de documentos que se conseguiram localizar e consultar na Torre do Tombo, fundo do Ministério do Reino, e que fornecem algumas pistas sobre a criação e funcionamento do liceu entre 1844 e 1851. São eles os Mapas de Instrução Secundária para o ano de 1845 e os relatórios do Comissário de Estudos de Faro para os anos lectivos de 1845-46, 1847-48, 1848-49, 1849-50, 1850-51, 1856-57, 1858-59 e 1859-60.

A transcrição efectuada tem apenas sentido informativo e não procura seguir as normas de transcrição paleográfica em uso.

PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/16/9

Ministério do Reino, mç. 3833

No momento de consulta (26 de Março de 2013) o maço 3833 encontrava-se na Digitalq com a referência acima indicada. O maço consultado encontrava-se, no entanto, identificado como Direcção Geral de Instrução Pública, 2ª repartição, Mapas de Instrução Secundária, 1845. O pessoal técnico do ANTT na ocasião não conseguiu explicar a discrepância encontrada.

Mapas de Instrução Secundária para o ano de 1845

Distrito Administrativo de Faro

Concelho de Faro

Cadeira de Philosophia Racional e Moral

Local da Eschola – Em Edificio Publico

Professor Manoel António Ferreira Tavares

Qualidade e data do diploma – proprietário e vitalício por Carta Régia de 26 de Agosto de 1844

5 alunos

Distrito Administrativo de Faro

Concelho de Faro

Cadeira de Grammatica e língua latina

Local da Eschola – No Seminário Episcopal d’esta Cidade de Faro

Professor Luís António da Piedade

Qualidade e data do diploma – proprietário proprietário em 29 de Abril de 1822

37 alunos

PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/2/10

ui 10 Correspondência recebida: proc. 381-500, liv.3 1845/1845

Ministério do Reino, mç. 3539

Os documentos encontravam-se, à data da consulta (22 de Março de 2013), dentro de uma capilha branca identificada com Proc 440 a 441, liv. 3. Nesta capilha constam os relatórios administrativos exigidos pelo artigo 37º, §4 do Regulamento de 10 de Novembro de 1845 (Regulamento do Conselho Superior de Instrução Pública) respeitantes aos anos lectivos 1845-46, 1847-48, 1848-49 e 1849-50. Para cada ano lectivo existe relatório extenso assinado

pelo Comissário dos Estudos no Districto de Faro, Miguel Rodrigues de Sousa Piedade e um documento que aparenta ser um resumo do referido relatório. Para o ano 1848-49 não existe o relatório extenso, apenas o referido resumo.

1845-1846

Resumo (excerto)

O estado da instrução neste Districto não é satisfatório. As cadeiras de Grego, Oratória e Poética acabaram com a morte dos Professores que as regiam ficando só a de grammatica latina e a de Philosophia racional e moral que também vagou pela transferência do professor desta para o Lyceu nacional de Lisboa.

Existem actualmente em Faro a Escola Normal d'ensino mutuo e a de Grammatica Latina incorporada no excellent Seminário Episcopal, e uma escola de educação de meninas, cuja mestra ensina em sua própria casa.

É excelente o local em que se acham as Cadeiras, tanto de ensino mutuo, como de Grammatica e língua latinas.

Providencias propostas

Estabelecer quanto antes o Lyceu apontado no Decreto de 20 de Setembro de 1844, porque da falta d'elle resulta grande atraso à instrução pública.

Relatório (excerto)

Nesta cidade de Faro existirão de tempos antigos diversas cadeiras de ensino primário, e secundário; e desta última espécie havião Professores Públicos de grammatica e língua latina, de Grammatica Grega de Oratória e Poética, e de Philosophia Racional e Moral. estas disciplinas erão ensinadas em casa dos mesmos Professores; mas por Provisão de 26 de Novembro de 1791 forão os dittos obrigados a dar as suas lições incorporadamente em Escolas Geraes no Seminário Episcopal desta cidade.

Comissário dos Estudos no Districto de faro

Miguel Rodrigues de Sousa Piedade

22 de Setembro de 1846

1847-48

Resumo (excerto)

Os professores d'instrução secundaria que ensinam Grammatica Latina em Faro, Lagos e Tavira teem capacidade litteraria, zelo, e aptidão para o ensino e bom comportamento moral, religioso e civil.

Providencias propostas

Procurar por todos os meios com que sejam regularmente pagos os vencimentos dos Professores d'Instrução Pública, sem o que não é possível que estes cumpram com os seus deveres, nem tampouco alcançar que appareçam professores para as Cadeiras, mormente de instrução primaria.

Relatório (excerto)

Todo este Districto [ilegível] por ver já constituído o Lyceu nesta Cidade, e tem confiança que o será com brevidade, por se acharem já providas a 5.^a e 6.^a Cadeiras, e a concurso a 3.^a e a 4.^a.

Quanto ao material devo notar que a [máxima] parte das Cadeiras d'Instrução Primaria, e secundaria se achão em exercício nas casas dos seus mesmos professores; [...]. Não acontece

assim as de Grammatica e língua Latina desta Cidade, que está collocada em Edificio nobre, qual é o seminário, e decentemente provida com cadeira magistral e bancos;

Comissário dos Estudos no Districto de faro
Miguel Rodrigues de Sousa Piedade
29 de Setembro de 1848

1848-49

Resumo (excerto)

Providencias propostas

Prover a 3.^a e 4.^a Cadeira, a de Economia Industrial, e a das línguas francesa e inglesa, que se acham vagas no Lyceu, e cujas matérias muito se carece se sejam ali ensinadas.

Nomear o secretario do Lyceu, logar importante, e sem o qual não podem fazer-se as operações próprias de Lyceu, como Conselhos, exames, matriculas, e outras mais em que o secretario essencialmente figura.

Estadística

Cadeira d'ensino secundário	4
Alumnos que as frequentaram	45
Alumnos que saíram promptos	16

1849-50

Para este ano lectivo, para além do que seguidamente se transcreve, é ainda apresentado um mapa estatístico que inclui, entre outras informações, o número de alunos em cada cadeira, o nome dos professores, Luiz António da Piedade e Abílio da Cunha, respectivas cadeiras e qualidade e data do diploma, e do porteiro, José António de Meneses.

Resumo (excerto)

O anno lectivo de 1849-1850 foi o 2.^o em que funcionou o Estabelecimento de Lyceu nacional, havendo no corrente anno toda a regularidade nos estudos, por se achar em exercício a 1.^a e a 2.^a cadeira.

O Commissario d'Estudos tem motivo para crer que vai em breve ser providas as 3.^a e 4.^a Cadeiras, e também a das Línguas inglesa e francesa; vindo nesse caso tão somente a faltar, para o pessoal completo do Lyceu o professor da Cadeira d'Economia Politica. A secretaria do Lyceu, que de tudo estava falta, acha-se agora adornada de tudo o que era essencial para a guarda e conservação dos objectos que nella ha.

Providencias propostas

Prover a cadeira d'economia Industrial e Escripuração, a única que vem a faltar para a completa organização do Lyceu; bem assim o logar de secretario do mesmo Lyceu.

Estadística

Cadeira d'ensino secundário	4
Alumnos que as frequentaram	54

Relatório (excerto)

Foi o anno lectivo de 1849-1850 o 2.^o em que funcionou este interessante estabelecimento; porem com mais regularidade do que no 1.^o; pois que então, e no seu principio ainda não havia o exercício próprio da 1.^a e 2.^a cadeiras; e so por Decreto de 14 de Fevereiro de 1849 foi collocado no Lyceu, e no exercício próprio destas cadeiras o Professor, que antes, e de ha muito tempo ensinava a Grammatica e Língua latina em cadeira separada, como [expus] no

meo Relatório antecedente a Vossa Magestade; porem neste anno houve já toda a regularidade na sua abertura, Matriculas, exercicios das lições por todo o anno, no encerramento e Exames Públicos, em que se manifestou o aproveitamento dos seus Alumnos, procedendo em tudo conforme a lei.

Quanto ao pessoal do Lyceu existirão neste anno somente 2 professores, o da 1.^a e 2.^a Cadeira e o da 5.^a e 6.^a que ensinou as disciplinas da ultima, por ser a sua alternativa. Foi [ilegível] que não estivesse em exercicio a 3.^a ou a 4.^a, sendo tão essenciaes À Instrucção da mocidade; tenho porém razões fortes, para julgar, que se achao já providas, ou por prover com brevidade os Professorees da 3.^a e 4.^a e tambem o das línguas Francesa e Inglesa; e resta provável, e desejada hypothese vem só faltar no pessoal o Professor da Economia Industrial e Escripuração.

O lugar de porteiro se acha tambem provido por Decreto de 18 de Abril do corrente anno faltando portanto ao pessoal o referido professor, e o secretario, cujo lugar tem sido, e he desempenhado pelo Professor mais moderno do Lyceu.

Quanto ao material nada tenho a acrescentar, ou emendar ao que tive a honra de expor no meu Relatório antecedente, Senão que estando a Secretaria deste Lyceu, como naquelle expus, percisada de tudo, que era essencial para a guarda, e conservação dos objectos necessarios, livros, officios, não tendo mesmo os utensílios para os Exames, e objectos para a Escripuração, agora se acha inteiramente prompta, adornada e provida de tudo, o que lhe era mais necessário em consequência da Authorização, que me foi dada sobre o cofre central do Districto, por Portaria do Ministério do Reino de 21 de Junho do presente ano.

O comissário dos Estudos do Districto de Faro e Reitor do Lyceu Nacional
Miguel Rodrigues de Sousa Piedade
29 de Setembro de 1850

PT/TT/MR/1^aDIR-1^aREP/2/49

ui 10 Correspondência recebida: proc. 356-560, liv.14 1856/1856
Ministério do Reino, mç. 3577

O Relatório litterario do Comissário dos Estudos de Faro para o ano lectivo 1856-57 encontrava-se, à data da consulta (22 de Março de 2013), dentro de uma capilha branca identificada com Proc 356 a 448, liv. 14. O Mappa Estatístico do Lyceu Nacional de Faro anexo a este relatório inclui os professores que leccionaram no liceu nesse ano lectivo: Eleutherio Collaço Mimoso (1.^a e 2.^a cadeiras), Miguel de Macedo e Brito do Ó (3.^a e 4.^a cadeiras), Abílio da Cunha (5.^a e 6.^a cadeiras) e José Gonçalves da Cruz Viva (Francez e Ingles). Providos em lugar de secretario e de porteiro Abílio da Cunha e António de Sa e Meneses. Jubilado por Carta de Mercê de 30 de Janeiro de 1855 o professor Luís António da Piedade.

Relatório (excerto)

Instrucção Secundaria
Lyceo Nacional de Faro

Todas as cadeiras estão providas em Professores de decidido mérito litterario, e moral, e de aptidão para o ensino, menos a de Economia Industrial e Escripuração, que desde o Estabelecimento do Lyceu ainda o não foi. Estão também providos os lugares de Secretario e Porteiro, que com exactidão desempenham os seus deveres. [...]

No que respeita ao material, o Lyceu está collocado no decente e nobre edificio do seminário, e fas parte delle; estabelecido em lugar para as differentes aulas, mas com falta de huma

separada para a secretaria q de [ilegível] pelo novo Estabelecimento das Aulas Ecclesiasticas, com que possa ser substituido por outras; e por isso huma das casas serve de Aula e secretaria. Tem mobília indispensavel para o exercicio, e tudo com aceio. [...]

Tem tambem absoluta necessidade de prover-se de Livros Clássicos, pois não tem nenhuns, necessarios principalmente nos Exames; e se estes se tem feito com regularidade desde a inauguração do Lyceo, este se tem servido de livros emprestados; e não concorda com a [decencia] que este estado assim continua. Com brevidade subirá a presença de Vossa Magestade a proposta do Conselho do Lyceo sobre esta necessidade para se lhe fornecerem os Livros, que se acharem possiveis nos diferentes depósitos; ou para que por orçamento se recebao os meios pecuniários para lhes obterem

O Commissario dos Estudos no Districto de Faro R^{or} do Lyceo Nacional
Miguel Rodrigues de Sousa Piedade
30 de setembro de 1857

PT/TT/MR/DGIP-2ªREP1869/7/2

Série 7 Relatórios relativos a questões liceais 1857/1876

ui 2 Relatórios relativos a questões liceais 1857/1860

Ministério do Reino, mç. 3848

No momento de consulta (26 de Março de 2013) o maço 3844 encontrava-se na Digitalq com a referência acima indicada mas também constava na série PT/TT/MR/1ªDIR-1ªREP/14/2 (série 14 questões liceais, ui 2 relatórios relativos a questões liceais 1857/1860). O maço consultado encontrava-se identificado com Direcção Geral de Instrução Pública, 2ª repartição, liceus/relatórios e movimentos. O pessoal técnico do ANTT na ocasião não conseguiu explicar a duplicação dos registos na DIGITARQ.

Neste maço foi possível consultar três documentos relativos a Faro. Um relatório, assinado pelo comissário de estudos e reitor Miguel Piedade, contem informações sobre todos os níveis de ensino para o ano lectivo 1858-1859 e inclui o Mapa estatístico do Lyceu Nacional de Faro. Neste mapa estatístico verifica-se que em relação ao ano lectivo 1856-57 mantém-se todos os professores à excepção do professor da 1.ª e 2.ª cadeira que foi substituído por Joaquim Maria Lamego de Maya (por carta de 30 de Junho de 1858) e do novo professor Jerónimo Augusto Bívar Gomes da Costa (Principios Geraes de Physica e Chymica por carta de 22 de Fevereiro de 1859).

O outro documento é um relatório de 30 de Setembro de 1860, assinado por Abílio da Cunha (Conselheiro do Districto), na ausência do Governador Civil, em cumprimento dos Decretos de 25 de Fevereiro de 1841 e 10 de Novembro de 1845 e em vista da Portaria e instrucções da Direcção Geral D'Instrucção Pública no Ministério do Reino de 2 de Novembro de 1859 e diz respeito ao ano lectivo de 1859-1860 e a todas as escolas do districto.

Por fim encontra-se arquivado neste maço, fisicamente separado do acima referido relatório e dentro de uma capilha branca, o mapa estatístico para o ano lectivo de 1859-1860 assinado por Abílio da Cunha na ausência do Governador Civil. Os professores são os mesmos que para o ano lectivo de 1858-1859 e este mapa apresenta ainda os compêndios utilizados em cada disciplina.

Ano lectivo 1858-1859

Relatorio (excerto)

Instrucção secundaria

1.º Lyceu Nacional de Faro

Continuou este anno lectivo a funcionar com a devida regularidade este importante Estabelecimento.[...]

Tendo sido creada e estabelecida novamente neste lyceo a Cadeira de Principios Geraes de Physica e Chimica, e Introdução à Historia Natural dos 3 Reinos por Decreto de 14 de Julho de 1858, e provida em Fevereiro do corrente anno, seo Professor tomou posse em 11 de Abril ultimo; mas a Cadeira não esteve em exercicio, por estar já muito adiantado o Anno lectivo.

Todos os Professores destes Estabelecimento, dotados de merito litterario, e moral, e aptifão para o ensino, satisfizerão cabalmente as suas obrigações na frequencia, comunicação instructiva aos seus alunos, dos quaes a maior parte se comportou bem; alguns porem mal, e perdendo o anno sem motivo justificado.

Ainda que o Lyceu esteja bem collocado no decente, e nobre Edificio do Seminario Diocesano, e o local seja próprio ao uso das lições, e tenha os necessarios utensilios para as aulas, e secretaria, entretanto [ilegível] só as Casas precisas para o uso das differentes Aulas, carece muito ao menos de uma, que seja somente destinada para Gabinete dos Instrumentos, e Machinas de Physica, productos Chymicos, Zoologios, Botanicos, e Mineralogicos, preciosa Collecção, que no dia 3 do corrente mez recebi do Ministerio do Reino pelo Governo Civil deste Districto, e cujo arranjo se esta procedendo, e que por falta de propria Casa se accomodará por modo digno e decente em uma das Aulas.

Tambem carece este Lyceu de Mappas e Livros Classicos necessários principalmente nos exames.

Os habitantes deste Districto muito desejão o provimento da Cadeira de Economia Industrial e Escripuração; por ser esta nelle necessario, sendo o Commercio, e Industria as occupações mais geraes dos mesmos Habitantes.

O Commissario dos Estudos no Districto

Miguel Rodrigues de Sousa Piedade

26 de Setembro de 1859

Ano lectivo 1859-1860

Relatório (excerto)

1.ª Parte

Instrucção Primaria

As que se achão em melhores condições de colocação e mobília são: a da Cidade de Faro no pavimento baixo do edificio do Lyceu junto ao Seminario Ecclesiastico e pertencente à Mitra: tem os suficientes móveis e utensilios, mas a casa da eschola carece de mais largueza e luz, por que a aula de latim passou a ocupar uma parte da antiga casa da referida eschola, tornando-a acanhada.

2.ª parte

Instrucção Secundaria

Lyceu

Do mappa C consta o estado material e litterario das aulas do Lyceu no anno lectivo de 1859-1860; quaes os professores existentes; as disciplinas que ali se professão; os alunos que as frequentarão, e seu respectivo aproveitamento. Todos os professores deste estabelecimento são bem morigerados, tem reconhecida aptidão, e desempenhão com zelo as obrigações do

magistério; mas nenhum tem publicado memorias nem outros trabalhos literários ou scientificos. O sistema de ensino adoptado e seguido pelos professores, é na aula de Grammatica latina e latinidade o simultâneo-mutuo, ou mixto; nas outras aulas o simultâneo puro em licões oraes, com alguns exercícos por escripto. Não houve nos cursos do anno lectivo alumnos premiados; e o numero dos approvados, ou repprovados consta do alludido mappa C; do mesmo mappa se vê quaes os compêndios em uso nas respectivas aulas; estes livros são comprados pelos alumnos, e a mobília e os utensílios são fornecidos pelo próprio estabelecimento á custa do Estado. [...]

Entre as providencias mais necessarias e urgentes para melhoramento e progresso da instrucção secundaria deve ser apontada a necessidade de colocar convenientemente a aula de Grammatica latina e latinidade do Lyceu: esta aula ocupa parte da casa da eschola d'ensino primario, no pavimento baixo do edificio, faltando-lhe todas as condições as mais indispensaveis para a regularidade, decência do ensino, e commodidade do professor e discípuos; não tem capacidade, nem sufficiente luz: é por tanto indispensavel ou mudal-a para uma das casas do pavimento alto, onde estava antes de funcionar o professor de Physica e Chimica, ou não sendo isto possível, alargar a casa de baixo e melhora-la, dando-lhe a conveniente capacidade e as mais condições, de que carece, para o que será mister colocar em outra parte a eschola d'ensino primario. Tambem ha necessidade de mais alguns moveiz para o regular serviço do Lyceu, como uma banca para a aula de Physica e Chimica, alguns bancos para o exercicio das outras aulas; espheras e cartas geographicas para uso da de Geographia e Historia; podendo orçar-se a despeza com todos estes melhoramentos, móveis e utensílios em 90\$000 a 100\$000 reis. [...]

Na ausência do governador Civil
O Conselher^o do Districto
Abílio da Cunha
30 de Setembro de 1860

Anexo 6 – Índice chronologico das Portarias [...] 1846-1860, fl. 1 e 2

Portaria no. e officio	Objecto	Recibido em	Assinatura
1846 Abril 15 Off. de de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e não ter o ensino de Português no Seminário de Cadices d'Instrução Primária de Lagos.	15 de Maio	Com. de S. João
1847 Julho 15 de Conselho	Envia as habilitações de Commisario de Letra, e as de Professor de 5.ª e 6.ª Letras do Liceo; d'Instrução, e d'Instrução de Artes; e as de Professor de Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1847 Agosto 23 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	23 de Maio	Com. de S. João
1848 Julho 29 de Conselho	Envia a copia autentica da Port. de 15 de Maio de 1847, e manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	29 de Maio	Com. de S. João
1848 Agosto 14 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	14 de Maio	Com. de S. João
1848 Setembro 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1848 Outubro 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Março 16 de Conselho	Permite a copia autentica do Decreto de Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	16 de Maio	Com. de S. João
1849 Abril 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Maio 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Junho 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Julho 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Agosto 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Setembro 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Outubro 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Novembro 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João
1849 Dezembro 15 de Conselho	Manda o Conselho inferior de instrução e Letra, e de Letra de Regente das Letras, e de Professor de Letra, e de Letra de cada anno.	15 de Maio	Com. de S. João

Figura 15 – Definitivo estabelecimento do Liceu e sua colocação no edificio do Seminário, 1849.

Anexo 7 – Abertura de concurso para oficial da biblioteca do Liceu de Faro publicado no Diário de Governo n.º 202 de 10 de Setembro de 1863)

Pela direcção geral da instrução publica no ministério do reino se ha de prover, precedendo concurso de 30 dias, perante o commisario dos estudos reitor do lyceu nacional de faro, a começar no dia 12 do corrente mez, o logar de official da bibliotheca do mesmo lyceu com o ordenado annual de de 100\$00 réis pagos pelo thesouro publico.

Os que pretendem ser providos no dito logar se habilytarão com certidão de idade de vinte e cinco annos completos, diploma do curso dos lyceus, nos termos dos artigos 47.º, 72.º e 73.º do decreto de 20 de setembro de 1844; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela câmara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos onde tiver residido nos últimos três annos, certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de Julho de 1855, e documento por onde provem que não padecem moléstia contagiosa: tudo reconhecido e sellado.

E, logo que finde o praso acima marcado, o reitor do lyceu nacional de Faro, enviará os processos documentados de todos os concorrentes com a sua informação particular, e propposta graduada á secretaria d'estado dos negócios do reino, pela direcção geral da instrução publica.

Secretaria d'estado dos negócios do reino, em 8 de Setembro de 1863.= Pelo director geral, António Maria de Amorim.

Anexo 8 – Registos relativos aos primeiros livros recebidos no Liceu de Faro provenientes do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos



Figura 16 – Catálogo N.º 1, 1864



Figura 17 – Caderno n.º 2 “Biblioteca: livros e notas”, 1864

Lista

7
Braz. 1864

geral e alfabética dos appellidos e da integra dos nomes dos auctores de todos os livros que se achão nesta Bibliotheca de Arco, em julho de 1864; com a indicação do formato de cada um e da lingua em que está scripto, e dem assim precedida da numeración d'ordem para o catalogo seguinte, e com a designação (a lapis) do lugar em que, de prompto, se achá cada um.

Todos os que levão a numeración encarnada não são inscriptos na Relação da Bibliotheca Nacional, remetida a esta, onde se achá (encadernada) com data de 16 de setembro de 1862.

Todos aquelles que levão * em vez de numero, achão-se inscriptos nella, mas não apparecêção nesta Bibliotheca.

Todos os livros anonymos vão, na mesma ordem alfabética, indicados nesta Lista pelos primeiros nomes dos seus titulos.

N.º d'ordem.	Appellidos e Nomes	Formato e lingua.	Collocação.
1	Abriégé - de l'histoire ecclesiastique.	4.º f.	422
2	„ Chronologique de l'..... „	8.º f.	C. 3.
*	„ - de la nouvelle methode de la -	12.º f.	*

Figura 18 – Catálogo N.º1. Fl. 7, primeira folha preenchida: lista dos apelidos e nomes dos autores dos livros que se encontram na biblioteca em Julho de 1864.

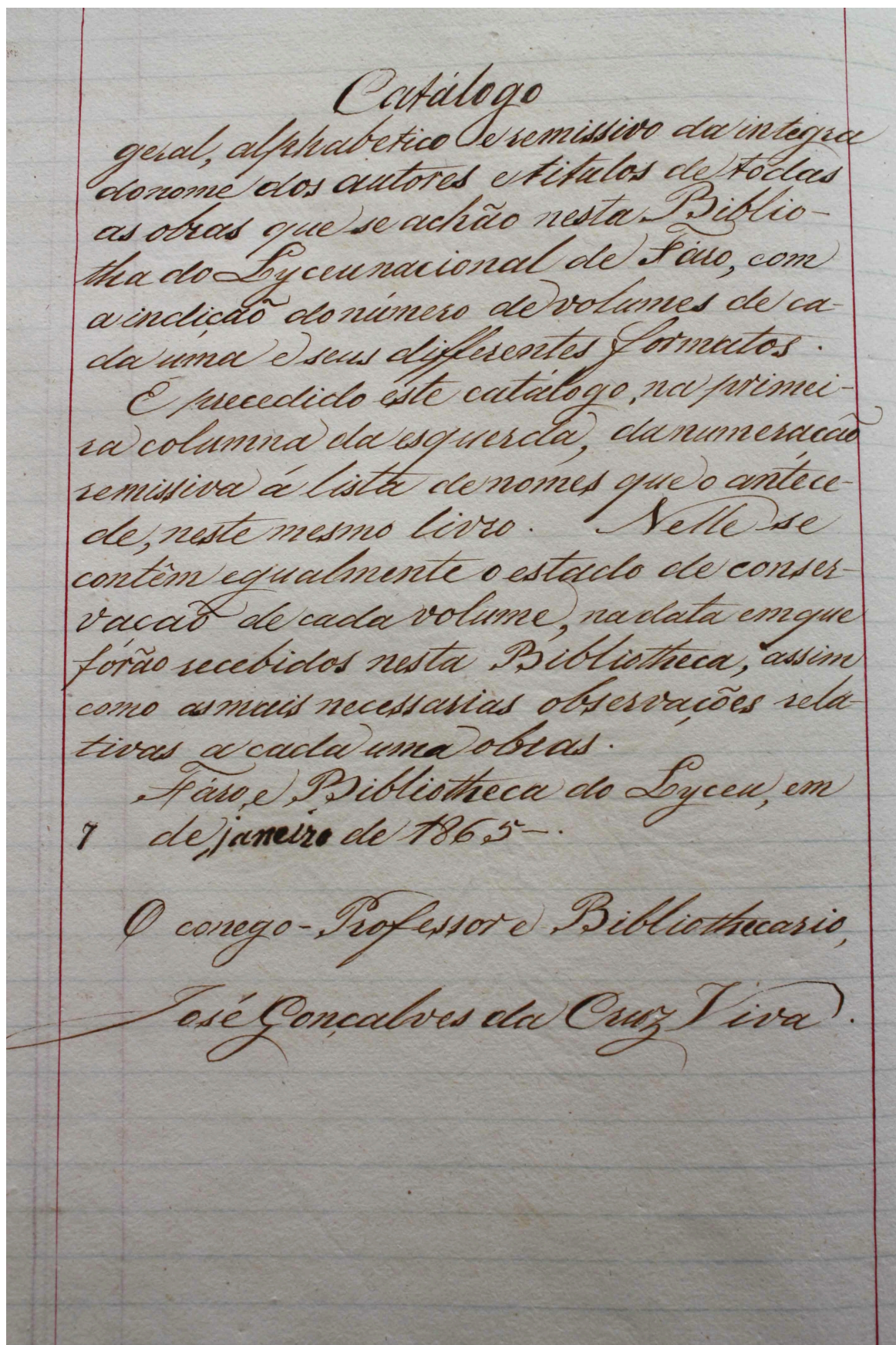


Figura 19 – Catálogo N°1. Fl. 86: Termo de abertura do catálogo alfabético de autores, 1864.

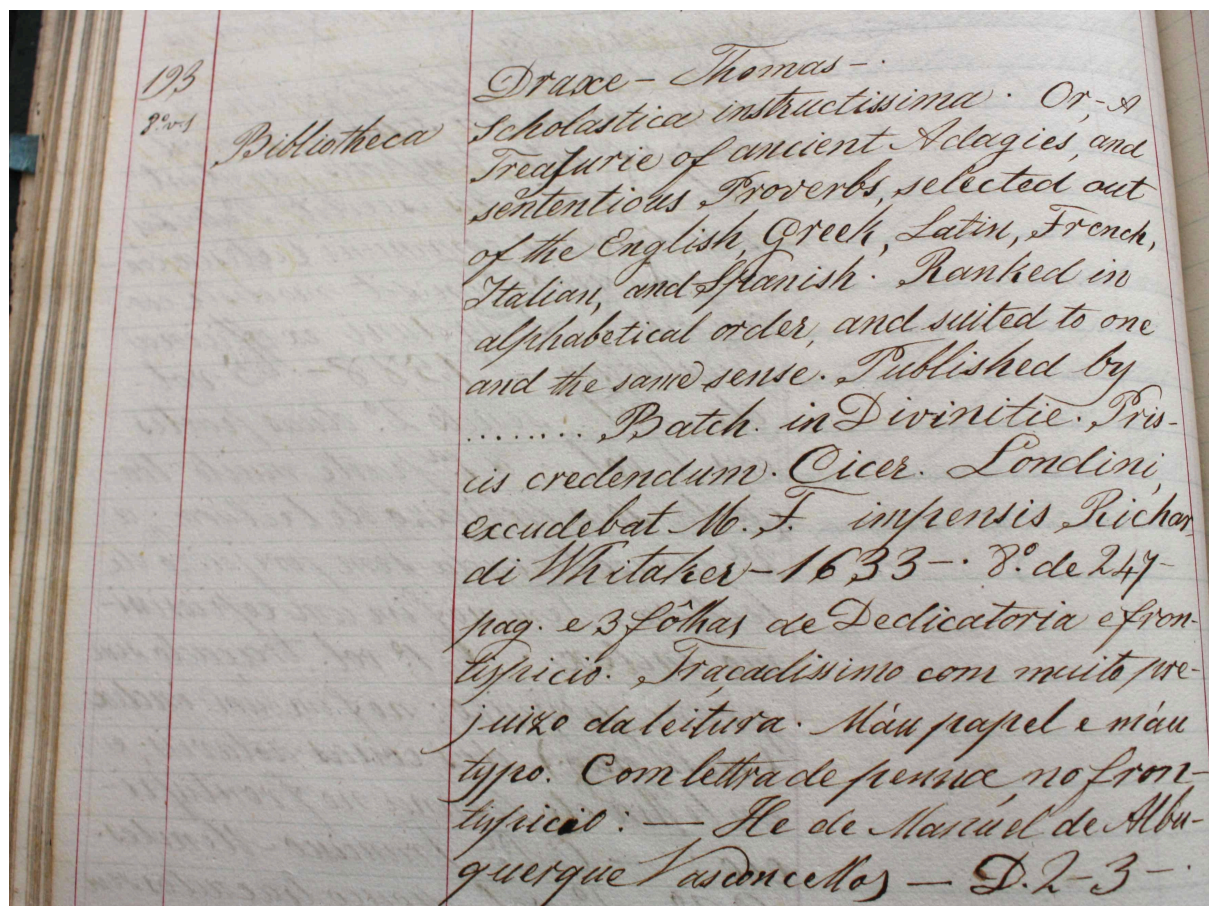


Figura 20 – Catálogo N°1. Exemplo de um registo bibliográfico.

B. 7. 2.

No dia 20 d'abril de 1864, se concluiu a limpeza, collocação definitiva e contagem dos livros existentes nesta Bibliotheca.

Verificou-se que nos 4 armarios e 24 par-
teleiras da estante

A. estão collocados	492
Nos dois armarios e 14 parteleiras da estante	B. estão collocados 229
Nos dois armarios e 14 parteleiras da estante	C. estão collocados 425
Nos dois armarios e 18 parteleiras da estante	D. estão collocados 309
No armario, de 10 partelei- ras, formando um só estante	E. estão collocados 300
<hr/> 1875	

Número total de livros, de varios formatos, existentes nesta Bibliotheca do Liceu de Faro, em 20 d'abril de 1864 -
São mil setecentos e cinco e cinco.

O Bibliothecario e Prof.^{or} José Gonçalves da Cruz Vira.

O Official da Bibliotheca Nicinto Baptista Pires Junior

Figura 21 – Caderno n.º 2. Fl. 2: número de livros e estantes da biblioteca, 20 de Abril de 1864.

B. 707 12

Tratado	L. Francisco. Sobre - 1765-62	80 X 80 1
Bonnet	Jacob Benigno - Discurso sobre a historia univ. - Lib. 1742 - (Não foi nahe- lucão mandada a Casca) Italianos	80 2
Boccalini	Paquagli di Parnaso	80 1
Faltão de diferentes formatos		55 55
Numeros total dos livros faltos.		
Folios.		33 32
Quartos.		15 29
Diferentes formatos		55 54
Somma total		103 100
		103 107

Do que, para assim constar em todo o tempo, fixemos e lançamos este termo, declaração e relação, que assignámos. Ino e Bibliotheca do Lyceu, no dia 10 de maio de 1864.

O Bibliothecario e Professor
José Gonçalves da Cruz Silva.

O Official da Bibliotheca,
Vicente Baptista Cruz Junior.

Figura 22 – Caderno n.º 2. Fl. 12: número de livros em falta.

Anexo 9 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73

8

Senhor.

Por obediencia ao art.^o 94.º M.^o 8.^o da Regula-
mento do 3.^o de Março ultimo tenho a honra
de fazer subir á presença de V. Mage. o relatório an-
nual do estado economico e litterario do Lyceu
N.^o de Faro. Criação e um trabalho digno
de V. Mage. nem de apuramento, como se devesse ser.
E reconhecidas as illustrações de V. Mage. por em,
supplendo as omisões, e a costumada benevolên-
cia que, respectivamente, imploro, reboar e
os muitos defeitos, resultantes da pobreza
de intelligencia, e não da falta de vontade.

Em anno lectivo de 1872 e 1873 o
pessoal de este Lyceu N.^o de Faro de 4 Pro-
fessores proprietarios em exercicio Abilio
da Costa, J. E. de C. Vives, J. E. B. C.
da Costa, e M.^o Casimiro Goncalves, e 2 Pro-
fessores provisórios Viante Baptista O. J.
e J. B. Gomes; do Professor de latim ju-
bilado L. E. da Piedade e do Portu-
guez B. de S. Pereira. Alguns dos Pro-
fessores em exercicio estão legatim.^o pro-
vidos em outros cargos do Lyceu, e todos
e cada um desempenham as assignações,
em que são competentes, com a maior
zelos e applicação, e que tudo demonstra
o ~~rapto~~ M.^o 1.

Pela Portaria de 14 de Janeiro de 1849 o
Lyceu N.^o de Faro foi collocado no edifi-
cio do Seminario, donde desde longo tempo
se haviam já estabelecido as aulas de um.

Figura 23 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, fl. 1.

1489155

successo publico deste Districto em proposito
 common dos alumnos d'um, & d'outro de
 quelles estabelecim^{tos} dos Paes e Lyceos
 destinadas a aulas ^{de medicina} primeira
 4^m 95 de comprimento e de largura 4^m 15,
 a segunda 4^m 94 de comprimento, e de
 largura 4^m 38, a terceira 5^m 10 de com-
 primento, e de largura 5^m 10, e duas no
 pavim^{to} inferior medindo uma 7^m 96 de
 comprimento e 4^m 98 de largura, outra
 9^m 10 de comprimento, e de largura 4^m 98.
 Estas aulas nao tem a capacidade neces-
 saria para a regular e conveniente exerci-
 cio dos trabalhos escolares, e muito menos
 para o servico dos exames estabelecimento
 definitivo das bibliothecas. Para remediar
 esta urgentissima necessidade projectei edi-
 ficar uma sala e brevemente se podesse au-
 vir a presenca de Vossa M^{te} a planta e orca-
 mento do despesa que foi calculado em
~~para esse fim~~ sendo o satis-
 faco^{to} de informar a V. M^{te} e a Junta Ge-
 neral das D^{tas} D^{tas} Contribuico^{es} com a quan-
 tia de 5000 cov^{ts}, ~~gastando por tanto a de~~
 e desde ja, e em conformidade
 da Circular de 8 de Outubro ultimo imploro
 a V. M^{te} a V. M^{te} a V. M^{te} este Lyceo Civ^{il}
 uma bibliotheca formada dos livros
~~que em~~ dos extintos Conventos e em
 Setembro de 1842 recebi de deposito de
 sentente na bibliotheca Civ^{il} de Lisboa
 livros que constam das relacoes que 18
 de Fev^{ro} de 1863 remettez. Todos man-
 dativo m^{to} se levar a eff^{to} o ta^{to} inf^{to} e ut

Figura 24 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, fl. 2.

2 em portuguez (2.^o anno) 17 em
 Francez (1.^o anno) 16 em Mathem-
 tica (1.^o anno) 21 em desenho (1.^o anno)
 7 em latin (1.^o anno) e 8 em geographia
 (1.^o anno) e gnaes os valores q^{ue} ~~foram~~
~~recebidos~~ obtiveram.
 O mappa M.^o 5 apresentas o movim^{to}
 geral do Lyceu.
 O Ch. Cont^o M.^o 8 indica a receita e des-
 piza d'este Lyceu. O total de Faro no im-
 portancia total de 373,456 v^o, sendo
 20,000 v^o recebidos do Thesouro em conform-
 midade do ordeno de p^{re}sent^o M.^o 58,
 e dispendidos no expediente do Lyceu,
 23,040 v^o provenientes das matriculas
 de aberturas, 2,68,410 v^o procedentes das
 matriculas d'incerram^{to}, e 2,000 v^o im-
 portancia do sello dos dois diplomas
 do curso completo do Lyceu. A total
 na importancia total de 23,456 v^o
 e entrou no cofre do Recebedor de
 Faro de Faro.
 Todos os Professores deste Lyceu sup-
 puzeram em tempo competente a depen-
 dencia imposta pelo art. 99 do Regu-
 lam^{to}
 Com os relatorios parciaes dados os
 Professores d'este Lyceu cumpriram
 em tempo competente e obrigaco-
 es imposta pelo art. 99 do Regu-
 lam^{to}. ~~Esta appreciacao e em~~
~~oportunidade q^{ue} os Professores fazem os~~
~~relatorios de Professores~~
 e muito ben

Figura 26 – Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73, fl. 4.

Anexo 10 –Relatório do reitor relativo ao ano lectivo 1872/73: transcrição parcial do folio 1, 2 e 3

l. 29 Pela Portaria de 14 Fevereiro de 1849 o Lyceu Nacional de Faro foi collocado no edificio do, Seminario, onde desde longo tempo haviam já estabelecidas as aulas d'ins- / [p.2] trução publica d'este Districto em proveito / commum doz alumnos d'um e d'outro da- / quellez estabelecimen^{tos}. Para o Lyceu foram / destinadas 3 aulas \ no pavimento rez? / medindo a primeira / 4^m,95 de comprimento e de largura 4^m,45, / a segunda 4^m,94 de comprimento, e de / largura 4^m,38, a terceira 5^m,70 de com- / primento, e de largura 5^m,0 e duaz no / pavimen^{to} inferior medindo uma 7^m,96 de / comprimento e 4^m,98 de largura, outra / 9^m,10 de comprimento, e de largura 4^m,98. / Estas aulas não tem a capacidade neces- / saria para o regular e conveniente exerci- / cio dos trabalhos escolares, e muito menos / para o serviço dos exames e estabelecimento / definitivo da bibliotheca. Para remediar / esta urgentissima necessidade projectei edi- / ficar uma sala, e brevemente farei su- / bir à presença de Vossa Merce a planta e orça- / mento da despesa que foi calculada em / < >. [[e para esta]] Tenho a satis- / fação de informar a Vossa Merce que a Junta Ge- / ral deste Distri^{cto} contribuiu com a quan- / tia de 500\$000 réis, [[faltando portanto a de]] / < > e d'esde já, e em conformidade / da Circular de 8 de Abril ultimo imploro / a Vossa Mercê o retido? Possui este Lyceu Nacional / uma bibliotheca formada dos livros / [[que em]] dos extinctos Conventos Gerais? em / Setembro de 1842 recebi do deposito exis- / tente na bibliotheca Nacional de Lisboa / livros que constam daz relação que 18 / de Fever^{eiro} de 1863 remetti: Todos os an- / tetudio?? novos?? que levar a essa obra tão imp^{ortante} e neste? / nos tem augmentado o numero dos / volumes, já por oferecimento [[particular]], / já por compra, de que tudo [[me cum- / pre dar]] \darei/ a Vossa Merce, como me cumpre, conta / circumstanciada.

Anexo 11 – Bibliotecas da primeira circumscrição em 1881 de acordo com Visconde de Benalcanfor nos seus *Apontamentos de um inspector de Instrucção Secundária*

Liceu de	Descrição	
Portalegre	A bibliotheca, que apenas conta quatro ou cinco livros clássicos, os únicos de valia que ali vi, installada n'um cubículo, compões de volumes destituídos de utilidade literária e de proveito científico, e estes mesmos pela maior parte são pertença do respectivo guarda, um homem honrado, que os estima como filho, e promete doal-os áquelle instituto! O resto d'aquella bibliotheca pouco valiosa pertence ao seminário diocesano.	p. 15
Beja	(...) a bibliotheca é tão exigua, que não possui trezentos volumes, continuando a exemplificar nas suas acanhadas estantes a extrema penúria que afflige as bibliothecas dos lyceus, a que é dever acudir impreterível acudir com o mais forte subsidio	p. 17
Évora	A bibliotheca é resumida	p. 18
Santarém	A bibliotheca é limitada (347 vol.), mas ainda assim conta bons livros e encyclopedias modernas, importantes, como o Diccionario de Larrouse, Historia Universal de Guilherme Oucken, instructivas revistas litterarias, como a Revista dos dois mundos, além de obras de sciencias naturaes para o estudo dos alumnos. Vê-se ali um catalogo minucioso, exigindo o reitor aos professores, que levam livros para casa, que se responsabilisem por escripto a restituilos, acautelando-se por escripto a restituilos, acautelando-se por esta forma o damno de qualquer extravio. Com a verba excessivamente modesta, de que dispõe para a aquisição de livros, é muito louvável o zelo, com que o reitor do lyceu de Santarem procura organizar a bibliotheca d'aquelle instituto e augmental-a, adequando-a acertadamente às exigencias severas do ensino científico e às amenidades da boa litteratura, as quaes alegram o espirito, formam o gosto e deleitam a imaginação dos escolares.	p. 19
Faro	A bibliotheca, que está encerrada n'uma saleta inteiramente imprópria para tal serviço, conta 1:921 volumes, entre estes algumas edições de clássicos antigos, livros valiosos sob o aspecto bibliográfico, mas pela maior parte, se não na totalidade, inúteis para o ensino moderno	p. 19
Ponta Delgada	Devemos n'este logar pôr em relevo uma circumstancia honrosa para o reitor António Lourenço da Silveira Macedo; e é que da gratificação, que até então recebia, tirava meios para algumas encadernações. – «OS livros (escrevia-me ele em officio de 16 de abril de 1881) estão todos catalogados alphabeticamente por assumptos, numerados e indicados nos respectivos índices, trabalho este feito todo por mim e pelo actual official desde janeiro de 1880, em que tomei conta da biblioteca, pois que até então esta não era mais do que um granel de livros, cujo assumpto pela maior parte se ignorava, sem regulamento, nem methodo de escripturação.»	
Horta	existem n'ella 5313 voliumes: 5:00 mandados para ali pelo governo, a maior parte dos quaes dão obras de theologia inúteis paea o ensino; 280 offerecidos, e 33 comprados a expensas do lyceu.	p. 21

Liceu de	Descrição
Funchal	A livraria compõe-se de 296 volumes, a respeito dos quaes não tenho por ora indicações exactas, não podendo pois formar o meu juízo sobre a sua valia real para o ensino; devendo notar-se – circumstancia muito attendivel – que esta exigua bibliotheca data de 1861, e que o seu custemamento procede todo das economias do expediente. p. 22

Anexo 12 – Corpo docente do Liceu de Faro no ano lectivo 1910/1911

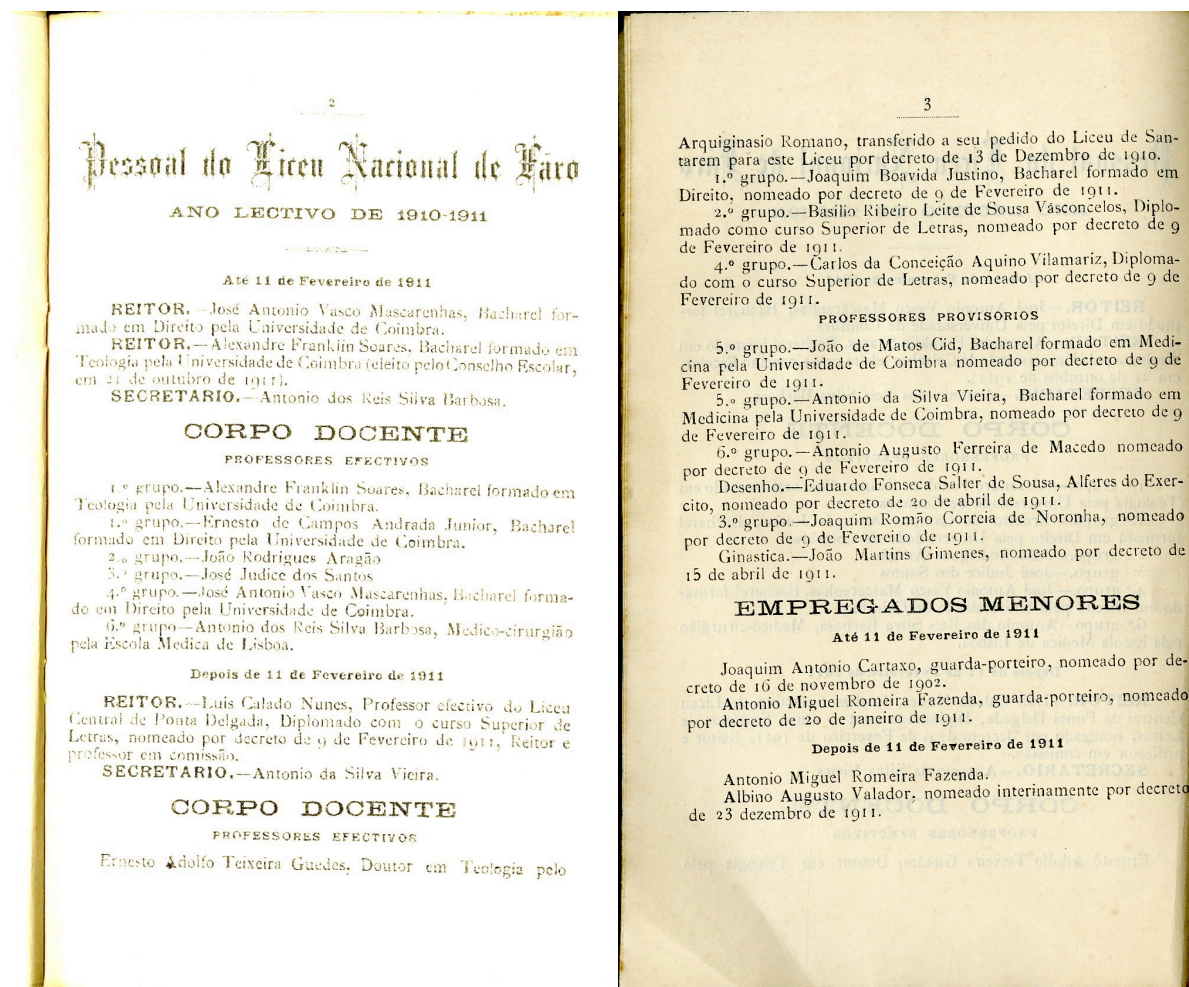


Figura 27 – Corpo docente 1910/1911

Anuário do Liceu Nacional de Faro referente ao ano lectivo 1910/1911

BGUC, cota 8-120-3

Anexo 13 – Livros adquiridos para a biblioteca no ano lectivo 1910/1911

Anuário do Liceu Nacional de Faro referente ao ano lectivo 1910/1911
 BGUC, cota 8-120-3

13

Aquisições desde 13 de Fevereiro de 1911

BIBLIOTECA

1	Garrett	— Flores sem fructo....	1 volume
2	»	— Fabulas, folhas caidas.	1 »
3	»	— Camões	1 »
4	»	— Lirica de João Minimo	1 »
5	João de Deus	— Prosas	1 »
6	»	— Campo de Flores....	1 »
7	Theophilo Braga	— Arcadia Lusitania....	1 »
8	»	— Lendas Cristans....	1 »
9	»	— Bernardino Ribeiro....	1 »
10	»	— Amadis de Gaula....	1 »
11	»	— Cancioneiro da Vaticana	1 »
12	»	— Filinto Elísio	1 »
13	Camilo	— Um homem de brios..	1 »
14	»	— No Bom Jesus do Monte	1 »
15	»	— Romance de um ho- mem rico	1 »
16	»	— A Caveira da Martir..	1 »
17	»	— A filha do Dr. Negro..	1 »
18	Gonçalves Crespo	— Nocturnos	1 »
19	»	— Miniaturas	1 »
20	Guerra Junqueiro	— Os Simples	1 »
21	»	— Patria	1 »
22	»	— Morte de D. João....	1 »
23	Julio Diniz	— A Morgadinha dos Ca- naviais	2 »
24	»	— As Pupilas do Sr. Reitor	1 »
25	»	— Uma familia Inglesa...	1 »
26	»	— Serões de Provincia...	1 »
27	Biblioteca dos classicos Por- tuguêses	— Historia do Cerco de Diu	1 »
28	»	— Historia do Cerco Ma- sagão	1 »
29	»	— Dois Capitães da India.	1 »
30	J. A. de Freitas	— Othelo (Trad.)	1 »
31	Jacinto F. d'Andrade	— Vida de D. João de Castro	1 »
32	Castilho	— Georgicas de Vergilio..	1 »
33	Silvestre Ribeiro	— Dante e a Divina Come- dia	1 »

Figura 28 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911, 1-33.

14		15	
34	D. Francisco M. de Melo	—Feira de Anexins.....	1 volume
35	D. Reis Quita	—Obras.....	2 »
36	»	—Eufrozina.....	1 »
37	Adolfo Coelho	—Questões da Língua Portuguesa.....	1 »
38	F. Dinis	—Portugal.....	1 »
39	B. Branco	—Portugal na época de D. João V.....	1 »
40	Francisco de Morais	—Obras.....	3 »
41	»	—Palavras de D. Pedro V.....	1 »
42	Correia Garção	—Obras Poeticas.....	1 »
43	Rodrigues Lobo	—Côrte na aldeia.....	1 »
44	A. Pimentel	—Côrte de D. Maria I.....	1 »
45	»	—O Poeta Chiado.....	1 folheto
46	Fernando Paiva	—O Conde de Castel-Melhor.....	1 volume
47	Trindade Coelho	—Os meus amores.....	1 »
48	Padre Antonio Vieira	—Trechos seletos.....	1 »
49	Antonio Ferreira	—Poemas Lusitanos.....	2 »
50	Nicolau Tolentino	—Obras poeticas.....	2 »
51	B. da França	—Macau e os seus habitantes.....	1 »
52	J. J. Rodrigues	—O Paço Episcopal de Lamego.....	1 folheto
53	J. Rasteiro	—Quinta da Bacalhoa.....	1 volume
54	»	—Contos Populares do Brasil.....	1 »
55	A. Fuschini	—Arquitetura Religiosa da Edade Media.....	1 »
56	Epifanio Dias	—De Situ orbis de Esméraldo.....	1 »
57	Camilo	—Onde está a felicidade?.....	1 »
58	»	—Tratado de Agricultura.....	1 »
59	»	—Telegrafia sem fios.....	1 »
60	»	—Stenografia.....	1 »
61	»	—Fables et contes indiens.....	1 »
62	M. ^{me} Staël	—De l'Allemagne.....	1 »
63	»	—Litterature japonaise.....	1 »
64	L. d'Assumpção	—Dic. de termos de Architectura.....	1 »
65	Gibbons	—Hist. de la decadence de l'empire romain.....	13 »
66	L. Figuiér	—Les grandes inventions.....	1 »
67	Flammarion	—Qu'est ce que le ciel?.....	1 vol.
68	»	—As Terras do Ceo.....	1 »
69	Shakspeare	—Plays.....	3 »
70	A. Coelho	—Questões da lingua portuguesa.....	1 »
71	Lesage	—Le Diable boiteux.....	2 »
72	Dickens	—A Christmas card.....	1 »
73	Montesquieu	—Oeuvres.....	1 »
74	Corneille	—Chefs d'œuvres.....	3 »
75	»	—Michél Ange poète.....	1 »
76	E. Amicis	—Contos militares.....	1 »
77	Duruy	—Hist de los Romanos.....	2 »
78	C. Dickens	—Contos do natal.....	1 »
79	Hartmann	—Darwinisme.....	1 »
80	Büchner	—Science et Nature.....	2 »
81	»	—Psychologie des sentiments.....	1 »
82	»	—La Psychologie anglaise.....	1 »
83	»	—Esquisse d'une Psychologie.....	1 »
84	»	—La Race et les Langues.....	1 »
85	Bain	—La science de l'éducation.....	1 »
86	Le Dantec	—Theorie nouvelle de la vie.....	1 »
87	Binet	—Le magnetisme animal.....	1 »
88	Mortillet	—La Préhistorique.....	1 »
89	Topinard	—L'Anthropologie.....	1 »
90	Muller	—Essai sur l'hist. des religions.....	1 »
91	Le Dantec	—De l'homme à la Science.....	1 »
92	Le Bon	—L'évolution des forces.....	1 »
93	Le Dantec	—Lutte universelle.....	1 »
94	Le Bon	—L'évolution de la matière.....	1 »
95	Letourneau	—La Biologie.....	1 »
96	Lefevre	—La Philosophie.....	1 »
97	Bonbarieu	—La Musique.....	1 »
98	Launay	—Histoire de la Terre.....	1 »
99	Le Bon	—La Psychologie de l'éducation.....	1 »
100	Bibl. class. latine	—Caesar.....	4 »
101	»	—Quintus Curtius.....	3 »
102	»	—Corellus Nepos.....	1 »
103	»	—Sallustius.....	1 »

Figura 29 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911, 34-103.

16		17	
104	Bibl. class. latine	— Seneca.....	11 vol.
105	»	— Tacitus.....	5 »
106	»	— Ovidius.....	10 »
107	»	— Cicero.....	20 »
108	»	— Vergilius.....	9 »
109	»	— Lucrecius.....	2 »
110	»	— Horatius.....	3 »
111	»	— Stacius.....	4 »
112	»	— Tibullus.....	1 »
113	»	— Catullus.....	1 »
114	»	— Phedrus.....	2 »
115	»	— V. Maximus.....	2 »
116	»	— Suetonius.....	2 »
117	»	— Juvenalis.....	3 »
118	»	— L. Florus.....	1 »
119	»	— Justinus.....	1 »
120	»	— Terencius.....	3 »
121	»	— V. Paterculus.....	1 »
122	»	— Silius Italicus.....	1 »
123	»	— Poetae minores.....	7 »
124	Taine	— De l'Intelligence.....	2 »
125	»	— Les Philosophes classi- ques.....	1 »
126	Coulanges	— La cité antique.....	1 »
127	Daudet	— Tartarin de Tarascon..	1 »
128	»	— Tartarin sur les Alpes..	1 »
129	E. Litté	— Etudes sur le Moyen-âge	1 »
130	»	— Satira Sulpicia.....	1 »
131	H. Sienkiewicz	— Quo Vadis?.....	2 »
132	Montesquieu	— Oeuvres.....	1 »
133	G. Flaubert	— M. ^{me} Bovary.....	1 »
134	»	— A quoi tient la superio- rité des Anglo Saxons	1 »
135	»	— Grammaire hist. de la langue française.....	1 »
136	»	— Hist. de la langue fran- çaise.....	2 »
137	»	— Hist. de la formation de la langue française....	1 »
138	Th. Braga	— Curso de Literatura por- tuguêsa.....	1 »
139	»	— Modernas ideas da Lit. ^a portuguêsa.....	2 »
140	Th. Braga	— Visão dos Tempos....	4 vol.
141	Fernão d'Oliveira	— Gramatica.....	1 »
142	A. Herculano	— Poesias.....	1 »
143	Bibl. do Povo	— Dic. Port. Inglês e In- glês e Port.....	2 »
144	Ribeiro Nobre	— Física 4. ^o e 5. ^o anos....	1 »
145	A. Machado	— Quimica.....	1 »
146	»	— Quimica 4. ^o e 5. ^o anos....	1 »
147	A. Coutinho	— Botanica.....	1 »
148	M. Mano	— Historia antiga.....	1 »
149	Larousse	— Petit Larousse illustré..	1 »
150	J. A. Freitas	— Othelo.....	1 »
151	Th. Braga	— Sá de Miranda.....	1 »
152	»	— Bocage.....	1 »
153	»	— Garrett e os dramas ro- manticos.....	1 »
154	Eça de Queiroz	— Cartas de Inglaterra....	1 »
155	»	— Prosas barbaras.....	1 »
156	»	— Echos de Paris.....	1 »
157	Th. Braga	— Amadis de Gaula.....	1 »
158	Bibl. ant. e mod. Bocage	— Sonetos.....	1 »
159	»	Th. Gonzaga—Marilia de Dirceu	1 »
150	»	T. Macedo — Festa de Baldo..	1 »
161	»	G. Dias — Sextilhas de Fr. Antão.....	1 »
162	»	Alv. Azevedo—O Poema do Frade	1 »
163	»	Semedo — Liricas.....	1 »
164	»	A. Prestes — Auto da Ave Maria	1 »
165	»	A. Diniz — O Hissopo.....	1 »
166	»	Alencar — Iracema.....	1 »
167	»	Alvarenga — Poemas eroticos.	1 »

OFERTAS

Lenda de Inês de Castro... of. por	Calado Nunes	1 vol.
Alexandre Herculano..... » »	Caldas Cordeiro	1 »
Sumario de Filosofia evolu- cionista..... » » » »	» » » »	1 »
Envelhecer..... » » » »	» » » »	1 »
Corações inquietos..... » » » »	» » » »	1 »
Anciosos..... » » » »	» » » »	1 »
No pais do sol 1. ^o » » » »	Luduvico de Menezes	1 »
» » » » 2. ^o » » » »	» » » »	1 »

Figura 30 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911, 104-167. Ofertas.

18

No país do sol 3.º.....	of. por Ex.º Sr. Ludovico de Menezes	1	vol.
Brasil Portugal-4.º, 6.º, 7.º e 8.º anos.....	» » Bibl. da Inst. Publica	4	»
Portugal por Z. Candido...	» » » » »	2	»
Fenícios e Cartagineses por P. Lima.....	» » » » »	1	»
Portugal Contemporaneo...	» » » » »	1	»
Do Minho ao Algarve.....	» » » » »	1	»
Histoire de d'Instruction et de l'éducation.....	» » » » »	1	»
Hannibal e Napoleão P. Lima	» » » » »	1	»
Atlas de Zoologia.....	» » Dir.º G. de I. Publ.	1	»
Coleções de manuscritos e ineditos (Fastigia) por Tomé Pinheiro da Veiga.	» » Bibl. P. M. do Porto	1	»
Dictionaire universel du commerce et de la Navigation	» » Ex.º Sr. Eduardo Salter de Sousa	2	»
Oeuvres complètes de Lafontaine.....	» » Calado Nunes	1	»

OFERTAS

Brasil Portugal-4.º, 6.º, 7.º e 8.º anos.....	» » Bibl. da Inst. Publica	4	»
Portugal por Z. Candido...	» » » » »	2	»
Fenícios e Cartagineses por P. Lima.....	» » » » »	1	»
Portugal Contemporaneo...	» » » » »	1	»
Do Minho ao Algarve.....	» » » » »	1	»
Histoire de d'Instruction et de l'éducation.....	» » » » »	1	»
Hannibal e Napoleão P. Lima	» » » » »	1	»
Atlas de Zoologia.....	» » Dir.º G. de I. Publ.	1	»
Coleções de manuscritos e ineditos (Fastigia) por Tomé Pinheiro da Veiga.	» » Bibl. P. M. do Porto	1	»
Dictionaire universel du commerce et de la Navigation	» » Ex.º Sr. Eduardo Salter de Sousa	2	»
Oeuvres complètes de Lafontaine.....	» » Calado Nunes	1	»

Figura 31 – Aquisições para a biblioteca desde Fevereiro 1911. Ofertas (continuação).

Anexo 14 – Offício circular da Câmara Municipal de Faro, 26 de Fevereiro de 1910

Arquivo Histórico Municipal de Faro

Fundo Documental: Câmara Municipal de Faro, Secção C/Serviços Administrativos, subsecção C/A Expedientes: Série C/A.5, Correspondência expedida (copiadores), 1834-1969, N.º 36, 1909-1910

De ha muito que o Algarve é pouco tratado dos poderes publicos e no entanto é a unica provincia que procura progredir.

Uma das faltas maiores que se nota é a de não ter um lyceu central e realmente não ha motivo pela distancia a que se encontra d'outros lyceus centraes e pelo numero d'alumnos que já hoje tem, para ser privado de tão grande melhoramento.

Na organização actual dos lyceus decretada em 1894 foram estabelecidos 3 lyceus centraes, Lisboa, Porto e Coimbra.

As cidades de Braga, Vizeu e Evora reclamaram logo contra esta disposição e conseguiram, mediante compromissos elevar a centraes os seus lyceus, equiparados aos de Lisboa, Porto e Coimbra.

Vizeu e Evora não tem população lyceal superior ao nosso e estão mais perto de outros lyceus centraes. Dizemos mais, que o numero dos alumnos dos 3 lyceus do Alemtejo excede já em muito poucos alumnos o do nosso unico lyceu nacional adstricto, sómente ás suas, 5 classes.

Varias tem sido as tentativas para se conseguir remediar esta desigualdade que nos molesta e nos prejudica consideravelmente.

As camaras de Braga, Vizeu e Evora tomaram a responsabilidade perante o Governo do accrescimo de despeza resultante da passagem do seu lyceu de nacional a central com as suas 7 classes ou curso geral dos lyceus. Essa promessa não se tem tornado onerosa para aquelles districtos porque provavelmente o accrescimo do rendimento de propinas dá para o augmento.

No Algarve tem havido mal fundada resistencia de algumas camaras ao compromisso de contribuição para o custeio das duas classes que nos faltam quando, como adiante se verá, esse compromisso não traz gravame nenhum nem actualmente nem em futuro muito largo.

D'estas circumstancias tem resultado a violencia inaudita imposta aos chefes de familia que desejando dar educação aos seus filhos se veem obrigados a envial-os para as cidades dotadas de lyceus centraes e isto n'uma idade, geralmente 15 annos, em que os adolescentes tanto carecem do conselho e amparo da familia, não sendo poucas as vezes em que esses estudantes se perdem e inhabilitam para continuarem as suas carreiras.

As despesas com a sustentação dos alumnos em terras distantes e desconhecidas a maior parte das vezes dos paes são muito maiores do que seriam na sua provincia onde, ainda que os filhos venham sós para os lyceus tem amigos ou familias conhecidas que olham por elles. O facilitar-se assim o ensino secundario ás classes menos abastadas é além de um dever de todos nós um grande beneficio para essas classes.

De ha muito que podia e devia ter sido remediado este estado de cousas e é tempo de se tratar de um modo efficaz d'este assumpto de tão grande monta para a nossa querida provincia.

Tem o Algarve 60.500 fogos com 260.000 habitantes. Em população só tem acima Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro e Santarem andando a Guarda por população igual. Em superficie occupa o Algarve entre os districtos do Reino o 8.º lugar em 21 districtos. A sua superficie é de 501.890 hectares. Tem quasi o dobro da superficie de todas as ilhas adjacentes 2/3 da sua população e 2/3 da população de todo o Alemtejo que tem 2.388.500 hectares ou quasi 5 vezes mais area!

O lyceu de Faro elevado a central, tem maior numero de alumnos do que os 3 lyceus de Beja, Portalegre e Evora (central).

O lyceu de Faro com os seus 14 professores para o serviço das suas 5 classes, todas desdobradas, faz uma despeza annual de 7.702.295 réis e ainda não foi dotado com o ensino de gymnastica que faz parte do programma e está já em execução em quasi todos os lyceus quer nacionaes quer centraes.

Sendo elevado a central, o seu pessoal docente será augmentado de 4 professores.

Admittida a hypothese de que esses logares são preenchidos por professores interinos provisoriamente, o que é natural, por haver falta de professores effectivos no paiz, occasionarão elles uma despeza annual de 1.499.866 réis. Calculado que pela elevação a central tem mais 150 alumnos, o rendimento correspondente de propinas é de 1.350.000 réis

Suppondo que como externos concorrem mais 20 alumnos as propinas são..... 1.040.000 réis
e que com..... 1.350.000 »
dará..... 2.390.000 »

e isto nos poria inteiramente ao abrigo da hypothese de contribuição para custeio.

Era preciso que o pessoal docente fosse todo effectivo e que se augmentasse de um continuo e até de um amanuense segundo o quadro dos lyceus centraes para que a despeza com 4 professores fosse de (a 500.000 réis)..... 2.000.000 réis

Gratificação de exercicio..... 666.666 »
(dispensaveis) continuo a mais..... 150.000 »
amanuense..... 200.000 »

Fariamos despeza effectiva..... 3.016.666 »
deduzidos os excessos de rendimento acima referidos teriamos.... 626.666 »
para ser pago por todas as camaras do districto.

Como é Faro a que deve pagar mais lembrava-me de dividir a importancia a pagar por 23

Faro pagar 3 quotas.

Lagos » 2 »

Silves » 2 »

Tavira » 2 »

Olhão » 2 »

Loulé » 2 »

Portimão » 2 »

e as outras camaras 1 quota.

Como disse, isto só se daria na peor das hypotheses e quando os professores fossem todos proprietarios o que nunca pode acontecer.

Rogo pois a V. Ex.^a a fineza de expôr á Ex.^{ma} Camara da sua mui digna Presidencia o que acima deixo dito e se assim o entender, resolver em sessão enviando-me copia da acta da deliberação em que, em poucas palavras, se responsabilisa por 2 quotas das 23 em que será dividida a despeza que se fizer a mais com o lyceu central.

A camara de Faro em sua sessão de 24 do corrente deliberou responsabilisar-se pelas suas 3 quotas.

E como o assumpto é de grande importancia para todo o districto, rogo a V. Ex.^a a fineza de o encaminhar por forma a não demorar muito a resposta d'essa Ex.^{ma} Camara.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Faro, 26 de Fevereiro de 1910.

Ill.^{ma} Ex.^{mo} Sr. Presidente da Camara Municipal de

O Vice-Presidente,

Anexo 15 – Serviço de catalogação [191?]

Folhas soltas existentes na biblioteca da ESJD, não datadas, que apresentam uma listagem de obras distribuídas por 10 estantes, em que é indicado o título da obra, autor, número de volumes, número da estante, número da prateleira. Provavelmente realizada entre 1916 e 1920.

Serviço de Catalogação			
Título da Obra	Autor	Vol.	Est. Prateleira
Coleção Science et Religion			
Apologetique et Theologie			
Le Apostolat laïque dans le temps présent	Abbé H. Flancix	1	6 2
Qu'est-ce qu'un Saint? (essai de Psychologie individuelle)	Dom Paul Chauvin O.S.B.	1	" "
Le au-delà ou la Vie future d'après la Science et la Foi	J. Laxenaire	1	" "
Abstinence religieuse dans le temps présent	H. Flancix	1	" "
Les Motifs d'Espérance	Ferdinand Brunetière	1	" "
Preuves de l'Immortalité de l'Âme (adapté de l'Allemand par)	Gemain Gazaqueol	1	" "
L'Apologetique	Mgr. Douais	1	" "
Faut-il une religion?	André Guyot	1	" "
Supériorité du Christianisme (coup d'œil sur les religions comparées)	Pierre Combet	1	" "
Pourquoi l'on doit être Chrétien?	M. Lepin		
La Religion Catholique peut-elle être une science?	Georges Fremont	"	" "
Nos raisons d'être Catholiques	Dr. Loddier S. J.	"	" "
Si toutes les religions se valent?	J. Brugereotte	"	" "
A quoi sert la religion? (conférences faites aux étudiants en 1905)	Ph. Delmont	1	" "
Est-il raisonnable d'avoir une religion? Est-elle la seule?	Dr. S. Pascauld	"	" "
Nécessité philosophique de l'existence de Dieu	H. Appelmanns	"	" "
Les Marques de la véritable Eglise (Robert Bellarmine (1542-1621))	L. Christiani	"	" "
Catholicisme et Libre Pensée	George Consegrive	"	" "
L'Apologetique de Lacordaire	H. P. J. Folghera	"	" "
Valeur Apologetique du Martyre	Carlou Dorlais	"	" "
Le Témoignage des Martyrs	L. Sabatier	"	" "
Les Causes de l'Incertitude (pourquoi y a-t-il des hommes qui ne professent aucune religion?)	Abbé Guyot	"	" "
Les raisons actuelles de croire	Ferdinand Brunetière	"	" "

Figura 32 – Serviço de catalogação. Exemplo: Estante 6.

Serviço de catalogação

Nome do livro	seu autor	1º	2º	3º	4º	Obs.
Cancioneiro d'Ajuda	Carolina Michaëlis Vascon	2	1	1	1	
As Canções de D. João Garcia de Guilbardo	Oscar Nobile	1	1	1	1	2
Textos arcaicos	J. Leite de Vasconcelos	1	1	1	1	3
Textos Antigos Portuguezes (Com os cantos e cantigas de Santa Cruz)	J. G. Nunes	1	1	1	1	4
Chronica do Infante D. Fernando	Mendes do Gusmão	1	1	1	1	5
" do Condestable de Portugal D. Nuno	" " "	"	"	"	"	6
Cancioneiro Geral	Garcia de Resende	5	"	"	"	7
Castilho	" " "	1	"	"	"	8
Frisão o Bramarado	Festilo Braga	1	"	"	"	9
Chronica d'El-rei D. Duarte de Guiz de Guiz	Alfredo Coelho Brazalbas	1	"	"	"	10
Obras de Gil Vicente (correctas)	J. D. Barros Feio e J. G. Nunes	2	"	"	"	11
Imoculoso do Vaqueiro	Gil Vicente	1	"	"	"	12
Auto da Barca do Inferno	" "	1	"	"	"	13
Auto da Festa	" "	1	"	"	"	14
Imocidade de Gil Vicente (quadros da vida port. sec. XV e XVI)	Julio de Castilho	1	"	"	"	15
Auto da Allua - Auto de D. Maria Parda	Gil Vicente	1	"	"	"	16
Carta a El-rei D. João III sobre o herando	J. M. de Guiz Velho	1	"	"	"	17
Gil Vicente e a sua Obra	J. G. de Brito Rebelo	1	"	"	"	18
Gil Vicente	Vito de Noronha	1	"	"	"	19
Obras de António Prestes	Alberdo Finemel	1	"	"	"	20
Obras do Poeta Chiado	Bernardino Ribeiro	1	"	"	"	21
Obras	A. Epifanio da Silva Dias	1	"	"	"	22
Obras de Cristovão Falcão (avulso por escrito)	Alberdo Finemel	1	"	"	"	23
O Poeta Chiado (com investigações sobre a sua vida)	Audri de Resende	1	"	"	"	24
Antiquidade de Braga	Diogo de Teive	1	"	"	"	25
Popolos que contém referencias a todos o homens	Carolina Michaëlis	1	"	"	"	26
Poesias de Francisco Sá de Miranda	António Ferreira	2	"	"	"	27
Poesias Lusitanas	Julio de Castilho	3	"	"	"	28
António Ferreira (estudo biográfico-literário)	Jorge Ferreira de Vasconcelos	1	"	"	"	29
Comedia Hlyssippo	" " "	1	"	"	"	30
Comedia Injuria	Pedro Andrade Caminha	1	"	"	"	31
Poesias	António Bastião	1	"	"	"	32
O Poeta Andrade Caminha e o seu cancionero desconhecido	J. P. Riebeck	1	"	"	"	33
Poesias inéditas de P. Andrade Caminha						

Figura 33 – Serviço de catalogação. Exemplo: Estante 1.

Anexo 16 – Exposição de Alves de Moura, Maio de 1927

Ex.ª m.ª. Presidente e
Ex.ª m.ª. membros do Conselho Escolar

É de lei e de reconhecida vantagem para o ensino e para o estímulo do estudante, organizar no fim de ano lectivo uma "exposição de todos os trabalhos escritos, manuais e de desenhos executados pelo aluno".

Sei que não é hábito deste estabelecimento de ensino fazer tal exposição, talvez porque, por falta de sala para a instalação dos diferentes gabinetes, incluindo a sala de desenho, não tenha sido possível proceder-se a este acto de tão grande interesse pedagógico.

É preciso de facto uma dose extraordinária de boa vontade para se fazer alguma coisa de útil neste sentido quando não há, como aqui, os elementos indispensáveis à elaboração dos trabalhos práticos.

No que diz respeito à disciplina de geografia, o R.º não sabem muito bem que o respectivo gabinete — que só por isso pode ter esta denominação pela da na porta — está atijado numa sala de pequeníssimas dimensões onde apenas há uma mesa sobre a qual não podem trabalhar mais de quatro alunos ao mesmo tempo.

No ano escolar passado, apesar de

Figura 34 – Exposição de Alves de Moura, fl.1.

mas ser director do gabinete — pois o
Lugar era occupado por um professor
de latim — pedi providencias a quem
de direito para que fosse destinada
uma sala ao gabinete de geografia
que até ai só teve existencia na fo-
lha de vencimentos...

Foi-me prometida para Outubro de
1926 e apesar de ter solicitado do hu-
sitor actual a sala que me havia
sido prometida e que só o gabinete é
destinado pelas suas dimensões, con-
tinuo metido com os alunos entre
quatro paredes que dá mais a impres-
são d'um armário do que d'um gabi-
nete, onde não ha espaço para trabalhar
nem mesmo para collocar os trabalhos
realizados.

Depois-me foi isso obrigado a mandar
parte dos alunos para a sala da classe
a que pertencem, não podendo assim
exercer convenientemente a vigilância
que é indispensavel á elaboração dos
trabalhos.

Não se pode admitir que a uma licen-
ça com muita frequencia aproximada
de 400 alunos e portanto com muita
receita consideravel, faldem os requisitos
indispensaveis aos trabalhos que o su-
fubamento e o bom senso exigem que
se executem.

O Conselho Escolar tem de pôr de parte
todas as questinmentos mesquinhas que
se assobebam e que o desprestigiam pe-
rante os alunos e perante o país, para

Figura 35 — Exposição de Alves de Moura, fl.2.

cumprir exclusivamente o seu dever.
 Não se pode continuar neste litargo
 em que o liceu tem estado mergulhado.
 É preciso que as conferências públi-
 cas dos alunos sob a direcção dos profes-
 sores, se refiram as exposições dos seus
 trabalhos; é preciso que lhes seja fa-
 cilitada a Bibliotheca que de forma al-
 gunha deve continuar a ser monopó-
 lío dos professores; é preciso proceder
 immediatamente á aquisição dos livros
 indispensáveis e úteis para esse fim;
 urge adquirir o material necessário pa-
 ra a instalação do gabinete de desenhos
 e para o desenvolvimento dos outros ga-
 binites.
 O Conselho Escolar é o único responsa-
 vel pela falta de tudo isto pois não lhe
 faltam os meios necessários para tal
 fim.
 Dize-se que não ha salas, não constitui
 uma razão de peso, pois não licem que
 se dê as horas de prosir a um gabinete
 exclusivo de Secretários e que dê as suas
 aulas de Pimástica numa sala a ou-
 tros efeitos destinados, não pode apresen-
 tar a desculpa de não ter salas para
 gabinetes.
 Não me compete
 talvez, a mim que sou de mais novo
 professor efectivo, apontar a P. M.
 os males de que sofre o nosso liceu e
 cujo remédio tão fácil de conseguir,
 deve ser, sem perda de tempo, applicado.
 Como porém, quero des-

Figura 36 – Exposição de Alves de Moura, fl.3.

mentir os que me criaram a fama de insubordinado e de irresponsável pelo estado moral a que chegam o nosso liceu e pretendo que todos saibam que preço acima de tudo a profissão que escolhi e para a qual me senti e sinto com vocação; como desejo, se um dia me ausentar desta cidade, deixar o nome que mereço e não o que pretendem atribuir-me, como quero provar que toda a minha acção dentro deste liceu tem sido sempre orientada de forma a praticar a profissão que escolhi e dar impulsos ao ensino de minha especialidade, eu venho propor a V. Ex.ª que seja feita convocação perante todos os professores para, na medida do possível, contribuírem para que seja levada a efeito uma "exposição de trabalhos escritos, manuais e de desenhos" nos três ou quatro dias depois de encerrado o presente ano lectivo.

De esta minha proposta me-nerço, como espero, a aprovação do Conselho Escolar, proponho ainda que essa exposição seja feita na sala da Bibliotheca, não só por ser a mais es- paciosa como também por ser a que, pela sua situação, se presta mais a estes assumtos.

Devo declarar que o Gabinete de Geographia concorrerá para essa exposição com trabalhos effectuados esta anno e durante o anno passado, que sob a minha di- recção, que sob a direcção do Sr. Lus.

Figura 37 – Exposição de Alves de Moura, fl.4.

Prof. P. Chaves e J. Guimarães, cuja
boa vontade e testemunhados pelo
trabalho que produziram nos curtos es-
paços de tempo em que dirigiram as
turmas respectivas.

Ojalá que as conferências
públicas e a exposição dos trabalhos se-
jam o início d'uma nova época
para este liceu que merece ser tra-
tado com mais carinho do que até
agora tem sido. Ojalá que o nível moral
a que desceu, depressa suba á altura
que lhe compete.

Com estes os meus mais ar-
dentos e sinceros votos.

Liceu de Faro, 19 de Maio de 1927

Prof. Alves de Moura

Figura 38 – Exposição de Alves de Moura, fl.5.

Anexo 17 – Livro de requisições da biblioteca 1914-1927

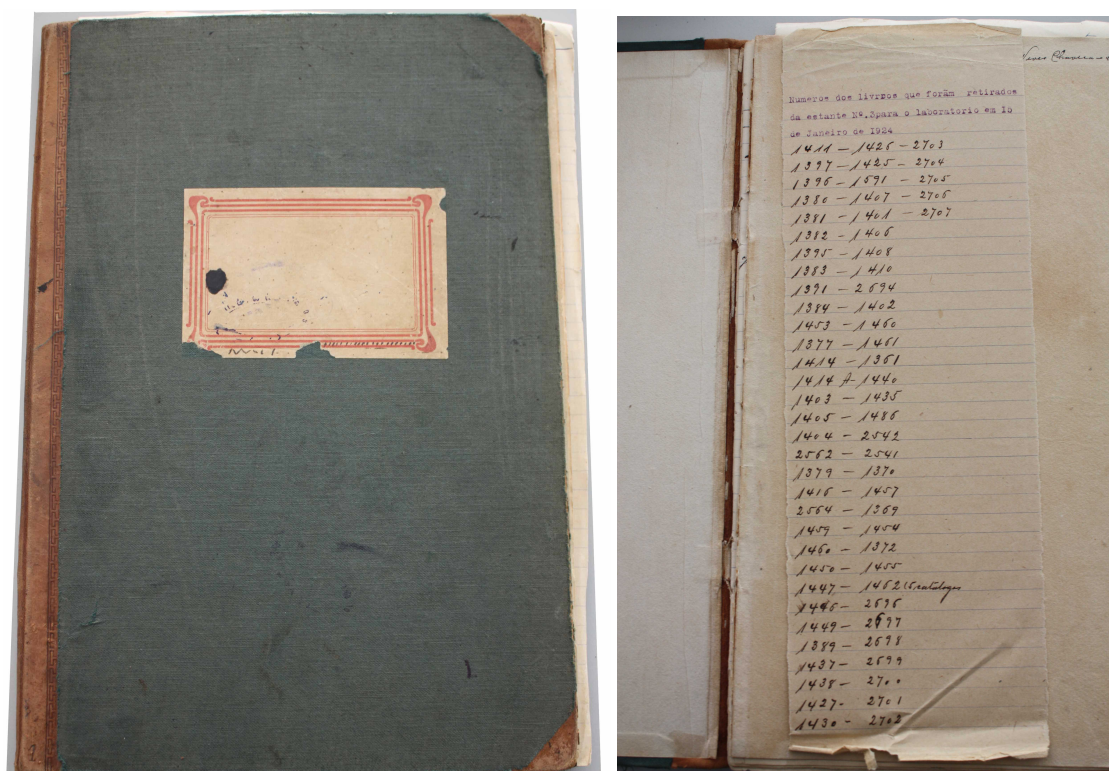


Figura 39 – Livro de requisições 1914-1927. Capa e lista de livros retirados para o laboratório.

Mês	Dia	Nome do requisitante	Nome e editora do obra	Data da entrega	Revisão de emprego que recebeu
Maio	21	Augusto de S. Mendes	Relações da Geometria	22 Maio 914	Ferreira
Junho	18	Lebrun H. Sicury	Le Traité de l'homme	5 Maio 1914	Ferreira
"	27	Lebrun H. Sicury	Le Bon - Evolution	5 Maio 1914	Ferreira
Maio	14	Felipe Luis Augusto Buias	Mat. Cálculo - Geometria	1 Maio 1914	Ferreira
"	"	Felipe Buias	Audria - Elementos Algebra	"	Ferreira
"	"	Felipe Buias	" Complementos Algebra	"	Ferreira
"	"	Alfonso	Journ. Zoologie	13-7-914	Ferreira
Janario	7	Books de Comercio de Paris	Opuscula - Obsequy de Compt.		
"	7	Books de Comercio de Paris	Janett. C. de de tout l'annee		
"	7	Books de Comercio de Paris	Books de l'Etat de l'année	29-6-914	Ferreira
Feveiro	19	José Joaquim Ferreira	f. Divis. de l'Etat de l'annee	21-Maio 914	Ferreira
Março	27	Elem. Mathem. von Höerem	Mathemica		
		Standpunkte aus -	x Elem. - Math. von Höerem		
		Leçons d'Algebre et d'Analyse	Standpunkte aus Klein		
		Introd. à la théorie des fun.	x Leçons d'Algebre, J. Tan		

Figura 40 – Livro de requisições 1914-1927. Detalhe: primeira folha de requisições, fl. 2.

9.

1915

Ordem	Mês	Dia	Nome do requerente	Nome e colocação de obra	Data da entrega	Rubrica do emp. que recebeu
	Agosto	18	José Ant. Duas Ladeiras Jr.	Mapas - Lagoa Rego -	19-8-915	Fazenda
	"	"	"	Pl. de Rego de Minhas	7-2-516	Vilamariz
	"	"	"	Pl. de Vilhaverde de Bragilho.	28-1-916	Vilamariz
	"	"	"	Apêta em Ladeira -	9-2-916	Vilamariz
	"	"	"	A. de Ladeira Fátal	21-1-916	Vilamariz
	"	"	"	Barro - Cais de paratras		
	"	"	"	A. de Paris - Tril -	9-2-516	Vilamariz
	"	"	"	Assos na d. de Ladeira - Tril -		
	"	"	"	Os meus amores - T. Coelha -	21-1-916	Vilamariz
	"	"	"	Corações inquietos	21-1-916	Vilamariz
	"	"	"	Cartas de Infância	9-2-516	Vilamariz
	"	"	"	Amigos - L. de Ladeira	21-1-916	Vilamariz
	"	"	"	Cartas Populares no Brasil	21-1-916	Vilamariz
	11	25	José Ant. Duas Ladeiras Jr.	Ministério de Ladeira	9-11-915	Fazenda
	"	26	José Joaquim Ferreira	Cartas - de Amizade	9-2-516	Vilamariz
	"	27	José	Revista Lusitana	22-1-916	Vilamariz
	"	27	José	A. de Ladeira -	2-11-915	Fazenda
	"	27	Manoel - Ladeira	Atlas de Ladeira	2-8-511	Vilamariz

Figura 41 – Livro de requisições 1914-1927. Detalhe: assinaturas de Fazenda e de Vilamariz na coluna “rubrica do empregado que recebeu”.

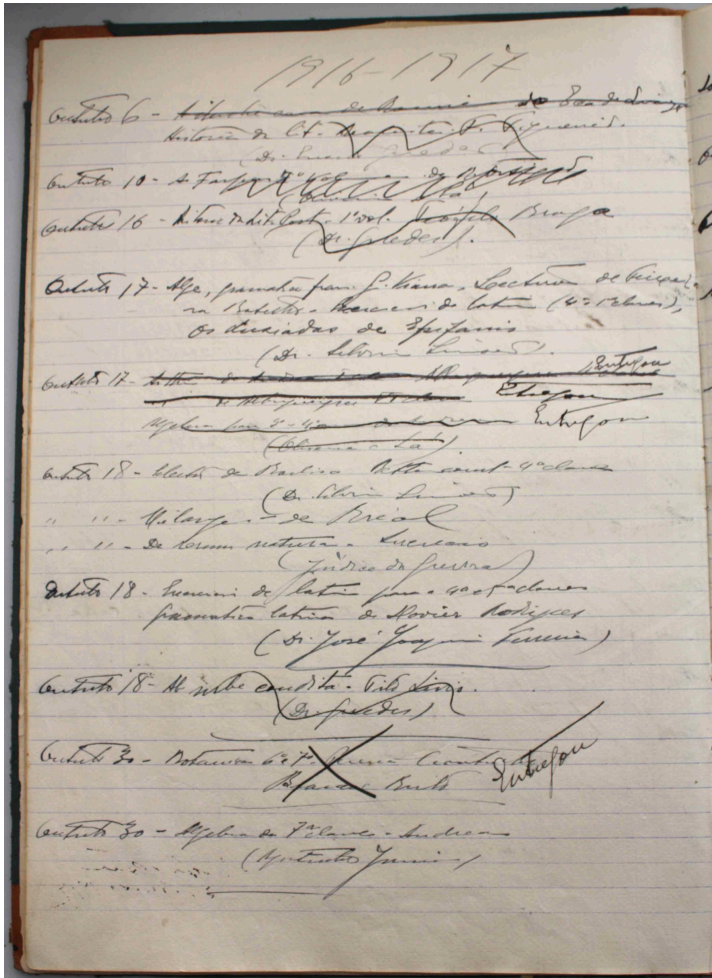


Figura 42 – Livro de requisições 1914-1927. Ano lectivo 1916-1917.

Anexo 18 – Artigos sobre o reitor Teixeira Guedes

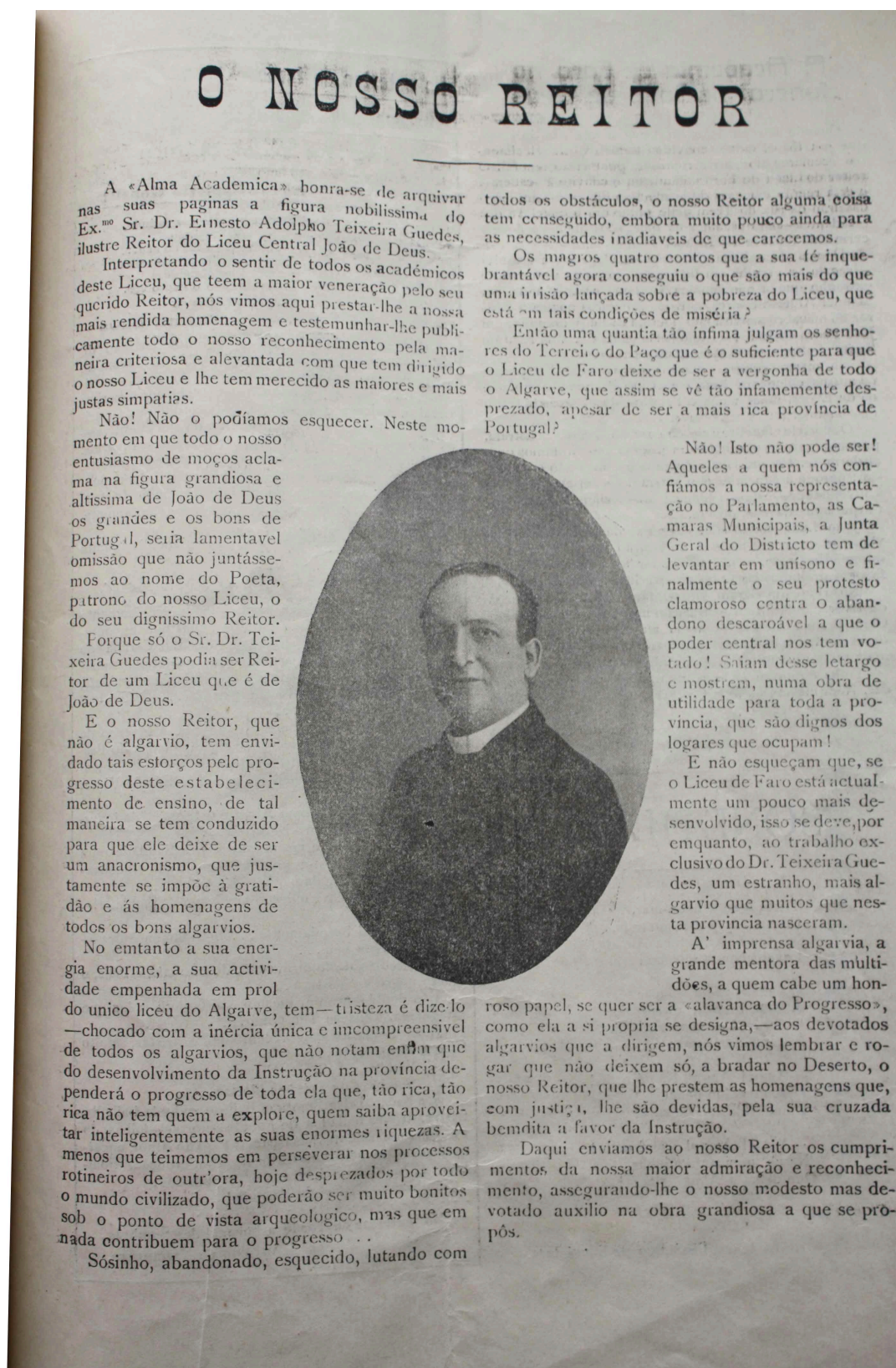


Figura 43 – Reitor Teixeira Guedes, 1822.

“Alma Académica”, número único, 8 de Março de 1822

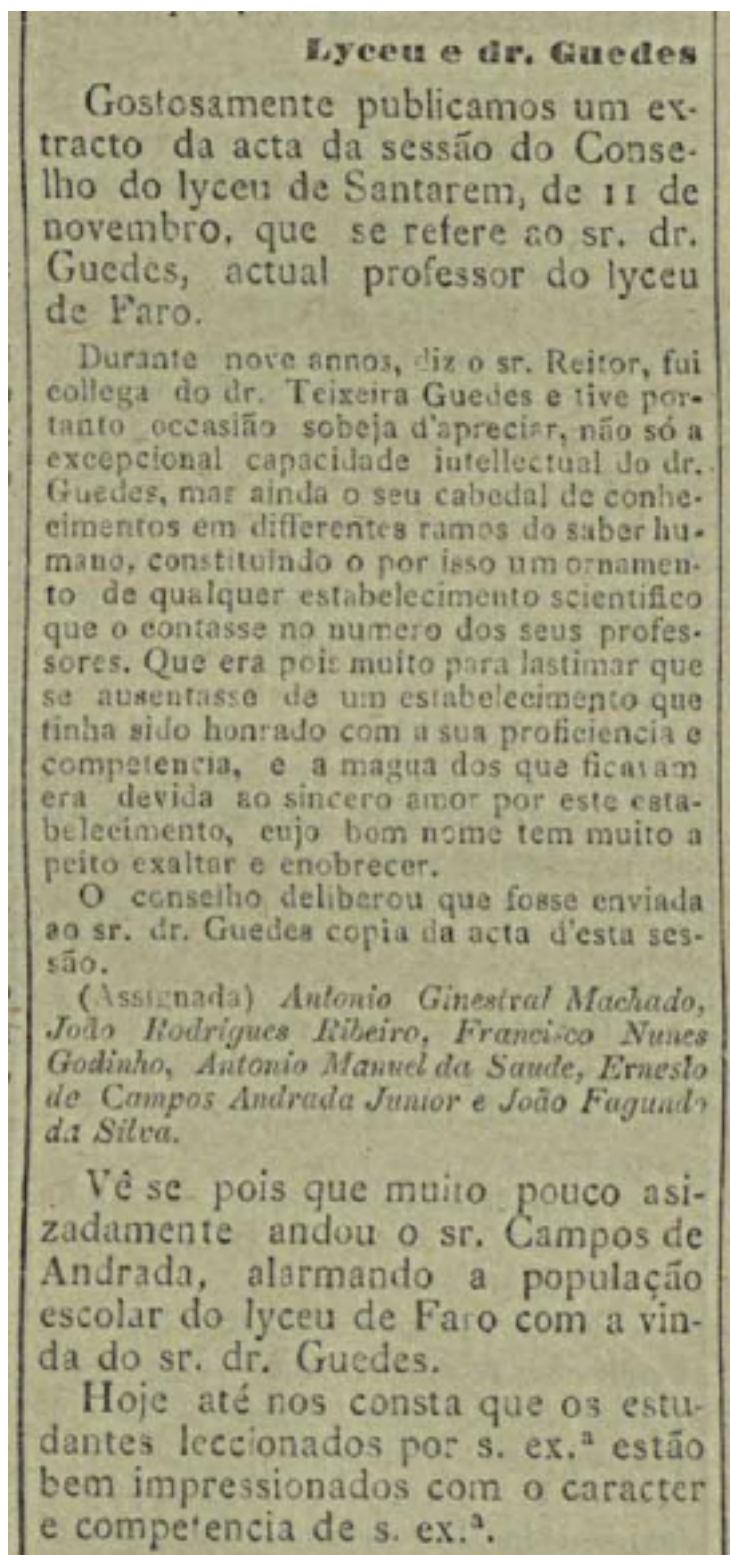


Figura 44 – Reitor Teixeira Guedes, 1910.

“O Algarve” n.º 142, 11 de Dezembro de 1910.

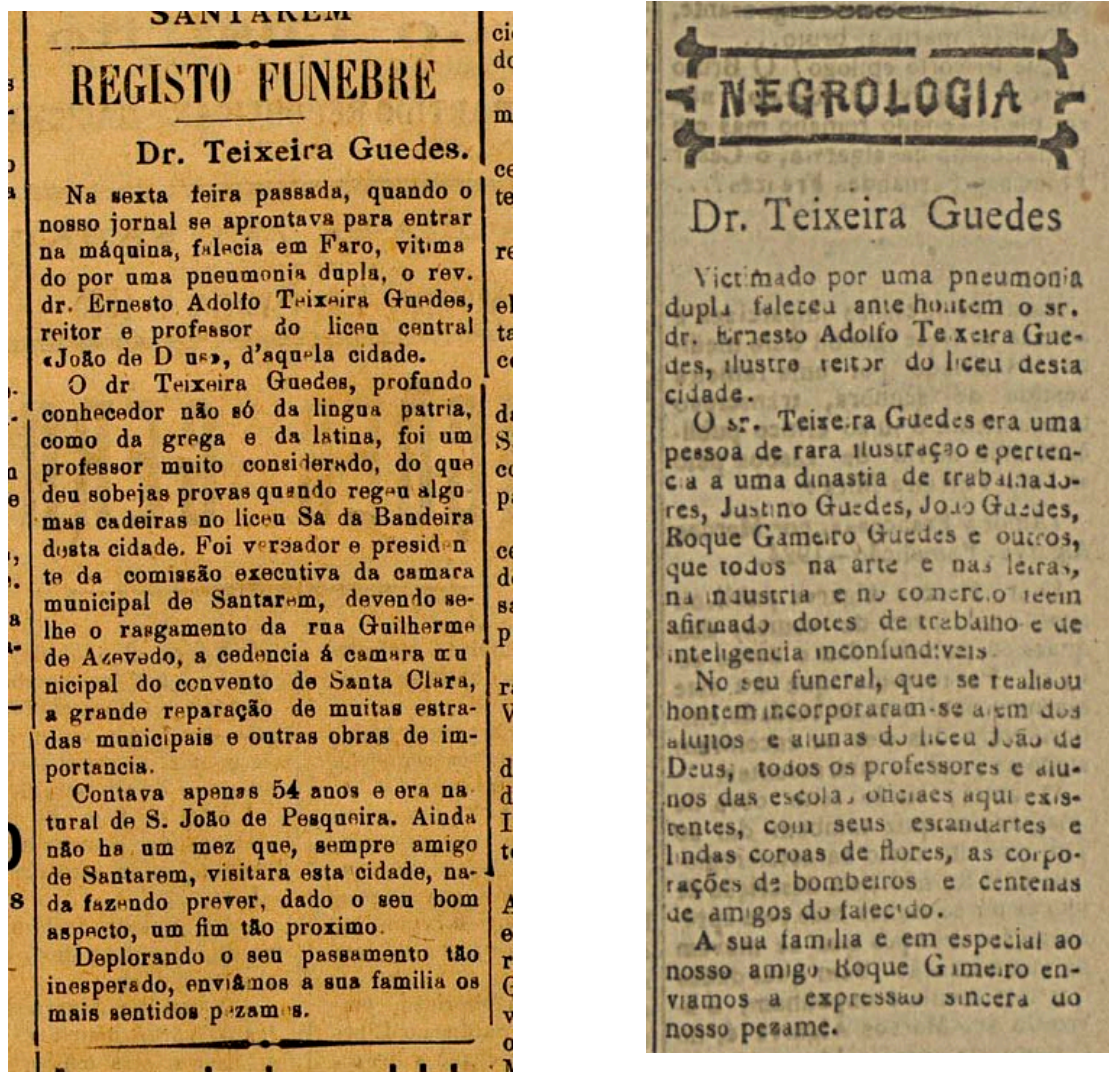


Figura 45 – Obituário Reitor Teixeira Guedes.

“Correio da Extremadura nº 1762, 7 de Fevereiro de 1925

“O Algarve” n.º 878, 1 de Fevereiro de 1925

Anexo 19 – Offícios: aquisição da Biblioteca do reitor Teixeira Guedes**Arquivo da Escola Secundária João de Deus****Fundo: Correspondência Expedida****Tipo: Ofício n.º 71 (1927-1928)****De: Alfredo Teonório de Figueiredo****Para: Diretor Geral do Ensino Secundário****Data: 16-08-1928**

«Tendo o Director da Biblioteca deste Liceu, Dr. Alfredo de Carvalho, tratado com os herdeiros do falecido Dr. Teixeira Guedes, antigo Reitor deste Liceu, da aquisição de alguns livros que pertenciam áquele insigne professor, fizeram os referidos herdeiros a proposta de cedencia de toda a biblioteca, constando de 6 a 7.000 volumes pela quantia de Esc. 10.500\$00, com a condição de dar á Biblioteca o nome de "Dr. Teixeira Guedes". // Parecendo-me esplendida esta aquisição, mas sendo mais um encargo a juntar aos que já tem este Liceu e para os quais não chegam as disponibilidades actuais, venho consultar V. Exa. sobre a possibilidade de adquirir a biblioteca. // Para a resolução deste assunto e para aqueles a que se referem as minhas notas nos 72 e 73 de 15 do corrente seria de toda a conveniencia para este Liceu que V. Ex.^a obtivesse um subsidio do Governo que permitisse a liquidação de todo o mobiliario e material encomendado e dos melhoramentos indispensaveis. // Saude e Fraternidade»

Fundo: Correspondência Expedida**Tipo: Ofício n.º 419 (1927-1928)****De: António dos Reis Silva Barbosa****Para: Sr. Paulo Emilio Guedes (Faro)****Data: 7-03-1929**

«Envio a V. Ex.^a o incluso cheque N° 553180, s?/ a Caixa Geral de Depósitos da quantia de Esc. 3.000\$00, importância da 2ª prestação, por conta do pagamento da Biblioteca do Exmº Dr. Teixeira Guedes. (...))»

Anexo 20 – Inventário da biblioteca 1928

Em 31 de Agosto de 1928, e em cumprimento das determinações constantes da Circular N° 918 do Director Geral do Ensino Secundário, o Reitor do Liceu Central de João de Deus envia um inventário de todo o mobiliário e material de ensino pertencente a esse liceu. Este inventário pode ser consultado no Arquivo Histórico do Ministério da Educação (Direcção-Geral do Ensino Liceal, Inventário do mobiliário dos liceus, Ano 1928, caixa 23/1751). Encontra-se incluída neste inventário uma relação do mobiliário existente na biblioteca e do respectivo material didáctico, que se transcrevem neste anexo.

Relação do mobiliário existente na Biblioteca, em 31 de Agosto de 1928

6 – Mesas Grandes
49 – Cadeiras para alunos
I – Cadeira para professor
I – Secretária
I – Classificador
I – Escarrador
I – Coluna
I – Busto de Camilo Castelo Branco
I – Quadro com vidro e moldura
I8 – Estantes para livros
I – Estrado de Madeira

Relação do material didáctico existente na Biblioteca, em 31 de Agosto de 1928

Estante N°1 – Português (texto) séculos XI, XII, XIV e XV, 400 volumes
Estante N° 2 – Português (texto) Realismo e Escola Contemporânea, 324 volumes
Estante N° 3 – Português (critica e didáctica) Camoniana, Vicentina e Camiliana, 317 volumes
Estante N° 4 – Latim (texto e didáctica) I82 volumes
Estante N° 5 – Francês (texto) 242 volumes
Estante N° 6 – Francês (critica e didáctica) 223 volumes
Estante N° 7 – Estudos Algarvios, 250 volumes
Estante N° 8 – Ciências Naturais, Química e Matemática, 358 volumes
Estante N° 9 – Geográficas e Físicas, 381 volumes
Estante N° 10 – História Geral I79 volumes
Estante N° II – História de Portugal, I57 volumes
Estante N° I2 – História de Portugal, 29I volumes
Estante N° I3 – Filosofia, Pedagogia e Moral, 364 volumes
Estante N° I4 – Arte, 326 volumes
Estante N° I5 – Dicionários, 66 volumes
Estante N° I6 – Inglês (texto e didactica), I69 volumes
Estante N° I7 – Revistas, Arquivos e Anuários, 68I volumes
Estante N° I8 – Literatura vária, 2I2 volumes

Anexo 21 – Ofícios do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho e do Liceu Rodrigues de Freitas, 1930

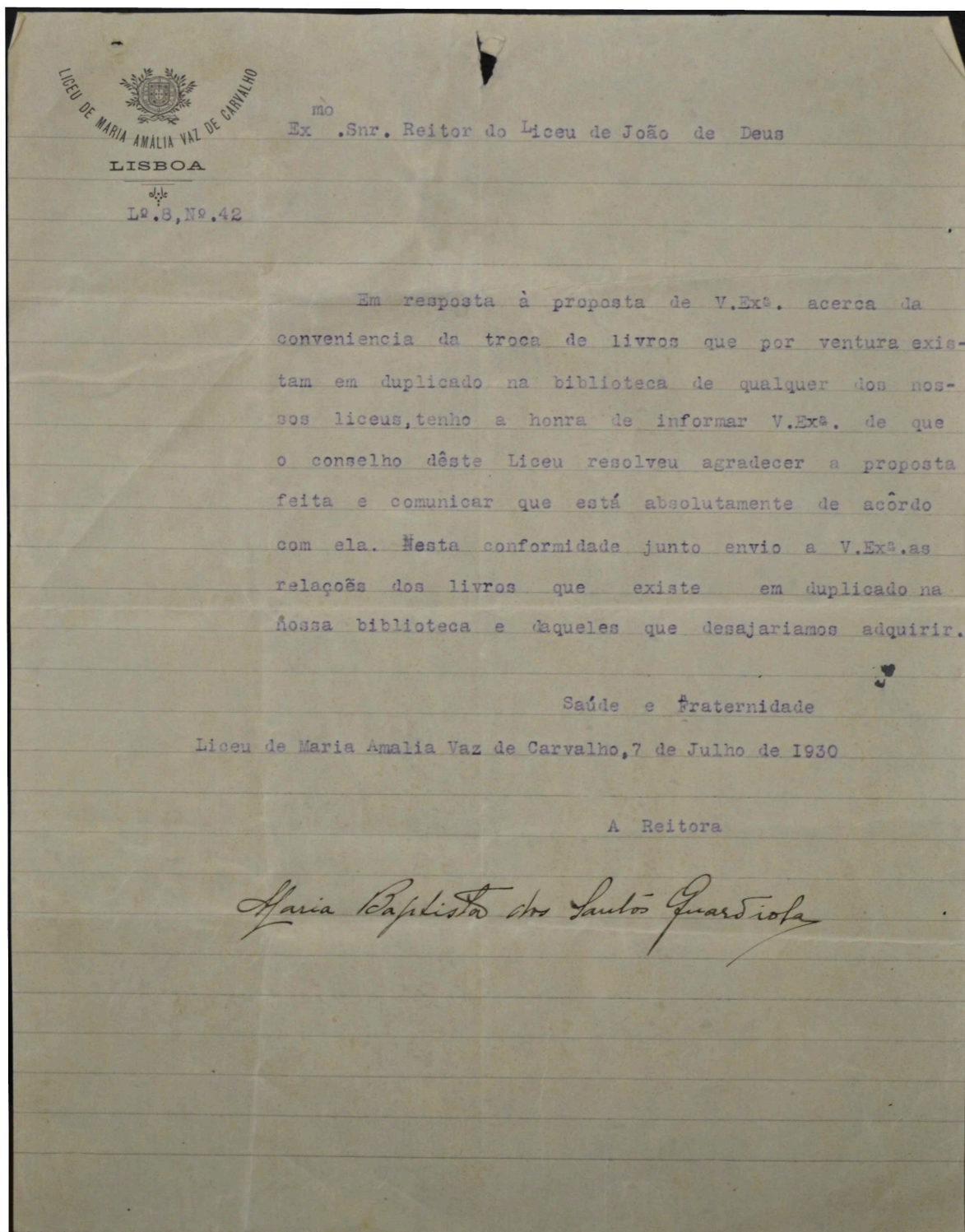


Figura 46 – Troca de livros: officio do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, fl.1.


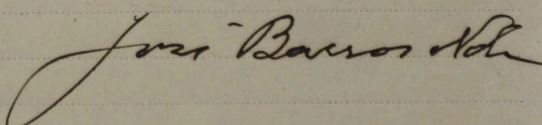
 Liceu de Rodrigues de Freitas REITORIA N.º 660	<h2>Serviço da República</h2> <p>Porto, 18 de Junho de 1930</p> <p>À Ex.^{ma} Srv. Reitor do Liceu de João de Deus</p>
Referido à nota n.º L.º de de de 19 Assunto:	Respondendo á circular de V.Ex. ^a de 30 do mês passado cumpre-me responder o seguinte: Os livros duplicados que oferecemos para troca são os que constam da lista junta. Os que poderemos receber são os que na lista enviada por V.Ex. ^a levam uma cruz a lapis vermelho.
Cópia de A.	Saúde e Fraternidade, O Vice-Reitor, 

Figura 47 – Troca de livros: ofício do Liceu Rodrigues de Freitas, fl.1.

Anexo 22 – Anuário 1931/1932: biblioteca

Anuário do Liceu de Faro referente ao ano lectivo 1931-1932

BPMP, cota SA-A-00345

Brevíssimo relatório da direcção da Biblioteca

Como os relatórios visam informar o público dos elementos de que o Liceu dispõe para ensino e proveito dos alunos, vale a pena dizer que a nossa Biblioteca é, em Bibliotecas liceais, uma das melhores do país.

O seu recheio é variado e abundantíssimo. Tratando-se, por exemplo, de Literatura portuguesa, temos uma documentação das mais completas. Desde os Cancioneiros aos mais recentes autores, tudo os alunos podem consultar, porque tudo lá se encontra. Os clássicos gregos, latinos e franceses têm larga representação. A literatura inglesa e a alemã, essas, são pobres. Urge remediar essa pobreza.

A História (universal e pátria) e a literatura científica possuem larga documentação. Não faltam Dicionários e, entre eles, uma recente e esplêndida edição da *Enciclopédia Britânica*.

A Biblioteca, por ora, não possui as condições materiais indispensáveis para que nela se possa fazer uma leitura proveitosa. Devia a Biblioteca estar situada numa sala remansosa, longe do bulício do corredor de passagem, ao qual é contígua. Devia, além disso, possuir passadeiras que abafassem o ruído do mover dos livros.

Os nossos alunos, por enquanto, não compreendem bem o que uma Biblioteca deve ser. E, por isso, entram e saem, ruidosamente, atirando com a porta, sem o menor respeito por quem está. Não se lembram de que a leitura só é profícua, quando feita num silêncio religioso. O modo como tratam os livros bem mostram o seu pouco amor por êles.

Autorizei a saída de livros para fóra da Biblioteca, por prazos não superiores a três dias. Pretendi criar gosto pela leitura. E a avaliar pelo movimento de saídas o gosto deve ter aumentado. E' certo que, os livros, saindo, se estragam. Mas é isso preferível a tê-los intactos, como em museu. O liceu existe em função dos alunos.

A entrada na Biblioteca não deverá ser permanente. E compreende-se porquê.

A literatura infantil é, por enquanto, escassa. E' necessário aumentá-la. Os pequenitos das primeiras classes têm a paixão da leitura.

Da Páscoa em diante, a Biblioteca abriu à noite. Poucos leitores, mas certos. E' uma tradição a manter.

O actual empregado da Biblioteca é dum zêlo que merece todo o louvor. O seu trabalho é extenuante. Dois empregados não eram demais para tanto serviço.

O Bibliotecário
CRUZ MALPIQUE.

Figura 48 – Relatório do bibliotecário, 1931/32.

Movimento de Leitura

Nomes dos Autores	Numero das obras requisitadas								TOTALS	
	I Classe	II Cl.	III Cl.	IV Cl.	V Cl.	VI Cl. de Letras	VI Cl. de Ciências	VII Cl. de Letras		VII Cl. de Ciências
Eça de Queiroz				3	11	17	10	49	8	98
Camilo			30	25	14	10	8	26	5	108
Eugénio de Castro						3		5		8
Fialho				2	5	8		12		27
Conde de Sabugosa			10							
J. Verne	49	29	16				6			100
Herculano			7	10	14	10		15		56
Garrett			3	2	5	5		7		22
Literatura do século XVI				3	7	23		25		58
» » » XVII				1	2	12		3		18
» » » XVIII				2		2		4		16
Livros didáticos		7	14	20	25	13	43	47	60	220
Contos tradicionais do Algarve	29	17								46
Vários	12	18	17	25	37	27	40	28	31	235

30

Figura 49 – Movimento de leitura, 1931/32.

Livros adquiridos durante o ano lectivo 1931-32

I. Pedagogia :

1. *Pedologia*, por Alberto Pimentel, filho.
2. *A moral na escola*, por Júlio Payot.
3. *Como diagnosticar as aptidões dos escolares*, por Claparède.

II. Filosofia :

1. *Introducción a la Filosofía*, por A. Müller.
2. *El hombre y el mundo*, por R. Eucken.
3. *À simulação na luta pela vida* }
 4. *Tempos novos* }
 5. *O homem medíocre* } por J. Iugenicros
 6. *As forças morais* }
7. *La Psychanalyse*, por R. Allendy.
8. *Platon*, por A. Diès.
9. *Notas críticas*, por Sílvio Lima.

III. Matemática :

1. *Algebra* (3 volumes, para 3.ª, 4.ª e 5.ª classe), por F. Neves.
2. " por Serrasqueiro.
3. *Aritmética*, "
4. *Como resolver problemas de geometria*, por A. Melo.
5. *Geometria*, por Matos Cordeiro.

IV. Literatura portuguesa :

1. *Escritoras de Portugal*, por T. Leitão de Barros.
2. *Arcádia lusitana*, por T. Braga.
3. *História da literatura portuguesa*, por J. Agostinho.
4. *Emigrantes*, por F. de Castro.
5. *Sonétos*, por Florbela Espanca.

V. História :

1. *História de Roma*, por J. Soares.
2. " *moderna e contemporânea*, por J. Soares.
3. " *universal* (IV e V classe), por A. O. Matos.
4. *Mitologia*, por P. Magno.

Figura 50 – Livros adquiridos I – V, 1931/32.

VI. Física e Química:

1. *Tratado elementar de Física*, de R. Nobre.
2. *Física*, de Alvaro Machado (2 volumes).
3. *Química*, de Aquiles Machado (2 volumes).
4. *Trabalhos práticos de Física*, de A. Ferreira.
5. *Física*, de F. G. M.
6. *Como resolver problemas de física*, de Zamith.

VII. Literatura infantil:

81 volumes.

VIII. Assinaturas:

1. *História do regime republicano em Portugal*.
2. > *da literatura portuguesa*, ilustrada.
3. > *de Portugal*.
4. *Dicionário corográfico*.
5. *La Jeunesse illustrée*.
6. *Mercure de France*.
7. *Illustration*.
8. *Portugal feminino*.
9. *Bel Image*.

IX. Línguas:

1. *Gramática inglesa*, de Jacob Bensabat.
2. *Inglês sem mestre*.
3. *Cours de langue allemande*.
4. *Deutch Gram*.
5. *Les sons difficiles de l'anglais*, de A. Grégoire.

Figura 51 – Livros adquiridos VI – IX, 1931/32.

Anexo 23 – Livro de requisições 1932/33

Secção Feminina 1ª classe

Nome do livro	Seu autor	Nome do aluno	Classe n.º Turma	Dia	Obs.
Os meus pecados	Louisa Costa			7	Pontes
Os meus amores	T. Coelho	Leonor da P. Vieira	1ª B	11	Pontes
O arco de Saudade	Albino Simões			12	Pontes
Os simples	Guerra Junqueiro	Maria Antónia Gomes	1ª B	14	Pontes
Contos e lendas	B. da Silva	Josefina dos Reis	1ª B	14	Pontes
Moças encantadas	Luis Chaves	Maria Amélia Ferreira	1ª B	16	Pontes
Contos Tradicio mais do Alagarve	Artur de Oliveira	Stefania Estrela	1ª B	17	Pontes
A lenda da meia noite	P. Chagas	Josefina Reis	1ª B	18	Pontes
Julio Verne submarinas	Vinte mil ligas	Josefina Reis	1ª B	23	Pontes
In illo Tempore	Trindade Coelho			24	Pontes
Flores do campo	João de Deus	Alauntana	1ª B	24	Pontes
(Hortencia) de San Millan	João José Marques	Hortencia Pereira	1ª A	24	Pontes
Moça da Comarca	Julio Verne				
Os simples	Guerra Junqueiro	Alauntana	1ª B	28	Pontes
Os meus amores	T. Coelho	Hortencia Pereira	1ª A	1	Pontes
(M. P. e Arzêdo) (Colégio da Amizadeira)	M. P. e Arzêdo	Simora Judice	N.º 6		Pontes
Versos	Augusto Gil	Alauntana	1ª B	4	Pontes
Colégio da Amizadeira	M. P. de Arzêdo	Letteres	1ª A	7	Pontes
Poesias dispersas	Camilo Castelo Branco	Alauntana	1ª B	9	Pontes
Colégio da Amizadeira	M. P. de Arzêdo	M. P. de Arzêdo	1ª A	11	Pontes
Os meus amores	Trindade Coelho	M. P. de Arzêdo		11	Pontes
Leonas da Foz	Camilo	Alauntana	1ª B	12	Pontes
Viagem ao Centro	Julio Verne	Fernanda Barer	1ª A	14	Pontes
Moças Encantadas	L. Chaves	M. Conceição Aleixo	1ª A	14	Pontes
Os brilhantes do Brasil	Camilo	Alauntana	1ª B	17	Pontes
Contos para as crianças	A. Figueirinhas	Simora Isabel da Silva Judice	1ª A	18	Pontes
Um jeitinho de virar	Henri Bordeaux	M. P. de Arzêdo		18	Pontes
A lenda	Camilo Castelo Branco	Alauntana	1ª B	2	Pontes
Viagens no mundo todo	Almota Ferrer	M. P. de Arzêdo	1ª A	4	Pontes

Figura 52 – Livro de requisições 1932/33. Exemplo de página da secção feminina.

seccão masculina - 1933-1934 44
1ª classe A e B

Nome do livro	seu autor	Nome do aluno	class. turmas	dia	obs.
Historia de Portugal	Fortunato d'Almeida	Rosa Brito	4º cl		Agosto
Alves Camp.	E. de Siqueira	Joaquim Affonso	4º/12	1/5	12/07
Letra - p. 54	J. Vaz	Roberto Garcia	4º/25	7/5	18
Chalverde	J. Vaz	João Gualberto	4º/318	19/5	18
Passagem na minha terra	A. J. Sant	Francisco de Paula	4º/29	"	18
Romanceiros de	S. Vicente	Eduardo Sousa	4º/14	"	18
"	"	Alvaro	4º/11	"	18
"	"	João Poliqueiro	4º/11	"	18
Malha Land off	J. Verne	Francisco de Paula	4º/8	11/5	18
Cartas de um menino	Barnet	J. Vaz	4º/25	11/5	18
A Velha e o Padre Tomaz	J. J. J. J.	Amador Bacharinho	4º/7	14/5	18
"	"	Epidia	15/2	14	18
Romanceiros	A. Garrett	Luiz Rube	27/4	14	18
"	"	J. Vaz	18/4	"	18
O Morgado de Bister	A. Herculano	Joaquim Affonso	12/4	15	18
Um homem de bens	C. Branco	Roberto Garcia	17/4	15	18
Memoirs	Basil Brant	Francisco de Paula	20/4	16/5	18
Exercicios de latim	M. L. J. P. M. L. J. P.	J. Vaz	4º/25	"	18
Hist. Portugal	J. Vaz	Joaquim Affonso	4º/7	12/5	18
O Espuleto	C. B. Branco	Francisco de Paula	4/3		18
Tudo huz de Sousa	A. Garrett	Francisco de Paula	4B10		18
Biografia de Alvaro	Francisco Xavier	Luiz Rube	4º/17	18/5	18
Enunciados	J. Verne	Francisco de Paula	4º/11	18/5	18
Fei de de Sousa	A. J. Sant	Francisco de Paula	4º/28	18/5	18
Conto para os crâneos	J. Vaz	Amador Bacharinho	4/7	"	18
Um homem de bem	C. B. Branco	Francisco de Paula	9-4/3	19/5	18
Estrela do Sul	J. Verne	Francisco de Paula	4º/15	"	18
As Minas de Salomão	R. de Siqueira	Francisco de Paula	4º/16	"	18
Robin. o confessor	J. Verne	Francisco de Paula	4º/17	"	18
Alha Mystica	"	Francisco de Paula	4º/18	"	18
Flau de Napoleão	P. de Siqueira	Joaquim Affonso	4º/7	12	18
Baginas de sangue	Sousa Costa	Francisco de Paula	4º/28	18/5	18
Traves de Lhas	Pedro J. J.	Francisco de Paula	4º/26	21/5	18
Alves Camp.	E. de Siqueira	Francisco de Paula	4º/18	21/5	18
Veitice do Padre Tomaz	J. J. J. J.	Francisco de Paula	4º/18	21/5	18

Figura 53 – Livro de requisições 1932/33. Exemplo de página da secção masculina.

Anexo 24 – Livros de registo da biblioteca: 1916, 1933 e 1944

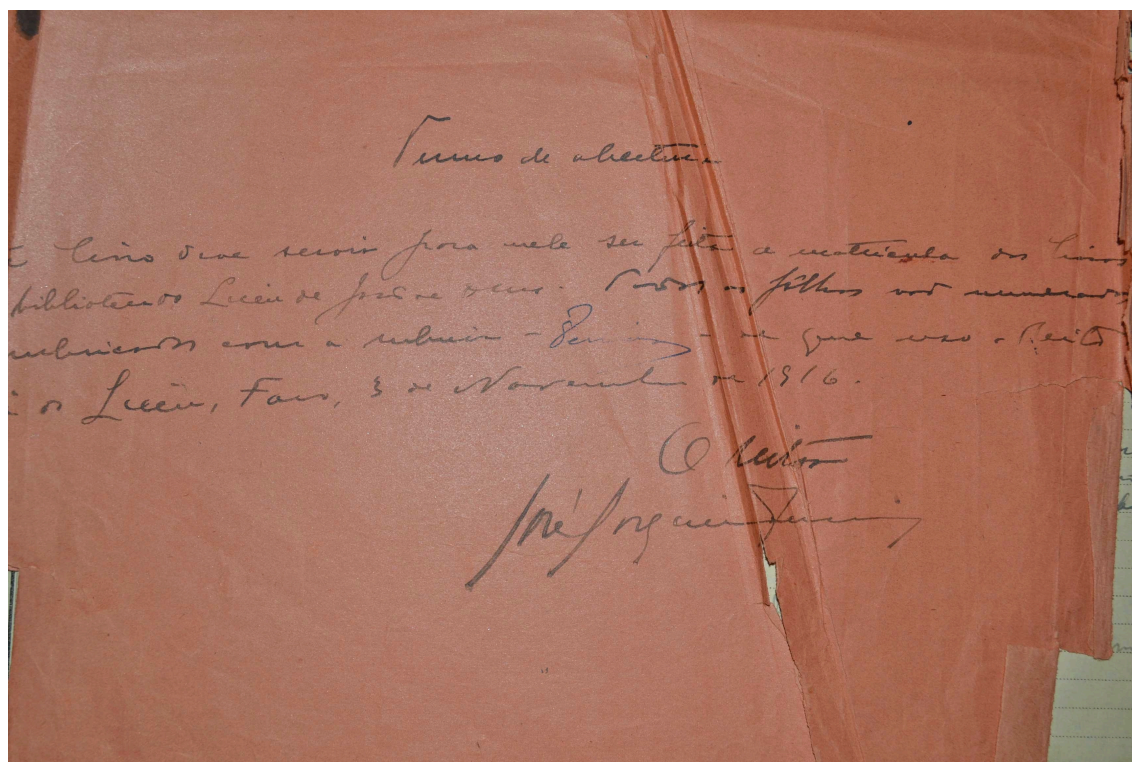


Figura 54 – Termo de abertura do livro de matricula dos livros da biblioteca, 1916.

LICEU DE JOÃO DE DEUS
BIBLIOTECA

Data da entrada	N.º da obra	Nome do autor	Título da obra	N.º de exemplares	N.º de volumes	Observações
14/10/1933		José Tavares	Leituras Portuguesas	1	1	
" " "		Augusto Nascimento	Desenho p.º 4.º e 5.º cl	1	1	
" " "		Soeiro Vilamariz	Ciências da Natureza	1	1	3.º a 5.º classe
" " "		Augusto Nascimento	Desenho p.º 1.º e 2.º cl	1	1	
25/10/1933		Cláudio Besto	Lusiadas - canções	1	1	
4/10/1933		Alfred Vallette	Mercure de France	1	1	
19/10/1933			" " "	1	1	
4/11/1933			" " "	1	1	
19/11/1933			" " "	1	1	
29/10/1933		revista	Les Annales	4	4	mes de Outubro
8/10/1933		"	Ciência e Indústria	1	1	" Outubro
10/10/1933		"	" " "	1	1	" Novembro
6/11/1933		"	Les Annales	1	1	
13/11/1933		"	" " "	1	1	
20/11/1933		"	" " "	1	1	
10/11/1933		Relatório da	Curso de Presidência	1	1	
10/10/1933		1.º Automobile	L'Illustration	1	1	et le Tourisme
16/11/1933			" " "	1	1	
23/10/1933			" " "	1	1	
30/10/1933			" " "	1	1	
4/11/1933			" " "	1	1	
13/11/1933			" " "	1	1	

Figura 55 – Livro de matricula dos livros da biblioteca. Primeira folha preenchida, 1933.

LICEU JOÃO DE DEUS BIBLIOTECA						
Data de entrada	Nome do autor	Título da obra	N.º de volumes	Volumes		Observações
				comprados	oferecidos	
1 de maio de 1944	Prof. Gust Joachim Gran	Lógica	1	1		
"	" No. Arnold Schraier	Historia de la Literatura Inglesa	1	1		
"	" E. Von Aster	Introduccion a la Psicologia	1	1		
"	" Guillermo Diaz Plaja	la Poesia Lirica Española	1	1		
"	" Bertrand Russell	Los Problemas de la Filosofia	1	1		
"	" Robert Lang	Fisica Experimental	1	1		
"	" Carlos Arevalo	la Vida en las Aguas Dulces	1	1		
"	" Gustav Jager	Fisica Teorica	1	1		
"	" Alfred Gudeman	Historia da Literatura Latina	1	1		
"	" L. Budgerstein	Higiene Escolar	1	1		
"	" Michael Haberland	Etnografia de las Razas	1	1		
"	" A. L. Krajer	la Pintura Española	1	1		
"	" Paul Granitz	Aritmetica y Algebra	1	1		
"	" H. Stending	Mitologia Griega y Romana	1	1		
"	" Robert F. Arnold	Cultura del Pedagogismo	1	1		
"	" G. Mahler	Geometria Del Plano	1	1		
"	" J. Wieleitner	Historia de las Matematicas	1	1		
"	" Sr. Robert Glaser	Geometria Del Espacio	1	1		
"	" August Messer	Historia de la Pedagogia	1	1		
"	" Georg Finster	la Poesia Homérica	1	1		
"	" Mark Vossler	Hist. de la Literatura Italiana	1	1		
"	" F. de Figueroa	" " " Portuguesa	1	1		

Figura 56 – Livro de registo das obras da biblioteca 1944-1959. Primeira folha preenchida, 1944.

Anexo 25 – Funcionários do Liceu de Faro (anos 50)



Figura 57 – Funcionários do Liceu de Faro, anos 50.

Crédito fotográfico: <http://apcgorjeios.blogspot.pt/2011/09/jose-cristino-o-continuo-cristina-e-ti.html>

Identificação dos funcionários pela antiga aluna Lina Vedes (Março 2013):
da esq. para a direita:

de pé - Sequeira (ainda vivo), Cintra, Zé Paulino, Sortibão

sentados - Francisco, M^a do Céu (biblioteca), Manuel João, Laura Roque, Cristina

Anexo 26 – Excertos dos relatórios do reitor do Liceu de Faro: biblioteca

Foi possível consultar catorze relatórios dos reitores, sendo o primeiro relativo ao ano lectivo de 1932/33 (o qual não nos dá qualquer indicação sobre a biblioteca). Os relatórios dos anos lectivos 1935/36 e 1945/46 não existem nem no arquivo da ESJD nem no Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Optou-se por incluir excertos do relatório do reitor relativo ao primeiro ano lectivo no actual edifício (1948/49) dado que são aí indicados aspectos relevantes sobre a biblioteca do reitor Teixeira Guedes.

As normas de elaboração destes relatórios de 1935 e de 1938 obrigavam o reitor a incluir informações relativas ao professor bibliotecário, ao oficial de biblioteca, às instalações, horário de funcionamento, requisições, aquisições e verba gasta. Foram transcritos os trechos dos relatórios que estão de alguma forma relacionados com a biblioteca, como é o caso da existência de um curso de encadernação cuja matéria-prima foi o fundo documental da biblioteca bem como aqueles que nos permitem ter uma percepção do ambiente existente com a programada mudança de edifício. Indica-se também a instituição onde estes relatórios foram consultados.

1932/33 (Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Caixa 64, relatório 601)

Reitor Francisco Dias Agudo (a partir de Março)
Sem informações relativas à biblioteca.

1933/34 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor Francisco Dias Dias Agudo

No anuário do Liceu de João de Deus, em Faro, referente ao ano lectivo de 33-34 encontra-se uma exposição ao Ministro das Obras públicas intitulada “Para um Liceu melhor”. Nesta exposição o reitor expõem às péssimas condições de trabalho derivadas do aumento da população escolar e da falta de salas. Na descrição do edifício inclui a biblioteca, sem referir as suas dimensões e acrescenta “Não se devem dar aulas na biblioteca; dão-se; eliminou-se, quási, a biblioteca.” (fl. 39).

Neste ano o reitor refere novamente a biblioteca na notícia final:

“[...] para a biblioteca não se fizeram novas aquisições, pelo contrário, suprimiram-se transitoriamente várias revistas. Adeantou-se bastante o catálogo.[...] A razão é que o Conselho Administrativo do liceu teve de seguir sempre a mais apertada economia. Foi pode dizer-se um economia asfixiante; mas é agradável afirmar que o liceu pode fazer no próximo ano lectivo o seu gasto normal. Então se poderão fazer novas aquisições de material.” (fl. 136)

1936/37 Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Caixa 5, relatório 36 A

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“A) Serviços Gerais

I – O edifício e as suas dependências

Tanto tem sido chamada a atenção dos poderes públicos para o acanhamento e péssima instalação dêste liceu que finalmente, tenho conhecimento, vão ser iniciadas as obras do novo edifício. Nestas condições supérfluo se torna focar mais uma vez este assunto.” (fl. 1)

“XIV – Outras obras educativas:

[...]

C) As instalações:

Biblioteca – Foi director desta instalação o professor Baltazar Valente que se lhe devotou com o maior dos interesses, fazendo a catalogação do seu recheio, obra muitas vezes começada por outros sem que nunca lograsse chegar ao fim. Com o auxilio de vários professores e alunos conseguiu o professor Valente encadernar cerca de 600 volumes, tudo feito numa oficina improvisada e pelo mesmo dirigida. Lamento que a sua transferência para o liceu da Guarda venha privar êste Liceu de um dos seus melhores elementos. Tem como auxiliares os contínuos Ambrósio e Maria do Céu Pontes que foram bons colaboradores da Direcção. O material desta instalação é regular e sobre o seu funcionamento chamo a atenção para o relatório do Director.” (fl. 14)

1937/38 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

O relatório referente ao ano lectivo 1937/38 já foi elaborado de acordo as normas para os relatórios liceais aprovadas por despacho de 7 de Maio de 1938 do Director Geral do Ensino Liceal António Augusto Pires de Lima (DG nº 149 de 30 de Junho).

“A) – O edificio e as suas dependências

Abstenho-me de focar mais uma vez as péssimas condições deste Liceu, provocadas pela exiguidade do edificio e dependências, por a sua descrição ter já sido feita em relatórios anteriores Tenho a promessa que finalmente e muito brevemente vão ser iniciadas as obras do novo Liceu, de modo a dar cabal satisfação às necessidades da população escolar desta província.” (fl.1)

“D – AS INSTALAÇÕES:

[...]

2) – Biblioteca:

Encontra-se esta instalada no rez do chão em comunicação com o átrio do Liceu. Tem estantes, mezas e cadeiras suficientes para a capacidade da sala. Funciona dêsde a 8,30 às 16 horas, com o intervalo para o almoço. Neste espaço de tempo é frequentada pelos alunos que têm tempo livre e por aqueles que terminadas as aulas vão consultar os livros que pelos seus professores lhes foram indicados, ou fazer leitura de livros e revistas controladas pelo Director. Em estante separada encontram-se os livros aconselhados aos filiados da M.P. Tôdo o aluno tem direito a requisitar pelo espaço de 24 horas um livro para casa. Foi director desta instalação o professor Magalhães que lhe dedicou um carinho muito especial, bem como os empregados Ambrósio e Maria do Céu.

Nada se gastou em melhorar o mobiliário tendo-se feito apenas aquisições de alguns livros indispensáveis e mandado encadernar alguns volumes que ameaçavam destruição.

As deficiências a apontar só podem sêr suprimidas com a construção do novo Liceu. É que esta biblioteca tendo cerca de 27:000 requisições anuais necessita de ampliação das suas instalações.” (fl. 26)

“5) APRENDIZAGENS ÚTEIS FORA DO PLANO DE ESTUDOS

Funcionou o curso de encadernação dirigido pelo médico escolar Araújo. Em virtude do funcionamento das aulas de estudo que ocupam uma grande parte da tarde, não tomou êste

curso o desenvolvimento dos anos anteriores. Frequentado por alguns alunos e professores pudemos elevar a cerca de mil os volumes já encadernados para a Biblioteca.” (fl. 30)

1938/39 (Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Caixa 9, relatório 60)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“A) – O Edifício e as suas dependências

Em relatórios anteriores fiz a descrição do edifício e dependências e expuz a necessidade de se construir um Liceu novo.

Essa necessidade foi já verificada pelas instancias superiores e a Junta de Construção de Edifícios Escolares está já elaborando projecto para a sua construção.

Nestas condições temo-nos limitado a fazer pequenas reparações indispensáveis, e dentro do nosso limitado orçamento. Quanto ao mobiliário, vamos aguentado o que ha, com reparações permanentes, sem material de Desenho e Trabalhos Manuais e fazendo votos para que este estado de coisas seja em breve remediado.” (fl. 1)

“D – As instalações:

[...]

2) – Biblioteca:

A sua instalação já foi descrita em relatórios anteriores. O mobiliário não sofreu alterações. Esteve aberta para serviço de leitura desde as 8 e 15 às 16 horas. Foi seu zeloso Director o professor do 1º grupo António Gonçalves auxiliado pelos empregados Ambrósio e Maria do Céu.

Foram oferecidos à Biblioteca 81 obras e 2 revistas. Comparam-se 73 volumes e forma encadernados pelos alunos 64 livros.

Gastaram-se em livros, revistas e outras assinaturas a importância de 1876\$75

Beneficiações 60\$00

Diversos 217\$00

Foram requisitados para leitura:

Em casa 10.980 livros

Para leitura na biblioteca 8.656

Pelos professores 216

Total 19.852

As deficiências só podem ser supridas com a construção do novo Liceu.” (fl.34)

1939/40 (Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Caixa 10, relatório 66)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“A) – O Edifício e as suas dependências

Como em relatórios anteriores afirmámos, só a construção de um novo edifício pode dar cabal satisfação às necessidades prementes de acomodação aos serviços e pessoal deste Liceu.

A verba está aprovada, o projecto está feito, e só falta começar. Faço votos para que não tenhamos mais uma desilusão. Neste edifício velho só fazemos as reparações inadiáveis e consentâneas com o nosso modesto orçamento. O material escolar, como o edifício, também está velho e precisa de reforma.” (fl. 1)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2) – Biblioteca

Mesmas instalações, mesmo mobiliário. É aberta aos serviço de leitura desde as 8 horas até às 16. Foi seu Director o professor Martins Afonso que teve como auxiliares os empregados Maria do Ceu e Ambrósio A. Inácio.

Esta instalação foi beneficiada com a construção de um balcão de madeira com rêde de metal. Compraram-se 78 volumes incluindo 33 de literatura infantil, cuja falta muito se fazia sentir. Foram-nos oferecidos 17 volumes e foram encadernados e dourados vários livros.

Verba gasta 2500\$00

Livros requisitados para leitura 20.175

As deficiências só podem ser supridas com a construção do novo liceu.” (fl. 30)

“5) Aprendizagens úteis fora do plano de estudos

Funcionou uma aula de encadernação dirigida pelo professor Ramalho Viegas; foram encadernados alguns exemplares da biblioteca.”(fl. 38)

1940/41 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“O EDIFÍCIO E AS SUAS DEPÊNDENCIAS

Continuamos esperando que se dê início às obras projectadas. Até lá iremos fazendo as reparações inadiáveis, adentro do nosso limitado orçamento, para a conservação do edifício. Se não fosse o auxílio financeiro prestado pela Direcção dos Monumentos Nacionais por ocasião do ciclone, este não seria mais que um montão de ruínas.

O material escolar carece, como o edifício, de reforma.” (fl. 2)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2- Biblioteca

Ocupa esta instalação a sala principal do edifício situado no rez do chão em frente do átrio.

Compõe-se de 27 estantes e 10 mesas que comportam 80 leitores.

Em tempos de aula encontra-se aberta ao serviço das 8^h15^m às 12^h30^m e das 14^h às 15^h 30^m.

Em férias abre apenas dois dias por semana, com o mesmo horário.

A biblioteca é frequentada pelos alunos e professores fora das horas de aula, e fornece para estudo em casa, os livros que lhe sejam requisitados.

Foi seu Director o professor do 1º. Grupo Domingos Romão Pechincha, que teve como auxiliares os empregados Maria do Céu e Ambrósio.

Aquisições:

De mobiliário – nenhuma

De livros

Por compra - 109

Por oferta – 61

Assinaturas – 18

Revistas pagas – 3

Revistas oferecidas – 2

Verba gasta – 1255\$50

Livros requisitados:

Pelos professores – 500 obras

Pelos alunos:

Leitura na biblioteca – 8.019

Leitura em casa – 6.860

Deficiência a suprir - Precisam-se de estantes para livros mas a sala não pode comportar mais. Esperamos o novo Liceu.” (fl. 36)

“Aprendizagens fora do plano de estudos

Os trabalhos de encadernação que nos anos anteriores tiveram grande desenvolvimento enfraqueceram este ano com a saída do professor instructor, tendo sido apenas encadernados um reduzido número de livros da biblioteca pelos alunos de trabalhos manuais.” (fl. 40)

1941/1942 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“Parece que finalmente vai ser construído o novo Liceu. Nestas condições abstenho-me de focar mais uma vez as péssimas condições em que estamos vivendo. A direcção dos Monumentos Nacionais tomou a seu cargo, e já executou, as reparações mais urgentes, afim de manter o edifício em condições de habitabilidade.” (fl. 1)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2- Biblioteca

As mesmas instalações dos anos anteriores e o mesmo mobiliário. Esteve aberta ao serviço de leitura das 8 às 16 horas com intervalo para almoço. Foi seu Director o professor auxiliar do 4º grupo Hortêncio Pais de Almeida Lopes, e teve como empregados os contínuos Ambrósio e Maria do Céu.

Compraram-se 22 volumes

Oferecidos 46 volumes

Revistas oferecidas – 16

Assinamos de novo a Revista do Ar, Ocidente Afinidades e Atlântico

Obras em publicação: A volta ao Mundo e História da Arte em Portugal

Verba gasta – 2.000\$00

Livros requisitados:

Pelos alunos – 14.364

Pelos professores – 2.289” (fl. 39)

1942/43 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“Finalmente começaram as obras no novo liceu e com elas a esperança de dias melhores.” (fl. 1)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2- Biblioteca

Mesmas instalações e mobiliário. Está aberta desde as 9 horas às 16 horas. Foi seu Director o professor auxiliar Hortênsio que teve como auxiliares os empregados Maria do Céu e Ambrósio.

Encadernaram-se 143 livros e 30 revistas.

Compraram-se 78 volumes e 5 revistas. Foram-nos oferecidos 143 livro e 3 revistas.

Verba gasta 2.800\$00

Livros requisitados para ler na biblioteca 13.426

Livros requisitados para estudo em casa 3.874

As deficiências foram já mencionadas por várias vezes.” (fl. 35)

1943/44 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“A) – O EDIFÍCIO E AS SUAS DEPENDÊNCIAS

Seguem com bom ritmo as obras do novo liceu. Quanto ao actual vamo-lo conservando em regulares condições de funcionamento com emprego de reduzidas verbas orçamentais.” (fl. 2)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2- Biblioteca

Mesmas instalações e mobiliário. Mantem-se aberta das 9 à 16 horas. Foi seu Director o professor auxiliar do 1º. Grupo Vergílio António Ferreira que teve como auxiliares os empregados Ambrósio e Maria do Céu

Encadernaram-se 76 volumes.

Livros comprados 91 volumes.

Livros oferecidos 41 volumes.

Comprou-se um ficheiro para verbetes ordenados por assuntos.

Verba gasta – 2500\$00

Requisições dos alunos para a sala de leitura 10.070

Requisições dos alunos para casa 3.753

Requisição de professores 231” (fl. 41)

1944/45 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Joaquim Monteiro Simões

“A) – O EDIFÍCIO E AS SUAS DEPENDÊNCIAS

Continuam em ritmo acelerado as obras do novo liceu, que pela sua situação e grandiosidade deve vir a ser um dos melhores do país. Quanto ao actual vamo-lo conservando em regulares condições de funcionamento com emprego das verbas orçamentais.” (fl. 2)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2- Biblioteca

Mesmas instalações e mobiliário. Foi seu director o professor efectivo do 1.º grupo Manuel Viegas Guerreiro que teve como auxiliares os empregados Ambrósio e Maria do Céu.

Manteve-se aberta das 8h e 30 m. às 17 horas, com intervalo das 13 h. às 14 h. e 30 m. para almoço. Houve necessidade de mandar fazer uma estante suplementar que importou em 500\$00. Compraram-se livros e fizeram-se encadernações na importância de 3.610\$00.

Fôram-nos oferecidos 49 livros e revistas.

Fizeram-se as seguintes requisições para leitura:

Alunos 9352

Professores 253

Total 9605” (fl. 42-43)

“5 – Aprendizagens úteis fora do plano de estudos

Houve um curso de encadernação dirigido pelo prof. Evaristo e frequentado por 40 alunos.” (fl. 45)

1946/47 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Ascenso

“A) – O EDIFÍCIO E AS SUAS DEPENDÊNCIAS

Está prevista a entrega, ao ministério da Educação Nacional, do novo edifício até Julho de 1948, motivo por que não seria acertado pensar em corrigir as numerosas deficiências que o actual edifício apresenta, e que têm sido referidas em relatórios anteriores.” (fl. 1)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2- Biblioteca

As instalações e o mobiliário são os mesmos dos anos anteriores. Foi seu director o professor João Rodrigues Gaspar da Costa e serviu de auxiliar a servente Maria do Céu Pontes.

A biblioteca funcionou das 8h. e 30 m. às 16 horas com intervalo para o almoço-

O recheio bibliográfico foi aumentado do seguinte modo:

Volumes comprados 26

Volumes oferecidos 187

Números de revistas oferecidas 29

Total 142 volumes

Foram feitas beneficiações em 86 volumes.

O movimento de livros requisitados foi o seguinte:

Livros requisitados pelos alunos para leitura em casa ou na biblioteca 14.882

Livros requisitados pelos professores 316

Total 15.198

A verba gasta com a Biblioteca foi de 3.622\$05” (fl. 37)

1947/48 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Ascenso

“A. O edifício e as suas dependências

A descrição do edifício deste Liceu e as suas dependências, já foi feita em relatórios anteriores, não tendo sido introduzidas quaisquer alterações que modifiquem a sua fisionomia ou a sua utilidade no aspecto pedagógico. [...]

O relatório de 1948/49 referir-se-á ao novo edifício.” (fl. 1)

“D) – AS INSTALAÇÕES

[...]

2. Biblioteca

As instalações e o mobiliário foram os mesmos dos anos anteriores.

Foi director o professor efectivo do 1º. grupo João Rodrigues Gaspar da Costa e serviu de auxiliar a servente Maria do Céu Pontes.

Os serviços destas instalações funcionaram todos os dias a partir das 9 horas até às 17, com intervalo de 2 horas, das 12 às 14, para o almoço.

O recheio bibliográfico foi aumentado do seguinte modo:

Volumes comprados 24

Volumes oferecidos 37

Entraram ainda as revistas Boletim semanal da estatística de Angola, Arbor, Boletim do comissariado do Desemprego e Diário da revolução nacional. À excepção desta última publicação, todas as restantes foram gratuitas.

O movimento da biblioteca é expresso pelos seguintes números:

Volumes requisitados por alunos para leitura na biblioteca 5.662

Volumes requisitados por alunos para leitura doméstica 6.758

Volumes requisitados por professores 900

Total requisições 13.320” (fl. 21)

1948/49 (Biblioteca da ESJD/sala Teixeira Guedes)

Reitor José Ascenso

“A. O EDIFÍCIO E AS SUAS DEPENDÊNCIAS

[...]

-Biblioteca. É uma magnífica sala muito bem iluminada e com mobiliário convenientemente escolhido. As estantes, que cobrem inteiramente três das paredes, foram construídas numa só peça, não possuindo vidros, mas redes de aço, como convém à conservação dos livros.” (fl. 6)

“A biblioteca, que ali se encontra colocada [terceiro piso] é ampla e suficiente para o serviço actual, mas, por necessidades de arrumação e ainda para defesa da livraria do falecido reitor Teixeira Guedes, antigo Reitor deste Liceu, pareceu-nos conveniente utilizar além da sala maior, reservada para o efeito, um compartimento próximo, que no plano inicial, estava reservado para sala de contínuos. Expusemos esta necessidade ao Excelentíssimo Presidente da Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário, que se prontificou imediatamente a ordenar a adaptação desejada.” (fl. 12)

Anexo 27 – Planta do Liceu de Faro – 1947/48

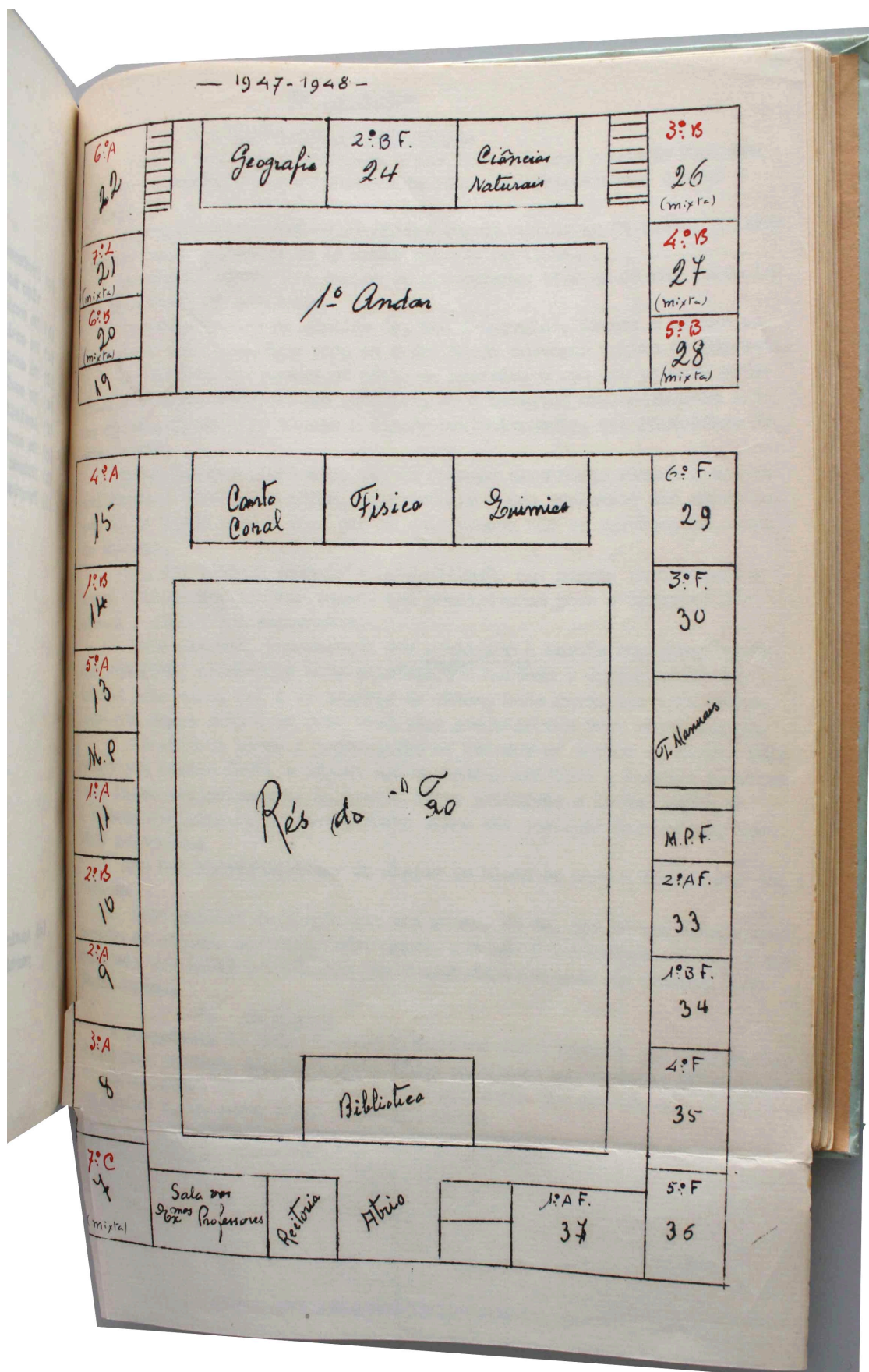


Figura 58 – Planta com localização da biblioteca no edifício do liceu na Alameda.

Anexo 28 – Professores do Liceu de Faro

A memória do século XIX e XX é indissociável das imagens registadas pela técnica da fotografia. Os registos fotográficos do liceu e dos seus professores e alunos no período em estudo e a que tivemos acesso não são muito numerosos. Na biblioteca da actual ESJD um álbum fotográfico guarda algumas dessas marcas de um presente passado e para o qual, na grande maioria dos casos, já não existe memória dos locais, acontecimentos e pessoas retratadas.

Neste anexo apresentam-se registos que nos permitem ficar a conhecer a imagem de algumas das pessoas relacionadas com a história do Liceu de Faro. As fotografias sem referência ao crédito fotográfico constituem reproduções de documentos da ESJD.



Figura 59 – José Gonçalves Cruz Viva, professor e bibliotecário do Liceu de Faro no século XIX.

Crédito fotográfico: *Algarviana* de Lyster Franco

Figura 60 – Manuel Bivar Weinholtz, Reitor do Liceu de Faro 1900-1901.





Figura 61 – Luís Calado Nunes, reitor do Liceu de Faro 1911-1912.

Pintura a óleo sobre tela da autoria de Félix da Costa, de 1902. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Figura 62 – Luís Calado Nunes na reitoria do Liceu de Faro.



Alma Nova, III série, n.º 10, 11 e 12, Dezembro de 1923
Recordar...reviver Luis Calado Nunes por Cruz Magalhães, p. 124



Figura 63 – Tuna Académica do Liceu de Faro 1916/1917.

Em rodapé é possível ler “Ao centro, sentado, de lunetas e laço preto o Dr. Carlos da Conceição Aquino Vilamariz”.



Figura 64 – Tuna Académica do Liceu de Faro 1916/1917: detalhe.

O professor Vilamariz foi professor bibliotecário nos anos lectivos 1915/16 e 1916/17 e ainda reitor durante parte do ano lectivo 1916/17.



Figura 65 – Grupo de alunos, 1920-1921.

Figura 66 – Grupo de alunos, 1920-1921.
Detalhe: Reitor Ernesto Adolfo Teixeira Guedes



Figura 67 – José Guerreiro Murta, reitor do Liceu de Faro em Setembro/Outubro de 1927.

Crédito fotográfico: Alma Nova, III série, n.º 13, 14 e 15, Jan.-Março de 1924

Livros e autores por José Guerreiro Murta e M. M., p. 36



Figura 68 – Alfredo Tenório de Figueiredo, reitor do Liceu de Faro 1927/28

Crédito Fotográfico: II Congresso Pedagógico do ensino secundário oficial, 1928.

O Liceu de Faro participou no II Congresso Pedagógico, realizado na cidade de Viseu, com a seguinte representação: Eduardo António [Antonino?] Pestana, Alfredo Caetano de Oliveira Carvalho, Jorge Sílvio P. De Oliveira Neto, António dos Reis Barbosa, Alfredo Tenório de Figueiredo, João do Nascimento mansinho, Joaquim rito da Palma, d. Berta Babosa, Francisco Guerreiro Fogaça, D. Maria Pestana, Manuel da Cruz Costa, Manuel Sérgio Pereira. Neste congresso participaram ainda Guerreiro Murta (Liceu Bocage) e Apolinário José Leal (Liceu Sá da Bandeira, Santarém), cujas ligação ao Liceu de Faro, no ano lectivo 1925/26 e 1926/27 são objecto de descrição no ponto “O ano lectivo 1926/27”.



Figura 69 – Professores do Liceu de Faro, ano lectivo 1928/29.

Francisco de Brito Simões Miranda poderá ser o professor na segunda fila, primeiro a contar da direita (comparação com fotografia publicada na revista Labor) e possivelmente Alfredo Tenório de Figueiredo de perfil, também na segunda fila, o segundo a contar da direita. Provavelmente nesta foto também se encontrarão retratados Alfredo Carvalho (última fila, primeiro a contar da esquerda?), Eduardo Antonino Pestana, António dos Reis Silva Barbosa, Eduardo Marinho Alves de Moura.



Figura 70 – Francisco de Brito Simões Miranda, reitor do Liceu de Faro nos anos lectivos 1929/30 e 1930/31.

Crédito fotográfico: “Labor”, n.º55.



Figura 71 – Alfredo Carvalho, professor bibliotecário no Liceu de Faro 1927/28.
Crédito fotográfico: Arquivo Distrital de Leiria [s. d.].



Figura 72 – Eduardo Antonino Pestana, professor no Liceu de Faro em 1927/28.
Crédito fotográfico: Câmara de Lobos – Dicionário Corográfico (edição electrónica) [s. d.].

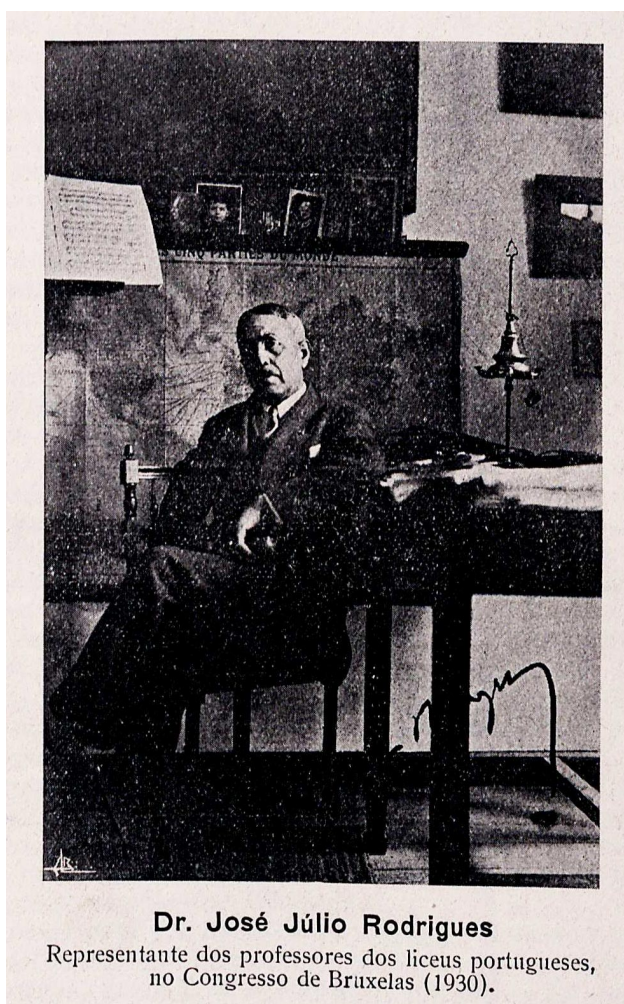
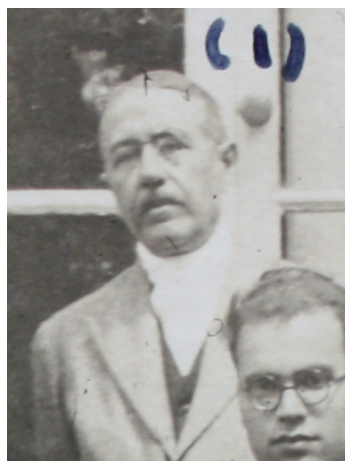


Figura 73 – José Júlio Rodrigues, reitor do Liceu de Faro 1931/32.
Crédito fotográfico: “Labor”, n.º 27.



Figura 74 – Reunião do grupo de escoteiros formado no Liceu de Faro, 1931-1932.

No verso da fotografia constam entre outros os nomes dos seguintes professores: 1 Dr. José Júlio Rodrigues (Reitor); 2 Pintor Ricardo Bensaúde (Prof.) 4 Armando Cassiano; 9 Manuel da Cruz Malpique



Reitor José Júlio Rodrigues



Prof. Armando Cassiano



Prof. Bibliotecário Cruz Malpique

Figura 75 – Reunião do grupo de escoteiros formado no Liceu de Faro, 1931-1932. Detalhe: José Júlio Rodrigues, Armando Cassiano, Cruz Malpique.

1.º plano - Evaristo, Magalhães, Prudêncio
 2.º plano - Coelho, Irene Jacinto, M.ª L.ª Palme Coelho, Izelin
 Mira, Ofélia Azinheira, M.ª Armanda Ramos,
 Cândida Lourenço, Célia Magalhães, M.ª Ad.
 Aleixo, Imatila Baptista, Marinho, Maximiano,
 M.ª Alina de Sousa.
 3.º plano - Abílio Romera, Dias Agudo (Reitor), Dias de
 Silva, Balala, Murtinho Simões, Silveira
 Ramos, Filipe Barros (Cabeleira), Cassiano,
 Moura Jr., Mendonça e Costa, Dr. João
 Espírito Santo, Campo Ramos Beut.



Figura 76 – Corpo docente, 1933-1934.

No ano lectivo 1933/34 era colocado pela primeira vez em Faro o Dr Joaquim Magalhães como professor agregado, após ter realizado o Exame de Estado em Junho de 1933. José Carlos de Araújo Marinho foi nesse ano o professor bibliotecário.

11
Dez.
1933

1.º plano - Coelho, Evaresto, Mafalhas, Irene, (7)
Luís P. Coelho, Idalina Veir, Of. Almeida,
M.ª Armada Ramos, Cândida Henriques,
A. Graça, Célia Mafalhas, M.ª Ad. Alípio,
D. Matilde Baptista.

3.º plano: Rosário, Maria J.ª, Dias Aguiar (Reitor),
Dias de Silva, Batalha, Cap. Filipe Barros,
Marta Simões, Carmen, Silvina Ramos,
M.ª duque e Costa, João Espírito Santo,
Prudêncio, C. Ramos Bevilh, Mariinho,
N.ª Lúcia.



Figura 77 – Corpo docente, 1933-1934.



Reitor Dias Agudo



Professor José Carlos de Araújo Marinho

Figura 78 – Corpo docente, 1933-1934. Detalhe: Dias Agudo e Araújo Marinho.

Figura 79 – Grupo de professores e alunos[s.d.].



O professor Joaquim de Magalhães aparece aqui retratado provavelmente, e por comparação com as fotos anteriores com os professores Balacó e Evaristo (envergando um sobretudo claro) e no ano lectivo de 1933/34, primeiro ano em que leccionou no liceu de Faro, como professor agregado.

Nesta foto destacam-se três alunos, com os livros escolares abertos, símbolos do conhecimento e do espaço escolar aqui retratado. Anote-se o uso do traje académico por estes jovens alunos. Em segundo plano um funcionário observa a situação. Pode-se também observar o pátio, não pavimentado, pelo qual se acede por íngremes escadas ao bebedouro e às salas de aula, bem como os algerozes de aspecto improvisado, igualmente visíveis na foto de 1928/29.



Figura 80 – Vergílio António Ferreira, professor bibliotecário 1943/44.
Crédito fotográfico: FERREIRA, Serafim – Vergílio Ferreira: fotobiografia.



Figura 81 – Manuel Viegas Guerreiro, professor bibliotecário 1944/45.
Esquerda: detalhe da foto do corpo docente em Julho de 1945
Direita: detalhe da foto do corpo docente no ano lectivo 1950/51



Figura 82 – Corpo docente do Liceu de Faro em Julho de 1945.

Atente-se em primeiro plano a vedação metálica do ringue desportivo existente no pátio do liceu (informação prestada pelas antigas alunas D. Judite Fernandes e D. Isaurinda. Com o número (9) aparece uma identificação com um ponto de interrogação. Julgamos tratar-se do reitor Monteiro Simões e não de António Joaquim Moreira Júnior. A partir do anuário para o ano lectivo 1944/45 foi possível completar a lista que se encontra no verso da foto: 3 [António Baptista da Silva] Coelho; 4 [António] Simões; 5 [Joaquim da Rocha Peixoto] Magalhães; 6 [Manuel Viegas] Guerreiro; 7 [José de Sousa] Ramalho Viegas; 8 Luiz [da Ascensão] Afonso; 9 [António Joaquim] Moreira J^{or}?; 11 [Fernando] Falcão Machado; 12 [Armando] Cassiano; 13 [Adriano Acácio de Almeida] Silvano; 14 Adelaide [Augusta Bastos de Carvalho]; 13 Zulmira [da Conceição Calado Sargento]; 16 M^a da Ascensão Gomes; 17 M^a Ilda Andrade; 18 M^a Luísa Augusto; Ofélia de Mendonça Azinheira; 20 Regina [da Costa] Kasprzykowski; 21 M^a Luísa Aguiar (C.C.).



Figura 83 – Reitor Monteiro Simões.

Crédito fotográfico: Galeria de fotos da Comissão Executivas das Festas Centenárias no Algarve. *Junta de Provincia: Centenários 1140, 1640, 1940, Algarve.*



Figura 84 – Corpo docente do liceu de Faro em Julho de 1945. Detalhe: Reitor Monteiro Simões?



Figura 85 – Corpo docente do Liceu de Faro 1948-1949. Detalhe: Reitor José Ascenso



Figura 86 – Corpo docente do liceu de Faro, 1948-1949.

Anexo 29 – Interface gráfica da base da dados MANES

Figura 87 – Base de dados MANES: campos de pesquisa.

The screenshot shows the 'CONSULTAS NA BASE MANES' search page. It features a search bar and several dropdown menus for filtering results. The filters include 'Disciplina Ensino Primário', 'Disciplina Ensino Secundário', 'nível', 'idioma', and 'país'. There are also input fields for 'entre os anos' and a 'na base de dados' dropdown menu. A 'limpar' button is visible at the bottom right.

The screenshot shows the 'ACTUALIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS MANES. IDENTIFICAÇÃO' login page. It includes the MANES logo, a 'usuário:' field, a 'contra-senha:' field, and an 'entrar' button. A link at the bottom reads 'se esqueceu a sua contra-senha escreva aqui para solicitá-la de novo'.

- Consultas em Manes
 - Revisão dos meus documentos
 - Novo registo
 - Revisão de documentos do meu grupo
 - Mudar contra-senha
 - Sair
- Bienvenido a MANES

Figura 88 – Base de dados MANES: acesso de um utilizador credenciado.

REGISTRO Nº	3499
base destino	03
Localização do livro	Escola Secundária João de Deus^27951
Título do livro	Ciências da natureza: iniciação geográfica e elementos de ciências naturais, programa completo da 1.ª classe
Nível	Instrução Secundária.
Idioma	Português.
Disciplina Ensino Secundário	Ciências Naturais. Geografia.
Autor e participantes	Soeiro, Augusto C. G.. Autor, professor efectivo do Liceu de Rodrigues de Freitas. Vilamariz, Carlos C. A. Autor, professor efectivo do Liceu de Rodrigues de Freitas.
Ano de edição	1933
Lugar de edição	Porto, Portugal
Editorial	Maranus
N. páginas	286 p.
Tamanho	18,5x12 cm
Observações	Ilustrações e fotografias a preto e branco. 2 ilustrações do aparelho circulatório coloridas a azul e vermelho

Figura 89 – Base de dados MANES: exemplo de uma ficha bibliográfica.


ACTUALIZAÇÃO DA BASE MANES. Proposta de alteração. (prima sobre o número do campo para informação complementar)		
Anabela Estudante		recuperar ecrã guardar ecrã
<input type="button" value="comprovar"/> <input type="button" value="cancelar"/> <input type="button" value="limpar"/> <input type="button" value="gravar"/>		
base destino	<input type="text" value="MANES Portugal"/>	
país	<input type="text" value="MANES Espanha"/> <input type="text" value="MANES América Latina"/> <input type="text" value="MANES Portugal"/> <input type="text" value="MANES Bélgica"/>	
Localização do livro	<input type="text"/>	
Título do livro	<input type="text"/>	
Idioma	<input type="text" value="Alemão"/>	
Nível	<input type="text" value="Infantil"/>	
Disciplina Ensino Primário	<input type="text" value="Ciências Naturais"/>	
Disciplina Ensino Secundário	<input type="text"/>	
Autor e participantes	<input type="text"/>	
Ano de edição	<input type="text"/>	
Lugar de edição	<input type="text"/>	
Editorial	<input type="text"/>	
N. edição	<input type="text"/>	
N. Volume	<input type="text"/>	
Coleção	<input type="text"/>	
N. de la coleção	<input type="text"/>	
N. páginas	<input type="text"/>	
Tamanho	<input type="text"/>	
Material adicional	<input type="text"/>	
Observações	<input type="text"/>	
Vínculos relacionados	<input type="text"/>	
<input type="button" value="comprovar"/> <input type="button" value="cancelar"/> <input type="button" value="limpar"/> <input type="button" value="gravar"/>		

Figura 90 – Base de dados MANES: Ficha de recolha bibliográfica

Anexo 30 – Manuais registados na base de dados MANES

Nº registo MANES	Referência
3319	Santos, João António Correia dos (1935?): F. Q. exercícios de aplicação prática de física e de química para o curso complementar dos liceus , Imprensa Lucas & C ^a , Lisboa, Portugal.
3320	Santos, João António Correia dos (1938): F.Q. apêndice ao 1º volume de exercícios de aplicação prática de física e de química para o 3º ciclo dos liceus e para os exames de admissão às faculdades , Imprensa Lucas & C ^a , Lisboa, Portugal.
3321	Santos, João António Correia dos (1938): Noções de física e de química: escolas regimentais 3º curso de habilitação , s n, Lisboa, Portugal.
3396	Machado, Achilles (1903): Elementos de química mineral e orgânica: III parte - VI e VII classes , Imprensa de Libanio da Silva, Lisboa, Portugal.
3397	Machado, Achilles (1906?): Elementos de química mineral e orgânica: II parte - IV classe III parte V classe , s n, Lisboa, Portugal.
3398	Machado, Achilles (1917): Elementos de química: III classe I parte , Imprensa de Libanio da Silva, Lisboa, Portugal.
3399	Machado, Achilles (1921): Elementos de química: III classe parte I , Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.
3400	Machado, Achilles (1923): Elementos de química: III classe parte I , Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.
3401	Machado, Achilles (1920): Elementos de química: IV classe II parte , Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, Portugal.
3402	Machado, Achilles (1925): Elementos de química: IV classe parte II , Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.
3403	Machado, Achilles (1931): Elementos de química: V classe parte III , Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.
3404	Machado, Achilles (1931): Elementos de química: V classe parte III , Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.
3405	Machado, Achilles (1931): Elementos de química: VI-VII classes , Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.
3406	Machado, Achilles (1930?): Elementos de química: III, IV e V classes , s n, s l.
3407	Machado, Achilles (1928): Elementos de química: VII classe parte V , Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.

Nº registo MANES	Referência
3408	Machado, Achilles (1937): Elementos de química: 7º ano , Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, Portugal.
3409	Langlebert, J (1867): Manuel de chimie: rédigé d'après les nouveaux programmes officiels d'enseignement des lycées impériaux prescrits pour les examens du baccalauréat , De JULES DELALAIN et FILS, Paris, France.
3410	Ganot, A. (1887): Traité élémentaire de physique , Librairie Hachette et Cie, Paris, France.
3422	Maillard, A. (1929): Le problème de physique élémentaire (principes et exemples de solutions): tome II a l'usage des élèves de première (programme de 1912) , Librairie Vuibert, Paris, France.
3423	F (1902?): Exercices numériques de physique et chimie: solutionnaires des éléments de physique et de chimie, classe de troisième , Librairie Générale, Paris, France.
3425	Lang, Roberto; Gil, Rodrigo (1932): Física experimental I , Editorial Labor, Barcelona, Espanha.
3426	Caldeira, Raul (1914): Cem exercicios de electricidade elementar , Tipografia Gonçalves, Lisboa, Portugal.
3427	Privat-Deschanel, A; Pozzi, Angelo Arturo (1890): Trattato elementare di fisica: ad uso delle scuole secondarie classiche, tecniche, professionali, e degle studiosi , Fratelli Dumolard Editori, Milano, Itália.
3428	Pariselle-Millet; Bouant, É (1924): Cours élémentaire de physique quatrième et cinquième années (optique, acoustique, électricité) , Librairie Félix Alcan, Paris, France.
3429	Troost, L.; Péchard, E (1925): Traité de élémentaire de chimie , Masson et Cie, éditeurs, Paris, France.
3443	McPherson, William; Henderson, William Edwards (c1915): First Course in Chemistry , Ginn and Company, Boston, United States of America.
3445	Drazens, Georges; Laisant, C A (s d): Initiation Chimique , Librairie Hachette, s l.
3446	Boll, Marcel (1927): Cours de chimie: lois générales, métalloïdes , Dunod, Paris, France.
3447	Donington, G (1914): A classe-book of chemistry , MacMillan and Co, London, England.
3448	Black, Newton Henry; Davis, Harvey Nathaniel (1937): New practical physics: fundamentals principles and applications to daily life , The MacMillan Company, New York, United States of America.

Nº registo MANES	Referência
3449	Perkin, W; F.R.S.; Lean, Bevan (1913): Introduction to chemistry and physics , MacMillan and Co, London, England.
3450	Esteves, F; Ferreiras, Manuel Alves (1939): Lições complementares de química: 7º ano , Empresa Ind Gráfica do Porto, Lda, Porto, Portugal.
3451	Ligorne, A (1934): Novo resumo de química para uso dos liceus, escolas comerciais e industriais:1ª parte, generalidades, hidrogénio, oxigénio, azoto, ar atmosférico e água, principais problemas e suas resoluções , Sociedade Industrial de Tipografia, Lda, Lisboa, Portugal.
3452	Drincourt, E. (1908): Trois années de chimie: en un volume , Librairie Armand Colin, Paris, France.
3453	Machado, Alvaro R. (1928): Lições elementares de física experimental: para a 5ª classe dos liceus, segundo o programa decretado em 2 de novembro de 1926 , Tipografia Sequeira, Porto, Portugal.
3454	Machado, Alvaro R. (1930): Lições elementares de física experimental: para a 4ª classe dos liceus , Enciclopédia Portuguesa, Porto, Portugal.
3455	Wilson, Sherman R. (c1936): Descriptive Chemistry and physics , Henry Holt and Company, New York, United States of America.
3456	Machado, Alvaro R. (1927): Lições elementares de física experimental: para a 4ª classe dos liceus, segundo o programa decretado em 2 de Novembro de 1926 , Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, Porto, Portugal.
3484	Dalbis, L (1932): Géologie: classe de 4ème , J, de Gigord, Paris, France.
3485	Chaix, Paul; Chaix, Émile; Chaix, André (1924): Précis de géographie élémentaire , Philippe Durr, Geneve, Suíça.
3486	F (1932?): Géologie , J, de Gigord, Paris, France.
3487	Zamith, F; Prudente, N.; Alves, Manuel (1937): Curso elementar de física , Livraria Simões Lopes, Porto, Portugal.
3488	Turpain, Albert; Garbe, P. (1929): Leçons elementaires de physique , Librairie Vuibert, Paris, France.
3489	Turpain, Albert; Garbe, P. (1930): Leçons elementaires de physique , Librairie Vuibert, Paris, France.
3490	Bavink, B; Banús, A (1941): Introducción a la química inorgánica , Editorial Labor, Barcelona, Espanha.

Nº registo MANES	Referência
3491	Rodrigues, José Júlio (1912): A química prática dos liceus: curso completo complementar, para uso dos alunos da 4.^a, 5.^a e 6.^a classes do curso dos liceus , Livrarias Aillaud e Bertrand, Livraria Francisco Alves, Lisboa, Portugal.
3492	Rodrigues, José Júlio (1912?): A química prática dos liceus: curso completo complementar, para uso dos alunos da 6.^a e 7.^a classes do curso dos liceus , Livrarias Aillaud e Bertrand, Livraria Francisco Alves, Lisboa, Portugal.
3493	Prudente, J; Esteves, F; Ferreira, Manuel Alves (1944): Guia de trabalhos práticos de química para o 4.º, 5.º e 6.º ano dos liceus , Domingos Barreira Livraria Simões Lopes [Depositário], Porto, Portugal.
3494	Cecchi, Filippo (1887): Nozioni elementari di chimica per uso dei licei: breve introduzione allo studio di questa scienza secondo le teorie moderne per uso dei licei e di altri istituti , Tipografia Calasanziana, Firenze, Itália.
3495	Maillard, A. (1931): Le problème de physique élémentaire (principes et exemples de solutions): tome I a l'usage des élèves de seconde , Librairie Vuibert, Paris, France.
3496	Maillard, A. (1929): Le problème de physique élémentaire (principes et exemples de solutions): tome III a l'usage des élèves de mathématiques et des candidats a la seconde partie du baccalauréat (mathématiques) , Librairie Vuibert, Paris, France.
3497	Guimarães, A (1912): Curso de mineralogia e geologia segundo os novos programas dos liceus: III principios , Cruz & C ^a , Lisboa, Portugal.
3498	Soeiro, Augusto C; Vilamariz, Carlos C (1932): Ciências da natureza: cosmografia, iniciação geográfica e elementos de ciências naturais, programa completo da 2.^a classe , Maranus, Porto, Portugal.
3499	Soeiro, Augusto C; Vilamariz, Carlos C (1933): Ciências da natureza: iniciação geográfica e elementos de ciências naturais, programa completo da 1.^a classe , Maranus, Porto, Portugal.
3500	Soeiro, Augusto C; Vilamariz, Carlos C (1934): Ciências da natureza: iniciação geográfica e elementos de ciências naturais, programa completo da 1.^a classe , Maranus, Porto, Portugal.
3501	Primo, Seomara da Costa (1937): Compêndio de biologia para o III ciclo dos liceus: obra aprovada pela junta nacional da educação , J Rodrigues & C ^a , Lisboa, Portugal.

Nº registo MANES	Referência
3502	Riofrío, B (1942): Introducción a la botánica , Editorial Labor, Barcelona, Espanha.
3503	Miehe, Hugo; Maynar, Jesús (1928): Citología e anatomía de las plantas , Editorial Labor, Barcelona, Espanha.
3504	Coutinho, António Xavier Pereira (1925): Curso elementar de botânica para uso dos liceus , Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, Portugal.
3505	Coutinho, António Xavier Pereira (1928): Curso elementar de botânica para uso dos liceus , Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, Portugal.
3506	Dalbis, L.-J. (1915): Anatomie et physiologie végétales: classes de philosophie A, B et de mathématiques A, B, J , de Gigord, Paris, France.
3507	Aires, Bernardo (1927): Lições de zoologia: para a 4.^a classe dos liceus conforme o programa oficial , Livraria Cruz, Braga, Portugal.
3508	Santos, João António Correia dos (s d): Zoologia e botânica: compêndio de ciências naturais para o 2.^o e 3.^o cursos , Imprensa Beleza, Lisboa, Portugal.
3509	Pokorny, Aloisio; Lessona, Michele; Salvadori, Tommaso (1882): Storia illustrata dei tre regni della natura: regno animale , Ermanno Loescher, Torino, Itália.
3510	Faideau, F; Robin, Aug. (s d): Zoologie élémentaire: homme et classification, classes de sixième A et B , Librairie Larousse, Paris, France.
3511	Faideau, F; Robin, Aug. (1926?): Botanique élémentaire: organographie et classification, classes de cinquième A et B , Librairie Larousse, Paris, France.
3512	Faideau, F; Robin, Aug. (1926?): L'homme et les animaux: qui lui sont utiles, classe de troisième B , Librairie Larousse, Paris, France.
3513	Soeiro, Augusto C (1930): Noções de zoologia: segundo os programas da 5.^a classe dos liceus , Empresa Ind, Gráfica do Pôrto, Lda, Porto, Portugal.
3514	Soeiro, Augusto C (1935): Noções de zoologia: segundo os programas das 4.^a e 5.^a classes do liceu , Maranus, Porto, Portugal.
3515	Dalbis, L.-J. (1925): Anatomie et physiologie animales: classes de philosophie A, B et de mathématiques A, B, J , de Gigord, Paris, France.

Nº registo MANES	Referência
3516	Baptista (s d): Ciências da Natureza: classe II, livro auxiliar do ensino , Casa Portuguesa, Lisboa, Portugal.
3517	Athayde, Alvaro de; Jesus, Júlio (1934): Ciências da Natureza: II volume , Livraria Sá da Costa, Lisboa, Portugal.
3518	Soeiro, Augusto C (1930?): Noções de zoologia: segundo os programas das 6.^a e 7.^a classes do liceu , s n, s l.
3519	Soeiro, Augusto C (1929): Noções de zoologia: segundo os programas da 5.^a classe dos liceus , Empresa Ind, Gráfica do Pôrto, Lda, Porto, Portugal.
3520	Perrier, Rémy (1925): Cours élémentaire de zoologie , Masson et Cie, éditeurs, Paris, France.
3521	Parreira, Henrique; Cabral, Fernando; Athias, M. (1923): Primeiro livro de zoologia , Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, Portugal.
3522	ANFS (1934): Ciências da natureza: livro auxiliar para os candidatos ao exame do 1.º ciclo (2.ª classe) dos liceus, pontos resolvidos e para resolver , Livraria Franco, Lisboa, Portugal.
3523	Jaccard, Frédéric (1913): Notions de géographie physique a l'usage des écoles secondaires , Librairie Payot & Cie, Lausanne, Suisse.
3524	Costa, João Carrington Simões da; Ferreira, Manuel Alves (1932): Compêndio de mineralogia para a 6.ª classe dos liceus , Livraria Simões Lopes, Porto, Portugal.
3525	Daguillon, A.; Matruchot, L.; Plantefol, L. (1929): Cours élémentaire de botanique , Librairie Classique Eugène Belin, Paris, France.
3721	Martonne, Emmanuel de (1922): Abrégé de Géographie Physique , Librairie Armand Colin, Paris, France.
3722	Sá, Mário de Vasconcelos e (1921): Compêndio de geografia elementar: 3.ª classe I parte para uso dos liceus segundo os programas de 1919 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltd, Porto, Portugal.
3723	Sá, Mário de Vasconcelos e (1922): Compêndio de geografia elementar: III parte V classe para uso dos liceus segundo os programas de 23 de Dezembro de 1919 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltd, Porto, Portugal.
3724	Sá, Mário de Vasconcelos e (1927): Compêndio de geografia elementar: 3.ª classe para uso dos liceus segundo os novos programas de 2 de Novembro de 1926 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltd, Porto, Portugal.

Nº registo MANES	Referência
3725	Sá, Mário de Vasconcelos e (1927): Elementos de geografia: organizados para o ensino de 1.ª classe dos liceus, conforme os programas de 2 de Novembro de 1926 , Imprensa Portuguesa, Porto, Portugal.
3726	Sá, Mário de Vasconcelos e (1928): Elementos de geografia: organizados para o ensino de 1.ª classe dos liceus, conforme os programas de 2 de Novembro de 1926 , Imprensa Portuguesa, Porto, Portugal.
3727	Sá, Mário de Vasconcelos e (1927): Compêndio de geografia elementar: I parte 2.ª classe para uso dos liceus segundo os programas de 2 de Novembro de 1926 , Livraria Chardron de Lélo & Irmão Lda, Porto, Portugal.
3728	Sá, Mário de Vasconcelos e (1930): Compêndio de geografia elementar: IV classe II parte para uso dos liceus segundo os programas de 27 de Setembro de 1930 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Lda, Porto, Portugal.
3729	Sá, Mário de Vasconcelos e (1932): Compêndio de geografia geral: para a 6.ª classe de letras e ciências, segundo os novos programas de 8-10-1931 , Livraria Lelo, limitada, Porto, Portugal.
3730	Schwalbach, Luís (1928): Geografia: europa, ásia, australásia, África, Américas , Aillaud e Bertrand, Lisboa, Portugal.
3731	Sá, Mário de Vasconcelos e (1929): Compêndio de geografia geral: 6.ª e 7.ª classe secção de letras e ciências para uso dos liceus segundo os novos programas de 2 de Novembro de 1926 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Lda, Porto, Portugal.
3732	Almeida, Fortunato (1920): Curso de geografia física e política: primeira parte, I e II classe dos liceus , Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
3733	Sá, Mário de Vasconcelos e (1924): Compêndio de geografia geral: 6.ª e 7.ª classe secção de letras e ciências para uso dos liceus segundo os programas de 26 de Setembro de 1919 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Lda, Porto, Portugal.
3734	Sá, Mário de Vasconcelos e (1921): Compêndio de geografia elementar: II parte 4.ª classe para uso dos liceus segundo os programas de 26 de Setembro de 1919 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltd, Porto, Portugal.
3735	Lespagnol, G. (1918): Géographie générale: classe de seconde , Librairie Delagrave, Paris, France.

Nº registo MANES	Referência
3736	Fernandes, Albano (1936): Compêndio de geografia: 7.^a classe dos liceus , Coimbra Editora, Coimbra, Portugal.
3737	Fernandes, Albano (1943): Compêndio de ciências geográficas: 3.º ciclo do curso liceal , Coimbra Editora, Coimbra, Portugal.
3738	Sá, Mário de Vasconcelos e (1921): Compêndio de geografia elementar: 3.^a classe I parte, para uso dos liceus, segundo os programas de 26 de Setembro de 1919 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltd, Porto, Portugal.
3739	Carvalho, Anselmo Ferraz de (1919): Geografia geral elementar: VI classe do curso dos liceus, segundo os novos programas do ensino secundário , Livraria Cruz, Braga, Portugal.
3740	Sá, Mário de Vasconcelos e (1927): Compêndio de geografia elementar: I parte 2.^a classe para uso dos liceus segundo os programas de 2 de Novembro de 1926 , Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Lda, Porto, Portugal.
3741	Carvalho, Anselmo Ferraz (1909): Geographia geral elementar: VI classe do curso dos lyceus, segundo os novos programas do ensino secundario , Livraria Escolar de Cruz & C ^a , Braga, Portugal.
3742	Fernandes, Albano (1932): Compêndio de cosmografia, cartografia, geografia geral e geografia de Portugal continental, insular e ultramarino: cursos complementares dos liceus , Coimbra Editora, Coimbra, Portugal.
3743	Comba, Eugenio (1919): Testo-atlante di geografia: teorico-pratica ad uso della quarta classe elementare riordinato secondo le disposizioni de Programma 29 Gennaio 1905 , G B Paravia & C, Torino, Itália.
3744	Sá, Mário de Vasconcelos e (1923): Caderno de geografia: Portugal, Colónias e Brasil , Renascença Portuguesa, Porto.
3745	Sá, Mário de Vasconcelos e (1923): Caderno de geografia: terras árticas e antárticas, asia e europa , Renascença Portuguesa, Porto.
3746	Sá, Mário de Vasconcelos e (1923): Caderno de geografia: australásia, África e Américas , Renascença Portuguesa, Porto.
3747	Sá, Mário de Vasconcelos e (1923): Caderno de geografia: para a 1.^a e 2.^a classes , Renascença Portuguesa, Porto.
3748	Sá, Mário de Vasconcelos e (1923): Caderno de geografia: geografia geral , Renascença Portuguesa, Porto.

Nº registo MANES	Referência
3749	Cortambert, E. (1874): Géographie générale: pour la classe de mathématiques élémentaires , Librairie Hachette et Cie, Paris.
3750	Botelho, José Nicolau Raposo (1898): Curso de geographia: classe IV , Imprensa nacional, Lisboa.
3751	Demageon, Albert; Perpillou, Aimé (c1941): Géographie générale: classe de seconde , Librairie Hachette, Paris.
3752	Demageon, Albert (c1938): Le monde moins l'europe: classe de cinquième , Librairie Hachette, Paris.
3753	Bini, Silvestro; Valle, P. (1885): Elementi di geografia: compilati secondo i programmi del governo per scuole normali, militari, tecniche, ginnasiali ed istituti tecnici , G B Paravia E Comp, Roma.
3754	Schmidt, Walther (1936): Geografia económica , Labor, Barcelona.
3755	Fernandes, Albano (1937): Compêndio de ciências geográficas: 3.º ciclo do curso liceal , Coimbra Editora, Coimbra.
3756	Fernandes, Albano (1934): Compêndio de geografia: 3.ª, 4.ª e 5.ª classes do curso geral dos liceus , Coimbra Editora, Coimbra.
3757	Meynier, André; Perpillou, Aimé; François, Louis; Mangin, Rober (c1948): Les principales puissances et la vie économique du monde: classes de mathématiques, philosophie et sciences expérimentales , Librairie Hachette, Paris.
3758	Baudrimont, A. (1842): Traité élémentaire de minéralogie et de géologie , Société typographique belge, AD WAHLEN ET Cº, Bruxelles.
3759	Hager, Hermann; Mez, Carlos; Pardillo, Francisco; (1922): El microscopio y sus aplicaciones: manual de microscopia práctica e introducción a las investigaciones microscópicas , Gustavo Gili, Barcelona.
3760	Langeron, m (1925): Précis de microscopie: technique, expérimentation, diagnostic , Masson et Cie, Paris.
3761	Mercalli, Giuseppe (1884?): Elementi di mineralogia e di geologia: conformi al programmi governativi per le scuole secondarie liceali e tecniche , Dottor Francesco Vallardi, Milano.
3763	Navarro, Lucas Fernández (1917): Cristalografía física elemental , Librería General de Victoriano Suárez, Madrid.

Nº registo MANES	Referência
3764	Maia, Celestino; Costa, Filinto (1939): Noções de mineralogia e geologia: segundo os programas do IV, V e VI anos dos liceus , Imprensa Moderna Lda, Porto.
3765	Forjaz, António Pereira (1919?): Elementos de mineralogia e geologia: curso preparatório para a instrução superior, 6.^a e 7.^a classes (em harmonia com o actual programa) , Livraria Sá da Costa, Lisboa.
3766	Forjaz, António Pereira (1935): Tabelas para a determinação de minerais , Livraria Sá da Costa, Lisboa.
3767	Forjaz, António Pereira (1922?): Tabelas para a determinação de minerais , Livraria Sá da Costa, Lisboa.
3768	Brauns, R; San Miguel de la Cámara, M. (1927): Mineralogía , Labor, Barcelona.
3769	Primo, Seomara da Costa (1932): Compêndio de botânica: para a III e V classes dos liceus , Imprensa Lucas & c, ^a , Lisboa.
3770	Primo, Seomara da Costa (1935): Compêndio de botânica: para a III, IV e V classes dos liceus , Imprensa Lucas & c ^a , Lisboa.
3771	Primo, Seomara da Costa (1932): Compêndio de botânica: para a VI e VII classes dos liceus , J Rodrigues & C ^a , Lisboa.
3772	Primo, Seomara da Costa (1937): Compêndio de botânica: para a IV, V e VI anos dos liceus , Imprensa Portugal-Brasil, Lisboa.
3773	Coutinho, António Xavier Pereira (1892): Elementos de botânica: primeira e segunda parte do curso dos lyceus , Aillaud & Cia, Lisboa.
3774	Coutinho, António Xavier Pereira (1905?): Curso elementar de botânica: para uso dos lyceus segundo os programmas aprovados pelo decreto de 3 de Novembro de 1805 , Aillaud & Cia, Lisboa.
3775	Coutinho, António Xavier Pereira (1921?): Curso elementar de botânica: segundo os programas aprovados pelo decreto de 23 de dezembro de 1019, I Classe, II Classe , Aillaud e Bertrand, Lisboa.
3776	Soares, João; Visintin, Luigi (1934): Novo atlas escolar português: aprovado oficialmente , Livraria Sá da Costa, Lisboa.

Nº registo MANES	Referência
3777	Jung, Heinrich; Koch, G; Quentell, Fr; Morian, Carl (1928): Feuilles explicatives des nouvelles planches murales pour l'enseignement des Sciences naturelles: zoologie , Frommann & Morian, Darnstadt.
3778	Jung, Heinrich; Koch, G; Quentell, Fr; Morian, Carl (1928): Feuilles explicatives des nouvelles planches murales pour l'enseignement des Sciences naturelles: botanique , Frommann & Morian, Darmstadt.
3779	Rodrigues, J (1919): Elementos de cosmografia: para uso da VII classe dos liceus centrais , Cruz & C, a, Braga.
3782	Machado, Alvaro R. (1932): Lições elementares de física experimental: compêndio de física para a 3.^a, 4.^a e 5.^a classe do liceu, segundo o programa decretado em 8 de outubro de 1931 , Enciclopédia Portuguesa, Porto.
3783	Rodrigues, José Júlio (1912): Elementos de física , Livrarias Aillaud e Bertrand, Livraria Francisco Alves, Lisboa.
3784	Nobre, Francisco Ribeiro (1929): Tratado de física elementar , Livraria Chardron Lelo & Irmão, L, DA, Porto.
3785	Millikan, Robert Andrews; Gales, Henry Gordon; Bishop, Edwin Sherwood (1914): A first course in laboratory physics: for secondary schools , Ginn and Company, Boston.

Anexo 31 – Registo bibliográfico dos manuais inseridos no catálogo da biblioteca da ESJD**[18096]**

38/F

BOTELHO, José Nicolau Raposo, 1850-1914

Curso de Geographia : Classe IV / José Nicolau Raposo Botelho. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1898. - 216 p. ; 21 cm. - Autografado por Amandio Guedes

Geografia / Manual escolar

CDU 91(075)

[18097]

35a/B/32

GANOT, A., 1804-1887

Traité élémentaire de physique / A. Ganot, Georges Maneuvrier. - 20^a ed.. - Paris : Librairie Hachette et Cie, 1887. - 1447 p. : il. ; 19 cm. - Livro sem lombada e com capa solta. - Autografado por J. Bivar

Física / Manual escolar

CDU 53(075)

[18100]

38/F

SÁ, Mário de Vasconcelos e, 1883-1971

Compêndio de geografia geral para a 6.^a classe de letras e ciências : segundo os novos programas de 8-10-1931 / Mário de Vasconcelos e Sá. - Porto ; Lisboa : Livraria Lelo, Limitada : Aillaud & Lelos, Limitada, 1932. - 352, [1] p. : il. ; 21 cm. - Dedicatória e autografo do autor na folha de rosto

Geografia / Manual escolar

CDU 91(075)

[18101]

36/E

FORJAZ, Pereira, 1893-1972

Tabelas para a determinação de minerais : aprovadas oficialmente para os cursos práticos da 6.^a e 7.^a classes dos liceus : (D. do G. 20-VI-1919) / Pereira Forjaz. - 3.^a ed., modificada e acrescida de 4 quadros a côres. - Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1935. - 126 p., 4 p. de estampas : il. (algumas color.) ; 20 cm. - Carimbo do Gabinete de Biologia e Geologia do Liceu Central de João de Deus

Mineralogia / Manual escolar

CDU 54(075)

[18102]

37/C

LANGLEBERT, J., 1820-1900

Manuel de chimie : rédigé d'après les nouveaux programmes officiels d'enseignement des lycées impériaux prescrits pour les examens du baccalauréat / J. Langlebert. - Quinzième édition. - Paris : Jules Delalain et Fils, 1866-1867. - [4], VII, 404 p. ; 18 cm

Química / Manual escolar

CDU 54(075)

[18103]

37/E

MACHADO, Álvaro R., 1879-1946

Lições elementares de física experimental : compêndio de física para a 3.^a, 4.^a e 5.^a classes do liceu / Álvaro R. Machado. - 7.^a ed.. - Porto : Enciclopédia Portuguesa, 1932. - [4], 84, [1] p. : il. ; 21 cm. - Segundo o programa decretado em 8 de outubro de 1931

Física / Manual escolar

CDU 53(075)

[18104]

37/C

MACHADO, Aquiles, 1862-1942

Elementos de química : ensino secundário oficial : V classe : parte III / Achilles Machado. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1931. - IV, [1], 270-422 p. : il. ; 22 cm

Química / Manual escolar

CDU 54(075)

[18105]

37/D

MILLIKAN, Robert Andrews, 1868-1953

A first course in laboratory physics for secondary schools / Robert Andrews Millikan, Henry Gordon Gale, Edwin Sherwood Bishop. - Boston : Ginn and Company, cop. 1914. - VI, 135 p. : il. ; 27 cm

Física / Manual escolar

CDU 53(075)

[18106]

39/E

SOARES, João, 1878-1970

Novo atlas escolar português : apovado oficialmente / João Soares. - Segunda edição actualizada. - Lisboa : Livraria Sà da Costa, 1934. - [6] p., 96 f. . - 1 atlas constituído por 96 mapas

Geografia / Manual escolar / Atlas

CDU 91(075)(084.4)

[18107]

36/E

COUTINHO, Antonio Xavier Pereira, 1851-1939

Elementos de botânica : (primeira e segunda parte do curso dos lyceus) : ilustrada com 236 gravuras / Antonio Xavier Pereira Coutinho. - Paris : Aillaud & Cia, 1892. - VII, 298 p. : 236 il. ; 18 cm. - Reencadernado. - Carimbo do Gabinete de Biologia e Geologia do Liceu Central de João de Deus

Botânica / Manual escolar

CDU 58(075)

[18108]

36/E

PRIMO, Seomara da Costa, 1895-1986
Compêndio de botânica : para a III e V classes dos liceus / Seomara da Costa Primo. - Lisboa : Edição da autora, 1932. - 170 p. : il. ; 18 cm. - Depositários J. Rodrigues & C.^a

Botânica / Manual escolar

CDU 58(075)